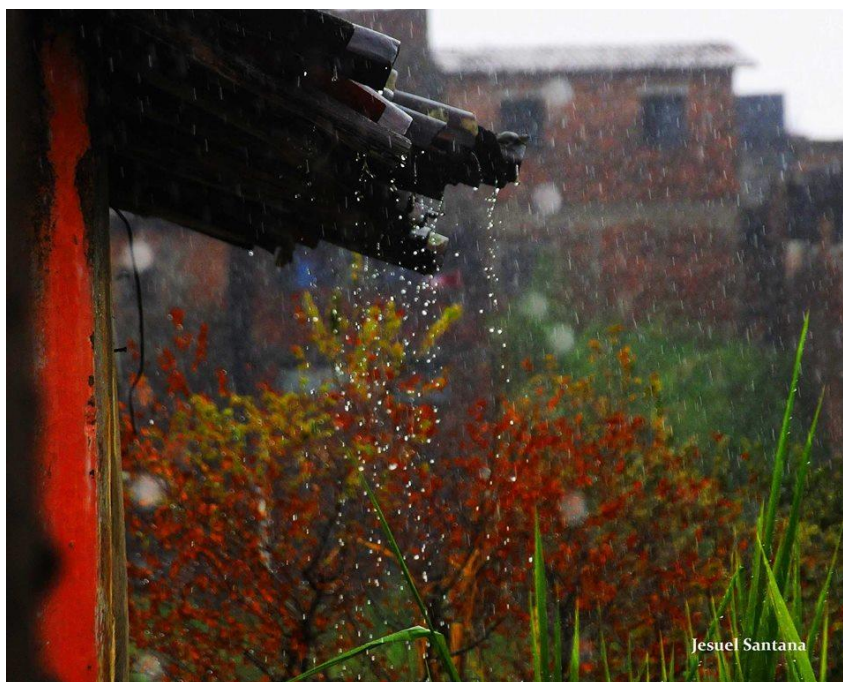




UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CFCH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA-DAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FLORA CLARISSA CARDIM PIMENTEL

A “*VIDA-LUTA*” NO MORRO:
dinâmicas sociais como resistência na luta pela moradia urbana no Alto
José Bonifácio



Recife
2018

FLORA CLARISSA CARDIM PIMENTEL

**A “*VIDA-LUTA*” NO MORRO:
dinâmicas sociais como resistência na luta pela moradia urbana no Alto
José Bonifácio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de pesquisa: Poder, Desenvolvimento e Desigualdade

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

P644v Pimentel, Flora Clarissa Cardim.

A “vida-luta” no morro : dinâmicas sociais como resistência na luta pela moradia urbana no Alto José Bonifácio / Flora Clarissa Cardim Pimentel. – 2018.

222 f. il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Antropologia. 2. Antropologia urbana. 3. Habitação – Aspectos sociais. 4. Direito à moradia. 5. Desastres. I. Souza, Vânia Rocha Fialho Paiva e (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-018)

FLORA CLARISSA CARDIM PIMENTEL

A “*VIDA-LUTA*” NO MORRO:

dinâmicas sociais como resistência na luta pela moradia urbana no Alto José Bonifácio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 13 / 03 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Aos moradores e moradoras do Alto José Bonifácio e de todos os morros do Recife, pelo exemplo de luta e resistência em busca de uma cidade mais justa.

AGRADECIMENTOS

A minha família de origem, minha base, meu porto seguro de sempre, meu acalento, meu lar de afeto. Mesmo a mil quilômetros de distância, esteve presente em todos os meus dias no Maranhão, compartilhando as muitas emoções de nossas vidas, nos fazendo e nos fortalecendo como família. A minha doce mãe avó Maria, que sempre se orgulhou de mim e buscou me dar aquilo que a vida nunca lhe ofertou. Minha mãe Rosa Lúcia e meu irmão Alfredo Cardim, sempre disponíveis para mim, fundamentais no apoio a mim e a Francisco enquanto eu assistia às aulas do mestrado. Obrigada pelo amor e o carinho de sempre, pelos banhos e por preparar a comidinha para Francisco nos dias de uma mãe estudante muito cansada! Ao meu pai Alfredo, que tenho sempre em meu coração, com a doçura de pai e de avô e como exemplo de honestidade e compreensão. Um dos seres mais lindos que a vida me presenteou. Ao meu tio Ademar e às minhas tias-mães Rosa e Cida, que me inspiram afeto e amor incondicional. Às minhas primas e meus primos: Amanda, Rafaela, Felipe, Mirella e Luna, que divertiam e divertem meus dias em Recife. A Thiago, meu primo, que apesar de tão jovem nos ensinou sobre muitos a vida e que viverá para sempre em nossas memórias. A tod@s a minha gratidão! Perdão pela ausência, pelas chatices, impaciências. Amo vocês!

A Hemerson Moura, meu companheiro, um verdadeiro parceiro de vida. Não conseguiria expor aqui a tamanha importância que tens e tiveste ao longo deste mestrado. Fundamental em todos os momentos: na seleção, praticamente me carregando pelo braço em meio a uma importunante crise de hérnia de disco e buscando todas as condições para que eu fizesse as provas de todo jeito, mesmo que fosse deitada (tenho que lembrar, né?!). Obrigada por insistir naquele momento! Presente do meu dia a dia com a sabedoria e carinho que sempre me acalmavam nos dias de medo e insegurança, acreditando que eu conseguiria e me possibilitando todas as condições que estavam ao seu alcance para que eu pudesse concluir este mestrado. Além das conversas inspiradoras que me impulsiona a conhecer e explorar os meus limites. Além de um amante do conhecimento (uma das tuas características mais lindas), és o meu maior exemplo de persistência. Obrigada por compartilhar a vida comigo, e por que não, as páginas desta dissertação! Infinitamente obrigada! Te amo!

Ao meu filho Francisco que preenche a minha vida de alegrias e esperanças em meio ao cansaço do dia a dia da maternidade e dos estudos ao longo do mestrado. Acompanhar o desenvolvimento de Francisco e a sua descoberta do mundo é verdadeiramente fascinante e gratificante!

À família Moura pelo acolhimento e suporte quando precisei me reservar no sítio. Grata a D. Juci, Seu Joarez, Helton e Vertin Moura. Especialmente a este último titio, que ficou com Francisco enquanto eu realizava minhas idas a campo. Obrigada pelo cuidado, amor e carinho com o meu pequeno. Isto foi fundamental para que eu vivenciasse o campo de forma inteira e tranquila.

A minha orientadora Vânia Fialho, que, mais do que uma professora, orientadora ou pesquisadora, é uma inspiração de ser humano e de educadora. De quem a calma, a experiência e o otimismo me transmitia confiança quando eu já nem acreditava mais em mim, ao longo dos últimos meses. Obrigada por se aventurar comigo nesta empreitada do conhecimento e pela transformação necessária! Assim como você, espero utilizar meus conhecimentos para além, muito além dos muros da universidade. Mostrando também que é possível vivenciar a vida acadêmica com prazer. Imensamente Grata!

Aos professores Parry Scott e Sandra Simone por aceitarem participar da banca da qualificação e cujas observações foram fundamentais para a me deixar mais confortável com a esta pesquisa. Obrigada pelas preciosas sugestões!

Às amigas que o mestrado me deu, minhas “malocas”: Jeanie, Lia, Dani, Graci, Gláucia, Grazi e Amanda, que transformaram angústias em sorrisos e mostraram que tudo valeu a pena! Não existem palavras para expressar a importância que estas lindas meninas mulheres tem na minha vida.

Um agradecimento especial a Jeanie pela atenção, disponibilidade e o carinho de sempre e a Robbyson M. Melo pelas alterações no mapa. Grata!

Aos colegas que compartilharam pensamentos e ideias em sala de aula, nos corredores, na fila do CFCH, no elevador e até aqueles que só se comunicam pelo facebook, não posso desprezar todos os espaços de construção do conhecimento. Grata!

Aos companheiros e companheiras do Lacc: Jaidene Pires, Andreza, Mirela, Luan, Whodson, Hosana, Tiane, Enso, Sávio, Erivelton, Caio, Poli. Que estejamos ligados em qualquer parte do mundo, lutando para transformar e construir um mundo mais justo e plural!

A Ana Cristina Veras, pelo apoio psicológico, fundamental ao longo desta caminhada. Obrigada pela atenção e a competência que reúne profissionalismo e afeto, Grata, imensamente grata!

À amiga Andrea Melo e a Sílvia de Barros Melo, que cedeu gentilmente a sua sala de trabalho para que eu pudesse produzir nos momentos finais e cruciais da dissertação. Muito obrigada por este apoio! Grata!

Às amigas Halina, Jacke, Gisele e Juliana que tanto fizeram falta nesta caminhada, mas que seguem espalhando sementinhas da luta por onde passam e me orgulham diariamente pelas grandes pessoas que são. Obrigada pela amizade de vocês!

À equipe do PPGA, em especial a Carla Nery e Ademilda, pela atenção, cuidado e dedicação de sempre. Ah, e obrigada pelo suporte com meu filhote Francisco pelos corredores do PPGA enquanto eu assistia às aulas. Vocês foram fundamentais para os banhos e soninhos do bebê.

Às moradoras e moradores do Alto José Bonifácio, exemplo de bravura e luta pelo direito à moradia, que nos ensinam a arte da resistência e a fazer a cidade com criatividade e esperança.

Agradecimento especial a Ricardo Herculano, um preto precioso do Alto, que me suportou como ninguém. Nunca vou esquecer suas palavras: *“Alguém pode amar o Alto, mas não mais que eu”*. Obrigada pela disponibilidade e por tantas conversas e risadas boas. Obrigada por me apresentar a verdadeiras guerreiras e guerreiros do Alto José Bonifácio, que constroem o Recife. Obrigada pela paciência e compreensão diante de algumas limitações como o medo de altura. Imensamente Grata!

Agradecimento a Fernando Severino pelo acolhimento maravilhoso e pelo acesso a tantas pessoas e informações no Alto José Bonifácio. Sempre disponível e paciente comigo. Obrigada, sobretudo, pela dedicação e luta em defesa e ampliação do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde!

Aos professores Clébio Marques, pela paciência e por se dispor a me apresentar tantos espaços do Alto José Bonifácio. Ao professor Roberto Soares, que, gentilmente, cedeu importantes informações e materiais. Infelizmente não foi possível nos encontrarmos, mas o carinho dos seus ex-alunos me fez gostar e admirá-lo como pessoa e educador. E não desistirei, ainda nos encontraremos! Grata!

A CAPES e ao CNPq, pelo financiamento parcial, mas fundamental, para este mestrado. O conhecimento enquanto um valor é fundamental para relações sociais mais tolerantes. Um Estado comprometido com a justiça social incentiva e fortalece a produção científica no nosso país e tem isso como prioridade. Por mais investimentos e por um desenvolvimento verdadeiramente humano, ou melhor, para humanos!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender as dinâmicas familiares e comunitárias geradas entre os moradores das áreas de morro frente o contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas. O estudo se desenvolveu no Alto José Bonifácio, bairro localizado na zona norte do Recife, e está situado no âmbito da antropologia urbana estabelecendo uma interface com a antropologia dos desastres. Com a pesquisa, tenho a intenção de aproximar a temática dos desastres socioambientais em espaços de moradia urbana ao conhecimento antropológico. Dentre outros recursos, a etnografia foi desenvolvida a partir de: 1) leituras de estudos já realizados sobre o assunto; 2) observação participante realizada em campo; e 3) entrevistas com diferentes moradores do bairro. A pesquisa teve como foco as dinâmicas familiares/comunitárias, que compreende práticas e arranjos sociais com o caráter de autoproteção individual e/ou comunitária com o objetivo de evitar um desastre ou amenizar as consequências deste. Também foram consideradas as rotinas das famílias que já foram atingidas por um desastre relacionado à moradia na barreira, bem como as ações geradas em torno do risco do desastre, isto é, da possibilidade da ocorrência de um evento desastroso. Foram analisadas as ações baseadas na solidariedade, na consciência coletiva, na responsabilidade individual, política e outras. A leitura de estudos realizados anteriormente e a leitura de conjuntura atual possibilitaram compreender que a omissão do poder público e a precarização do espaço de moradia constituem formas de forçar a expulsão ou o despejo dos cidadãos das áreas de morro. Com base na teoria interpretativa, as estratégias lançadas pelos moradores para persistirem nestas áreas foram consideradas como práticas de resistência postas na contemporaneidade, quando o despejo e a expulsão se dão de forma não declarada. A ausência do Estado na garantia da segurança à moradia acarreta na responsabilização dos próprios indivíduos sobre o provimento e o cuidado com suas casas. Assim, a transferência da responsabilidade do poder público para os indivíduos se constitui no processo de individualização, compreendido aqui como um reflexo de processos globais sobre o local. Em linhas gerais, foi possível apreender com a pesquisa que, para os moradores que vivem em contexto de risco de desastre, as relações de parentesco e a vizinhança se constituem nas redes mais importantes diante de um acontecimento desastroso. A família é a principal instituição que supre as necessidades dos indivíduos atingidos por um desastre e os vizinhos conformam-se em uma rede fundamental no momento do socorro, de assistência, abrigo de curta duração e na reconstrução das moradias. A responsabilização, a culpabilização e até a competição entre os moradores são identificadas como as consequências mais perversas da ausência do Estado, uma vez que a (auto)responsabilização escamoteia a dimensão política do desastre nas áreas de

morro. Ademais, quando o deslizamento de barreira é iminente, mas não acontece, nos deparamos com o outro lado da perversão: a dinâmica familiar passa a girar em torno “do pior que pode acontecer”, modificando dramaticamente o cotidiano das pessoas que vivem em áreas suscetíveis a desastres.

Palavras-chave: Desastre socioambiental. Dinâmicas. Moradia. Morro. Risco.

ABSTRACT

This essay aims to comprehend family and community dynamics created by residents of hillside areas at risk where their houses are exposed. The study was developed in Alto José Bonifácio, a neighborhood located in the northern part of Recife and it is within framework of urban anthropology by stabilishing a relation with anthropology of disasters. With this research I intend to bring closer the social environmental disasters in urban housing zones of anthropological knowledge. Among different resources, the ethnography was developed from: 1) Readings about past studies of the matter in discussion. 2) personal observation realized in Field and: 3) interviews with different households in the neighborhood. The research has focused on family/community dynamics that involve practices and social arrangements with nature of individual/or community self-protection, aiming to prevent a disaster or to minimize the consequences of these disasters. Also, was considered families's daily routine who were affected by these disasters relationed to housing risk areas and the resulting actions around the affected risk areas, that is, the possibility of occuring a severe desaster. Were analysed the actions based on solidarity, collective consciousness, individual responsability, political and many others. The studying previously realized and the reading of conjuncture allowed the understanding of the omission of the government and lacking of housing spaces constitutes in ways to expel the citizens by force in the hillside areas. Based on this interpretive theory, the offered strategy for the local residents to endure in these areas were considered as resistance practices demanded by the modernity , when the eviction and expeling come in an unexpected way without consent. The absence of the State to guarantee security to these households transfer the culpability to each citizen living in these risking zones and making them the only people to take care of their homes. This transfer of responsability from the government and to its citizens constitutes in the process called individualization, showed here as a reflex of these global process. In general it was possible to acquire with this research that to the residents in these risking areas, the relation and neighborhood constitute in the most important network in face of great disasters. The family is tha main institution that fulfill some needs of the neighbors afflicted by these disasters and form a helpful chain to mend the damages, to assist, to offer shelter and even in the rebuilding of these homes. The responsability, culpability and even the competition among the residents are indentified as a perverse lack of State help, once this self responsability is planted as a political dimensions of the disasters in the hillside areas. Furthermore, when the landslide is about to happen, but doesn't, we face another severe

situation: the family dynamic starts thinking in the worst case scenario, modifying drastically the daily routine of the citizens in disaster areas.

Keywords: Social environmental disaster. Dynamics. Housing. Hillside. Risk

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa do Sistema Viário do bairro Alto José e bairros circunvizinhos.....	69
Figura 2 –	Representação das sub-regiões do Alto José Bonifácio.....	79
Figura 3 –	Contraste entre moradias dos morros e dos bairros vizinhos (Vista da Rua Itaúna)....	80
Figura 4 –	Casa na área do Boqueirão, Região do Alto José Bonifácio (vista da Rua do Córrego do Euclides)	81
Figura 5 –	Casas sobre muro de contenção na área do Boqueirão, Região do Alto José Bonifácio (vista da Rua do Córrego do Euclides).....	81
Figura 6 –	Região do Alto da Saudade (vista da escararia da Rua Nestor Tavares, acesso pela Rua Córrego José Grande)	82
Figura 7 –	Escadaria da rua Amoreira, região do Alto do Brasil	83
Figura 8 –	Escadaria que liga a Rua Alto José Bonifácio a Rua Córrego do Euclides, Região do Alto José Bonifácio	84
Figura 9 –	Escadaria da Rua Arabide, acesso pelo Córrego do Euclides.....	85
Figura 10 –	Localização de alguns serviços em mapa	89
Figura 11 –	A Quadra Poliesportiva do Alto José Bonifácio	89
Figura 12 –	Colégio Estadual Jornalista Caio Pereira	90
Figura 13 –	Posto Policial do bairro, Rua Alto José Bonifácio.....	90
Figura 14 –	Praça Pública, Rua Alto José Bonifácio	91
Figura 15 –	Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura, Rua Alto da Conquista, Região Alto José Bonifácio	92
Figura 16 –	Creche Criança Feliz, na Rua Visconde de Sá Bandeira - Região Alto da Serrinha ...	93
Figura 17 –	Posto de Saúde e Praça Geraldo Brasil, na Rua Visconde de Sá Bandeira - Região Alto da Serrinha.....	93
Figura 18 –	Terminal de ônibus do Bairro – Região Alto do Brasil	94
Figura 19 –	Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio.....	94
Figura 20 –	Livro de Zildo Marques. Dados Biográficos do Popular “Zé Grande”, Recife, 1992 .	99
Figura 21 –	Seu João Calumbi, fundador do Maracatu Leão Brasileiro	101
Figura 22 –	Atelier de confecção das roupas dos caboclos de lança do Maracatu Leão Brasileiro (casa da família, na Rua Itaúna)	102
Figura 23 –	Antigo banco usado pelos tocadores do Maracatu Leão Brasileiro	102
Figura 24 –	Contínuo de alternativas para conceber a incerteza e a ameaça.....	141
Figura 25 –	Barreira na parte de trás da casa da moradora, Alto do Brasil.....	152
Figura 26 –	Vista de cima do quintal da casa da senhora Rosa.....	154

Figura 27 –	Ruína da casa da vizinha acima da casa da senhora Rosa.....	155
Figura 28 –	Casa da família da senhora Amarílis, Alto do Tiro.....	163
Figura 29 –	Vulcão na Travessa da rua Alterosa, região Alto do Tiro.....	170
Figura 30 –	Casa próximo ao local onde ocorreu desastre	171
Figura 31 –	Moradora sobre obra paralisada na Travessa da rua Alterosa.....	171
Figura 32 –	Obra paralisada, continuação da travessa da rua Alterosa	172
Figura 33 –	Parte da rua Tejipió que cedeu com o desastre se tornando depósito de lixo para os moradores.	173
Figura 34 –	Passagem pela rua Tejipió - região Alto da Serrinha.....	174
Figura 35 –	Imagem da rua Tejipió - Alto da Serrinha	174
Figura 36 –	Frente da casa de dona Dália e muro de contenção de barreira	175
Figura 37 –	Parte de traz da casa da senhora Dália e muro de contenção.....	176
Figura 38 –	Imagem da escada da rua Tejipió e das obras de contenção da casa de Dália e entorno	178
Figura 39 –	Muro de contenção por traz da casa da senhora Dália	185
Figura 40 –	Casa atual do senhor Lírio ainda em construção na região do Alto da Saudade.....	189
Figura 41 –	Casa construída em uma das ruas principais do bairro, no Alto da Saudade.....	190
Figura 42 –	Casa de dona Edelvais no Boqueirão, vista do Córrego do Euclides.....	195
Figura 43 –	Imagem do Google Earth localizando a área do Boqueirão.....	196
Figura 44 –	Beco com moradias de familiares, Alto José Bonifácio	196
Figura 45 –	Barreira da parte lateral da casa da senhora Edelvais	198
Figura 46 –	Moradora do Boqueirão	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Categorias Da pesquisa e seus significados	39
Quadro 2 –	Serviços públicos e comunitários no Alto José Bonifácio.....	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CONSTRUINDO A PESQUISA E OS DESAFIOS DE FAZER UMA ANTROPOLOGIA URBANA NO RECIFE	20
2.1	PROCURANDO O OBJETO E DEFININDO O CAMPO DE PESQUISA	20
2.2	CAMINHOS METODOLÓGICOS: EM BUSCA DE UMA APROXIMAÇÃO DO CONHECIMENTO	27
2.2.1	A aproximação com o campo e os contornos da pesquisa	31
2.2.2	Compreendendo os informantes de um bairro popular urbano na contemporaneidade	36
2.2.3	Metodologia de Análise.....	38
2.3	SABERES URBANOS DA ANTROPOLOGIA: UM PANORAMA DOS ESTUDOS A PARTIR DOS ESPAÇOS DE MORADIA NO RECIFE	42
3	POLÍTICAS URBANAS NOS MORROS E AUTOCONSTRUÇÕES COMO ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO PELO DIREITO À MORADIA	56
3.1	DOS MOCAMBOS PARA OS MORROS: A INTERVENÇÃO ESTATAL E A LUTA POPULAR PELO DIREITO À MORADIA EM RECIFE	57
3.2	O BAIRRO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO: A DIVERSIDADE, AS RELAÇÕES SOCIAIS E A MORADIA NO MORRO.....	67
3.2.1	Localizando o Bairro.....	68
3.2.2	Origem do Alto José Bonifácio	71
3.2.3	Organização interna e infraestrutura.....	78
3.2.4	Os serviços sociais e a mobilização política	86
3.2.5	Produções artístico-culturais locais: a diversidade no Alto José Bonifácio inscrita a partir de trajetórias individuais.....	98
3.2.6	A Escola Caio Pereira e o Projeto Amigos do Morro inscrevendo um diferencial nas trajetórias dos jovens do Alto José Bonifácio	105
3.2.6.1	<i>Pinóquio, a Grafiteagem e o Bairro</i>	<i>108</i>
3.2.6.2	<i>Jesuel Santana: o multiartista</i>	<i>112</i>
4	RISCO, DESASTRE E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MORRO	118
4.1	ALGUMAS DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DO RISCO.....	123
4.1.1	Teoria Culturalista	124
4.1.2	Teoria da sociedade de risco	126

4.1.3	Teoria ou abordagem sistêmica do risco	128
4.1.4	Teoria da governamentalização	129
4.2	RISCO: UMA ARENA DE EPISTEMOLOGIAS	131
4.2.1	O Paradigma do Risco e o Paradigma da Vulnerabilidade.....	132
4.2.2	O paradigma da prevenção: uma epistemologia a partir de uma racionalidade não científica	138
4.3	DESASTRE E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MORRO.....	143
5	O RISCO DE DESASTRES E SUA INTERFERÊNCIA NA DINÂMICA DOS MORADORES DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	149
5.1	DONA ROSA, A RESPONSABILIZAÇÃO DA VIZINHA E OUTRAS QUESTÕES DA SUA MORADIA NO ALTO DO BRASIL.....	150
5.2	AMARÍLIS: “EU JÁ MOREI EM BARREIRA, EU SEI O QUE É ISSO”. LEMBRANÇAS E PRÁTICAS NO ALTO DO TIRO	162
5.3	DONA DÁLIA: A VIDA-LUTA E A REDE DE VIZINHOS E PARENTES NO ALTO DA SERRINHA.....	172
5.4	SEU LÍRIO: “SE TIVESSE DORMINDO, TAVA MORTO”. A RECONSTRUÇÃO DA MORADIA EM OUTRAS BASES NO ALTO DA SAUDADE	188
5.5	EDELVAIS: O ARRUMADINHO NA ÁREA DO BOQUEIRÃO, SUB-REGIÃO DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	194
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
	REFERÊNCIAS	209
	APÊNDICE A- QUADRO 1 – QUADRO DE NOTÍCIAS E MATÉRIAS SOBRE O BAIRRO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO, RECIFE	215
	APÊNDICE B- QUADRO 2 - MODELO DO QUADRO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	222

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de aproximações teórico-conceituais de estudos que buscaram compreender a problemática da moradia urbana, risco e desastres socioambientais na antropologia e nas ciências sociais. É também resultado do trabalho de campo realizado no Alto José Bonifácio, bairro da zona norte da cidade do Recife. Através do trabalho etnográfico busquei compreender as dinâmicas sociais geradas entre os moradores das áreas de morro frente o contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas.

A presente pesquisa parte do meu interesse em aprofundar algumas questões vivenciadas em minha experiência na Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC), da prefeitura do Recife, junto a moradores de áreas de morros. Atraída pelas estratégias que moradores de áreas vulneráveis lançavam para assegurar uma oportunidade de moradia em um contexto de despossessão e de dificuldade de acesso a recursos públicos, busquei a perspectiva etnográfica com vistas a compreender o processo em que tais estratégias são desenvolvidas e mantidas pelos moradores das áreas de morro. Para o autor José Guilherme C. Magnani, o uso da etnografia “permite captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números” (MAGNANI, 2012, 261).

Este estudo se situa no âmbito da antropologia urbana uma vez que está voltado a práticas sociais lançadas a partir de uma problemática propriamente urbana (a moradia no morro), contudo tem sua interface com a antropologia dos desastres, um campo de interesse recente da disciplina antropológica. Desta forma, o presente trabalho busca estreitar a relação da antropologia com a temática dos desastres.

O autor pesquisador Renzo Taddei (2017), a partir de um levantamento, constatou a invisibilidade dos desastres na antropologia. Segundo o autor, esta invisibilidade pode ser explicada por dois fatores. O primeiro deve-se ao fato da antropologia buscar seguir uma tradição teórica das ciências sociais que preza pelo entendimento das sociedades em condições normais, típicas ou ordinárias, fundada na busca do invariável, do constante, conforme a noção de *fato social* (Durkheim) e de *tipo ideal* (Weber), confrontada com uma visão sobre os desastres restrita a um fenômeno eventual, como algo inconstante em uma sociedade.

E o segundo fator notado por Taddei deve-se a influência do discurso de que no Brasil não há desastres. Sobre este argumento, o autor observa que nos últimos dez anos, este discurso começa a ser contestado a partir de três fatores: 1) sucessivas ou simultâneas ocorrências de

desastres de grande visibilidade na região Sudeste do Brasil; 2) a ocorrência de desastres internacionais de grandes dimensões que afetaram o país de formas inéditas; e 3) uma série de avanços na área de teorias sociais que colocam a questão dos desastres em novas chaves de análise (TADDEI, 2017). Para o autor, estes três fatores são responsáveis por iniciar um processo de reversão do lugar dos desastres para a antropologia. Contudo, Taddei ainda assinala que a quantidade de antropólogos que realizam estudos sistemáticos sobre os desastres no Brasil ainda é muito pequena.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos:

No capítulo I - **Construindo a pesquisa e os desafios de fazer uma antropologia urbana no Recife**, apresento um pouco do processo da busca pelo objeto e o campo da pesquisa, das escolhas metodológicas para obtenção das informações e da metodologia de análise. Ainda neste primeiro capítulo, apresento um panorama dos estudos antropológicos no Recife a partir dos espaços de moradia, sobretudo, em bairros populares da cidade.

No capítulo II - **Políticas urbanas nos morros e autoconstruções como estratégias da população pelo direito à moradia**, apresentarei o histórico do processo de moradia nas áreas de morro da cidade do Recife e da intervenção do Estado para com as autoconstruções. Consta também neste capítulo, uma breve consideração sobre luta pela reforma urbana em Recife em prol do direito à moradia e pelo direito a cidade. Por fim, apresento uma etnografia do bairro Alto José Bonifácio a partir da sua relação com a moradia.

No capítulo III - **Risco, Desastre e Dinâmicas territoriais no morro**, abordo algumas das principais teorias sociológicas sobre risco e apresento uma definição do conceito de desastre socioambiental. Este capítulo também conta com uma reflexão sobre a necessidade de se compreender o risco enquanto uma noção fundada em diferentes bases epistemológicas envolvidas em relações de poder. Por fim, apresento alguns aspectos da dinâmica a que os moradores das áreas de morro estão sujeitos quando são atingidos por desastres e como são afetados pelo discurso técnico do risco.

E no Capítulo IV - **O risco de desastres e sua interferência na dinâmica dos moradores do Alto José Bonifácio**, dedico propriamente ao objeto da pesquisa, apresentando e discutindo as informações produzidas durante entrevistas com cinco moradores de diferentes áreas do bairro. Neste último capítulo busco evidenciar as dinâmicas familiares e comunitárias desenvolvidas no contexto do risco de desastre nos morros, identificando e buscando compreender os fatores sócio antropológicos envolvidos tanto na produção das práticas sociais

dos moradores com caráter de autoproteção, bem como na produção material e simbólica do risco.

2 CONSTRUINDO A PESQUISA E OS DESAFIOS DE FAZER UMA ANTROPOLOGIA URBANA NO RECIFE

A prática da pesquisa que se volta ao estudo da dinâmica de um grupo social é um exercício constante e que envolve um ciclo quase que contínuo de formulação e reformulação, que extrapolam o limite das práticas e do arcabouço conceitual, previstos no projeto. Em antropologia, o trabalho de campo, o contato e a relação entre pesquisador/a e interlocutores contribuem ainda mais para o ir e vir do pesquisar e ocasionam descobertas e desdobramentos que são responsáveis por contornos imprevistos para a pesquisa.

Pesquisar no ambiente urbano é se deparar com descobertas dentro daquilo que se achava que era conhecido. E para a pesquisadora, que também pertence a mesma cidade dos seus interlocutores e que já teve uma experiência anterior com o campo da pesquisa, o pesquisar impõe desafios inesperados, só possíveis de serem vencidos com o necessário estranhamento do familiar, o que o autor Gilberto Velho (2013) chamou de observar o familiar.

Assim, neste primeiro capítulo, abordarei sobre o processo de construção do projeto e da fase de realização da presente pesquisa. Tentarei evidenciar os momentos que a temática da moradia urbana esteve presente na minha trajetória estudantil e profissional, até chegar ao mestrado. Tratarei de apresentar o percurso para a escolha do objeto de estudo, onde a banca de qualificação do projeto teve uma importante contribuição para a redefinição da matéria de estudo; e tratarei também das escolhas metodológicas condizentes com a teoria da antropologia interpretativa; e, por fim, apresentarei um panorama dos estudos antropológicos realizados no Recife, a partir de espaços de moradias em bairros populares da cidade.

2.1 PROCURANDO O OBJETO E DEFININDO O CAMPO DE PESQUISA

Falar sobre esta pesquisa, requer contar um pouco da minha relação com a temática da moradia, que começou a partir da experiência como estagiária do curso de Serviço Social no Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, no ano de 2008. O CENDHEC é uma Organização Não Governamental (ONG), considerada uma referência na defesa dos direitos humanos e tem como um dos seus programas o Programa Direito à Cidade, o qual, dentre outras pautas da questão urbana, tinha a regularização fundiária como o foco das ações do programa.

Por meio do estágio, pude estar em contato com moradores de assentamentos urbanos do Recife e a sua luta para assegurar o direito à titularidade da posse da terra, resguardando-se

do risco de despejos no contexto da grande especulação imobiliária na cidade do Recife. Assim, sem dúvida, foi no CENDHEC onde desenvolvi uma sensibilização para a temática e onde ocorreu o contato com importantes leituras e discussões que pautavam a moradia enquanto um direito humano.

No ano de 2013, já como profissional do Serviço Social atuando na gerência de uma das Regionais da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife – SEDEC, vivenciei mais uma experiência que intensificou ainda mais a minha afinidade com a temática. Desta vez vivida de forma mais intensa, despertando o interesse em me aprofundar na questão da moradia urbana.

A Defesa Civil reúne um conjunto de ações organizadas e pautadas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), previstas na Lei Federal 12.608, de 10 de abril 2012. Em síntese, as ações são voltadas ao gerenciamento ou providências diante de desastres. Assim, a PNPDEC abrange as ações de *proteção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil* (BRASIL, 2012, Art. 3º).

No município do Recife, tais ações estão a cargo da Secretaria Executiva de Defesa Civil. Esta atua a partir de seis subdivisões, chamadas de Regionais. As Regionais são localizadas na cidade de forma descentralizada, situadas próximas das localidades de sua abrangência. As Regionais que compõem a SEDEC são:

- Regional de Planície
- Regional Norte
- Regional Noroeste
- Regional Nordeste
- Regional Sul
- Regional Oeste

A Regional de Planície é voltada às áreas planas da cidade, mais atingidas por alagamentos em períodos de chuvas intensas. As demais regionais estão voltadas às áreas de morro, afetadas principalmente por deslizamentos de barreiras. Além destas Regionais, a SEDEC ainda conta com uma central administrativa, chamada Base, onde o secretário executivo e assessores deliberam as determinações da política municipal e o direcionamento para as equipes das Regionais. Vale registrar que foi na Regional Oeste onde vivenciei minha experiência na SEDEC, e tive a oportunidade de conhecer a rotina de moradores de áreas de morro, acompanhando-os na própria instituição, nas suas casas ou nas comunidades, durante o trabalho técnico no lugar.

Tanto na Base¹ da SEDEC ou nas suas Regionais, uma das situações mais comuns e intrigantes para o trabalho na Defesa Civil, era acompanhar o caso de famílias que foram retiradas de suas casas, seja de forma “preventiva” ou pela circunstância de serem atingidas por desastres. Não raro é se deparar com famílias inconformadas com a situação de viverem de aluguel ou em casa de parentes, contando ou dependendo do benefício do Auxílio Moradia, que, naquele ano (2013), havia sido aumentado para duzentos reais. Muitas famílias recebiam o Auxílio Moradia desde 2001, ano em que o benefício foi criado, sem nenhuma previsão ou solução definitiva para o seu caso.

A retirada da família da casa conforma-se em uma “indicação” de técnicos da Defesa Civil, após a avaliação do risco na casa ou na barreira, durante o trabalho de vistoria². A partir da vistoria técnica, os moradores recebem orientações para cuidados e “soluções” para evitar que sua família bem como sua casa sejam atingidas em caso de desastres. Tais soluções eram codificadas como SH (Solução Habitacional), sendo as mais comuns: a) a espera por conjunto habitacional; b) a inclusão da família no *Programa Parceria nos Morros*³ para a realização de obras reparadoras; e c) aguardar a construção de obra pública de contenção para as famílias voltarem para suas casas. Vale registrar que durante o tempo em que trabalhei na SEDEC, a primeira e a última SH estavam praticamente inativas e o Programa Parceria nos Morros funcionava de forma precária.

O benefício do Auxílio Moradia foi determinado pelo decreto nº 18.810, de 30 de março de 2001, durante a gestão do prefeito João Paulo. De acordo com este decreto, o benefício deve ser de caráter temporário e excepcional, sendo criado diante das circunstâncias de naquele ano (2001) ter sido identificados 10.500 (dez mil e quinhentos) pontos de risco em morros, inúmeras situações críticas de alagados, a situação de vulnerabilidade temporária de cerca de 1.500 famílias, que segundo o documento, estavam em situação de risco iminente, bem como as que

¹ A Base está localizada na Rua dos Palmares, 550, Santo Amaro, Recife. A Base também realiza atendimento ao público, assim, fica situada no bairro do centro da cidade, de forma estratégica para o atendimento da população das mais diversas áreas da cidade.

² Vistoria é uma das atividades da equipe técnica das regionais da SEDEC. Esta atividade tem como objetivo a avaliação do *risco* no imóvel ou na barreira. Geralmente, as equipes que realizam as vistorias são compostas de profissionais da engenharia, técnicos de edificações, assistentes sociais, psicólogos, podendo ser acompanhados também de técnicos sociais e geólogo. Pode-se dizer que o olhar dos/as engenheiros/as na atividade da vistoria é o olhar determinante, em relação aos demais profissionais.

³ O programa Parceria nos Morros é um programa institucional voltado à construção de obras de contenção de encosta/barreira ou pequenas obras reparadoras que amenizaria ou eliminaria o fator de risco. O Programa Parceria nos Morros tem como proposta incluir os moradores na realização das obras. A estes, cabe à mão-de-obra, seja executando diretamente ou pagando a pedreiros locais. Enquanto que a prefeitura cabe o repasse dos materiais, o projeto e a orientação técnica para a execução da obra.

se encontravam desabrigadas, desde invernos passados, já cadastradas pela antiga Coordenadoria de Defesa Civil do Recife (CODECIR), atual SEDEC.

O valor do Auxílio Moradia determinado no decreto, em 2001, era de R\$150,00 (cento e cinquenta reais). Somente após doze anos, o benefício foi aumentado para R\$200,00 (duzentos reais), que permanece como valor atual. Obviamente, este valor configura-se mais como um valor simbólico do que propriamente um valor compatível como preço dos alugueis em Recife. Diante do congelamento do Auxílio Moradia ao longo de doze anos, o benefício não acompanhou o valor do mercado de locação de imóvel para moradia no Recife, significando despesas a mais para as famílias e um fator de empobrecimento para os que tinham suas casas próprias.

Além do congelamento do benefício, a falta de soluções habitacionais e o parco trabalho para obras estruturadoras nos morros, provocavam nas famílias retiradas de suas casas um sentimento de completo abandono do poder público. Este quadro da política urbana marcava a frustração e impotência como sentimentos também presentes entre os profissionais da SEDEC. Estes tomados pela operacionalidade burocrática do dia-a-dia institucional, eram comumente interpretados por aquelas famílias como indiferentes.

Ainda para ilustrar a experiência na defesa civil, vale registrar uma outra situação muito marcante/intrigante para mim, para parte dos técnicos e principalmente para muitas famílias das comunidades dos morros de Recife. No ano de 2013, nas áreas avaliadas pela Defesa Civil como de Alto Risco (compreendida como área com grande possibilidade de serem atingidas por desastres, principalmente no período de chuva), tinha-se a indicação para retirem as famílias das casas e demolir as construções que estivessem sendo construída no local.

A indicação para demolição das construções feitas em áreas de risco dos morros gerou uma ampla discussão entre os profissionais da defesa civil e o dilema para aqueles que discordavam desta determinação vinda da base da SEDEC. A indicação para demolição significava a evidente **contestação da territorialização** dos pobres disfarçada de uma atuação “eficiente” da gestão da Defesa Civil municipal. Com base em Norma Valêncio,

A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “*área de risco*”, de molde que a remoção das moradias é tratada como uma discussão meramente paisagística muito embora subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades espacializadas. (VALÊNCIO, 2009, p. 7)

Procedimentos institucionais como retiradas forçadas e demolição de casas em construção (novas construções) das famílias que buscavam se fixar ou permanecer na

comunidade demonstra o intenso processo de desterritorialização a que os moradores dos morros estão sujeitos. Este processo, em geral, envolve um ciclo: *desterritorialização – multiterritorialidade – reterritorialização* (VALÊNCIO, 2009).

A desterritorialização é provocada pelos efeitos dos desastres ou recomendações técnicas da Defesa Civil diante do risco de “agentes externos ameaçadores”, como as chuvas, por exemplo. A Multiterritorialização é vivenciada pelas famílias desabrigadas que, não tendo como ficar em casa de parentes, seguem para abrigos disponibilizados pela prefeitura, tendo que compartilhar muitas construções de realidades familiares e sociais em um único espaço durante a convivência como muitas famílias no abrigo. E a reterritorialização, compreende o momento de saída do abrigo para assentar a família em um local com caráter de permanência ou também provisório, como o retorno para o local de origem, casa de amigos, parentes ou para uma casa alugada.

Em termos gerais, pode-se dizer que a ocupação nos morros ocorre em decorrência de um processo de *desterritorialização* anterior que, no Recife, tem início com a perseguição aos mocambos do centro da cidade, nas primeiras décadas do século XX, o que resultou na migração forçada dos mais pobres para os morros. Esta origem das ocupações dos morros marca outra etapa do processo: uma nova *territorialização*.

Percebe-se que o processo de *desterritorialização* vivenciados pelos moradores das áreas de morro nos dias atuais, representa a permanência de práticas truculentas e até perversas do Estado ao longo de gerações de moradores dos morros. A permanência dos fatores de ameaça ao risco de desastres, tendo a chuva, o lixo ou até a “insistência” dos moradores como agentes-causas dos desastres, correspondem ao desinteresse histórico do poder público em garantir as condições para moradia segura nos morros, que corresponde a prestação de serviços básicos e construção de obras estruturadoras.

Além do descaso político e das práticas coercitivas, recaem também sobre a população moradora das áreas de morro, o desprezo por seus conhecimentos locais empreendidos no acesso à moradia, a qual, geralmente é adquirida por meio da autoconstrução e com uso de materiais rústicos.

Devo dizer que o conflito entre diferentes conhecimentos, o científico (institucional) e o local (conhecimento empírico dos moradores, o senso comum), presente na relação entre técnicos da defesa civil e moradores do morro foi, inicialmente, o assunto de meu interesse para a pesquisa do mestrado.

Diante das limitações da política de Defesa Civil e das demais políticas de obras e serviços urbanos no município do Recife, os profissionais, em suas práticas institucionais, acabam responsabilizando os moradores por estarem expostos aos riscos. Assim, vemos o desprezo aos saberes locais e a culpabilização dos moradores do morro, seja porque não seguem as orientações técnicas de construção, orientações estas muitas vezes descontextualizadas da realidade sócio econômica da população; seja porque permaneçam nas suas casas após a indicação para se retirarem do local.

As consequências do cumprimento ou não das “indicações” técnicas demonstram a desigual relação de poder entre o saber institucional e o saber local. Tendo em vista, de um lado, que os profissionais da prefeitura detêm os saberes legitimados sobre construção civil, o saber institucional; e de outro, contrapondo-se ao saber científico, o conhecimento dos moradores sobre construção civil, representando o saber local, construído empiricamente entre os sujeitos.

A experiência na SEDEC me proporcionou conhecer diferentes construções de realidades e o contato com soluções legítimas e criativas da população para o acesso ao direito à moradia, empreendidas nos morros; além disso, me proporcionou também conhecer as contradições, potencialidades e limitações da política da Defesa Civil na esfera municipal, o que não será possível expandir sobre o assunto aqui.

Contudo, cabe aqui uma breve consideração geral sobre a Política Municipal de Defesa Civil do Recife. Em suas ações preventivas contra os desastres nas áreas de morro, a SEDEC utiliza a comunicação do “risco” como instrumento principal no seu trabalho junto aos moradores e aos órgãos correlatos⁴ da prefeitura. Este fato me leva a compreender a Defesa Civil enquanto uma política-meio, tendo em vista que a habitação e outras políticas relativas a infraestrutura e serviços urbanos são, em tese, aquelas reconhecidas para responder à demanda de moradia e construir obras estruturadoras compatíveis para a geomorfologia do morro, prevenindo a população dos riscos de desastres e garantindo a segurança à moradia de forma eficiente.

⁴ Chamo aqui órgãos correlatos os órgãos que compõem o tripé da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da prefeitura do Recife. Criada em 2013, “a partir de uma proposta de unificação de serviços e atividades correlatas, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos do Recife tem, sob sua responsabilidade, o sistema de manutenção e limpeza urbana, a pavimentação e iluminação públicas, ações estruturadoras e serviços de engenharia, além de atividades de defesa civil. Para executar estas ações, a Secretaria conta com o apoio das Secretarias Executivas de Defesa Civil e de Serviços de Campo, além da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife – Emlurb e da Empresa de Urbanização do Recife (URB)”. Trecho extraído do site oficial: www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-infraestrutura-e-servicos-urbanos acessado em 05/05/16 às 14:44. Além da URB e EMLURB, outros órgãos e secretarias de outras políticas também fazem parte da rede do trabalho de referência e contra-referência da SEDEC, tais como a assistência social, a saúde, a educação e outras.

Cabe, agora, explicar como e porque se deu a mudança no foco da minha pesquisa. Considero o momento da qualificação do projeto da pesquisa um momento decisivo para tal mudança. Na proposta inicial, o estudo voltava-se para o confronto entre saber local e saber institucional, presente na relação entre profissionais da SEDEC e moradores do morro. Diante das observações da banca da qualificação, identificamos que aquele projeto não definia qual a ênfase da pesquisa, deixando em aberto muitas possibilidades metodológicas, além das várias provocações que a discussão poderia levar.

O fato da ênfase do estudo ter ficado indefinida na proposta inicial, refletia para mim a impossibilidade da realização da pesquisa. A partir dos comentários da banca, reconheci que qualquer caminho metodológico que eu escolhesse seguir a partir de uma tentativa de definição de foco dentro da mesma temática, eu permaneceria inquieta por não identificar ainda a questão em que eu pudesse contribuir diante da minha experiência profissional e do entusiasmo com o estudo. Devo reconhecer que foi na mesma ocasião, na qualificação do projeto, quando se discutiam os vários fatores envolvidos na relação saber institucional-saber local, a *moradia* aparece como algo de que se fazia presente naquele projeto e se constituía como central para aquela relação entre os saberes.

Mudar o foco da pesquisa para a **moradia no contexto de risco de desastres nas áreas de morro** possibilitou me sentir mais confortável do ponto de vista teórico e político com a temática. Vislumbrando a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as situações e as experiências vivenciadas na SEDEC, com a nova ênfase, o presente estudo buscou explorar mais um contexto da moradia urbana no Recife, sendo agora nas áreas de morro, moradias em situação de risco de desastres. Assim, não busquei me ater a uma análise da política urbana nos morros, mas sim na busca por compreender como as vivências cotidianas de moradores e moradoras de morro são afetadas pelo fato das suas moradias se situarem em áreas suscetíveis a desastres.

O estudo teve como campo de pesquisa o bairro do Alto José Bonifácio, localizado na Região Político-Administrativa 3 (RPA 3) do Recife, parte noroeste da cidade. Além de estar localizada em uma das áreas de maior suscetibilidade de deslizamento de barreiras, dadas as condições geológicas da região, a escolha pela comunidade do Alto José Bonifácio como campo para pesquisa deve-se ao fato de ser uma comunidade fora da área de abrangência da Regional onde atuei durante a minha experiência na SEDEC.

Além disso, através de pesquisas introdutórias sobre a comunidade, foi possível perceber a relação especial que a comunidade do Alto José Bonifácio estabelece com a autoproteção e defesa civil comunitária.

Foi a partir de uma matéria presente no editorial *Meu bairro, Moro aqui...*⁵ da agenda cultural da prefeitura do Recife sobre o Alto José Bonifácio que foi definitiva a escolha do bairro para a pesquisa. Através desta matéria, o Alto José Bonifácio se destacou pela marcante mobilização social, forte organização política e por inúmeras ações e manifestações culturais. Além disso, me chamou atenção a forma de organização da Associação dos Moradores do bairro, a qual funcionava a partir de comissões, tais como: educação, saúde, transporte, segurança, recapeamento, e entre elas, a comissão de encostas e barreira. Este fato foi decisivo para a escolha do bairro como campo de pesquisa.

2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: EM BUSCA DE UMA APROXIMAÇÃO DO CONHECIMENTO

Tendo como o objetivo geral da pesquisa **compreender as dinâmicas sociais geradas entre os moradores das áreas de morro a partir do contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas**, o presente estudo se situa no âmbito do conhecimento da antropologia urbana com interface com a antropologia dos desastres. A análise das informações obtidas com a pesquisa se dá à luz da teoria interpretativa.

Com base em Gilberto Velho (2013), afirmo que o que se apresenta nesta dissertação é resultado de uma interpretação de caráter aproximativo e não definitivo que pode se confrontar com outros especialistas, leigos, representante do universo pesquisado, sendo, por isso, passível de discordância das interpretações da pesquisadora (VELHO, 2013, p.75).

O estudo antropológico foi realizado a partir da teoria interpretativa, que considera que “as formas de vida cultural do homem são formas simbólicas que constituem mundos; a atividade conhecedora não é uma simples reprodução ou representação dos dados, mas é uma atividade formativa que dá significado aos fenômenos” (CASSIRER, 1923-1929, apud MALIGHETTI, 1996).

⁵ Esta agenda cultural do Recife é uma publicação mensal da Prefeitura do Recife. Entre as suas partes, consta a *Meu bairro, moro aqui...* que dedica matéria especial sobre um bairro específico da cidade. O Alto José Bonifácio foi contemplado na agenda cultural no mês de outubro de 2012, conforme publicação Ano 18, Nº 208, do mês de Outubro de 2012. Ver em: <http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2012/10/meu-bairro-moro-aqui-alto-jose-bonifacio.html> acesso em março de 2014.

A partir de Roberto Malighetti, compreendo que, na interação comunicativa, o conhecimento pregresso e as hipóteses da pesquisador/a induzem as respostas dos interlocutores. Assim, estas não são simples explicitações de conceitos presentes na mente do interlocutor, mas são o resultado da interação entre as perguntas do antropólogo e os modelos culturais do interlocutor (MALIGHETTI, 1996, p. 7).

Para o presente estudo, utilizei as informações tanto obtidas na fase exploratória sobre o Alto José Bonifácio, ainda durante a fase de elaboração do projeto da pesquisa, quanto as informações produzidas durante trabalho de campo no bairro, durante os meses de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017.

Na fase exploratória, utilizei leituras de estudos anteriores sobre o objeto de pesquisa e sobre estudos urbanos em Recife. Além, disso, nessa fase, recorri à internet para obter informações demográficas do bairro e observar a forma de como o Alto José Bonifácio era retratado para a sociedade a partir de matérias e notícias divulgadas pelas mídias. As matérias encontradas foram dispostas em uma tabela (quadro 1 do Apêndice A) realizada por mim a fim de conhecer como a imagem do bairro aparecia nos meios de comunicação de massa e na mídia alternativa (Blogs, páginas de Facebook, canais de Youtube). Vale lembrar que nessa tabela foram inseridas informação sobre o bairro estando ou não relacionadas ao objeto de estudo.

As pesquisas e o acompanhamento das notícias eram feitos por busca livre no Google usando na maioria das vezes as seguintes palavras-chaves: *Alto José Bonifácio Recife*, *Alto José Bonifácio Barreira*, *Alto José Bonifácio Deslizamento*. Os principais jornais de comunicação de massa eram os jornais do Comércio e o Diário de Pernambuco além dos principais jornais televisivos de Recife e de Pernambuco.

Além destes, fiz uso de redes sociais, como Facebook, Blogs e canais de Youtube administrados por moradores do bairro. Após o trabalho de campo, estas redes e o WhatsApp foram importantes ferramentas para me manter próxima aos informantes, pois, nessa fase já havia voltado para a minha residência no Maranhão.

Em campo, foram realizadas caminhadas pelo bairro para reconhecer o lugar, conhecer os serviços sociais (públicos e comunitários) disponíveis no lugar, conhecer as áreas consideradas de risco de desastre indicadas pelos próprios moradores do bairro e observar e extrair sensações. Na maioria das vezes, as caminhadas foram acompanhadas pelos meus principais interlocutores neste momento, Fernando e Ricardo.

A prática científica nas ciências sociais é ancorada no pressuposto que o mundo social não é um dado natural, sem problemas. De acordo com George Gaskell (2002), “ele é

ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial” (GASKELL, 2002, p. 65).

Assim, a fim de uma aproximação das experiências cotidianas e das condições de vida dos moradores do Alto José Bonifácio, sobretudo as relações sociais desenvolvidas a partir das condições das moradias no contexto de risco de desastre, lancei mão do uso de entrevistas semiestruturadas. Atendendo ao caráter qualitativo da pesquisa, a entrevista

fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2002, p. 65)

Durante o trabalho de campo, as entrevistas foram realizadas em dois momentos. No primeiro, eu estava voltada a conhecer mais livremente e colher informações sobre o Alto José Bonifácio, história do bairro e processo de ocupação. Cabe registrar que neste primeiro momento, entrevistei as pessoas que meus primeiros informantes, Fernando e Ricardo, me apresentaram na comunidade. Em geral, se tratavam de referências políticas e artistas do Alto José Bonifácio. Pode-se dizer que o encontro com estas pessoas proporcionou a esta pesquisa um importante desdobramento conduzido pelos próprios informantes a partir do que eles me apresentaram no Bairro no momento da minha aproximação. No próximo tópico explicarei melhor em que consiste e como se deu este desdobramento.

Vale registrar que as entrevistas realizadas neste primeiro momento não foram previamente estruturadas, muitas delas foram elaboradas durante a conversação, na ocasião em que conhecia as pessoas. Ocorreram de forma espontânea, improvisada, quando eu e Ricardo, por acaso, nos esbarramos com algumas pessoas na comunidade. Assim que encontrava a pessoa, chamava até nós ou nos dirigíamos a elas. Depois de se cumprimentarem espontaneamente e brincar um com o outro, Ricardo me apresentava como sua amiga que estava no bairro realizando uma pesquisa e perguntava à pessoa se podia conversar comigo, assim ocorreu com Pinóquio, Carlos Limão, Israel e Clébio Marques, respectivamente: artista grafiteiro e tatuador; bailarino; professor e músico professor.

Outras entrevistas, ainda neste primeiro momento, foram previamente estruturadas, pois haviam sido agendas, ocorrendo assim com: os irmãos Edgar e Elias, Sr. Eraldo e Sr. Delzon, Dona Maria José, Patinho, Juba (todos moradores antigos do bairro). Além destes, os

representantes da Associação de Moradores: Nathália (secretária), Tonhito (conselho Fiscal), D. Lúcia (Tesoureira) e D. Zefinha (recepcionista).

As entrevistas realizadas no segundo momento do trabalho de campo já estavam previstas no projeto desta pesquisa. Neste momento, me voltei aos moradores de áreas expostas ao risco de desastre tendo como foco identificar ou conhecer práticas sociais envolvidas no contexto de desastre, buscando conhecer iniciativas comunitárias e/ou particulares com caráter de autoproteção, de organização social e comunitárias e outras.

Vale ressaltar que, nessas entrevistas, busquei relacionar as informações com os contextos de cada entrevistada(o), considerando tanto os aspectos socioeconômicos, a dinâmica das famílias, a relação particular de cada família com o bairro e com a casa; quanto apreender o que os informantes pensam sobre risco e desastre.

Na seleção das pessoas entrevistadas, no segundo momento do trabalho de campo, tive como critério a divisão da organização interna do bairro. Assim, foram realizadas entrevistas com cinco pessoas, moradoras de cada uma das sub-regiões do bairro: Região Alto do José Bonifácio (D. Edelvais), Alto da Serrinha (D. Dália), Alto da Saudade (Seu Lírio), Alto do Brasil (D. Rosa) e Alto do Tiro (D. Amarílis). Dessa forma, busquei contrastar as informações das minhas quatro interlocutoras e meu interlocutor, identificando diferenças entre os moradores de cada sub-área, relacionando tais informações com outros dados destas regiões obtidos em campo, como, por exemplo, a disponibilidade de obras públicas e serviços de infraestruturas, áreas que registram maior ocorrência de desastres e a presença de serviços sociais atuantes nas áreas.

Além das entrevistas, o trabalho etnográfico também contou com observação participante, a partir da qual busquei apreender informações (não verbais) expressos pelos sujeitos ou presentes no lugar. Assim, a observação participante esteve presente durante todos os momentos do trabalho de campo. Por meio dela, foi possível apreender as práticas das pessoas, a dinâmica dos diferentes lugares do bairro. Observando os meus informantes em seus locais de trabalhos, foi possível apreender as relações entre as pessoas na comunidade, dentro do espaço público ou privado.

As informações obtidas por meio da observação participante e das entrevistas foram registradas em diário de campo. Foi a partir destes registros que identifiquei a minha dificuldade em estranhar ou relativizar o familiar. Logo percebi que o registro teria que ser uma prática mais constante e que dependia disso o trabalho etnográfico no espaço urbano realizado por uma pessoa que também pertencia ao ambiente urbano.

O registro fotográfico e uso de mapas foram importantes aliados durante o trabalho de campo e da sistematização e análise dos dados. Fotografar em campo representou muitos desafios, mas também consistiu em um instrumento que me atribuía algum poder (de solucionar problemas) para os moradores. Vale lembrar aqui as muitas vezes que meus informantes pediam para fotografar alguns lugares ou áreas específicas do bairro, sendo as fotografias, desta forma, um retrato do olhar nativo. Além disso, inúmeras vezes, fui abordada por outros moradores, que me viam acompanhada por Ricardo ou Fernando, para pedir informação sobre a sua “barreira” (obra pública, muro de arrimo) ou problemas correlatos (encanação estourada que lançava água direto na barreira, poste ou árvore inclinada com risco de tombar sobre alguma casa, lixo amontado nas barreiras e outros). Depois de ouvi-los, me identificava e explicava que o que estava fazendo ali era um estudo. Notei que estas ocasiões, criavam nos moradores alguma expectativa com relação aos problemas que me reclamavam, e muitas vezes, me puxavam ou pediam para que eu os registrasse.

Durante o trabalho de campo, fiz o uso do mapa, cujo o interesse era de me localizar, registrar as ruas percorridas, identificar a disposição dos serviços sociais disponíveis no lugar e apontar as áreas com risco de deslizamento indicadas pelos informantes e conhecidas por mim. Para isto, inicialmente, me baseei no mapa do Sistema Viário do bairro disponível no site da prefeitura do Recife⁶. Contudo, logo percebi nas falas dos informantes que o aquele mapa oficial não retratava o sistema de auto reconhecimento interno dos moradores do Alto José Bonifácio, conforme figura 02.

Cumprir registrar que, durante a análise dos dados, foram reveladas algumas questões às quais me levaram a considerar a trajetória dos indivíduos entrevistados.

2.2.1 A aproximação com o campo e os contornos da pesquisa

O campo, para além de ser um espaço, se constituiu em contexto do encontro e da descoberta recíproca entre pesquisadora e informantes. Ainda que ambos pertençam a uma unidade em comum, como a mesma cidade, por exemplo, o campo é o lugar onde se delineiam e se evidenciam as diferenças.

Em cada trabalho do campo sempre há um contexto (cognitivo, linguístico, político, econômico etc.) que coloca em relação o antropólogo com o seu objeto de estudo. A noção do "campo" não denota um continente genérico, asséptico e neutro, mas é o terreno comum constituído do antropólogo e de

⁶ Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/ALTO-JOS%C3%89-BONIF%C3%81CIO.jpg> acesso em 2015

seus informantes. O "campo" é aquilo que determina as características específicas de uma experiência partilhada e o lugar de uma interação responsável pela construção dos significados (BORUTTI 1988, apud MALIGHETTI, 1996, p. 7).

Este subcapítulo trata de um breve relato da minha entrada no bairro Alto José Bonifácio. Tentarei não negligenciar alguns fatos e percepções vivenciados que marcaram o trabalho de campo e que considero que foram responsáveis por alguns contornos da pesquisa.

Chamo de contornos os caminhos trilhados que não estavam previstos no projeto, mas que se constituíram em revelações do campo que trouxeram desdobramentos importantes no estudo de um bairro popular urbano inserido em uma sociedade complexa.

Não tendo nenhuma relação com o bairro, nem conhecendo nenhum morador do lugar, para iniciar o trabalho de campo, optei por recorrer à Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio para estabelecer este primeiro contato. Busquei as primeiras tentativas de contato com a Associação por telefone e pela página oficial do Facebook. Contudo, a entidade encontrava-se em recesso. O insucesso⁷ com esta primeira tentativa de contato me provocou incertezas e inseguranças em adentrar sozinha no campo.

Pode-se dizer que a estratégia seguinte para o meu contato com campo surgiu de maneira informal e espontânea, durante uma conversa ocasional com uma antiga amiga, quando conversávamos desde assuntos particulares a assuntos de trabalho. Eu lhe contei despropositadamente sobre a pesquisa e a dificuldade que sentia para iniciar o trabalho por não ter qualquer referência para uma aproximação com o Alto José Bonifácio. Coincidentemente, ela me perguntou se eu aceitaria o contato de um amigo seu, morador do bairro e ex-colega seu de trabalho. Prontamente aceitei e, no dia seguinte fiz o contato com ele, que se mostrou disponível para uma conversa inicial, o que aconteceu um dia depois, no bairro.

Este amigo tratava-se de Fernando, que me apresentou o Alto José Bonifácio e foi um importante informante da pesquisa. Fernando me apresentou seu amigo Ricardo, um outro morador do bairro que também teve participação fundamental durante o trabalho de campo. Foi através deles, acompanhando-os em seu tempo livre ou em seus respectivos trabalhos (um servidor público e o outro comerciante autônomo), que pude observar e participar de diferentes momentos do cotidiano dos moradores da comunidade. Isto me permitiu conhecer ações e

⁷ Cabe registrar que a Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio me respondeu logo após o recesso, via Facebook, e em outros momentos sempre obtive resposta imediata por este mesmo meio de comunicação. A página eletrônica do facebook funciona como meio de divulgação do funcionamento da Associação, de informações das atividades desenvolvidas no espaço da sede (cursos e atividades recreativas), bem como informações referentes a notícias de moradores e referências políticas locais (como falecimento, por exemplo).

práticas comuns nas relações entre as pessoas próximas, sobretudo, parentes e vizinhos (muitas vezes parentes-vizinhos).

Fernando e Ricardo me apresentaram o Alto José Bonifácio me levando a muitos lugares, sobretudo aqueles considerados áreas de risco de desastres. Além disso, eles me apresentaram a várias pessoas, personalidades do bairro, a partir das quais pude conhecer a diversidade entre os moradores, a história do bairro e identificar algumas potencialidades da comunidade. O contato com os informantes indicados espontaneamente por Fernando e Ricardo, principalmente este último, me pôs em um campo de negociação para conciliar os interesses dos nativos e o meu como pesquisadora.

Este fato foi o que definiu o trabalho de campo em dois momentos. O primeiro consistiu em conhecer os espaços e as pessoas do bairro indicados pelos próprios informantes e o segundo foi, de fato, uma aproximação com o objeto da pesquisa.

À medida em que conversava com as pessoas, percebi que muitas delas me explicitavam o interesse em contar e escrever a história do bairro. Outras pessoas, moradores que me presenciaram conversando na frente da casa de um informante, ou no seu lugar de trabalho, ou na casa deles, também demonstravam muita atenção ouvindo sobre a história do lugar.

Percebi que este interesse dos moradores se apresentava para mim de forma constante. E isso, muitas vezes tomava muito tempo nas conversas com alguns deles. Sendo assim, achei melhor abraçar o que traziam a mim e seguir andando para onde me levavam (literalmente!).

Um dos acontecimentos marcantes nestas primeiras aproximações com os moradores, foi o fato de os artistas locais terem sido as primeiras pessoas a serem apresentadas no bairro. Isto significou para mim, que estava me aproximando da comunidade a partir de um aspecto negativo do local (o risco de desastre), uma estratégia (consciente ou não) dos meus interlocutores, em reelaborar a imagem do morro.

Além de artistas, as outras pessoas apresentadas a mim se tratavam de referências políticas, que eram ou já tinham sido lideranças comunitárias, bem como pessoas idealizadoras de projetos sociais na comunidade, em geral, muito conhecidas e respeitadas no bairro.

Isto me despertou o interesse em entender o porquê ser aquelas as pessoas que estavam sendo apresentadas a mim naquele momento inicial, uma vez que minha pesquisa buscava conhecer sobre a moradia no morro e conhecer a dinâmica gerada na comunidade mediante o risco de desastre, e que, por sinal, sempre deixava meu objetivo explícito às pessoas lá: *estudo sobre a moradia no morro*. Resolvi sintetizar assim para facilitar a compreensão das pessoas.

Observando os aspectos das vidas dos meus primeiros informantes pude perceber que o Alto José Bonifácio se apresentava para mim como um bairro diversificado e heterogêneo, com pessoas de diferentes padrões socioculturais, refletindo as características da sociedade moderna contemporânea em que o bairro estava envolvido. Sobre isto, o próximo subtópico tratará mais diretamente.

Além disso, observando superficialmente, pude perceber que o bairro reflete diferentes padrões urbanísticos entre as suas partes altas (os Altos), baixas (os córregos), bem como as partes dos interstícios (áreas de encosta do morro), o que reflete diferenças internas entre os moradores do bairro.

Também fez parte do trabalho de campo, o contato com alguns serviços públicos e comunitários do bairro, tais como: Associação de Moradores, biblioteca comunitária, espaços esportivos e de lazer, escolas públicas, unidades de saúde e outros.

Reconhecer a rede de serviços sociais e as manifestações artísticas existentes no local possibilita conhecer tanto a “situação periférica” do Alto José Bonifácio quanto as potencialidades da comunidade. Este caminho da pesquisa reflete uma afinidade com as ideias teórico-metodológicas de Hita e Gledhill (2010) para os quais, as distintas situações periféricas das comunidades urbanas são definidas tanto pela configuração do *contexto social específico* quanto por *fatores mais amplos* (regionais, nacionais e transnacionais) que impactam esses lugares de distintas maneiras. Para estes autores,

É preciso compreender melhor, por exemplo, como as diferenças nas condições sociais internas e nas relações externas das comunidades, juntamente com diferentes histórias de formação de cada lugar, afetam sua capacidade de organização comunitária. A coerência da organização comunitária, por sua vez, é importante para determinar quais “lugares” e situações periféricas são potencialmente mais aptas de se engajar com maior possibilidade de sucesso em programas de desenvolvimento local, promovidos por parcerias privadas e estatais ou aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelos mercados informais, assim como para entender por que outras comunidades fracassam apesar da importância de certos investimentos públicos (HITA e GLEDHILL, 2010, p. 191).

Ainda com base nos mesmos autores, para compreender as situações periféricas, cabe uma associação entre análise dos aspectos sociológicos mais amplos e a análise etnográfica de como as pessoas vivem (HITA e GLEDHILL, 2010). Assim, a etnografia para além do fazer antropológico, no presente estudo no bairro do Alto José Bonifácio, busca:

oferecer tanto uma melhor compreensão de como e por que distintas “situações urbanas periféricas” diferem entre si, como oferecer melhores

pistas para a reformulação de políticas públicas, iluminando importantes mudanças espaciais, sociais, políticas e simbólicas de significados de “situações urbanas periféricas” nessa metrópole. (HITA e GLENDHILL, 2010, p.189)

Adotar aqui a noção de “situações periféricas” ao olhar o Alto José Bonifácio como um entre outros bairros pobres de Recife demarca um contraponto ao uso do conceito de segregação espacial nos estudos de bairros urbanos periféricos. Este último conceito obscurece mais do que esclarece sobre as dinâmicas sociais em andamento na vida urbana (HITA e GLENDHILL, 2010), dada a importância da mobilidade de membros de casas pobres entre os espaços urbanos e as interações específicas entre moradores de favelas e outros setores sociais.

Assim como aqueles e aquelas que se propuseram a estudar comunidades ou grupos com os quais não tinham uma relação previamente estabelecida, enfrentei algumas dificuldades até a primeira chegada ao Alto José Bonifácio. As dificuldades não foram só de ordem prática como o acesso ao campo, por exemplo, mas também de ordem subjetiva, que envolvia medos e o esforço em conquistar a confiança das pessoas que não me conheciam.

A autora Alba Zaluar, em seu estudo sobre a comunidade Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, nos fala de seu medo, que não se trata de um medo que qualquer ser humano sente do desconhecido, mas, de “um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc.” (ZALUAR, 1985, p.10).

Da mesma forma, Joaquim Isidro Nascimento Jr (2008) também pontuou em seu estudo sobre o bairro do Ibura no Recife, que o estar em campo era estar sob tensão, e que mesmo consciente de que a mídia interfere em nossas percepções, sentimos medo. Para este autor, isto se deve à existência de uma distância entre as classes sociais, o que impede uma aproximação mais solidária e envolvente (NASCIMENTO JR, 2008, p. 32).

Perceber a apreensão, os receios e a ansiedade que eu sentia na minha primeira ida ao Alto José Bonifácio era a confirmação de que eu tinha assimilado o estigma sobre um lugar que eu não conhecia, mas que era a imagem difundida diariamente pela mídia local e nacional. Além disso, era a imagem do bairro refletido no *quadro de notícias sobre o Alto José Bonifácio*, elaborado por mim durante as minhas pesquisas exploratórias, antes do trabalho de campo.

Frequentemente, o morro é propagado pela mídia e pela sociedade, como lugar de perigo, risco, informalidade. As consequências da difusão desta imagem resultam na criação e sustentação do estigma sobre os moradores de morro e seu lugar de moradia, ao qual

pesquisadores e pesquisadoras não estão isentos de serem atingidos pelo medo, de se sentir tensa ao ser observada, dependendo do lugar que passe e do horário, e da tensão ao dar carona a alguém desconhecido, morador de lá, principalmente se esta pessoa for um homem.

Este fato, me fez confirmar que existe uma barreira que divide pesquisadores e pesquisados. Esta barreira não se dá apenas em decorrência dos saberes construídos de formas diferentes entre estes sujeitos. Ela é permeada pelas relações de poder que se alimentam e ao mesmo tempo são alimentadas pelo estigma. Neste sentido, me identifico aqui com Nascimento Jr. (2008), que, observa que “o medo incorporado pelo pesquisador é um desafio posto que interfere na realização do trabalho acadêmico” (NASCIMENTO JR, 2008, p.8)

Para além do medo construído socialmente, o estudo em uma área de morro impôs para mim, em muitos momentos das minhas andanças com os meus informantes, um outro desafio: o medo de altura. Em muitos momentos não conseguindo disfarçar, tive que contar com compreensão deles quando sentia vertigens ou quando achava que não conseguiria subir ou descer algumas passagens pelas barreiras e ou algumas escadarias.

O medo de altura não foi uma descoberta durante o trabalho de campo desta pesquisa, já era conhecido, ainda antes da minha experiência na SEDEC, trabalhando em outras áreas de morro. Contudo, sentir e admitir este meu medo para os meus informantes, moradores de lá, evidenciava ainda mais a distância entre nós. E provocava em mim algumas preocupações frente a nossa relação, uma vez que estava na condição de pesquisadora e dependia da disposição deles em serem meus informantes. Diferente da circunstância em que trabalhava na defesa civil, que, por se tratar de uma instituição pública, eram as pessoas que buscavam por ela, e não o contrário.

A compreensão dos meus informantes, nos momentos em que expus a minha limitação, significou que, assim como Nós (antropólogos e antropólogas), o Outro, o nativo, também nos lê, nos interpreta e nos toma como o Outro deles.

2.2.2 Compreendendo os informantes de um bairro popular urbano na contemporaneidade

O Alto José Bonifácio está inserido em um conjunto amplo de relações interpessoais e políticas na cidade, não sendo prudente isolar ou encará-lo como uma unidade independente e autocontida. Assim, a escolha do bairro consiste apenas em um recorte metodológico para um estudo antropológico no espaço urbano.

De acordo com Gilberto Velho (2013), as sociedades moderno-contemporâneas são constituídas e caracterizadas por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. Assim, são sociedades marcadas pela heterogeneidade e pela coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, onde a constituição do indivíduo e de sua subjetividade se dá a partir do pertencimento e da participação em múltiplos mundos sociais e níveis de realidade (VELHO, 2013, p. 142). De acordo com Velho,

a experiência de mobilidade social, a ascensão ou descenso, introduz variável significativa na experiência existencial, seja pessoas oriundas de classes trabalhadores ou da classe média que são forçosamente diferentes de uma situação de estabilidade e permanência. Por outro, o contato com outros grupos e círculos pode afetar vigorosamente a visão de mundo e o estilo de vida de indivíduos situados em uma classe econômica particular, estabelecendo diferenças internas (VELHO, 2013, p. 93).

Assim, a heterogeneidade e a diversidade se constituíram em características marcantes do bairro do Alto José Bonifácio, evidenciadas nos primeiros contatos com os moradores. Pode-se dizer que os artistas e as referências políticas na comunidade são pessoas que transitam entre distintos mundos socioculturais, o que atribui a eles um lugar de intermediários entre o seu meio de origem e outras classes sociais e níveis de culturas (VELHO, 2013).

Desta forma, coube considerar a trajetória de vida das pessoas como fator importante para compreender como elas me apresentavam a comunidade e compreender a sua diversidade. Além disso, percebi a necessidade em compreender a história do processo de formação de bairro a partir da memória dos informantes como uma forma de compreender as diferenças físicas e sociais que inscreviam o Alto José Bonifácio.

Com base em Thereza Haguette (2010), a história de vida consiste em um recurso utilizado de acordo com os interesses do pesquisador e tem como foco "a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre o seu mundo"; foi empregada nesta pesquisa como técnica subsidiária, que nos termos desta autora pode servir para dar consistência às suposições e dar sentido a noções de processo e movimento (HAGUETTE, 2010, p. 80).

A história de vida enquanto recurso se constituiu como imprescindível para a necessária complexificação do olhar e da abordagem dos estudos voltados para bairros periféricos urbanos, cuja imagem difundida socialmente, na maioria das vezes, está atrelada a pobreza, desastres e violência. Contudo, cumpre dizer que tal técnica não foi usada exhaustivamente, tendo em vista o propósito do estudo.

A partir das trajetórias de vida dos indivíduos, é possível identificar nuances e matizes que inscrevem as particularidades e tornam compreensíveis as diversidades entre os moradores

do bairro. Além disso, através dela é possível apreender o papel das instituições sociais disponíveis no Alto José Bonifácio para os indivíduos.

Os dados que subsidiam o estudo da presente pesquisa foram obtidos através do recurso da história oral, “que lança mão da memória como fator dinâmico na relação entre passado e presente, fugindo ao aspecto estático do documento” (HAGUETTE, 2010, p. 94). Em alguns momentos, a técnica foi aplicada em caráter de entrevista biográfica (para entender a diversidade sociocultural e o processo de surgimento e formação do bairro) e em outros, foi aplicada enquanto entrevistas temáticas (tendo como o foco o risco de desastres para os moradores das áreas de barreira).

Vale ressaltar que a história oral não busca a reconstituição dos acontecimentos ou fatos, mas sim evidenciar uma versão da história do lugar, tendo por base o depoimento pessoal e a memória dos moradores. Por isso, as informações são contidas de carga ideológica e são passíveis de descontinuidades sobre um mesmo acontecimento. Além disso, de acordo com Haguette,

A reconstituição “de memória” pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social, seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz dos seus interesses. (HAGUETTE, 2010, p. 94)

Na busca de compreender a história do Alto José Bonifácio, priorizei como entrevistados/as pessoas idosas, moradores mais antigos do bairro. Para compreender a interferência do risco de desastres na dinâmica comunitária, priorizei entrevistar moradores das áreas de barreira, que vivenciaram ou não algum desastre. Como expus anteriormente, as entrevistas com artistas e referências políticas locais ocorreram no decorrer da minha presença em campo, não estando prevista anteriormente.

2.2.3 Metodologia de Análise

Com base em Magnani, o método etnográfico é compreendido em sentido amplo, englobando as estratégias de contato e de inserção no campo, bem como as condições tanto para as práticas como para as experiências (MAGNANI, 2012). Enquanto um exercício antropológico, a etnografia em sua fase da escrita, produzida em “gabinete” (*being here*) é considerada por Roberto Cardoso de Oliveira (1998) como o momento mais fecundo de interpretação. Nesta fase, além das consultas ao diário de campo, a realização da etnografia

envolve o uso de esquemas e quadros criados para facilitar a análise das informações produzidas em campo.

No caso da presente pesquisa, a análise é resultado e resultante de interpretações. Estas, por sua vez são balizadas por categorias e conceitos constitutivos das ciências sociais. Assim, para interpretar as informações produzidas durante o trabalho de campo, adotei categorias que considero que são centrais nesta pesquisa, a saber: Risco, Desastre, Fator-ameaça, Dinâmica familiar/comunitária e Mobilização política.

Categoria compreende uma noção ou a ideia geral que se tem sobre um assunto. A noção que compõe a categoria foi construída a partir de aproximações teóricas e mediante o conhecimento de alguns conceitos⁸. Abaixo segue com as categorias da pesquisa e a noção correspondente a cada uma delas.

Quadro 1- Categorias da pesquisa e seus significados.

Categorias de Análise	Ideia central
RISCO	Na presente pesquisa, o risco se refere ao risco de desastre que atinja moradias no morro, por exemplo: deslizamento de barreira. Enquanto categoria, risco representa uma noção que corresponde à possibilidade de acontecer um evento extremo indesejado pelos moradores, podendo esta <i>possibilidade</i> ser definida por profissionais peritos da prefeitura do Recife, a partir do conhecimento técnico; ou pelos moradores, a partir de seu conhecimento empírico. Por envolver estimativas ou impressões, considere em torno da categoria risco, as falas que os moradores remetessem a suas expectativas de caráter permanente em torno do imprevisível, do incerto, do arbitrário que possam acontecer com sua moradia.
DESASTRE	Refere-se a desastre socioambiental que atinjam direta ou indiretamente moradias nas áreas de morro. Enquanto categoria, compreende o acontecimento, um fato que provoca a ruptura da rotina dos indivíduos e suas famílias e implica em perdas materiais e simbólicas para os moradores afetados.
FATOR-AMEAÇA	Compreende elementos materiais ou não relacionados diretamente a desastres. Geralmente o fator-ameaça é compreendido como produtor do risco ou elemento provocador do desastre, por exemplo: chuva, barreira, muro de contenção, ausência de infraestrutura etc.
DINÂMICA FAMILIAR/COMUNITÁRIA	Envolve práticas e arranjos sociais com o caráter de autoproteção individual ou comunitária com vistas a se evitar um desastre ou amenizar as consequências deste. Também são consideradas nesta

⁸ No terceiro capítulo é possível conferir uma explanação das principais teorias produzidas nas ciências sociais e dos conceitos de risco, de desastres e outros.

	pesquisa ações ou rotinas desenvolvidas pelas famílias que já foram atingidas por um desastre relacionado a moradia na barreira, ou aquelas ações geradas em torno do risco do desastre (da possibilidade da ocorrência de um evento desastroso). Nesta pesquisa, foram consideradas ações baseadas na solidariedade, na consciência coletiva, de responsabilidade individual, política ou outra.
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	Envolve iniciativas individuais ou coletivas, por parte dos moradores, que estejam ligadas a sua inserção em instâncias de decisões políticas para decidir ou influenciar mudanças que lhes tragam benefícios. São consideradas ações de mobilização política, individual ou coletiva, a participação em associação dos moradores, clubes e outras entidades da comunidade; participação em conselhos e conferências (municipais, estaduais ou nacionais) de políticas setoriais, tais como conferência das cidades, conferência municipal de defesa civil; da política de habitação e outras; também são consideradas as idas das pessoas, organizadamente ou não, às secretarias ou órgãos públicos responsáveis pela execução de políticas, programas ou projetos que os moradores sejam usuários ou que tenham direitos.
CATEGORIAS EMERGENTES	Com este espaço, eu quis garantir a presença de assuntos surgidos nas entrevistas, ligados ou não à temática da pesquisa, mas que foram relevante para compreender o contexto das falas dos indivíduos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As informações obtidas nas entrevistas foram tratadas a partir de um quadro, que chamo de quadro analítico das entrevistas (o modelo deste quadro consta no quadro 2 em apêndice B). Este quadro foi criado por mim no intuito de organizar/sistematizar as falas dos moradores em torno das categorias de análise explicitadas acima, e possibilitar:

- a) A compreensão de como os interlocutores vêem e interpretam suas vivências em relação ao risco, ao desastre, bem como os fatores-ameaças;
- b) Identificar estratégias e práticas, comuns ou isoladas, que representem um aspecto da vida das pessoas cujas moradias estão em contexto de risco de desastre.
- c) Identificar as práticas que se configurem como práticas de mobilização política.

Assim, o quadro analítico das entrevistas se compõe de três colunas e seis linhas. As colunas são nomeadas por: Categorias, preenchidas com os termos de cada categoria da pesquisa; Trechos das falas, preenchidas com fragmentos das entrevistas que interpretei correspondente às categorias; e Notas e Observações, preenchidas com as minhas análises preliminares a respeito de cada parte da entrevista extraída. Nos apêndices desta dissertação,

segue um modelo do quadro analítico usado para cada entrevista. Vale ressaltar que, na parte superior do quadro, constam informações relativas a composição e organização familiar bem como as condições materiais das pessoas entrevistadas.

De forma operacional, procedi com algumas práticas, que, até certa medida, foram dadas em sequência como um passo-a-passo; contudo, vale ressaltar que o trabalho etnográfico demarca interferências impossibilitando que esta análise pudesse ser dada em uma sequência rígida e inflexível. Assim, os procedimentos postos abaixo servem apenas para exemplificar como se deu a análise das informações.

- 1) Realização de leitura atenta da transcrição das entrevistas;
- 2) Marcação das partes das entrevistas (usando a ferramenta de sombreamento do Word) com as cores escolhidas para representar cada categoria;
- 3) Transferência dos trechos marcados para o quadro analítico que foram fixados nas linhas da categoria correspondente no quadro. Vale ressaltar que não me restringi a destacar as partes das entrevistas a aparição dos termos das categorias, por exemplo, quando as palavras risco, desastre ou chuva foram citadas nas entrevistas. Os trechos que elegi para unidade de registro foram aquelas partes da fala que, de acordo com a minha compreensão/interpretação, fizessem menção explícita ou implícita as categorias desta pesquisa.
- 4) Depois de reunidos os trechos nas células da categoria correspondente no quadro, procedi com a análise propriamente dita das entrevistas. Contudo, devo mencionar que esta, ainda era uma análise preliminar (parcial), a qual se complementa com o passo seguinte;
- 5) Por fim, a análise (preliminar) das falas recortadas de acordo com cada categoria, foram cruzadas com as informações relativas ao contexto particular de cada morador (fator de geração e gênero, dinâmica familiar, condições estruturais da casa em que mora e outros). A partir daí, busquei entender o surgimento de outros assuntos abordados espontaneamente durante as entrevistas, em geral, também relacionados ao lugar de moradia, como: violência, direitos de herança, habilidades profissionais etc.

A análise tem por base a teoria interpretativa de uma antropologia simbólica, que considera, no mesmo patamar, os sentidos e os elementos políticos envolvidos na produção de tais significados no espaço urbano.

Nos apêndices desta dissertação, segue o modelo do quadro analítico das entrevistas (quadro 2 do Apêndice B). O motivo de constar aqui um modelo e não propriamente o quadro utilizado, deve-se ao fator praticidade, tendo em vista que as entrevistas geraram quadros que

variam de 8 a 25 páginas de Word. Diante do propósito deste estudo, considerei suficiente apresentar o modelo do quadro utilizado nas análises.

2.3 SABERES URBANOS DA ANTROPOLOGIA: UM PANORAMA DOS ESTUDOS A PARTIR DOS ESPAÇOS DE MORADIA NO RECIFE

Os estudos antropológicos desenvolvidos em bairros populares do Recife evidenciam um pluralismo e um coletivismo como aspectos das relações sociais nestes espaços, uma visão de cidade que se contrapõe à visão de cidade centrada na hipótese individualista. Esta foi difundida desde as primeiras décadas do século XX, a partir de George Simmel, sendo a tendência nas escolas de Chicago (Estados Unidos) e Manchester (Reino Unido). Cabe ressaltar que, em muitos estudos destas escolas, o indivíduo urbano é definido a partir dos espaços de passagem, de deambulação ou tráfego ou ainda, como afirma Michel Agier (2011), por espaços intersticiais, ou não-lugares, espaços em que o cidadão é visto como o transeunte, o estrangeiro, o malandro, o trapaceiro.

Não se trata de negar a hipótese individualista presente nas relações sociais na cidade, mas, de contestar a transformação desta relação social em uma figura identitária propriamente urbana. Os estudos antropológicos voltados a espaços de moradias populares no Recife apresentam a cidade do ponto de vista dos sujeitos, de quem faz parte do lugar, de uma região que, ainda que seja dentro da cidade, é definida por condições econômicas, políticas e contextos sócio culturais específicos. Além disso, são estudos que consideram a interação e as cosmovisões dos indivíduos na observação das práticas sociais constituídas no lugar de moradia. Estes estudos possibilitaram à antropologia uma aproximação com os diversos aspectos da vida de mulheres e homens de diferentes gerações, principalmente jovens, moradores dos bairros pobres do Recife.

Em Scott e Franch (2011), pode-se ver um estudo comparativo e contrastivo entre jovens das camadas populares e das camadas de classe média no processo de aquisição de habilidades e conhecimentos, considerando o lugar de moradia como recurso metodológico importante para compreensão dos diferentes arranjos familiares, principalmente no momento formação de família e aquisição de uma casa.

No que se refere ao tempo de permanência dos jovens com a família de origem e de constituição de sua família, tem-se que, em geral, as famílias ricas mantinham seus filhos solteiros em casa por mais tempo, e ofereciam condições residenciais para eles poderem compartilhar o uso do patrimônio familiar, tais como acesso a carros, dinheiro para festas,

equipamento para estudos, e outros; além de investir mais em instrução formal, só chegando a estabelecer residências independentes mais tardiamente (COSTA, 1983 apud SCOTT E FRANCH, 2011, p. 107).

Sobre o lugar e a forma de morar, os autores ressaltam diferenças na configuração das moradias entre ricos e pobres na qual, apartamento está relacionado aos primeiros, enquanto que a casa está associada à forma de moradia de pessoas de menor renda. Isto não indica apenas uma diferença física, mas também simbólica.

Estudos como o de Motta e Scott (1983) mostram que a convivência em apartamentos individualiza e fragmenta a rede de vizinhos e amigos e favorece um maior investimento e acumulação de patrimônios familiares, tendo em vista que as demandas externas são relativamente menores entre as pessoas ricas. Já a convivência nas casas de bairros pobres é marcada pela reciprocidade e a solidariedade da ajuda mútua, o que “reforça uma ação redistributiva que serve como uma rede de proteção em ocasiões de maior necessidade” (MOTTA; SCOTT, 1983 apud SCOTT E FRANCH, 2011, p. 108).

Em Scott e Franch, a moradia é compreendida enquanto “espaço de articulação de diversos processos sociais”. De acordo com os autores, “o espaço da moradia é chave para o desvendamento dos valores do grupo, para o desenvolvimento de práticas de sociabilidade e para a aprendizagem de hábitos que fazem parte integrada da reprodução da vida social” (FRANCH e SCOTT, 2011, p. 96).

Em um estudo realizado por Scott (1996) sobre a história do Ibura, um bairro conhecido como um dos mais pobres do Recife, foi identificado que as ocupações urbanas, bem como a formação de novas comunidades estão diretamente relacionadas com a chegada de jovens nas comunidades já estabelecidas. No referido estudo, o autor observou que

as próprias famílias das comunidades que foram ocupando os conjuntos residenciais construídos pelo governo identificaram comunidades vizinhas, nas encostas dos morros e nos interstícios dos conjuntos residenciais, como locais que foram ocupados "pelos filhos dos antigos moradores que não tinham onde morar e que queriam casas próprias" (SCOTT, 1996 apud SCOTT E FRANCH, 2011, p. 110)

Assim, pode-se observar que o aumento das moradias e a expansão das periferias urbanas, tem uma relação direta com o fator geracional, sendo os jovens os principais autores nesse processo de expansão. Por sua vez, a fixação dos indivíduos nestes bairros está diretamente relacionada à formação de famílias e processos espaciais associados às características físicas e sociais dos contornos do local da moradia (SCOTT e FRANCH, 2011, p.98). Para os autores supracitados, os jovens são considerados agentes ativos no processo de

socialização e a juventude é compreendida enquanto uma construção social que “se realiza em torno de lutas e práticas específicas que fazem com que as pessoas costumem ter este termo como auto referência e sejam reconhecidas por outros como pertencentes a essa categoria também” (SCOTT e FRANCH, 2011, p. 99).

A juventude coincide com a fase da dispersão do indivíduo da família. Assim, Franch e Scott, a partir do estudo de Mónica Franch e Kate Gough (2003) em Recife, evidenciam três principais estratégias que os jovens de periferia implementam na hora de formar família e de buscar um espaço que abrigue seu novo lar. No trabalho dessas autoras, o ditado popular “*quem casa quer casa*” resume o que é considerado como a condição ideal e motivadora da busca pela moradia.

A primeira estratégia identificada diz respeito à obtenção da casa própria. Para isso, os jovens recorrem à “invasão” de terreno com o intuito de construir a casa própria, construir a casa em terreno da família ou o aumento da área construída da casa dos pais, vistos como “puxadinhos”, ou segundo andar (FRANCH e GOUGH, 2003 apud SCOTT e FRANCH, 2011, p. 106).

Nesta primeira estratégia, cabe observar o fato de permanecerem próximos à família ou na comunidade de origem, o que pode ser motivado pelo sentimento de pertencimento à comunidade; e para além de uma forma de acesso ao terreno, manter-se próximos a família, pode estar relacionado também às circunstâncias de necessidades para que os membros jovens (o casal) possam trabalhar e ter alguém para deixar os filhos, contando assim com avós, outros parentes e vizinhos.

A segunda estratégia observada entre os jovens foi a de morar em casa alugada. Franch e Gough (2003) ressaltam que esta estratégia é rejeitada entre os jovens, mas se impõe mediante situações de muito conflito doméstico e só é possível quando o casal tem alguma fonte de renda mais ou menos estável e há antecedentes de morar de aluguel na família. A terceira, muito comum, é a transferência do casal para a casa de um dos sogros, o que é considerado como “viver de arrego”. Nesta, as autoras identificaram que,

A situação estabelecida a partir da convivência das duas famílias varia da cooperação ao desentendimento e pode incluir conflitos entre os irmãos pelo espaço e pelo direito à sucessão da casa. Situação semelhante é a das jovens que engravidam e têm seus filhos dentro da casa dos pais, sem a presença efetiva do pai da criança. (FRANCH e GOUGH, 2003, apud SCOTT E FRANCH, 2011, p. 106).

Os estudos condensados em Scott e Franch nos levam a entender que, nas camadas populares, a *família* tem se conformado na principal instituição para que seus indivíduos acessem e garantam direitos sociais básicos, tais como a moradia, o trabalho, a educação e outros. Neste sentido, Scott e Franch (2011) apresentam a noção de “processos domésticos”, que podem ser entendidos enquanto um conjunto de fatores envolvidos na ocasião da fixação de moradia. No caso das populações pobres, constituir uma casa abrange uma série de estratégias e soluções que envolvem diretamente a família e relações de parentesco, para garantir tanto o acesso à moradia, como a assegurar as condições de sobrevivência da família.

Essa ideia de “processos domésticos” se revela em um conceito relevante, senão imprescindível, para o estudo dos aglomerados populacionais urbanos, possibilitando uma aproximação com as formas predominantes de acesso à moradia nos bairros populares do Recife. Além disso, considerar os processos domésticos nos estudos sobre moradias de população de baixa renda, possibilita compreender que os arranjos envolvidos nestes espaços não são apenas resultado de fatores limitantes, mas constitui parte essencial e criativa de enfrentar situações precárias no contexto de negação e privação de direitos.

O olhar sobre os jovens a partir do lugar de moradia, é realizado mediante de intersecções, tais como: família, gênero, estudo e trabalho, recreação e segurança, patrimônio, parentesco e individualização. No que cabe ao processo de reprodução das relações sociais, Scott e Franch identificam que a diferença entre gêneros está “num processo contínuo de afirmação de diferenças, e o apego à casa ou à rua enquanto espaços de sociabilidade tende a seguir os padrões correntes de identidades feminina e masculina” (SCOTT e FRANCH, 2011, p. 118).

Enquanto para a geração de jovens, a moradia constitui um espaço de reprodução das relações sociais, reforçando os padrões de comportamento de mulheres e homens socialmente estabelecidos; entre idosos (as), foi identificado a resignificação nos papéis de gênero na casa, sendo este espaço um campo de negociações de poder, como mostra um outro estudo realizado por Scott (2009) com idosos no bairro do Ibura, Recife. Nele, Scott observou que na localidade, os espaços públicos e comunitários, como associações de idosos, são em sua maioria ocupados por mulheres do que por homens. No que se refere à casa, tem sido o espaço de referência de lazer e recreação para estes últimos. Tal fato evidencia uma inversão de gêneros nas camadas populares urbanas e o espaço doméstico, bem como o espaço público, adquirem novos sentidos e significados para este segmento geracional.

O autor mostra que esta inversão implica em uma negociação de relações de gênero em que os homens lutam para reconfigurar o controle do espaço doméstico e as mulheres apresentam uma preferência por uma nova vivência distanciada da dominação masculina (SCOTT, 2009).

A partir do trabalho de Scott, pode-se ver que a geração idosa nas camadas populares, em sua nova dinâmica no espaço, apresenta um contraponto à noção simbólica hegemônica referente à casa e à rua, retratada nas ideias de Gilberto Freyre e Roberto DaMatta. Tais ideias constituem uma visão tradicional, marcada pela dicotomia e uma relação de interdependência entre elas. Somado a isto estão as definições de papéis de gênero para cada espaço, atribuindo-se a casa como o espaço eminentemente feminino e a rua como o espaço próprio para os homens.

Para DaMatta, a casa está relacionada ao espaço “profundamente totalizado de moral”, sendo honra, vergonha e respeito os códigos que regem a casa. Além disso, Freyre ainda mostra que a casa é parte de um “conjunto de elementos que permitem que os homens se destaquem na rua e na capacidade de liderança social e política”. Enquanto isso, a rua é retratada como o espaço do trabalho e do lazer, onde ocorrem surpresas e tentações (apud Scott, 2009, p. 124).

Tais noções sobre o espaço doméstico e público têm sido ressignificadas, ainda que contando com um movimento de resistência para a permanência do domínio masculino no âmbito da casa, como analisou Scott (2009), quando nos alerta do caráter ilusório da inversão dos papéis de gênero entre idosos das camadas populares.

Alguns fatores contribuíram para a ressignificação da rua e da casa e para a corrosão dos papéis de gênero tradicionais relativos a este espaço. Segundo Scott, a corrosão acontece em dois planos, a seguir:

No primeiro, as mulheres encontram novas oportunidades. Empurradas pela necessidade de sobrevivência e incentivadas pela diminuição da valorização negativa da presença feminina fora de casa, as mulheres não ficam mais confinadas em casa e o envolvimento no mundo de trabalho as dignifica, as valoriza, e as fornece oportunidades de construir espaços próprios familiares que independem de contribuições masculinas. No segundo plano, as modificações no mesmo mundo de trabalho retiram dos homens muitas oportunidades de se realizarem enquanto provedores. Essa dificuldade se transforma em desemprego e desvalorização cada vez mais intensificados com o avanço de idade (SCOTT, 2009, p. 127).

Além disso, outros fatores foram identificados como fundamentais para a reconfiguração dos papéis de gênero e para a ressignificação dos espaços. Entre eles, vale destacar: a *vulnerabilização* do homem no espaço público e a *concessão de benefício de*

aposentadoria, a partir da qual, por menor que seja, os homens podem voltar mais atenção à casa enquanto um espaço de recomposição da sua valorização enquanto pessoa (Scott, 2009, 127). Para Scott, “a renda da aposentadoria permite que o homem tente recuperar aquela *casa* que poderia representar o sucesso do homem se colocando numa condição hierarquicamente superior. A sua chefia, simbólica e material, é menos contestável” (SCOTT, 2009, p. 128).

Para as mulheres, a renda da aposentadoria tem sido um recurso fundamental para permitir esta construção mais autônoma das relações de gênero para as mulheres idosas. Além disso, tem contribuído para uma progressiva liberação do domínio masculino, seja por separação, divórcios ou viuvez (SCOTT, 2009, p. 128).

Se por um lado vemos fatores que proporcionam novas vivências no espaço doméstico e no público garantindo uma independência e mais favoráveis à valorização para a geração de idosos, por outro, os processos domésticos que acometem as famílias mais pobres provocam a acumulação de papeis, que como Brito da Motta observou, em vivências mais longa dos idosos que é comum as avós atuais cuidarem não apenas de filhos e netos, mas também de pais mais velhos (MOTTA, 2011).

Inseridas em comunidades com precárias condições urbanísticas, que impossibilitam o uso regular de serviços básicos e o acesso a outros direitos, como transporte e trabalho, muitas mulheres se apropriam das questões de suas comunidades e passam a reivindicar direitos, se constituindo em agentes de destaque na transformação do seu lugar de moradia.

A partir de estudos como o de Márcia Thereza Couto (1996) e Mary Alves Mendes (2009), as condições de moradia aparecem como fator de mobilização da participação feminina na política local repercutindo não só em melhorias para a comunidade, mas também em empoderamento da mulher no espaço doméstico.

Em seu estudo sobre as líderes comunitárias de comunidades do Recife, Mendes (2009) observou que

O reconhecimento das desigualdades e injustiças sociais que sentem na pele como moradoras de áreas ZEIS⁹, faziam-nas exercer a sua cidadania através das reivindicações por melhores condições de vida para a comunidade na qual estavam inseridas, mas também faziam conquistar e adquirir essa cidadania para o seu contexto familiar, reconhecendo que merecem ter voz e vez dentro de casa (MENDES, 2009).

Assim como em Mendes, no trabalho etnográfico de Couto, a problemática da moradia em uma periferia urbana aparece como um fator relevante na relação entre as mulheres fundadoras do Grupo de Mães do Alto da Favela. Para Couto, o ingresso das mulheres nas

⁹ Zonas Especiais de Interesse Social

atividades políticas guarda referência com a vivência e percepção de que a exclusão possui caráter social, proporcionando a formulação de um projeto, a partir de um desejo de combate à exclusão (COUTO, 1996).

Aspectos urbanísticos do Alto da Favela são retratados por Couto (1996) como sinais de miséria social que convive com toda uma intensa vida social entre vizinhos: “ruas e escadarias enlameadas e esburacadas, esgotos correndo a céu aberto, lixo espalhado pelas ruas e calçadas, casas “condenadas” em encostas” (COUTO, 1996, p. 77).

Ao se referir a “casas condenadas”, a autora evidencia a realidade de casas expostas ao risco de deslizamento ou outros desastres relacionados à moradia nas barreiras. Neste sentido, Couto apresenta o contexto do risco de desastres sócio ambientais como um dos aspectos das condições de moradia no morro.

Outro momento em que esta realidade da moradia em área de morro é retratada pode ser observada ao mencionar os trabalhos mais significativos do trabalho das mulheres no Alto da Favela, dentre os quais estão: o “levantamento abrangente das áreas de risco da comunidade” (Couto, 1996, 81), realizados pelas mulheres ao longo de um ano e meio de trabalho do Grupo. Além disso, contam-se como importantes conquistas das mulheres do Grupo de Mães:

A realização de escadarias, muros de arrimo, contenção de encostas, pavimentação de ruas; posto policial, creche e escola; coleta regular do lixo e mutirões de limpeza da comunidade. Somado a isto, 15 vagas de empregos em órgãos da prefeitura foram preenchidas por moradoras da comunidade. Entre elas destacam-se as 11 vagas da creche, na qual trabalham fundadoras do Grupo de Mães; 2 vagas no colégio da prefeitura; e outras duas na unidade de saúde da comunidade (COUTO, 1996, p. 117).

Cabe notar que as conquistas do Grupo de Mães do Alto da Favela estão voltadas, tanto para a melhoria das condições do lugar de moradia como também para a garantia de emprego para as mulheres moradoras da comunidade. Este par *Moradia-Emprego*, observado no trabalho de Couto (1996) no Alto da Favela, bairro pobre do Recife, pode ser comparado com o par *Lote-Emprego* (emprego na política), observado por Antonádia Borges (2003) no Recanto das Emas, cidade satélite do Distrito Federal, Brasília, reservadas as suas particularidades geográficas, econômicas e culturais.

Reservadas as suas particularidades geográficas, econômicas e culturais, vale ressaltar que tal paralelo aponta semelhanças entre distintas comunidades urbanas do Brasil, no que diz respeito à demanda social por moradia e trabalho. Estudos como o de Borges e Couto pontuam dentro da antropologia a relação direta entre o mundo do trabalho e as condições materiais da moradia para os indivíduos de bairros pobres urbanos.

Em seu trabalho de dissertação, Couto garante a visibilidade das mulheres sobre as reivindicações políticas e conquistas sociais para a sua comunidade apontando o duplo desafio a que as mulheres fundadoras enfrentaram para compor e participar do Grupo de Mães do Alto da Favela. Além do desafio inerente a superação da condição de pobreza e exclusão social, próprios do racismo ambiental que subjuga a população mais pobre às piores condições de vida e a degradação ambiental; as mulheres também desafiaram a influência dos maridos, familiares e vizinhos não se limitando à casa como único espaço de atuação da mulher.

Um outro aspecto da vida de moradores de áreas de morro retratada entre os estudos antropológicos realizados em Recife foi o estigma, como pode ser visto em Nascimento Jr. (2008), em seu estudo sobre o bairro do Ibura.

A imagem social sobre o lugar onde se mora é um dos aspectos que compõem a moradia. No espaço urbano, os lugares firmam sua identidade a partir das relações sociais entre indivíduos de lugares diferentes e a partir da desigual relação de poder. Como um bairro pobre, o autor observou que, frequentemente, a imagem do Ibura é atribuída à violência, ao perigo e outros aspectos negativos.

Em sua pesquisa, Nascimento Júnior buscou compreender os significados envolvidos nas relações sociais quando um indivíduo diz: “moro no Ibura”. O autor parte da hipótese de que tal afirmativa suscita entre os interlocutores, de um lado, a formação de uma imagem negativa sobre o lugar e sobre a pessoa que se identifica, e por outro, o desafio ao morador e moradora do Ibura quando estão em outros lugares da cidade.

O simples se identificar enquanto morador de um bairro impõe para moradores do Ibura situações de vergonha e constrangimentos, constituindo, assim, em um fator desafiador para os indivíduos em lidar com a imagem negativa sobre o seu lugar de moradia.

Uma imagem negativa é construída através de redes complexas de interações sociais e é decisiva para atribuir um estigma a determinado grupo, sendo elemento construtor na formação de um imaginário coletivo que simplifica as informações e incorpora os estereótipos como verdades (LONGHI, 2008 apud NASCIMENTO JR., 2008).

Em seu estudo, Nascimento Jr. (2008) mostra que o estigma se conforma em um poder simbólico que reforça a separação entre classes sociais. Para este autor três fatores influenciam diretamente para desigualdade nas relações de poder entre os sujeitos de classes sociais diferentes. O primeiro fator decorre “da interferência governamental como delimitação de um lugar específico de pobres” a partir das políticas habitacionais no Brasil, que promovem a segregação sócio espacial (NASCIMENTO JR., 2008, p.36).

Para o autor, as relações de poder reiteram o “lugar dos pobres” e atribuem a este espaço um traço “negativo”. Neste sentido, as relações entre classes sociais fazem com que os indivíduos de melhor poder aquisitivo (moradores de outros bairros) estigmatizem, de maneira prática ou simbólica, as pessoas que moram em bairros pobres, percebendo-os de forma diminuída e em desvantagem.

O segundo fator da desigual relação de poder entre os seus interlocutores moradores do bairro do Ibura, e moradores de outros bairros, constitui o par mídia e pobreza. Em sua pesquisa, Nascimento Jr. observou que os jornais reforçam o estigma de “bairro violento” e constroem sentidos sobre o real a partir da narrativa. As notícias ganham status de verdade, mobilizam setores da sociedade e avivam nos indivíduos uma percepção influenciada pelo estigma. Os atores sociais atingidos pelo preconceito também reproduzem o mesmo estigma e contribuem para a valorização do que é veiculado nos meios de comunicação.

E o terceiro fator diz respeito às barreiras que dividem pesquisadores e pesquisados. A partir de sua experiência de campo no bairro do Ibura, o autor compreende que a relação pesquisador-pesquisado é influenciada pelas relações de poder que se alimentam e ao mesmo tempo são alimentadas pelo estigma.

Nascimento Jr., adota o conceito de “estigma” de Erving Goffman, que compreende a construção das imagens sobre o outro a partir da interação social, segundo a qual “o *outro* é alguém que merece características uniformes para que seja estabelecida uma diferenciação notória e convincente aos olhos de quem faz a distinção”.

Considerando que as interações interpessoais estão envolvidas em relações de poder, Nascimento Jr., recorre as ideias de Elias e Scotson, presentes em os *estabelecidos e os outsiders* (2000) para compreender que nesta situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.

Segundo o autor, o estigma é construído como explicação de uma inferioridade e por isso reflete uma relação de poder construído na desigualdade, já que esse “traço negativo” impede uma relação baseada na reciprocidade. Para ele, o tratamento diferenciado quebra laços de solidariedade.

Frente a ocasião em se apresentar como morador do Ibura e se deparar com reações preconceituosas, Nascimento Jr. identificou a substituição de maneiras coordenadas ou planejadas de enfrentamento, por estratégias individuais. Em seu estudo, é possível ver que os moradores expressam indignação pelos preconceitos lançados, confirmam a força da mídia na

formação da imagem do bairro, diferenciam privilégios entre classes, alimentam o próprio preconceito, e se colocam diante de seus estigmas na procura de alternativas que minimizem suas dificuldades.

Por fim, outro estudo antropológico que merece destaque aqui é de Alice Moura (2016). A antropóloga buscou compreender os sentidos atribuídos à moradia no contexto de remoções forçadas, promovidas por uma ação estatal motivada por Projetos de Grandes Investimentos. A sua pesquisa representa um dos últimos estudos no contexto urbano realizados na região metropolitana do Recife, tendo como interlocutores os moradores do antigo bairro Loteamento São Francisco no município de Camaragibe, em Pernambuco, atingidos pela realização da Copa do Mundo de 2014, quando o Brasil foi o país sede do evento. Estes moradores foram forçados a aceitar a indenização para se retirarem de suas casas como parte de um plano “urbanístico” em que o Estado de Pernambuco buscava cumprir as exigências para sediar uma arena para o evento esportivo.

Em sua pesquisa, Moura adota a expressão “*lugar de morar*” para elucidar o sentimento de “estar em casa” dos seus interlocutores, transcendendo a problemática habitacional e dos direitos humanos. A autora tem por base leituras sociológicas e antropológicas francesas, nas quais a moradia é compreendida mediante uma relação de afetividade entre os indivíduos e o seu lugar de morar, construído por um processo contínuo em que a moradia assume um papel central na construção do indivíduo.

Utilizando-se das memórias dos moradores sobre sua moradia no antigo Loteamento São Francisco, antes da demolição das casas; e o percurso que os mesmos moradores fazem para “(re)criar” o novo lugar para morar, Moura (2016), identifica “nuances” atribuidoras de sentidos à moradia. Importante ressaltar que tais nuances surgem a partir da desapropriação dos moradores de suas casas, seguida pela demolição como uma determinação estatal para uma intervenção. Isso leva a autora a pontuar a importância em considerar a remoção forçada como uma circunstância determinante para compreender os sentidos de moradia para os moradores do Loteamento São Francisco ao buscarem um novo lugar para morar. A repercussão da copa do mundo de 2014 para os moradores do Loteamento é vista como o motivo do “*desmantelamento*” na vida dos entrevistados, conforme a etnografia de Moura (2016).

Cumprе ressaltar que o espaço de moradia no qual se baseia o estudo de Moura (2016) é diferente dos espaços de moradia popular abordados nos estudos anteriores. Enquanto um loteamento, o espaço é previamente planejado e, em geral, os moradores possuem título de posse da terra, o que representa a legalidade da propriedade do terreno e, conseqüentemente, a

legitimidade da moradia. Os bairros populares nos quais se basearam a maioria dos estudos apresentados aqui foram formados por processo de ocupação espontâneo, sem planejamento urbanístico básico, e muitas áreas não são reconhecidas pelo poder público como áreas de moradia.

Frente a este paralelo, o estudo de Moura (2016) apontou a fragilidade da cidadania frente aos interesses do Estado em contexto de megaempreendimentos no Brasil. Além de reunir uma série de denúncias às injustiças cometidas pelo Estado de Pernambuco contra os moradores do Loteamento São Francisco, que mesmo tendo o título de proprietários do terreno de sua casa (o que deveria assegurar a legitimidade da posse da terra), a etnografia de Alice Moura possibilitou a identificação de novas inseguranças no cotidiano dos moradores após a remoção. Uma delas é a insegurança de posse gerada pela intervenção estatal, o medo de poder ser removido novamente no local onde estão morando e a incerteza da adaptação no novo bairro, impossibilitando o “estar em casa” ou o seu “lugar de morar”, e assim, a incompletude do sentido de moradia para os moradores atingidos pelo megaevento esportivo.

Mediante o exposto, é possível apreender que as tendências teórico-metodológicas dos referidos estudos conduzem a uma compreensão da cidade do Recife enquanto um espaço fragmentado, onde as práticas sociais nos bairros pobres acontecem mediante determinadas condições de moradia, os contextos socioculturais das famílias, os significados atribuídos e as inquietações de mulheres, homens, jovens e idosos em alargar seus direitos e ressignificar estruturas. Frente às diversas abordagens, os referidos estudos trataram de circunscrever os indivíduos a partir da região da moradia, dos contextos e das relações sociais, sobretudo familiares.

Traçando um paralelo com Michel Agier, pode-se dizer que os saberes urbanos da antropologia da cidade do Recife, agrega as três importantes noções propostas pelo autor enquanto diferentes “janelas” de reflexão sobre a cidade, a saber: *região*, *situação* e *rede*.

Para Agier, a Região distingue os espaços no conjunto urbano. É a partir dela que os espaços (neste caso: bairro, comunidades) passam a ser identificados a partir, sobretudo, de identidades “externas”. Estas “emanam primeiro de um olhar dos atores exteriores ao espaço considerado, mesmo que elas sejam em seguida retomadas a partir de dentro nas relações de ego com outrem” (AGIER, 2011, p. 67).

Para a presente pesquisa, adoto as ideias de Marcos Palácios para compreender as principais características de comunidade na atualidade, a qual é marcada pela presença dos seguintes elementos: a) o sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c)

permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos (PALÁCIOS, 2001 apud PERUZZO E VOLPATO, 2009).

Considerando os diferentes espaços de moradia que compõem o Recife, pode-se apreender que a cidade reúne diversas identidades, ainda que tais identidades sejam relativas e não absolutas e estejam em constante negociação, como mostra Nascimento Jr., com os moradores do bairro do Ibura. O estigma demarca fronteiras identitárias entre os cidadãos recifenses, a partir da qual é possível conferir a existência de “regiões morais”. Para Agier, a região moral constitui um conceito para um nível intermediário entre a escala microsocial e a cidade como referência global e inacessível, onde a região moral “permite procurar o sentido das classificações socioespaciais correntes” (AGIER, 2011, p. 72).

Dessa forma, a grosso modo, pode-se dizer que no Recife, as regiões de morro representam um polo negativo não diferenciado. Tal como Agier (2011) observou no bairro da Liberdade, em Salvador, Bahia, as regiões de morro do Recife agrupam os bairros mais antigos, os mais desvalorizados pela política urbana e abandonados pela população em ascensão social. Em geral, são habitados pela população mais pobre e de pele mais escura, cujas moradias são provenientes da autoconstrução, com instalações ilegais e precárias sem ordenamento urbano prévio. Conforme Agier, na escala de toda a cidade, essa região é designada como “marginal” ou “periférica”, inscrevendo uma distância mais social que espacial (AGIER, 2011).

O caráter situacional de uma abordagem trata de desespacializar a pesquisa. As situações são definidas pelas interações. É a observação dos fenômenos na escala interacional que permite identificar os constrangimentos reais da ordem social. Para Agier, esta é uma escolha metodológica que pode ou não deixar à parte a interferência da estrutura ou instituições sociais nas relações observadas. Neste caso, os estudos de Nascimento Jr. (2008), Scott (2009), Scott e Franch (2011) e Moura (2016) constituem exemplos de estudos que recorreram ao interacionismo sem desprezar os fatores macrossociais, como a desigualdade social, as relações de classe na cidade e a interferência da mídia na criação e difusão da imagem social de um bairro.

Por fim, os saberes urbanos da antropologia do Recife muito frequentemente se utilizam da observação das redes sociais, como a família, a comunidade, o grupo, enquanto espaços onde se articulam as situações na vida dos cidadãos. O estudo da cidade a partir da abordagem das redes fica muito evidente nos trabalhos de Mendes (2009) e Couto (1996 e 2009).

Em Couto (2009), sobre o pluralismo religioso nas famílias do Ibura, a autora identifica que, nos dias atuais, os indivíduos contam com uma maior liberdade e autonomia em relação à sociedade e ao seu grupo social mais próximo, a família. Tal contexto proporciona a existência de diversos arranjos familiares, que se conformam em estratégias para o enfrentamento de crise social. Um aspecto comum entre os diferentes arranjos familiares é a convivência entre pessoas de diferentes religiões em uma mesma família.

Para a autora, o pluralismo religioso frequente nas famílias das camadas pobres, está associado a fatores, tais como: o recrudescimento da desigualdade social, da escassez, da dificuldade de acesso a recursos, a bens e a políticas públicas (COUTO, 2009). Em seu estudo, a adesão a uma religião corresponde a uma identidade escolhida a partir da biografia de cada pessoa. Sendo assim, a religião preenche as lacunas deixadas pela própria trajetória de vida. Nas famílias pobres, o pluralismo religioso não constitui um fator que impossibilita a convivência entre as pessoas. “Os diferentes sujeitos, ao lançar mão da eficácia simbólica das religiões de aflição, estariam reforçando a lógica da família e do parentesco, mesmo quando impulsionados por sofrimentos advindos da esfera familiar” (COUTO, 2009, p. 94).

Desta forma, pode-se dizer que, por meio da abordagem das redes, é possível pensar a individualização sem a fazer depender necessariamente de um enfraquecimento das relações de parentesco e de um declínio do significado social de família (AGIER, 2011).

Tendo em vista que consideram as noções de região, situação e redes; pode-se dizer que os saberes urbanos da antropologia do Recife, já respondiam a uma problemática metodológica da antropologia urbana, que segundo Michel Agier, aparece desde os primeiros trabalhos de Chicago e que se faz presente ainda hoje na pesquisa de campo,

sobre a capacidade de a antropologia construir uma reflexão e uma metodologia centradas no indivíduo inserido em um espaço social e culturalmente heterogêneos, sem abandonar suas próprias questões fundadoras relativas à organização social ou à unidade cultural dos povos (AGIER, 2011, p. 61).

Além disso, a antropologia urbana em Recife tem assumido um papel político de denúncia contra as injustiças, sejam cometidas pelo próprio Estado, como se vê em Moura (2016), seja pela sociedade ou pela mídia, como nos mostra Nascimento Jr. (2008). E evidenciaram as estratégias criativas desenvolvidas pelos sujeitos em seu cotidiano, em família ou na comunidade, para a conquista de direitos individuais e coletivos para a comunidade, conforme os estudos de Couto (1996, 2009), Mendes (2009), Scott (2009) e Scott e Franch (2011).

Na presente pesquisa, tais estratégias são compreendidas enquanto dinâmicas familiares e comunitárias, categoria escolhida neste estudo, para reunir as práticas e arranjos sociais desenvolvidos, seja criativa, voluntária ou compulsoriamente, com vistas a evitar ou amenizar as consequências de um desastre.

Ainda sobre os estudos antropológicos em Recife, podemos dizer ainda que não negligenciaram intersecções necessárias e importante para se aproximar da realidade vivida pelos indivíduos em suas especificidades e circunstâncias sociais, considerando tanto a intersubjetividade, própria do trabalho antropológico, como a interferência das instituições políticas e da estrutura sócio cultural. E evidenciaram aspectos da cidade decorrentes das desigualdades, das exclusões e das segregações no espaço urbano.

Com base na ideia de Agier sobre as situações elementares da vida urbana, identifico que a complexidade da vida dos moradores de morro está no fato da eminência de uma situação desastrosa integrar a vida ordinária dos moradores da comunidade.

Segundo Agier, as situações ordinárias põem em jogo as relações: indivíduo-espaço e indivíduo-sociedade, marcadas por interações de caráter regular, onde é possível se observar os efeitos de pertença ao lugar, dando condições de criar certos hábitos sociais. Para Agier, as situações ordinárias não estão isentas da possibilidade de imprevistos sobre o lugar (AGIER, 2011, p. 93).

Paralela à situação ordinária, estão as situações extraordinárias. Sejam elas acidentais, raras ou simplesmente imprevistas, para Agier (2011), as situações extraordinárias acionam códigos e ligações na relação indivíduo-sociedade, que ganham um sentido social mediante interpretação e comunicação entre os sujeitos e quando se põem em ação alguns elementos identificáveis da ordem social.

No caso das áreas de morro, a localização fixa (o lugar de moradia), dada as condições urbanísticas, constitui em fator de vulnerabilidade ao acontecimento de desastre. Neste sentido, o desastre, assim como a possibilidade de seu acontecimento, integra o cotidiano dos moradores tornando permanente a relação entre os indivíduos, o espaço e a sociabilidade na rotina das pessoas. Neste sentido, o morro constitui em um lugar de interesse antropológico.

3 POLÍTICAS URBANAS NOS MORROS E AUTOCONSTRUÇÕES COMO ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO PELO DIREITO À MORADIA

A partir de um recorte histórico, tendo como referência o início do século XX, quando se dá a predominância de um cenário urbano no Brasil em detrimento do cenário rural, neste segundo capítulo, buscarei apontar a problemática da moradia na cidade do Recife e as principais respostas do Estado frente a esta nova demanda social.

As estratégias da população diante do déficit habitacional ou da omissão do Estado, serão compreendidas aqui a partir do conceito de *autoconstrução*, como a maior forma de provimento habitacional vigente e como uma prática fundamental para compreender os diferentes sentidos de moradia diante de diferentes contextos urbanos. Assim, buscarei apontar alguns aspectos particulares da população moradora das áreas de morros da cidade do Recife, evidenciando alguns fatores envolvidos no processo de territorialidade que são consideradas durante a sua fixação e permanência nestas áreas.

Diante das pressões impulsionadas pelo movimento de reforma urbana nacional e na cidade do Recife, que resultaram em importantes conquistas no âmbito formal e uma mudança na concepção de cidade, com este capítulo busco corroborar com uma noção de cidade enquanto espaço construído a partir das relações sociais dadas em diferentes dimensões, a nível interpessoal e entre classes, mas sempre envolvida em relações de poder.

No esforço para lançar mão de uma etnografia urbana em uma comunidade popular do Recife, sobretudo do que José Guilherme Magnani (2012) chama perspectiva “de perto e de dentro”, busco apresentar a comunidade do Alto Jose Bonifácio, mediante as informações que as leituras anteriores, minhas andanças pelo bairro, a observação participante e as conversas com os moradores me proporcionaram/permitiram conhecer.

Devo aqui reconhecer e admitir que o trabalho etnográfico permite captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números. Segundo Magnani, a vantagem do método etnográfico consiste em ir além da dicotomia que opõe o ator social e as estruturas urbanas, permitindo “apreender os padrões de comportamento não de indivíduos atomizados, mas de múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2012, p. 267).

3.1 DOS MOCAMBOS PARA OS MORROS: A INTERVENÇÃO ESTATAL E A LUTA POPULAR PELO DIREITO À MORADIA EM RECIFE

No Recife, a ocupação dos morros se deu por volta dos anos de 1940, em decorrência de ações higienistas e modernizadoras que marcaram o início das primeiras políticas urbanas no Brasil. Tais ações promoveram perseguições à parcela da população mais pobre da cidade que, a partir do estigma que pesava sobre os mocambos, ficava exposta às ações mais extremistas do Estado.

A formação de mocambos no Recife está relacionada com a expansão da população da cidade entre as décadas de 1920 e 1940, que devido à crise no campo e à busca por trabalho na cidade, teve um crescimento populacional em quase 50% (cinquenta por cento). Grande parte dessa população recém chegada no Recife não encontrou emprego e moradia; sem condições para se manter, habitaram as áreas de terrenos dos mangues e alagados. Estes espaços eram ocupados a partir de construções rústicas¹⁰, feitas, geralmente, de taipa e capim. Vale destacar que, contraditoriamente, a ocupação nestes terrenos promoveu a valorização do espaço, em decorrência dos aterros realizados e por estarem localizados próximos ao centro comercial e financeiro da cidade.

Com base em Ricardo Leite, as iniciativas contra os mocambos se estabeleceram em um discurso multifacetado que abrangia tanto as questões de higiene e saúde, bastante em moda no início do século, quanto às questões econômicas, que passavam pelo redirecionamento da ocupação e utilização do espaço, e político-ideológicas, que trazia embutida os interesses de controle, informação e legitimidade que o Estado tanto buscava (LEITE, 2010).

Neste sentido, em 1939, foi criada em Pernambuco, a Liga Social Contra os Mocambos, durante o governo de Agamenon Magalhães, governador que ficou conhecido como o “exterminador de mocambos”. A referida Liga tinha como objetivo promover a extinção dos mocambos dos centros da cidade (LEITE, 2010).

Através da Liga Social Contra Mocambos, o Estado buscava incentivar a construção de casas populares dotadas de condições higiênicas e fácil aquisição, a partir da captação de recursos das classes proprietárias, para construir as denominadas *vilas operárias*, “casas higiênicas, com terraço e quintal” (LEITE, 2010, p. 4).

¹⁰ A Fundação João Pinheiro (FJP) é contratada pelo governo federal para levantamento de informações e realização de estudos sobre a situação habitacional, voltados a subsidiar a política de habitação. Segundo a FJP, domicílios rústicos são aqueles construídos predominantemente com materiais improvisados e que precisam ser repostos (reconstruídos). Seja porque não possuem parede de alvenaria ou madeira aparelhada, ou porque apresentam desconforto e risco de insalubridade.

Vale citar que, entre 1939 e 1944, foram demolidos 12.334 mocambos e construídas 5.415 casas, o que significa dizer que mais de 7 mil famílias foram removidas sem terem à disposição outra habitação até aquele momento. (LEITE, 2007 *apud* SÁ, 2010). Esta ação da Liga Social provocou o deslocamento dos mocambos do centro para as chamadas áreas de “sítios” do Recife, como o Morro de Casa Amarela, primeiro morro a ser ocupado.

Vale notar que a ocupação do morro se dá como consequência de uma ação extremista do Estado e configura-se em expressão do racismo ambiental¹¹ no espaço urbano. Observa-se que o intervencionismo estatal focado no centro da cidade tem relação direta com a expansão¹² dos mocambos nos subúrbios e com o crescimento da periferia.

Com base no trabalho de Leite (2010), pode-se inferir que o deslocamento dos mocambos para áreas de morro e córregos do Recife não se trata de uma consequência ocasional ou um desdobramento imprevisto do Estado, trata-se de uma consequência provocada. Para o autor, a expansão dos mocambos para os morros mobilizava interesse de vários agentes, tais como os supostos proprietários de glebas, o cobrador de aluguel, os construtores de casas, o cobridor de casebre de taipa e capim e outros que, contraditoriamente, favoreceram a expansão dos tão odiados mocambos nas áreas de morros, em pleno período do “interventor da ditadura do estado novo em Pernambuco” e do “exterminador de mocambos”, Agamenon Magalhães (LEITE, 2010, p. 12).

Durante o século XX, vários projetos e programas de habitação popular foram formulados e implementados no Brasil, mas, conforme aponta alguns estudos, estas ações nunca superaram a autoconstrução como forma predominante de provisão habitacional para a população de baixa renda. De acordo com Ferraz de Sá, a produção habitacional, regular e formal, privada ou governamental, nunca conseguiu responder plenamente a demanda habitacional dos segmentos pobres, classificados, então, como ‘demanda não solvável’, que não poderiam pagar pela sua moradia (SÁ, 2010, p. 37).

A partir da década de 1960, durante a ditadura militar, iniciou-se o processo de estruturação de financiamento para política de habitação no Brasil, a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Sistema Nacional de Habitação (SNH), e participação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Na busca de legitimidade popular e de

¹¹ Aqui racismo ambiental é compreendido com base nas ideias de Silene Herculano, que considera não só as ações que tenham uma intenção racista, mas aquelas ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. O conceito de racismo ambiental está atrelado ao conceito de injustiça ambiental, ambos serão melhor desenvolvidos no terceiro capítulo desta dissertação.

¹² Vale notar aqui que as bibliografias introdutórias sobre a ocupação dos morros do Recife tratam do assunto utilizando o termo *proliferação* (ex: proliferação dos mocambos). Aqui, prefiro o termo *expansão* para se referir ao processo de ocupação nas áreas dos morros em diferentes momentos da história.

fomento da construção civil nacional, o Estado, nesta época, passou a intervir de forma mais estruturada sobre o processo de produção habitacional e do espaço urbano. Contudo, a exclusão da população do SNH foi um dos motivos que ocasionou um segundo momento de expansão das autoconstruções.

No fim dos anos de 1980, diante do quadro confuso da macro-economia e da grave situação financeira do SNH, o governo promoveu um corte radial no orçamento destinado à política de habitação.

Durante a década de 1990, aprofundou-se o processo de sucateamento nas políticas sociais com a instauração do neoliberalismo. A descentralização, como uma diretriz da política de habitação, foi usada para escamotear a escassez de recursos do governo federal no repasse para estados e municípios. A partir desta década, estes dois entes federativos passaram a ser os responsáveis diretos pelas construções de habitações, podendo fazer por meio de recursos próprios ou captados junto a empresas internacionais.

Vale destacar que, nessa década, ocorreu a estruturação e o fortalecimento do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), voltado aos interesses de aquisição das classes média e alta. Enquanto isso, o enxugamento da política de habitação de interesse social nos anos 90 provocou o terceiro momento de expansão das autoconstruções nos assentamentos informais.

Na entrada dos anos 2000, tem-se importantes marcos como conquistas, tais como a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades em 2003. Marcos significativos para avanços em relação à construção (ou retomada), e redirecionamentos de uma política habitacional de interesse social no Brasil (SÁ, 2010, p. 40).

Segundo o IBGE, 161 milhões de brasileiros, aproximadamente 84% (oitenta e quatro por cento) do total da população, vivem em áreas urbanas. Destes, 85% (oitenta e cinco por cento) vivem em espaços aos quais o IBGE se refere como “aglomerados subnormais” (IBGE, 2010). Aglomerado subnormal corresponde a

o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). (IBGE, 2010).

Vale observar que é merecida uma reflexão crítica em torno do uso do termo *subnormal*, cuja aplicação pressupõe que se parte de um padrão considerado “normal” e reflete uma visão etnocêntrica do Estado. Assim, vale questionar o que é *normal* e quem define ou quem conta

sobre o que é o *normal*. De todo modo, estes dados revelam que a autoconstrução é a forma predominante de acesso ao direito fundamental à moradia no Brasil.

A prática da autoconstrução realizada pela parcela mais pobre da população resulta nos chamados assentamentos informais urbanos. O termo informal, utilizado aqui em detrimento de outros, se refere principalmente à forma de produção do espaço urbano e habitacional, que não se enquadram nos parâmetros formais de constituição do território da cidade, tanto no âmbito urbanístico, como jurídico ou do mercado imobiliário.

Geralmente, a precariedade das condições de moradia destes assentamentos está associada à condição de informalidade. Contudo, para esta pesquisa, considera-se que tal precariedade não é consequência apenas da forma como a população constrói suas moradias, mas, é resultado, sobretudo da ausência e da omissão do Estado, quando o mesmo deixa de construir ou não garante a infraestrutura necessária aos assentamentos.

Nos assentamentos informais urbanos instalados nas áreas de morros, além da precariedade das condições de moradias, a população ainda convive com a situação de estarem expostas a desastres, como, por exemplo, deslizamentos de encosta¹³. Isto faz com que o *risco* seja um elemento integrante da vida nas áreas de morro.

Sobre esta realidade das comunidades das áreas de morros, atua, mais diretamente, a política de defesa civil, cuja necessidade da sua atuação nestas áreas decorre de uma insuficiente política de habitação e da falta de obras estruturadoras nos morros. Compreender o tratamento reservado à população moradora destes assentamentos informais requer considerar a necessidade de transversalidade entre estas e outras políticas.

A partir do trabalho da defesa civil, por meio de técnicos da secretaria executiva de defesa civil municipal no contato direto com a população, percebe-se o confronto direto entre diferentes perspectivas sobre a autoconstrução, sobretudo, no que se refere aos saberes envolvidos.

A perspectiva institucional, de forma geral, não recomenda a construção de casas nas áreas de morro. Com base no *Manual de ocupação dos Morros*¹⁴, as construções devem estar de acordo com padrões urbanísticos formais, definidos a partir do conhecimento técnico-científico. Conforme o Manual,

Caso seja empregado, o loteamento nessas áreas [nos morros] deve, no mínimo, ser acompanhado por projetos de habitações, adequados aos

¹³ Outros termos relacionados a Morro: encosta, talude, barreira.

¹⁴ Material produzido pela Fundação de Desenvolvimento Municipal (FIDEM) em 2004, que se propõe a oferecer soluções técnicas para a estabilidade das encostas ocupadas.

principais tipos de lotes, de acordo com as condições geotécnicas do terreno e as técnicas construtivas a empregar. Deixar por conta de futuros moradores a concepção e implantação de casas em lotes individuais, nas áreas de encostas, pode envolver riscos geotécnicos e insalubridade nas habitações. (FIDEM, 2004, p. 11)

Considerando a autoconstrução nas áreas de morro como uma resposta da população em busca do acesso ao direito básico à moradia, a solução ou alternativas para a problemática exige a necessária discussão dos conceitos de déficit habitacional e inadequação habitacional. De acordo com a Fundação João Pinheiro, as necessidades por habitação se referem a dois tipos de demandas: a) da população que já possui algum tipo de solução de moradia, que pode ser até inadequada, mas que não precisaria necessariamente ser substituída, mas sim considerada para formulações de soluções; e b) da população que vive em moradias precárias ou improvisadas que precisam de respostas, que se soma com a demanda de famílias que coabitam e necessitam de novas moradias. O primeiro conjunto configura-se como inadequação habitacional enquanto o segundo compõe o déficit habitacional, cujo conceito está associado à produção de novas moradias. Conforme nos mostra Ferraz de Sá (2009, p.107), cada componente do déficit e da inadequação habitacional demanda soluções diferenciadas, que poderiam envolver inclusive a autoconstrução na cidade informal.

Frente a este embate de visões acerca da autoconstrução, conhecer o que pensam os moradores e moradoras pode indicar elementos que ajudem a pensar em caminhos ou alternativas para a problemática da habitação nas áreas de morro da cidade do Recife.

As atuais políticas urbanas existentes em Recife são provenientes de um longo histórico de lutas dos grupos marginalizados em torno de melhorias das condições de moradia. Estas lutas ficaram conhecidas como movimentos de bairro, muito atuantes em Recife, sobretudo nos anos de 1980.

Segundo Paul Singer, os movimentos de bairro surgiram como resultado da aglutinação dos moradores das áreas pobres da cidade para fins de ajuda mútua e passam, em certas circunstâncias, a mobilizar a população para reivindicar maior participação no usufruto do que se denomina de "bens coletivos" da comunidade urbana (SINGER, 1980 apud FREIRE, 2005).

A história do movimento de bairro em Recife pode ser dividida em três fases. A primeira fase se dá no período da democratização no país, pós 1945, depois da ditadura civil do Estado Novo; a segunda fase é vivenciada a partir de 1964, durante a ditadura militar; e a terceira tem início a partir 1985 e segue até os dias de hoje.

De acordo com Geane Cavalcanti (2017), o surgimento dos movimentos de bairro em Recife foi incentivado, principalmente, por correntes político-partidárias de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como pela *Frente do Recife*¹⁵ e pela prefeitura de Recife da época. Foi durante a gestão do prefeito Pelópidas Silveira, a partir de 1955, que surgiram a maioria das associações de bairro da cidade. Inicialmente, estas associações tinham como objetivo “ajudar a prefeitura na administração da cidade, canalizando melhor as necessidades da população” (CAVALCANTI, 2017, p. 45).

Durante a gestão de Pelópidas Silveira, as reivindicações dos moradores dos bairros pobres eram representadas por meio de abaixo-assinados, memorando, organização de comissões de moradores em debates ou audiências (JACCOUD, 1990 apud CAVALCANTI, 2017). É importante destacar que nesta época, as associações serviam de comitês para o prefeito. Nesta primeira fase, as associações de moradores se expandiram rapidamente, principalmente, nos bairros mais pobres da zona norte do Recife.

Para Cavalcanti (2017), o constante envolvimento das associações com a política (com os políticos locais) deve-se ao fato desta ser o canal que suas reivindicações poderiam ser ouvidas e atendidas, desta forma, não poderia ser diferente.

Cumprir dizer que as associações não surgem apenas dos incentivos políticos, mas também da necessidade dos moradores dos bairros suburbanos. Estes tinham como suas principais demandas as melhorias na infraestrutura urbana, tais como: saneamento básico, iluminação pública, escolas, creches, postos de saúde e também a posse da terra ocupada para a moradia, o que era motivo de tensões entre os populares e a prefeitura (CAVALCANTI, 2017, p. 49).

Muitas associações tiveram êxito em suas reivindicações e registraram uma história da força popular mediante a organização e união. Contudo, este período favorável a organização política e aos movimentos sociais na história do Brasil não demorou muito, pois, em 1964, com o golpe dos militares, este cenário de efervescência de ações políticas organizadas é cerceado.

Com base em Eliane Freire (2015), durante a ditadura militar, as associações bem como qualquer organização social tiveram suas imagens deturpadas e foram tomadas pelos militares como “redutos de comunistas”. Sendo assim, a partir de 1964, as associações de moradores ficaram sob forte vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, levando ao fechamento de muitas delas. Muitas lideranças comunitárias foram perseguidas, presas,

¹⁵ A Frente do Recife foi uma tendência política no Recife constituída por uma aliança política para um programa de linha nacionalista constituída por comunistas, socialistas e correntes independentes (Freire, 2005).

sofreram maus tratos ou desapareceram nesta época. Algumas sedes das associações foram metralhadas como uma forma de inibir moradores a se organizarem (FREIRE, 2005). Só permaneceram ativas aquelas associações que declaravam publicamente apoio ao regime militar, como a Sociedade de Amigos de Casa Amarela (SACA).

Diante de um contexto de negação dos direitos civis e políticos e do acirramento das desigualdades sociais, o movimento de bairros em Recife vive a segunda fase de sua história, que consiste em um movimento de resistência dos movimentos de bairros e Casa Amarela tem um importante destaque nesta fase.

De acordo com Freire (2005), nesta época, foram fundamentais para a sobrevivência dos movimentos de bairro: o apoio da Igreja Católica, as lideranças partidárias de esquerda e a presença do Serviço Social.

A partir de sua ala progressista vinculada à Teologia da Libertação, que almejava uma sociedade justa e igualitária, a Igreja Católica prestou apoio no plano simbólico, reconhecendo a legitimidade das causas do movimento de bairro; no plano político, dando amparo e proteção aos perseguidos pelo regime militar; e no plano material, fornecendo as condições técnicas a partir de pessoal preparado tecnicamente para trabalhar junto à comunidade (FREIRE, 2005).

Em Casa Amarela, duas personalidades religiosas se destacaram no processo de reorganização do movimento do bairro, elas foram: o ex-padre Reginaldo Veloso e o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.

Reginaldo Veloso começou seu trabalho de evangelização em casa Amarela, no ano de 1968, com a criação de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB's) na comunidade da Macaxeira, depois desenvolveu o mesmo trabalho em outras comunidades do bairro, foi um dos fundadores do conselho de moradores do Morro da Conceição em 1980. Ainda hoje é morador de Casa Amarela (CAVALCANTI, 2017).

Dom Hélder Câmara foi responsável por organizar muitas ações e formações políticas nas comunidades, principalmente depois que muitas pessoas foram atingidas pela grande inundação nos anos de 1965 e 1966, em decorrência da cheia do rio Capibaribe, no Recife. Segundo Freire (2005), a inundação foi um fator de organização política de muitas comunidades na época. Ela motivou D. Hélder a criar a Operação Esperança Urbana, que mobilizava setores públicos e privados para os reparar danos da cheia, bem como o combate à exclusão social (FREIRE, 2005; CAVALCANTI, 2017).

De acordo com Freire, esta ação criada por D. Hélder Câmara teve o apoio da Faculdade de Serviço Social de Pernambuco, que apoiava, criando campos de estágios nas periféricas para

suas alunas. Isso permitiu a aproximação das pessoas às questões urbanas dos seguimentos mais pobres da cidade, assim como sua reorganização (FREIRE, 2005, p. 7).

As lideranças partidárias, com a proteção da Igreja, encamparam o movimento *Terras de Ninguém*. De acordo com Freire, este foi um movimento empreendido por moradores de Casa Amarela na luta pela posse de terrenos a que estavam sujeitos ao pagamento do foro. A incerteza destes moradores sobre a legitimidade da propriedade da terra dos supostos donos, levou-os a entrar com um processo na justiça para reclamar a posse das terras (Freire, 2005).

A partir deste apoio, foi possível os moradores se reorganizarem e, “através de formas “alternativas” de protestos e reivindicações, lutar por melhores condições de vida; alterando sutilmente, as mais duras formas de censura e repressão impostas pela ditadura” (FREIRE, 2005).

Como uma estratégia de driblar a vigilância dos DOPS, o antigo termo associação foi substituído por Conselho de moradores. Segundo Freire, nos anos de 1970,

os conselhos de moradores de Casa Amarela empreenderam importantes lutas de resistência, organizando diversas manifestações, reivindicando qualidade de vida e protestando contra as políticas do governo local. Dessa forma, conseguiram mudar projetos de urbanização e boicotar estratégias dos poderes públicos de controlar os movimentos (FREIRE, 2005, p. 8).

A organização dos moradores em seus conselhos se dava a partir das “*reuniões*”, que eram momentos de ampla discussão entre os moradores sobre as questões vivenciadas em sua comunidade, bem como aprendiam e compartilhavam noções sobre seus direitos. Isto é possível conferir na entrevista concedida pela moradora do Canal da Macaxeira (considerada antigamente do bairro Casa Amarela) Antônia Vidal de Lima, Tôta, citada no livro *Casa Amarela: memória, lutas e sonhos*, Recife, FEACA, 1988. Para esta moradora entrevistada: “*a gente ficou mais sem medo de falar, através... depois desse negócio de reunião*” (FEACA, 1988, p. 09).

As reuniões nos bairros se constituíram em uma força de resistência dos moradores dos bairros pobres do Recife durante a ditadura militar. Desafiando um governo local e federal autoritário que combatiam todas as formas de organização popular, os moradores buscaram expor e reivindicar por direitos sociais e melhorias nas condições de vida para a sua comunidade.

Vale destacar que em 13 de novembro de 1983, foi fundada a Federação de Casa Amarela (FEACA), formada pelas Associações, Centros Comunitários e Conselhos de moradores como um símbolo da força e organização do movimento do bairro.

Com base nos relatos dos moradores entrevistados pelo Departamento de Memória de Casa Amarela da FEACA, 1988, vemos que, através de reuniões, manifestações e abaixo-assinados os moradores do Morro conseguiram ter acesso à água, energia elétrica, pavimentação das ruas, oferta de transporte público, escolas, creches, coleta de lixo, postos de saúde e a isenção do pagamento do aluguel de chão.

Durante o período de abertura para a democratização política, as lutas populares ganham mais força e se organizam para além do nível local, com pautas mais amplas sobre o direito à cidade. Em 1985 é criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), um movimento heterogêneo formado pela articulação e união dos movimentos de bairros locais, bem como por outros atores sociais, tais como: outros movimentos, organizações da sociedade civil, entidades de profissionais, organizações não-governamentais e sindicatos. Entre eles: a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais e outros (JÚNIOR e UZZO, 2009).

Com base em Nélon Saule Júnior e Karina Uzzo,

No princípio, a luta do Movimento tinha um caráter local, como a reivindicação por moradia. Mas com o fim do regime militar, passou a incorporar a ideia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social (JÚNIOR E UZZO, 2009).

Vale registrar que o Movimento Nacional pela Reforma Urbana tinha seu sentido para além de reunir e articular nacionalmente os movimentos de bairros e outros diversos setores da sociedade. A partir do MNRU, inicia-se no Brasil um projeto que reivindicava uma nova cidade e a quebra dos privilégios de acesso aos espaços das cidades. O teor de politização do Movimento vai além da questão urbana, e se estende para o âmbito da justiça social e da igualdade. Defendia como primordial a participação democrática na gestão das cidades, tão discriminada pela lógica excludente dos planos tecnocráticos dos anos 1960 e 1970, apoiados apenas em saberes técnicos, dos quais a população era considerada incapaz de saber, agir e decidir (JÚNIOR e UZZO, 2009).

De acordo com Júnior e Uzzo (2009), a principal bandeira da reforma urbana é o direito à cidade, que se caracteriza pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas

a todos os habitantes das cidades; pela subordinação da propriedade à função social; e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social.

Dentre outras, temos como as maiores conquistas do MNRU, a Emenda popular da Reforma Urbana à constituição brasileira, que incorpora os Artigos 182 e 183 à Constituição Federal de 1988. Tais artigos preveem, respectivamente, que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; reconhece o direito à posse do terreno, dentro de critérios estabelecidos e regulados, às famílias moradoras de áreas urbanas, desde que utilizem para fins de moradia e não sejam proprietárias de outro imóvel urbano nem rural (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Além da Emenda Popular à Constituição, o Estatuto das Cidades (Lei 10. 257) conforma-se em outra importante conquista da luta do MNRU, sancionada no ano de 2001. O Estatuto das Cidades regulamenta os artigos 182 e 183. Ele define as diretrizes gerais e as atribuições da União, dos estados e municípios para a promoção da política urbana, voltada a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade, o direito a cidades sustentáveis e o desenvolvimento de gestões democráticas nas cidades.

De acordo com Júnior e Azzo (2009), a criação do Ministério das Cidades, e consequentemente do Conselho das Cidades, possibilitou o início de uma política urbana em que, pela primeira vez na longa trajetória pela reforma urbana no Brasil, os diversos atores, legítimos representantes da sociedade civil, passaram a integrar um espaço institucional com o objetivo de elaborar e executar políticas urbanas.

A terceira fase dos movimentos de bairro constitui a fase atual. Ela tem início a partir da redemocratização. Nesta fase, o cenário político e social é marcado pela democratização na política, pela implantação e aprofundamento de uma política econômica neoliberal, que acarreta na fragilidade e precarização das relações trabalhistas e o aprofundamento da desigualdade social, ainda que velado; e a entrada de governos de vertente esquerda no poder nos moldes populistas, sob novos formatos e arranjos políticos, o que repercute no atual quadro das atividades das associações e conselhos dos moradores dos bairros.

Cavalcanti (2015) assinala a desmobilização como uma característica dos movimentos de bairros na atualidade. Para a autora,

Hoje vemos poucas organizações comunitárias e as que existem não são tão atuantes, elas também perderam seu poder de mobilizar o povo. As pessoas parecem imobilizadas, conformadas, alienadas em relação à vida política da cidade, como se a luta pela democracia e justiça social tivessem perdido o sentido após 1985. É preciso retomar aquela identidade de pertencer a uma

comunidade, hoje perdida, pois apesar dos avanços sociais ocorrido nos últimos anos ainda temos muito em que melhorar se quisermos ter de fato justiça social e cidadania para todos (CAVALCANTI, 2015).

3.2 O BAIRRO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO: A DIVERSIDADE, AS RELAÇÕES SOCIAIS E A MORADIA NO MORRO

Ainda nas primeiras caminhadas, ou nas conversas no bar-restaurant de Ricardo, o Alto José Bonifácio mostrou-se como um bairro popular, onde prevalece uma intensa vida social entre vizinhos, configurando-se em uma comunidade. O contato entre as pessoas, reflete um interconhecimento e as relações são marcadas por brincadeiras ou conversas descontraídas, onde é perceptível uma intimidade entre elas, que brincam com suas preferências dos times de futebol, com as funções que desempenham em seus trabalhos. Quando narram experiências vividas juntas quando crianças ou jovens, no relato da origem dos apelidos, dos fatos ou situações ocorridas com parentes de algum vizinho e outras. Nota-se também que as pessoas demonstram preocupação com condições de vida ou estado de saúde de seus vizinhos ou parentes destes, como se fossem da sua família.

Além do conhecimento sobre a história e condições de vida de moradores da comunidade, nas conversas quando se encontravam, as pessoas comentavam frequentemente dos serviços da comunidade: do trabalho da associação dos moradores, sobre uma rede de internet aberta na comunidade, se queixavam do serviço do posto de saúde, comentavam e comparavam profissionais da escola, reclamavam do serviço da maternidade, falavam do problema da barreira da casa de algum morador, entre outros. Nesse sentido, compartilhar os problemas e as condições dos serviços desenvolvidos na comunidade, representa a semelhança nas condições de vida da maioria das pessoas que vivem no Alto José Bonifácio, uma vez que recorrem aos serviços comuns a todos.

Conhecer este bairro de perto, permitiu adentrar nas dinâmicas sociais e associativas que bem caracterizam a relação dos moradores do Alto José Bonifácio, subsidiando o presente trabalho etnográfico. A sociabilidade desenvolvida na comunidade demonstra a existência de formas específicas de se vivenciar a cidade, cujas mobilizações e articulações familiares e com a vizinhança são fundamentais para os indivíduos articularem estratégias para garantir acesso a bens e direitos frente a ausência ou ineficiência do Estado.

A seguir, tentarei apresentar alguns aspectos do Alto José Bonifácio considerando que as informações apresentadas são importantes para a compreensão do “objeto” da pesquisa, as dinâmicas sociais relacionadas ao contexto do risco e do desastre, bem como também foi uma

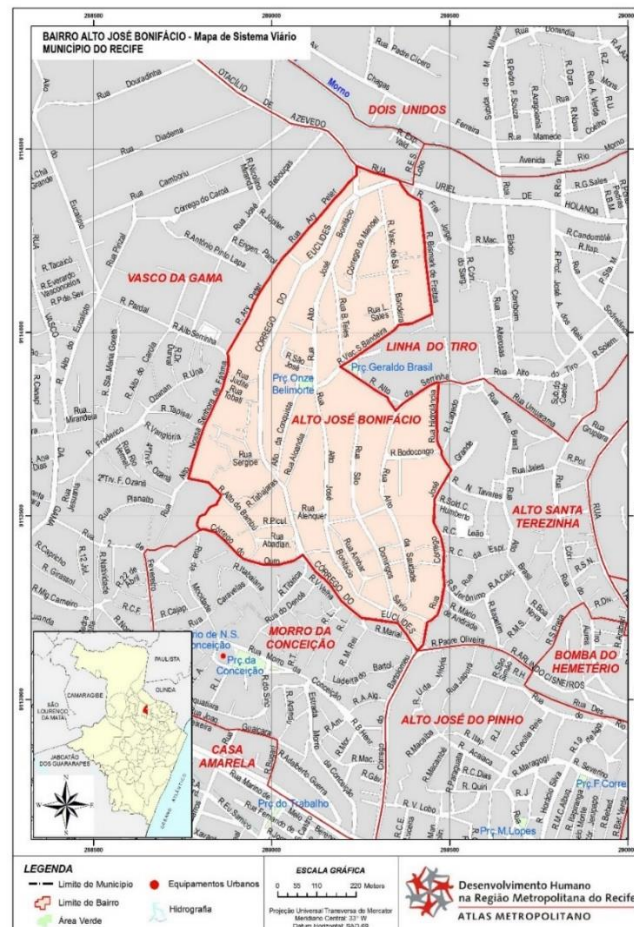
demanda dos próprios moradores: o desejo de contar sobre a origem e as manifestações artísticas e culturais produzidas no local.

3.2.1 Localizando o Bairro

O bairro do Alto José Bonifácio está situado na zona noroeste da cidade e compõem a RPA 3 do Recife¹⁶. Constituiu-se enquanto um bairro no ano de 1988, com a lei 14.452, que redefiniu as coordenadas geográfica, criou os atuais 94 bairros da cidade, desmembrando, assim, os bairros do antigo bairro de Casa Amarela (que reunia 29 antigos sub-bairros), conhecido como a Grande Casa Amarela. Vale registrar que, ainda antes do desmembramento do bairro de Casa Amarela, os moradores, já utilizavam o nome Alto José Bonifácio como referência do lugar de moradia.

¹⁶ As Regiões Político-Administrativas (RPAs) do Recife foram criadas pela Lei 16.293, de 22 de janeiro de 1997, para descentralizar a administração das políticas públicas municipais para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento. De acordo com esta lei, o Recife é dividido em 06 (seis) RPAs e cada RPA tem são subdivididas em microrregiões, visando à definição das intervenções municipais à nível local e articulação com a população.

Figura 1 - Mapa do Sistema Viário do bairro Alto José e bairros circunvizinhos



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2011.

Um aspecto importante da localização do Alto José Bonifácio é ter como uma de suas vias de acesso à Avenida Norte Miguel Arraes. Esta via, mais conhecida por Avenida Norte, é uma das principais do Recife, com 9 (nove) quilômetros de extensão, ligando o bairro da Macaxeira, na BR 101, ao bairro de Santo Amaro, no centro da cidade. A referida avenida cruza diversos bairros com diferentes padrões sociais, o que é possível se ver pelas variações dos aspectos urbanísticos entre os bairros: Torreão, Encruzilhada, Rosarinho, Tamarineira, Casa Amarela e Macaxeira. Margeando ainda os bairros: Espinheiro, Mangabeira, Alto José do Pinho, Vasco da Gama e Nova Descoberta.

Um dos fatos que mais me chamava atenção no caminho para o campo, passando pela Avenida Norte, era a extensa faixa de morros ocupados com habitações e condições de moradias precárias compondo o cenário do meu percurso até o Alto José Bonifácio. A situação daquelas

moradias está exposta para todas as pessoas que transitam por aquela Avenida, cujo cenário mudava radicalmente quilômetros depois, como a marca da desigualdade social no Recife.

Ao longo de toda a Avenida Norte, pode-se ver muitos comércios e equipamentos públicos fundamentais para os moradores dos bairros que margeiam a Avenida, tais como o Hospital pronto socorro infantil Jorge de Medeiros, a Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h, Upinha¹⁷, Regional da Defesa Civil e outros. O acesso ao bairro do Alto José Bonifácio pela Avenida Norte se dá pelo Córrego do Bartolomeu, caminho que liga a principal via do bairro: a avenida Alto José Bonifácio. Esta se inicia na *feira da rodinha*¹⁸, um ponto de referência comercial do lugar e cruza todo o bairro do Alto José Bonifácio.

Na subida da ladeira – Avenida Alto José Bonifácio – pode-se ver a Quadra Poliesportiva do bairro, sempre muito movimentada, principalmente por jovens, homens e meninos, que jogam futebol. A quadra é um espaço de grande referência do bairro, o que eu pude ver já nas leituras exploratórias, antes do trabalho de campo, onde se via a imagem da quadra nas matérias de jornais ou nos perfis dos meios eletrônicos, como Blogs de moradores e Facebook do bairro. Além do uso da Quadra Poliesportiva para a prática esportes, também pode-se ver pessoas próximas, ao redor da Quadra conversando, aguardando um encontro, sendo desta forma um ponto de referência significativo para os moradores do lugar.

A quadra ainda é utilizada como local de eventos realizados na comunidade, tais como shows, culminância de projetos sociais, apresentações artísticas locais etc. Em torno dela, existe um conjunto de pequenos comércios, quitanda, fiteiro; além da Escola Estadual Jornalista Caio Pereira, a praça, o posto policial, a biblioteca comunitária, a sede do antigo clube 11 (onze) do Belmonte e a parada de ônibus.

O Alto José Bonifácio tem a sua localização na divisa da RPA 2 e 3, o que faz com o bairro seja considerado por seus moradores como um lugar estratégico para moradia, considerando a disponibilidade de serviços públicos a sua volta. Vale salientar que aqui não falo da efetividade dos serviços, apenas da presença das instituições públicas tais como: escolas municipais e estaduais, creches, Unidades de Saúde da Família, hospital, maternidade, Unidades de saúde de pronto atendimento (emergência), posto policial, praças públicas, mercados públicos, terminais de ônibus para vários destinos e outros.

¹⁷ Upinha é um serviço de saúde desenvolvido na mesma lógica da UPA, sendo esta de responsabilidade do governo do estado e a Upinha, da prefeitura.

¹⁸ Um ponto de referência importante para os moradores. A feira da rodinha se constitui em um giradouro, que se conforma em um ponto de confluência entre três vias que são acesso a outros bairros: Córrego do Bartolomeu, Córrego do Euclides, Av. Alto José Bonifácio, Córrego José Grande e outras ruas.

Conforme o mapa oficial, definido pela Lei 16.293/97, o Alto José Bonifácio pertence à microrregião 3.2 e faz limite com os bairros indicados a seguir por sua RPA e microrregião: Alto José do Pinho (3.2), Morro da Conceição (3.2), Vasco da Gama (3.2), Casa Amarela (3.1), Alto Santa Terezinha (2.2), Bomba do Hemetério (2.2), Linha do Tiro (2.3) e Dois Unidos (2.3).

A confluência com bairros de outras RPAs tem um caráter ambíguo para os moradores das áreas limítrofes do Alto José Bonifácio. Frequentemente, esbarram com o impedimento de usufruírem dos serviços da prefeitura frente um conflito entre a identidade dos moradores do Alto José Bonifácio com o mapa oficial que subsidia a disposição dos equipamentos públicos nas localidades.

Assim, moradores e moradoras das áreas limítrofes com bairros de outras RPAs e microrregiões, apesar de contar com uma maior quantidade de serviços próximos a sua residência, têm a sua localização definida de forma conveniente pelos profissionais dos serviços da prefeitura, de forma que comumente não são reconhecidos como pertencentes a localidade onde se situam os serviços, ficando impedidos de usufruírem dos mesmos. Este fato foi um dos primeiros aspectos, a localização do bairro, que suscitou reflexões nas primeiras idas ao campo, através das conversas espontâneas com moradoras no posto de saúde e nas entrevistas.

3.2.2 Origem do Alto José Bonifácio

A história sobre a origem do bairro é retratada aqui a partir da memória de alguns moradores antigos e de alguns mais jovens que já se propuseram a este trabalho na comunidade. Vale registrar que, apesar dos moradores mencionarem que existem muitas versões sobre a origem do bairro, durante o trabalho de campo não tive conhecimento de histórias diferentes da que foi contada por sete pessoas entrevistadas em momentos e lugares diferentes na comunidade. Apesar de descontinuidades encontradas entre as entrevistas, é possível identificar a presença de elementos e fatos comuns entre as narrativas.

O nome do bairro Alto José Bonifácio se deve a uma homenagem que o antigo “dono” dos terrenos da localidade prestou a um amigo seu, que se chamava José Bonifácio. O suposto dono das terras, chamava-se Roberto Marinho e era locatário dos terrenos, o chão onde as pessoas faziam suas casas. Vale ressaltar que nem o senhor Roberto Marinho nem José Bonifácio eram conhecidos pelos moradores. Não se sabe descrevê-los fisicamente e nem se sabe de nenhuma aparição deles na região.

O conhecimento que tem sobre eles é a partir dos cobradores de aluguel que iam arrecadar em nome do senhor Roberto Marinho. Além disso, nos comprovantes de pagamento dos antigos dos moradores, consta este nome como sendo o proprietário.

Meu finado pai ele guardava um monte de documento vei lá. Aí um documento lá eu achei... “pai que bagueio é esse aqui? O senhor tava pagando um aluguel de um terreno?” [...] o aluguel do terreno, era isso aí... as pessoa iam pra esse Roberto Marinho, que não é o da Globo, não. Ele tinha um escritório em Casa Amarela e o filho dele é que vinha com uma galerinha cobrar o aluguel (...) (Pinóquio, 37 anos – morador artista).

Em conversa com moradores mais antigos, temos a informação de que nem Roberto Marinho, nem o tal José Bonifácio eram moradores da região e que se desconhece a legitimidade da propriedade dos terrenos.

Eraldo – aqui tinha um campo, esse campo vinha todo sábado um grupo do Dr. Roberto. Não moravam aqui em cima não, cada um tinha suas casa... (Morador antigo, 68 anos)

Delzon – no Verão ele vinha dia de sábado por causa do sol, no inverno ele vinha no domingo de manhã. Aí, vinha aquela turma do Náutico, os “Caduco” do Náutico jogarem aqui e doutor Roberto vinha no meio, que era dono... *Diz que era dono por causa de... é feito os Lundgrens e os Brenand¹⁹ é dono de tudinho, agora ele comprou a quem?* Que Deus botou a terra no mundo, não botou dono, mas esses pessoais, naquelas época a gente tudo atrasado, nossos avôs, nossos pais tudo analfabeto, se aproveitavam disso [...] *Aí, explorava o pobre do povo.* (Morador antigo, 68 anos)

Eraldo – as pessoas que tinha uma casa melhorzinha, existia uma placa: “terreno próprio” que era colocado na frente da casa. Aí, mas todo mundo pagava, todo mundo pagava aquilo dali...[...] Pagava a ele, ia pagar porque ele tinha um escritório...

Delzon – a prova, minha filha, *a turma invadiram, deu nada pra ninguém, num era de doutor Roberto?!...*

[...]

Eraldo – ele, Miguel Arraes com doutor Roberto, houve um acordo pra ele deixar essas terras tudinha pro povo, principalmente essas pessoas da invasão, essas casa de primeiro andar, segundo andar, tudo aquilo foi invadido. Isso aqui era um campo, que nesse campo tinha a sede do Il de Belmonte que tinha

¹⁹ Lundgren e Brennand são duas famílias conhecidas como grandes proprietárias de terras. A primeira família é conhecida pela Fábrica de Tecidos na cidade de Paulista (PE), onde ainda existe um bairro chamado Artur Lundgren. A família Brennand é conhecida a partir do escultor ceramista Francisco Brennand, cujas obras estão livremente expostas no Parque das Esculturas, no Recife Antigo e é também dono da famosa Oficina de Cerâmica, no bairro da Várzea; além disso, o seu irmão, Ricardo Brennand é colecionador, conhecido por ter criado o Instituto Ricardo Brennand, que figura com grande importância no circuito das artes pela sua prática de colecionador e construído um castelo no bairro da Várzea, em Recife-PE.

a dança no fim de semana, o 11 era um clube, um clube muito bom pra ir naquela época...

Conforme o trecho do diálogo, o terreno próprio era adquirido com o passar dos anos de pagamentos. Assim que adquirido o terreno, a casa era identificada na sua frente com uma placa “TP”, que corresponde a *Terreno Próprio*. Moradores antigos relatam que na época da prefeitura de Miguel Arraes, por volta da década de 1960, houve um aumento populacional na área e a cobrança do aluguel do chão foi extinta para os novos ocupantes da localidade. Esta permissão é compreendida pelos interlocutores como um acordo entre Miguel Arraes e Roberto Marinho, em que o primeiro resolve ceder os terrenos aos moradores da região. O fato da chegada de novos moradores, que ocuparam o terreno e construíram suas casas sem pagar aluguel é o que suscita nos antigos moradores a desconfiança quanto à legitimidade da propriedade dos terrenos do suposto dono.

No trecho da conversa exposta acima, é mencionado o *campo de futebol*, que ficava situado onde hoje está situada a Quadra Poliesportiva do Alto José Bonifácio, uma referência de lazer muito utilizada pelas pessoas da comunidade. O antigo campo era um terreno de barro, o que hoje entendemos como um campo de várzea, muito comum em alguns bairros populares do Recife. Isto pode explicar a relação da comunidade com a prática do futebol e a referência que o campo sempre teve para o lugar, tendo em torno dele importantes serviços básicos para a população.

Com base nas conversas, pude compreender que, na primeira metade do século XX, havia poucos moradores na região e residiam na parte alta do morro, sendo raras casas situadas nas áreas das barreiras. A região era conhecida como sítio e não havia serviços básicos na região.

Isso aqui, isso aqui era um sítio, não tinha essa população que tem hoje, isso aqui era o quê? Não tinha estrada, era um terreno bem estreitinho, não entrava carro, não entrava nada. Todo socorro, alguma coisa, a gente subia a ladeira pra descer a outra pra pegar lá embaixo na pista (Maria, 70 anos – Moradora do Córrego do Manoel João).

As primeiras obras públicas criadas na comunidade foram os Chafarizes e uma lavanderia para uso coletivo e eram controlados pelos órgãos públicos da época, correspondente a atual Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Estas obras podem explicar o fato do trabalho de lavadeira de roupa ser um ofício comum entre mulheres moradoras do morro.

Nos relatos sobre este momento inicial da formação da comunidade, os moradores antigos relatam algumas práticas que as famílias desenvolviam para suprir necessidades básicas tais como: o uso candeeiros para iluminação das ruas, fogão improvisado e uso de quengas de coco para cozinhar; o uso de redes para levar defuntos para o cemitério; o uso das árvores frutíferas na região como fonte de alimentação de muitas famílias, o uso de cacimbas para o abastecimento de água na comunidade.

Apesar das cacimbas serem de particulares, os moradores cediam livremente a água para toda a comunidade, como podemos conferir na fala da moradora D. Maria:

Tem, *cacimba de dona Mara*, era a *Cacimba de dona Juju*, a *cacimba de seu Agamenon*, a nossa cacimba aqui é a *cacimba de seu Manoel João*. [...] O pessoal vinha inté de noite, muitos que trabalhavam durante o dia, né? Aí, de noite chegava em casa e tava tudo sem água e eles vinham de noite, as vezes oito horas da noite, nove hora da noite as pessoas abriam a porta, dava a caneca, inclusive a gente aqui também, né? Muita gente vinha pegar água, batia e “cheguei em casa, mas tá tudo seco” o alto Zé Bonifácio não tinha água e o Chafariz tinha o horário...

[...] sendo que na época não era assim como hoje, o poço. Era um cacimbão e tinha tampa, as pessoas tiravam com caneca e enchia as lata e balde e subia as ladeiras, isso aqui era como se fosse um *formigueiro*, quando não tinha água no Alto Zé Bonifácio...lavar roupa, meu deus do céu! Isso aqui, de uma ponta a outra o pessoal tudo era lavando muita roupa, o pessoal descendo com bacia de roupa pra lavar roupa tirando água da cacimba. (Maria, 70 anos – moradora do Córrego do Manoel João)

Uma outra marca importante do bairro Alto José Bonifácio é a história da sua avenida principal, ainda hoje chamada pelos moradores, tanto os antigos como os mais jovens, de *ladeira do boi*. Ficou assim conhecida pelo fato da passagem de bois, criados pela população circunvizinha, que eram conduzidos até o antigo Matadouro²⁰ de Peixinhos, na cidade de Olinda.

A ocupação nas áreas de barreira do Alto José Bonifácio se deu de forma mais intensificada na segunda metade do século XX, certamente relacionada aos efeitos das políticas de “modernização urbana”, cujo foco era a parte central da cidade, de onde os moradores mais pobres desta área foram expulsos para as áreas periféricas da cidade, ou mesmo áreas mais distantes do centro, para buscar moradia.

O processo acelerado de urbanização desacompanhado de uma política adequada que tratasse as demandas da população, sobretudo, da população mais pobre, foi responsável pelas péssimas condições de vida que se desenvolvia nos assentamentos urbanos em Recife, onde as

²⁰ O antigo matadouro de peixinhos é hoje um centro cultural, ponto de Cultura e hoje seu nome é Nascedouro de Peixinhos.

peças viviam sem saneamento básico, sem água, sem iluminação pública, coleta de lixo, sem serviços de transporte, sem rede de educação, nem saúde.

A moradia neste contexto de severa pobreza e o destrato do poder público para com as comunidades pobres impulsionaram, durante os anos 70 e 80, a organização política da comunidade em prol de serviços coletivos. Vale ressaltar que esta organização política se deu em muitas cidades das capitais brasileiras.

Nesta época, a localidade do bairro Alto José Bonifácio ainda fazia parte do bairro de Casa Amarela, apesar de já existir a referência de Alto José Bonifácio para os moradores da região. Então, o movimento de *resistência* que houve no Alto José Bonifácio esteve vinculado ao conhecido movimento do bairro de Casa Amarela, ou melhor, da Grande Casa Amarela.

O movimento de resistência, como é chamado pelos moradores antigos do Alto José Bonifácio, estava vinculado a um movimento mais amplo que se formou em muitas capitais brasileiras, conhecido pelo nome de movimentos de bairros. O movimento de bairro, ou de resistência no Alto José Bonifácio, buscava garantir, além da permanência no território, melhorias para as condições de moradias urbanas. Este momento da história das cidades marca o início de uma ampla discussão sobre o direito à cidade, no qual a moradia é compreendida como um direito humano, cujo sentido vai além do acesso à casa, abrangendo o acesso aos serviços sociais básicos que viabiliza o exercício da função social da cidade.

Este período foi marcado por grande organização social e mobilização das comunidades em torno de benefícios para a coletividade. Desta forma, os moradores se organizavam via Associação de Moradores (antigamente chamado de Conselho), contavam com o apoio da Igreja Católica, representada por Dom Hélder Câmara; e faziam reuniões regulares com ampla participação dos moradores.

A Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio foi criada em 06 de setembro do ano de 1980. A sua atual sede está localizada na Rua Dr. Bevenuto Teles e foi proveniente de doação da Arquidiocese da Igreja Católica em 1984. A organização política dos moradores resultou em muitas conquistas para a comunidade, tais como: a construção da Creche Criança Feliz, a implantação da Unidade de Saúde da Família, a Escola Municipal Pastor Paulo Leivas Macalão, a implantação do posto do policiamento, a construção da praça Alto José Bonifácio e de um ginásio de esportes (Quadra Poliesportiva do Alto José Bonifácio) e outras melhorias urbanas.

No ano de 1988, por meio da Lei municipal 14.452, o Alto José Bonifácio se tornou um bairro independente, sendo desmembrado do bairro de Casa Amarela. Este desmembramento

cumprir mais uma função oficial, servindo mais como uma referência geográfica para os órgãos do poder público, do que para definir ou refletir a identidade dos moradores da área de abrangência.

Com relação à questão da moradia no bairro Alto José Bonifácio, pode-se dizer que o aumento populacional em relação ao início do século XX, e de forma mais intensificada na segunda metade dos anos 1900. Provocou não só uma mudança no cenário físico, fazendo o lugar deixar de ser reconhecido como uma área de sítio para se tornar um bairro urbano periférico, como também gerou mudanças culturais na comunidade.

Vale ressaltar que, no bairro Alto José Bonifácio, existem vários padrões de moradias, que envolvem formas diferentes no padrão das construções das casas e diferenças nas relações entre moradores e o território.

A gente era muito acostumado com um lugar muito calmo, assim não tinha muita agitação, a gente já tava acostumado com as pessoas antigas, né? Moradores antigos... hoje é muita gente novato que vem de outros lugares, porque eles fazem casa e aluga, né? Aí assim, a gente não pode tá julgando as pessoas, mas ficou um lugar assim muito... vamos dizer... a gente, assim, não sabe mais quem é quem aqui. Muita gente novata passa aqui, e passava aqui quem a gente já sabia, fulano mora ali mora aqui... hoje passa gente que a gente num... sabe que mora na redondeza, mas não sabe onde. Entende? Agora tá até melhor, mas antigamente o pessoal alugava a casa, não sabia quem alugava... Muita gente vinham de muito longe e vinham se esconder daquele lugar que morava, entende? Como agora né, o mundo tá muito cheio de aviciado, né? Ficou um lugar de muito assim... mas graças a deus nesse setor que a gente mora aqui eu não tenho o que dizer não. Eu acho assim, a gente convive e sabe com quem conviver. Às vezes, passam aqui dá “bom dia”, “boa tarde” e eu não conheço, mas a gente responde. Aí, pergunta quem aquele? “ah, sei não” “ah, mora lá na favelinha” Aquela chama de favelinha, onde seu Otávio fez aquele primeiro andar. Aqui a gente conhecia muito as pessoas, hoje a gente não conhece mais quase todo mundo daqui porque é aquele entre e sai... (Maria, 70 anos – moradora antiga)

A partir da fala da moradora antiga do bairro, pode-se apreender que as novas moradias provocaram mudanças nas relações sociais entre vizinhos, e consequentemente na sua relação com o bairro. A partir da chegada de pessoas desconhecidas, o lugar se torna menos familiar para os moradores antigos, que adotam práticas de convivência de caráter impessoal. Percebe-se na fala da interlocutora que ela não consegue definir o sente ou como ver o bairro com a chegada dos novos moradores. Mesmo não sendo tão bem aceita a mudança nas relações sociais na vizinhança, a relação de afeto com o bairro não é atingida, o que faz com que a dona Maria não consiga nos definir o que sente ou como ver o seu bairro com a presença das novas moradias no morro.

Na fala, também é evidenciada que existem distinções entre as áreas de dentro do próprio bairro e estas diferenças são demarcadas por fatores que não foram explorados neste trabalho de pesquisa. Contudo, é possível identificar que o *tempo* em que ocorreram as construções e a *origem* dos novos moradores são fatores que demarcam as diferenças os moradores das diferentes áreas do Alto José Bonifácio.

A origem do bairro, bem como explicação sobre o seu nome há muito tempo são objetos de interesse de muitos moradores do Alto José Bonifácio. O interesse em desvelar e registrar a história do lugar pode ser compreendido como um conhecimento que agrega valor ao bairro e aos seus moradores.

sabe porque eu acho importante, eu vou lhe explicar agora: Você imagina que eu como aluno assim, eu era um cara quase que não era conhecido aqui no Alto, morei aqui a vida inteira, desde criança aqui e nunca fui conhecido... quando eu comecei a resgatar essa história do Caio Pereira (Escola) de desenhar ele e sair no Jornal o rosto de Caio Pereira,[...] eu senti a importância, e por ter contato com o professor Roberto, que ele era professor de história, eu senti a importância de vocês resgatar a história de um povo porque, foi o que falei agorinha, porque até hoje, uma coisa tão simples, juntar meia dúzia de gente aí que tem uma condiçãozinha a mais, uma motoquinha, um carro, sei lá, e ir lá na casa de um cara mais velho que tá morando longe e ir lá conversar com o cara e pegar umas três quatro versão e fazer essa história de lançar o livrinho. Eu acho importante resgatar a história sabe porque, eu chego no grupinho lá e converso com Cannibal, com Zé Brown²¹, com a galera lá que culturalmente lá é forte. A galera resgataram a história do morro da Conceição, tá ligado?... Então assim, a gente fazer uma história na doida aqui só pra ter registrado é fogo, tá ligado?. Eu acho isso, que deveria ... eu acho importante isso você resgatar até por questão de valorização, se a gente não fazer isso vai voltar aquela realidade do passado. (Pinóquio, 37 anos – Artista da comunidade)

A partir da fala do morador e artista, Pinóquio, a importância no resgate da história da comunidade pode ser compreendida como um fator que agrega valor ao lugar, aos seus moradores, e, no seu caso, enquanto uma personalidade conhecida no Alto José Bonifácio e entre os artistas dos bairros próximos, também reconhecidos na produção cultural em Pernambuco. Contudo, para ele, este registro deve contribuir para assegurar as garantias de serviços do bairro e favorecer a outras melhorias urbanas e culturais para a comunidade.

²¹ Cannibal é cantor e baixista da banda *Devotos*. Zé Brown é rapper da banda *Faces do Subúrbios*. Ambos os músicos e suas respectivas bandas são da comunidade do Alto José do Pinho, em Recife, e são reconhecidos nacionalmente no cenário musical.

3.2.3 Organização interna e infraestrutura

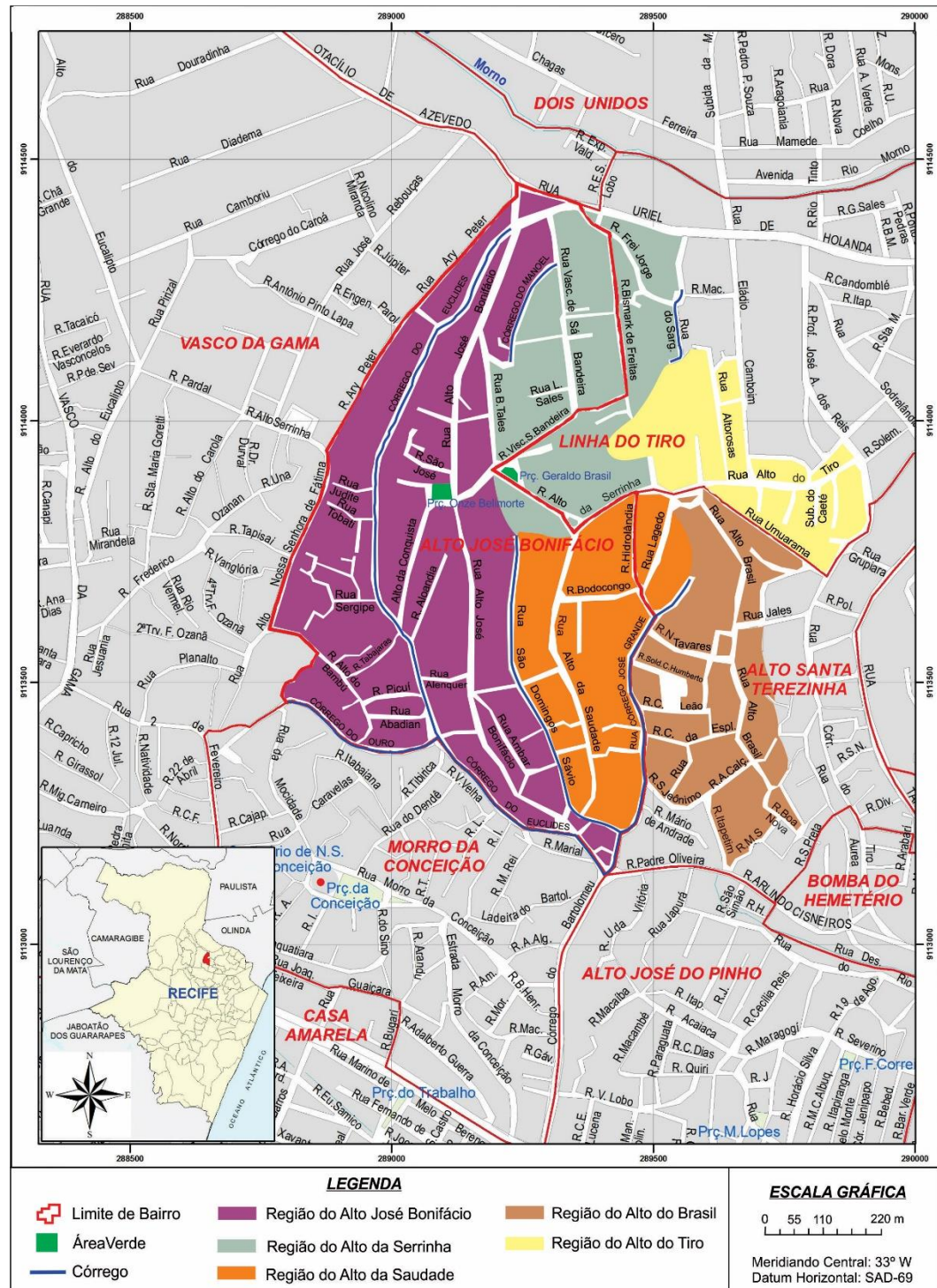
O Alto José Bonifácio é dividido internamente em cinco sub-regiões, que são importantes referências dos moradores. Vale notar que as sub-regiões são definidas com base nas cinco partes altas do bairro e são referências propriamente nativas e auto referenciais, usadas por moradores e moradoras para indicar a área que residem no bairro.

As sub-regiões são: 1) Alto José Bonifácio, 2) Alto da Serrinha, 3) Alto da Saudade, 4) Alto do Brasil e 5) Alto do Tiro. Comumente, para se referir a sua residência no bairro, os moradores se referem como: - “*da região da Serrinha*”; -“*moro no Alto da Saudade*”, - “*sou do Bonifácio*”, por exemplo.

Com base nas entrevistas realizadas pela Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA), a partir do seu Departamento de Memória de Casa Amarela no ano de 1987, pode-se compreender que estas referências internas já eram usadas pelos moradores de antigamente, ainda antes do desmembramento do bairro do Alto José Bonifácio da grande Casa Amarela. Isto pode ser visto, na entrevista com o morador João Lopes da Silva, “Bubu”, que é identificado como morador do Alto da Serrinha (FEACA, 1988).

Com base no mapa do sistema viário do bairro, da base cartográfica oficial, tentarei representar as sub-regiões do bairro, a partir do qual é possível observar o contraste entre a definição oficial, definida pelos órgãos oficiais do Estado e válida para implementação dos serviços públicos; e o mapa definido a partir do auto reconhecimento dos moradores dos bairros, o qual extrapola os limites do mapa oficial, confrontando a arbitrariedade deste último.

Figura 2- Representação das sub-regiões do Alto José Bonifácio



Fonte: CONDEP/FIDEM, 2011 elaborado por Robbyson M. Melo, 2017.

Com base no mapa acima, temos que os esquemas de auto identificação dos moradores não corresponde a demarcação dos limites oficiais do Alto José Bonifácio.

Da parte alta do bairro, os moradores contam com uma vista panorâmica para outros Altos da cidade do Recife tais como: Morro da Conceição, Casa Amarela, Alto Santa Terezinha,

Dois Unidos e outros, chegando a ver a cidade de Olinda. Também é marcante na vista nos altos do Alto José Bonifácio o contraste com os grandes prédios dos bairros vizinhos, como Tamarineira e Parnamirim.

Figura 3- Contraste entre moradias dos morros e dos bairros vizinhos (Vista da Rua Itaúna)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Estar em uma das partes altas do bairro e mirar para outro ponto alto é se deparar com uma paisagem formada pela topografia recortada e com ruas e escadarias improvisadas pelos moradores nas barreiras, cujo cenário provoca a sensação de estar diante de um labirinto em movimento para os olhos não acostumados com o ambiente.

No bairro do Alto José Bonifácio, existem ainda quatro importantes Córregos (partes baixas, pontos de encontro entre as partes Altas): Córrego do Euclides, Córrego do Manoel, Córrego São Domingos de Sávio e Córrego José Grande. Estes são também usados como referências de indicativo do lugar de moradia no bairro. Assim, frequentemente, os moradores se definem como: - “*sou do Córrego do José Grande*”; - “*moro no Córrego do Manoel*”, por exemplo.

Andando pelos Córregos, temos uma vista das precárias condições das moradias e da infraestrutura nas barreiras do Alto José Bonifácio. É comum a presença de grande quantidade de lixo nas barreiras, lonas plásticas rasgadas, casas à beira da barreira, casas em construção, casas sobrepostas umas às outras, casas com rachaduras, obras de contenção danificadas ou paralisadas, água servida lançada diretamente nas barreiras, e esgotos a céu aberto que descem

as escadarias. Também, observa-se grandes construções como as escadarias e os muros de contenção, erguidas pelo Programa Parceria nos Morros.

Figura 4- Casa na área do boqueirão, região do Alto José Bonifácio (vista da rua do córrego do Euclides)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 5- Casas sobre muro de contenção na área do Boqueirão, região do Alto José Bonifácio (vista da rua do córrego do Euclides)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 6-Região do Alto da Saudade (vista da escararia da Rua Nestor Tavares, acesso pela Rua Córrego José Grande)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Diferente da ideia geral que se tem sobre escadas, cujo conceito, em geral, está associado à sua função de dar acesso a subir e descer para chegar a pontos (lugares) interligados; para os moradores do morro, as escadarias, são vias de acesso e de socialização entre vizinhos e moradores da comunidade, sendo chamadas de ruas. Assim como as ruas, muitas escadarias nos morros têm a suas margens casas de um lado e de outro. Conta com uma circulação pessoas nos horários convencionais que as pessoas chegam trabalho e da escola. Contudo, na maior parte do tempo, as escadarias são ambientes de pouco trânsito de pessoas, se configurando como espaços sombrios.

No Alto José Bonifácio, as escadarias são muito altas e é raro escadarias com corrimãos que auxiliam e facilitam a locomoção, principalmente de grávidas, pessoas idosas com movimentos limitados e até na prestação de socorro da população em geral.

Muitas escadarias formam a continuação de ruas que foram interrompidas pelo desgaste com os efeitos da erosão (principalmente pelas águas lançadas, chuvas e a falta de obras). As escadarias geralmente recebem o nome das ruas as quais dão continuidade, como é o caso da Rua Bevenuto Teles, Rua Bismark de Freitas, Rua Nestor Tavares e outras, onde se vê que parte da rua é formada por uma faixa de terra mais larga, asfaltada ou não, e outra parte é escadaria, que continua, em geral, de forma mais estreita, ligando os moradores das partes altas às ruas ou córregos, partes baixas.

Figura 7 – Escadaria da rua Amoreira, região do Alto do Brasil



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 8 –Escadaria que liga a Rua Alto José Bonifácio a Rua Córrego do Euclides, Região do Alto José Bonifácio



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 9 – Escadaria da Rua Arabide, acesso pelo Córrego do Euclides



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

De forma geral, as vias principais de cada sub-região são ruas ou Avenidas asfaltadas, onde circulam um grande fluxo de ônibus, motociclistas, carros e pedestres, o que se vê na Avenida Alto José Bonifácio (Região do Alto José Bonifácio), Rua Visconde de Sá Bandeira (Região do Alto da Serrinha), Rua do Alto do Brasil, Córrego do José Grande e outras. Contudo a maioria dos moradores do bairro Alto José Bonifácio não mora nestas vias principais, tampouco contam com uma infraestrutura mínima onde suas casas se situam na mesma comunidade. A maioria dos moradores do bairro mora nas áreas de barreiras, em sua maioria, sem obras públicas.

Em geral, o acesso das vias principais do bairro a parte das barreiras, ocorre por ruas estreitas, becos ou escadarias. As barreiras constituem declinações das partes altas, também chamadas de encostas. São nelas onde se vê uma maior dinâmica de construções de casas no bairro, tanto construções para novas moradias como ampliações para acomodar familiares, que pode ser compreendido como parte dos chamados processos domésticos, analisados por Scott e Franch (2011).

A partir dos referidos autores, os processos domésticos podem ser compreendidos enquanto um conjunto de fatores envolvidos na ocasião da fixação de moradia e envolve, principalmente, a família, as relações de parentes e outras redes sociais dos indivíduos, a partir dos quais, as pessoas podem garantir a moradia no lugar. Vale notar que, nas populações mais

pobres, estes fatores predominam na decisão da fixação da moradia, colocando em segundo plano as condições de infraestrutura urbana do lugar.

Para a autora Dora Vargas (2009), são os ativos sociais que têm assegurado o direito à moradia para esta parcela da população pobre na cidade. Os ativos sociais formam uma rede de apoio não-institucional, acionados, em geral, diante da falta do acesso aos serviços básicos. Esta rede de apoio é formada basicamente pelas pessoas ligadas por relações afetivas e de solidariedade: família, parentes, amigos e vizinhos, que a partir da divisão e do compartilhamento de responsabilidades garantem que os indivíduos em situações mais precárias possam ter uma vida regular: trabalhar, estudar, constituir família, ter uma moradia, entre outros, além de acolher em casos extremos, como, por exemplo, a perda da moradia por motivo de desastre.

O cenário de autoconstruções e improvisações nas barreiras ocupadas reflete as trajetórias de vida dos moradores do morro. Tais trajetórias são envolvidas por ações, emoções, valores e representações, ensejando a proclamação de um lugar social e de uma forma de pertencimento à sociedade e também revelam a construção social do risco por grupos sociais específicos (Vargas, 2009), que neste caso são os moradores das áreas de morro.

Aqui, não ignoro a presença e até a expansão de políticas públicas e programas sociais nas comunidades pobres, como é o caso da política de atenção básica a saúde, creches, das escolas estaduais e municipais, as políticas de transferência de renda; no que diz respeito à habitação, a existência de uma Política Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei, 11.124/2005). Contudo, é válido reconhecer que o alcance destas políticas, muitas vezes não supre as necessidades específicas das famílias, o que faz com que estas continuem a lançar mão de estratégias para acessar direitos e manter garantias. E para isto, contam com os ativos sociais. No caso da política de habitação, a mesma não abrange toda a demanda social. Isto explica o fato das autoconstruções ser a forma predominante de provimento do direito à moradia da população mais pobre do Brasil, conforme Ferraz de Sá (2009).

3.2.4 Os serviços sociais e a mobilização política

Durante o trabalho de campo, alguns dos serviços sociais presentes no Alto José Bonifácio, foram revelados como importantes nas entrevistas ou em minha observação. Aqui, tentarei retratá-los com base nas sub-regiões onde estão localizados.

Quadro 2- Serviços públicos e comunitários no Alto do José Bonifácio

SUB-REGIÕES	SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
Alto José Bonifácio	Quadra Poliesportiva; Colégio Estadual Jornalista Caio Pereira; Posto Policial; Praça Alto José Bonifácio (com Parque para crianças)	Capela Nossa Senhora da Conceição (matriz da Igreja do Morro da Conceição); Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura; Sede do Antigo 11do Belmonte
Alto da Serrinha	Unidade de Saúde da Família Alcides D'Ávila Codoceira; Creche municipal Criança Feliz Praça Geraldo Brasil	Associação dos Moradores (local de funcionamento de cursos e serviços) Sede da Rádio Ágape (comunitária evangélica)
Alto da Saudade	Não identificado	Não identificado
Alto do Brasil	Terminal de Ônibus	Espaço Cultural Canto do Povo (atualmente inativo e sem sede)
Alto do Tiro	Escola Municipal Pastor Paulo leivas Macalão (mais conhecida no bairro como o <i>Macalão</i>)	Não identificado

Córrego José Grande	Escola municipal Josefina Marinho; Escola Municipal Margarida Siqueira Pessoa; Escola Municipal Compositor Levino Ferreira; Creche Unidos Venceremos; Poço Córrego José Grande e Estação elevatória de Água do Alto José Bonifácio	Terreiro de Candomblé Conselho de moradores
Córrego São Domingos de Sávio	Terminal de ônibus	Conselho de Moradores
Córrego Manoel João	Não identificado	Grupo de Mulheres da Terceira e Idade
Córrego do Euclides	Upinha Dia Creche Olga Benário	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

No que diz respeito a presença de equipamentos públicos municipais e estaduais, pode-se dizer que o Alto José Bonifácio conta com uma ampla rede de serviços públicos, contudo estes não são distribuídos de forma equânime entre as regiões. Os equipamentos comunitários, que são aqueles criados e mantidos pela comunidade, também se expressam de forma concentrada entre as sub-regiões.

Figura 10 – Localização de alguns serviços em mapa



Fonte: Imagem do Google com marcações da pesquisadora, 2017.

Figura 11 – A Quadra Poliesportiva do Alto José Bonifácio



Fonte: Agenda Cultural na Web, 2017.

Figura 12- Colégio Estadual Jornalista Caio Pereira



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 13- Posto Policial do bairro, Rua Alto José Bonifácio



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 14 – PRAÇA PÚBLICA, RUA ALTO JOSÉ BONIFÁCIO



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 15 –Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura, Rua Alto da Conquista, Região Alto José Bonifácio



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 16 – Creche Criança Feliz, na Rua Visconde de Sá Bandeira - Região Alto da Serrinha



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 17- Posto de Saúde e Praça Geraldo Brasil, na Rua Visconde de Sá Bandeira - Região Alto da Serrinha



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 18 - Terminal de ônibus do Bairro – Região Alto do Brasil



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 19 – Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio



Fonte: Agenda Cultural na Web, 2017.

Vale salientar que os serviços não estão restritos aos moradores das localidades onde os mesmos estão sediados, assim, existe o compartilhamento dos equipamentos sociais entre os bairros próximos, o que faz com que os moradores do Alto José Bonifácio utilizem os serviços públicos de outros bairros, tais como a Escola Municipal Manoel Antônio de Freitas, na Bomba do Hemetério e a Escola Estadual Ana Malta, no Alto José do Pinho. Aqui, pretendo apenas retratar a forma como os serviços públicos se distribuem pelo bairro, de forma a compreender os diferentes padrões de moradia e convivência entre as diferentes sub-regiões do Alto José Bonifácio.

No que diz respeito à mobilização ou organização política, minhas observações aconteceram mediante a minha aproximação com Ricardo e Fernando. A partir da convivência com eles, cada um com seu nível de engajamento com as questões da comunidade e com a política mais ampla da cidade, o Alto José Bonifácio mostrou-se uma forte arena política, onde se vê a presença de tendências político-partidárias demarcando diferentes pontos de vista sobre a comunidade.

Vale notar que o forte envolvimento com a política, sobretudo partidária, é um aspecto comum entre os bairros populares, notados em muitos estudos da antropologia urbana, como Antonádia Borges (2003), na cidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal (Brasília) e por Márcia Couto (1996), no seu trabalho com as mães do Clube de Mães do Alto da Favela, comunidade do bairro do Vasco da Gama, em Recife.

A partir das conversas com os informantes, nota-se que o Alto José Bonifácio tem a tradição de aglutinar pessoas em torno de partidos de tendência esquerda. Durante a pesquisa de campo, pude perceber duas correntes partidárias atuantes no bairro, uma centrada em torno do morador do bairro e Vereador Almir Fernando, do partido do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e a outra corrente mais vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido ao qual Fernando é filiado e tentou se candidatar a vereador do Recife.

Pude observar que a identificação político-partidária ou mesmo a empatia com o vereador é um fator que mobiliza os moradores do Alto José Bonifácio entorno de melhorias dos serviços sociais presentes no bairro. Durante o trabalho de campo, pude acompanhar um pouco da organização dos moradores na realização de um Ato público para reivindicar o funcionamento da Unidade de Saúde da Família da comunidade. A ação buscava protestar o funcionamento da USF que, até o mês de janeiro de 2017, estava há sete meses praticamente desativada, com alguns serviços funcionando no salão da Associação dos Moradores.

capoeira, teatro, dança popular, ensaio de quadrilha, oficinas e outras. Além das atividades descritas acima, a Associação funciona dando suporte as atividades do posto de saúde do bairro.

Em minha aproximação com a Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio, pude perceber a relação de aproximação entre os moradores funcionários da associação e o vereador Almir Fernando. Para os funcionários, o vereador trouxe muitos benefícios atuando como intermediário da comunidade. A relação entre vereador- associação e comunidade se dá a partir das demandas da Associação dos Moradores que são encaminhadas ao gabinete do Vereador e são expedidos ofícios para os órgãos público responsáveis tomarem providências.

Aqui, nota-se o uso parte da Associação dos Moradores do vereador como estratégia para melhorias da comunidade, mas, que também reproduz um ciclo de dependência entre moradores e vereador, que acaba por beneficiar interesses pessoais e políticos também. Vale salientar que o referido vereador ocupa o cargo desde 2005, estando em seu quarto mandato consecutivo. Ressalto que ao longo da pesquisa, me deparei com moradores, principalmente nas entrevistas, que não são adeptas ao vereador. Sobre isso, será aprofundado no quarto capítulo, quando esta relação morador-vereador é retomada no contexto das condições de risco das moradias situadas nas barreiras.

Apesar de frequentemente me deparar com a demarcação política (partidária) na comunidade, para Fernando e Ricardo, a organização política no Alto José Bonifácio já foi mais forte, mais mobilizada. Para eles, hoje o movimento político do bairro está desarticulado: *“na época não tinha nada, por isso as pessoas se organizavam. Hoje temos tudo, existe a acomodação das pessoas”* (Ricardo Herculano, morador do Alto da Serrinha). Ricardo relata que o que movimentava a participação política dos moradores antigamente, na época em que não existiam os serviços atualmente disponíveis, *“era a conjuntura política e o fato da comunidade está se formando”*, sem muitas condições urbanas. Para ele depois de consolidada, a comunidade se acomodou.

Segundo Ricardo, o Alto José Bonifácio *“é uma fábrica de fazer lideranças”*, contudo *“os interesses políticos travam as iniciativas dos líderes comunitários”*. Ele explica que existem dois tipos de líderes: *Líder Político* e o *Líder de Massa*. Explica que o primeiro é o eleito, aquele que nos representa; enquanto que o segundo é o que organiza o povo, toma a frente das mobilizações e organização social, os quais para ele, não existem mais no Alto José Bonifácio.

3.2.5 Produções artístico-culturais locais: a diversidade no Alto José Bonifácio inscrita a partir de trajetórias individuais

*“É povo na arte
é arte no povo
E não o povo na arte
De quem faz arte com o povo*

*Por de trás de algo que se esconde
há sempre uma grande mina de conhecimentos
e sentimentos”*

Etnia (Chico Science e Nação Zumbi)

Conhecer os artistas e algumas das produções locais foi um marco para esta pesquisa durante o meu trabalho de campo, uma vez que revelou um contraste com o foco do meu olhar sobre a comunidade, que se voltava às moradias situadas em áreas suscetíveis a desastres. Mesmo tendo como o objeto da pesquisa as interações sociais entre moradores dadas a partir das condições da moradia no morro, é inegável, que o *risco* se constituía em um aspecto negativo do bairro.

Assim, conhecer artistas e algumas produções artístico-culturais fez despertar a imagem da comunidade do Alto José Bonifácio para além da evidente pobreza que marca o bairro à primeira vista. Mostrou que além de estratégias criativas na solução da problemática habitacional e da moradia, alguns moradores ainda usam a arte para comunicar sobre o seu lugar ou simplesmente, usar da arte para revelar o seu lugar.

Dentre as artes e os artistas moradores do Alto José Bonifácio, a *Grafitagem* é uma das mais desenvolvidas no bairro, seus artistas são muito conhecidos e são referências entre os bairros do entorno. Nesta pesquisa, o Grafite do Alto José Bonifácio é representado pelos artistas Klebér Francisco Alves, conhecido como Pinóquio e Marquinhos Graffi. Ambos, além de desenvolverem o Graffite como uma arte urbana, ainda usam a sua habilidade de desenhistas em trabalhos paralelos. Pinóquio é tatuador e tem um estúdio de tatuagem no bairro. Marquinhos Graffi usa a arte do Graffite em camisas e seu atelier também fica localizado na comunidade.

Musicalmente, o Alto José Bonifácio se destaca pelo *Hip-Hop*, sendo representado pelo grupo *Gueto Psicodélico*, do qual Marquinhos Gaffi é integrante junto com o Welton (vocalista) e outros. Além do *Hip-Hop*, a *Banda Marcial* também tem expressividade na comunidade e ocupa posições de destaque nos campeonatos de bandas marciais em Pernambuco. O

responsável pela condução da banda é o morador e professor de música Israel Melo, professor da banda marcial da Escola Estadual Caio Pereira.

Nas *artes plásticas*, destacam-se o Biu Santeiro e Zildo Marques. Zildo Marques é morador no Córrego José Grande e é uma das referências na literatura. Escreveu um livro sobre o morador fundador do Córrego, intitulado *Dados biográficos do Popular Zé Grande*, em 1992. O livro além de contar sobre a vida do morador, conhecido pela alegria, a história da família e por ser uma referência na região, também oferece uma base etnográfica da comunidade do momento da fundação do bairro.

Figura 20 – Livro de Zildo Marques. Dados Biográficos do Popular “Zé Grande”, Recife, 1992



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Além de Zildo Marques, a *literatura* no Alto José Bonifácio também é representada por Jurandir Bezerra Paz, mais conhecido como *Juba*. Este poeta é morador do Córrego José Grande, nascido no Alto José Bonifácio (durante nossa conversa no bairro, Juba aponta com a mão para a casa onde nasceu). É servidor público aposentado, formado em letras e atualmente

é graduando do curso de direito em Recife. Aos 50 anos de idade, Juba ainda é militante político e referência política da comunidade e em eleições passadas tentou se candidatar a vereador.

Como uma *manifestação popular*, no bairro já existiu o antigo Maracatu Leão Brasileiro, de baque solto (maracatu Rural), cujo fundador foi “seu João Calumbi”, que faleceu em 2012. Seu João Calumbi era morador da Rua Alto Itaúna, que é conhecida entre os moradores antigos como “beco do maracatu”. A sede do Maracatu era na própria casa de seu João Calumbi. Nela, atualmente, moram seus filhos e filhas. O Maracatu existiu por cerca de 35 anos, até o seu João Calumbi e sua esposa se tornarem evangélicos. A partir daí os adereços do Maracatu passaram a ficar na Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio e continuava ativo, sendo levado por brincantes que vinham da cidade de Nazaré da Mata, zona rural de Pernambuco, para onde foi levando e permanece ativo nos dias de hoje.

Na antiga casa no bairro, os filhos de João Calumbi ainda conservam as máquinas de costura usadas na confecção das roupas dos caboclos do maracatu, o banco de madeira antigo, usado no momento da confecção das roupas e no momento de assistir ao desfile do maracatu pelo bairro. Segundo Elias e Edgar, filhos do senhor João Calumbi, na época em que o maracatu estava ativo na comunidade, muitas pessoas do bairro se mobilizavam para participava na construção do Maracatu e da brincadeira durante o carnaval.

Figura 21 – Seu João Calumbi, fundador do Maracatu Leão Brasileiro



Fonte: Arquivo da família, 2017.

Figura 22 - Atelier de confecção das roupas dos caboclos de lança do Maracatu Leão Brasileiro (casa da família, na Rua Itaúna)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 23 – Antigo banco usado pelos tocadores do Maracatu Leão Brasileiro



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Edgar Macaxeira e Elias Guarda-Chuva, como são conhecidos na comunidade, lembram a alegria da comunidade, o clima de festa entre os vizinhos e ressaltam ainda que ajudavam seu pai na confecção do cabelo do caboclo de lança, no corte das fitas nas cores amarelo e azul.

Sempre antes das apresentações fora do bairro, o Maracatu Leão Brasileiro realizava o cortejo pela comunidade do Alto José Bonifácio, fazendo a comunidade parar e contemplar o cortejo.

A *dança* no Alto José Bonifácio tem expressão com a dança popular (frevo, caboclinho, maculelê). Um dos bailarinos e coreógrafos mais conhecidos da dança popular em Pernambuco é um morador do bairro, Carlos Luís Marcena, mais conhecido por Carlos Limão. Ele iniciou sua carreira como bailarino pelo Balé Popular do Recife em 1985 e, em 1991 fundou, junto com outros bailarinos, o Balé Brincantes de Pernambuco. Carlos Limão é reconhecido internacionalmente e atualmente é professor de dança popular do Balé que ajudou a fundar, que funciona do centro da cidade do Recife.

Além destas expressões artísticas, durante o trabalho de campo ainda encontramos a quadrilha infantil Pingo de Gente e grupo de teatro no Alto José Bonifácio, cujos ensaios acontecem na Associação dos Moradores.

Cabe registrar aqui que nas conversas com os artistas, muitos ressaltaram a importância dos interesses dos gestores públicos e até de iniciativas da comunidade em incentivar o desenvolvimento de cada arte e a difusão das expressões artísticas na própria comunidade. Relatam a falta de espaço e do incentivo às suas produções artísticas.

Neste sentido, a Escola Estadual Jornalista Caio Pereira se destaca como um importante centro formador de artistas locais, como aconteceu no caso da arte do grafite. Alguns grafiteiros do Alto José Bonifácio foram ex-alunos da escola e tiveram a sua formação de grafiteiros a partir da participação em projetos pontuais ou longos, como *Projeto Amigos do Morro*²⁴, idealizado pelo professor de geografia, Roberto Soares, da Escola estadual Jornalista Caio Pereira.

O Projeto Amigos do Morro foi uma iniciativa institucional importante que merece ser destacada pelo alcance e reconhecimento na comunidade, sendo ainda muito lembrado entre os moradores. O projeto visava à prevenção de desastres ambientais no Alto José Bonifácio a partir das informações repassadas pelas equipes de alunos moradores que saíam pelas ruas e escadarias do bairro explicando para outros moradores sobre os riscos e alternativas de cuidado com a barreira.

Este projeto era de caráter interdisciplinar e envolvia também muitas expressões artísticas, entre elas, a grafiteagem. As oficinas de grafite despertaram o interesse de muitos

²⁴ Voltarei a falar do Projeto Amigos do Morro no próximo Capítulo. No presente capítulo, ele é destacado como uma iniciativa institucional, idealizada e mobilizada por um professor da rede estadual de ensino, que promoveu muitas mudanças positivas na vida dos estudantes que participaram do Projeto e na comunidade em geral, que contava com um canal de informações importantes para a prevenção contra desastres.

estudantes que aderiram ao Projeto Amigos do Morro que até hoje aproveitam a habilidade e o conhecimento adquiridos tanto para obter renda quanto para alcançar uma consciência cidadã e mais participativa na comunidade. Sobre este último aspecto, a partir da trajetória de vida de um dos grafiteiros do Alto José Bonifácio, é possível identificar o lugar e o significado da arte na vida pessoal, além de uma diferença para entre a pichação e a grafiteagem e o que estas práticas representam para os interlocutores, como se verá no próximo subtópico do capítulo.

Iniciativas como o Projeto Amigos do Morro, da escola estadual do bairro, que valoriza as habilidades artísticas, pode indicar um caminho para a ressignificação do sentido da vida de estudantes e das pessoas da comunidade em geral. Além disso, pode favorecer a problematização das condições materiais do bairro, possibilitando a criação de alternativas para muitas questões da comunidade, como a violência, a moradia, infraestrutura, saneamento, entre outros.

Além disso, as ações que valorizam as criações artísticas de seus moradores, pode favorecer a reelaboração da imagem das comunidades pobres, que são diariamente estigmatizadas nas relações sociais, tendo, sobretudo, os meios de comunicação como os responsáveis pela construção de uma imagem negativa, comumente associada à ideia de lugar perigoso, lugar de risco, de violência e do crime. Isto, pode explicar a surpresa de alguns moradores e moradores do Alto José Bonifácio após me apresentar e explicar que eu estava no bairro para realizar uma pesquisa. Após a expressão de surpresa, vinha a seguinte observação: “que milagre! a maioria das pessoas tem medo de subir o Alto.” (Mônica, moradora da Região do Alto José Bonifácio).

A revelação das produções artístico-culturais do Alto José Bonifácio, surgida durante o trabalho de campo, pode ser compreendida como um provável desejo dos moradores em apresentar outro aspecto da vida no morro, e até mesmo o esforço de desconstruir uma identidade marcada pelo estigma originado pelo seu endereço.

Apresentar artistas e produções locais pode-se ser compreendida em estratégia de resistência dos moradores do Alto José Bonifácio à construção da imagem do “lugar dos pobres”, dado nas relações de poder entre as classes sociais, como nos mostra Nascimento Jr.(2008), em seu estudo sobre a construção do estigma dos moradores de morro do Ibura, um bairro popular do Recife.

3.2.6 A Escola Caio Pereira e o Projeto Amigos do Morro inscrevendo um diferencial nas trajetórias dos jovens do Alto José Bonifácio

A escola estadual Jornalista Caio Pereira recebe destaque neste capítulo por ter sido mencionada de forma expressiva durante as entrevistas no Alto José Bonifácio. Ela é retratada por diversos olhares e perspectivas das pessoas que entrevistei, exercendo, de forma geral, alguma influência para a vida destas pessoas. Não é nenhuma novidade que a escola exerça tal influência, contudo, a pesquisa de campo mostrou que a escola se constituiu em um importante espaço de revelações ou aperfeiçoamento de talentos, os quais ex-alunos utilizam até hoje em sua vida profissional e são reconhecidos no bairro e na cidade pelos seus talentos.

A escola Caio Pereira, como é mais conhecida no bairro e no entorno, marca a sua presença no Alto José Bonifácio desde 1958, de acordo com uma pesquisa realizada por um professor da escola, sendo este o ano adotado pelas direções, docentes e técnicos da escola como o ano de referência da existência da escola. Segundo a diretora da Escola, “os últimos documentos que encontramos datam de 1958, mas acreditamos ser de antes. Muitas coisas foram perdidas, pois servimos de abrigo dos desabrigados da cheia que deu na cidade no ano de 1974” (Jacqueline dos Santos, diretora da Escola, em entrevista à Agenda Cultural).

De acordo com a direção da escola, a maioria de seus estudantes são moradores do Alto José Bonifácio e dos bairros vizinhos: Morro da Conceição, Bomba do Hemetério, Linha do Tiro, Brejo e outros. Atualmente, a escola Caio Pereira desenvolve quatro modalidades de ensino: a) Ensino fundamental II e III, b) Ensino médio regular; c) Educação de jovens e adultos nível fundamental; d) Educação de jovens e adultos nível médio.

Em anos anteriores, na Escola Caio Pereira já foi desenvolvido o Projeto Travessia fundamental e médio, porém, no ano de 2017, não foram formadas turmas para a continuação deste projeto. O Travessia faz parte do Programa de Aceleração de Estudos de Pernambuco e configura-se como uma política pública de ensino do governo do estado. Tem por finalidade reduzir a defasagem idade/série dos estudantes do ensino médio da rede estadual da educação pública. De acordo com o site institucional²⁵, o Projeto deve funcionar por meio da metodologia do Telecurso. O fato de não haver inscritos ou de não haver inscritos suficientes para a formação de turmas para o Projeto Travessia na escola Caio Pereira, pode indicar, entre possibilidades de interpretação, que a quantidade de pessoas no bairro e no entorno com a referida defasagem já não é tão expressiva. A não formação de turmas pode indicar ainda

²⁵ Endereço eletrônico: < <http://www.travessia.caedufjf.net/travessia-inst/> > acessado em 21 de dezembro de 2017, às: 13:30.

dificuldades do público com relação à metodologia do projeto; ou as dificuldades que adultos e jovens ainda vivenciem para conciliar os estudos com outros afazeres e responsabilidades associadas às condições de sobrevivência.

De acordo com a direção, atualmente, a escola não está desenvolvendo nenhum projeto paralelo voltado à comunidade, fora dos muros da escola, apenas para as/os próprios estudantes, como é o caso do Programa Novo Mais Educação²⁶. Este Programa é voltado aos estudantes do ensino fundamental e funciona no contraturno dos estudantes participantes a partir de execução das seguintes atividades: xadrez, banda marcial, futsal e acompanhamento pedagógico.

A Escola também é responsável por desenvolver o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI)²⁷, mediante as atividades de iniciação científica, reforço de português e matemática, uso de mídias e tecnologias e informação profissional.

Além desses, conta-se ainda com o Projeto Fortalecimento das Aprendizagens, da secretaria estadual do governo de Pernambuco, cuja proposta é apoiar estudantes dos últimos anos do ensino fundamental, e estudantes do ensino médio a fim de que os mesmos melhorem seu desempenho escolar e superem as principais dificuldades referentes à aprendizagem em língua portuguesa e matemática²⁸.

Vale uma ressalva: a existência de incentivos institucionais por parte do Ministério da Educação ou do governo do estado do Pernambuco, expressando uma dinamicidade na política de educação atual em termos de programas e projetos; contudo não identificamos atividades como iniciativas locais, da própria escola ou como parceira, no sentido de trabalhar questões propriamente locais, vivenciadas por alunos, familiares, vizinhos e comunidade em geral.

²⁶ O Programa Novo Mais Educação foi criado pelo Ministério da Educação com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Informações disponíveis em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao> > acessado em: 21 de dezembro de 2017, às 14:00.

²⁷ O Programa Ensino Médio Inovador foi criado no ano de 2009, pelo Ministério da Educação com o objetivo de apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. De acordo com o site institucional, o PROEMI busca promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Informações no site: < <http://educacaointegral.mec.gov.br/proemi> > acessado em: 21 de dezembro de 2017, às 14:27.

²⁸ Como um direcionamento da secretaria do governo do estado de Pernambuco, no Fortalecimento das Aprendizagens, cabe ao professor *identificar as principais dificuldades da sua turma, analisar os resultados do desempenho com o objetivo de promover intervenções pedagógicas adequadas, além de articular as atividades desenvolvidas nas aulas aos conteúdos, descritores que os estudantes demonstram ter dificuldades e os documentos curriculares*. < <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=2492> > acessado em 21 de dezembro de 2017, às 14:40.

Apesar de dissolvida entre as diversas atividades dos programas e projetos institucionais estaduais ou federais, não identificamos como primordial, em primeiro plano, nenhuma ação da escola voltada às questões da realidade do bairro. Embora, positivo a oferta de diversos programas e projetos desenvolvidos na escola Caio Pereira, noto que os mesmos convergem para uma proposta de “fortalecimento” de conhecimentos de disciplinas como português e matemática, ratificando e restringindo o papel da escola nos moldes do ensino de uma educação formal.

Como contraponto, temos registrado nas memórias e nas falas de muitos moradores do Alto José Bonifácio, o Projeto Amigos do Morro, que tinha como um dos objetivos principais prevenir a comunidade contra o deslizamento das barreiras repassando orientações diretamente às famílias moradoras das áreas suscetíveis à deslizamento Alto José Bonifácio. O Projeto Amigos do Morro foi idealizado e coordenado pelo professor de geografia da escola, Roberto Soares, durante os anos de 1998 a 2014.

Este projeto, além de ações educativas com os moradores, envolvia muitas expressões artísticas, como uma das formas de comunicação sobre a realidade das condições de moradias nas barreiras no bairro e no entorno, muitas vezes vividas pelos próprios estudantes. A repercussão positiva do Projeto Amigos do Morro resultou em inspiração para o um dos principais programas da prefeitura do Recife voltado à população moradora das áreas de morro, o Programa Guarda-Chuva, criado em 2001, com o objetivo de atuar em várias frentes para evitar acidentes e perdas humanas, principalmente durante o inverno, e melhorar a qualidade de vida da população²⁹. Neste caso, vemos que uma iniciativa de âmbito local evidenciou uma problemática de forma sugestiva para a sua solução, se transformando em uma ideia adotada pelo poder público e se institucionalizando enquanto ação preventiva dos danos decorrentes desastres.

Além de sua amplitude para as áreas de morro da cidade do Recife, a partir da redefinição das práticas da defesa civil e outros órgãos municipais, o Projeto Amigos do Morro, proporcionou importantes contornos na história de vida de alunos participantes. Com a inserção no Projeto, estudantes puderam descobrir ou revelar seus talentos artísticos, o que proporcionou e ainda proporciona um reconhecimento para muitos deles na comunidade e na cidade. Para muitos, os talentos artísticos, do grafite, da fotografia, da música, constituem a principal forma de trabalho e fonte de renda.

²⁹ < <https://www.recife.pe.gov.br/especiais/guardachuva/> > acessado em 21 de dezembro de 2017, às: 17:00.

Neste sentido, a pesquisa revelou como a escola a partir de uma iniciativa, em especial do professor Roberto Soares, voltada a uma problemática local, específica, pode apontar impactos positivos para os indivíduos, para a comunidade e para a cidade.

Este Projeto tinha caráter de uma ação interdisciplinar e envolvia também muitas expressões artísticas, entre elas, a grafiteagem. As oficinas de grafite despertaram o interesse de muitos estudantes que aderiram ao Projeto Amigos do Morro que até hoje aproveitam a habilidade e o conhecimento adquiridos tanto para obter renda, quanto para alcançar uma consciência cidadã e mais participativa na comunidade.

Para ex-estudantes da escola Caio Pereira e participantes do Projeto Amigos do Morro, é possível perceber os impactos do Projeto nas trajetórias de vida desses artistas e sobre o bairro. Apesar de serem pessoas diferentes e artistas diferenciados, os integrantes do antigo Projeto tem em comum a preocupação com melhorias para o bairro e para a sua comunidade.

A seguir, as falas de dois artistas entrevistados serão expostas aqui no sentido de compreender a partir do próprio sujeito o sentido da escola Caio Pereira como uma instituição educacional pública e de iniciativas como o Projeto Amigos do Morro para as suas vidas e para a comunidade.

3.2.6.1 *Pinóquio, a Grafiteagem e o Bairro*

Aos 37 anos, o artista Kléber Francisco Alves, mais conhecido como Pinóquio, é morador do Alto José Bonifácio e uma das referências da grafiteagem e em desenhos em geral. Também é tatuador e tem seu estúdio em um espaço alugado no bairro. A entrevista ocorreu no seu estúdio, durante o horário de trabalho, sendo por isso, algumas vezes interrompida por pessoas que chegavam para falar com Pinóquio, que parava e pedia para que aguardassem. Apesar de ter o trabalho interrompido, durante a entrevista ele demonstrou-se entusiasmado e com vontade de falar sobre a sua trajetória artística e sobre alguns aspectos do seu bairro.

A partir de uma breve exposição da trajetória de vida de Pinóquio, é possível identificar o lugar e o significado da arte na vida pessoal, além de uma diferença para entre a pichação e a grafiteagem e o que estas práticas representam para os interlocutores.

Ricardo – (Pinóquio) *Era pichador. Era um delinquente.*

Pinóquio – *Era pow. Da pior espécie. Porque assim, na verdade é o seguinte, na verdade até hoje né. [...] poucas pessoas tá cagando pra esse Alto aqui, eu sou nascido e criado aqui e a turma tá cagando pra essa comunidade. E eu era mais um que tava também nessa onda aí porque eu era pirraia, 13 anos, 12 ano, por aí tal. Aí eu sai do Magno Siqueira (escola) que era no Córrego Zé Grande, fui estudar no Caio Pereira (escola). Peguei a 6ª que é a pior turma do Alto Zé Bonifácio. Tá ligado? Mas, era. Aí, nisso aí me tornou ainda pior. Porque assim, o desenvolvimento pra aquela época já era punk, né? Vamos botar que 40% desse Alto funciona, um exemplo né? Vamos botar que o posto de saúde ele funciona 5%. Aí o terminal de ônibus... aí eu já vivia naquela questão assim de que o Alto de que nunca, sempre foi forte culturalmente, mas ninguém se juntava pra nada. Pra piorar a situação, meu pai ... meu finado pai né, me humilhava de todas as formas porque eu passava o dia desenhando em casa pra não tá pichando na rua. Ele achava que, como era matuto, né? do interior e tal, ele achava que esse baguio era pro cara que era homossexual [...] Então era pau de segunda a segunda, né? E feriado ele batia menos. Então isso fez fazer eu ir pra rua pichar, né? Aí eu fui pro Caio Pereira, aí, do nada, eu fui na cidade numa banca na Conde da Boa Vista (Avenida no centro da cidade), eu nem me lembro qual é a banca mais. Eu fui comprar uma revista, aí, eu vi a mesma letrinha que eu fazia só que na forma coloridinha, a mesma letra de pichação, era uma revista lá do Terceiro Mundo da turma lá de São Paulo grafiteiro. Aí eu disse “porra, meu irmão, já que eu desenho eu tenho vontade de fazer isso aqui, porra, num é pichar mais não!”. Aí eu fui morgando, morgando e não quis mais mesmo. Abominei a pichação e só grafite. Aí a primeira pessoa que me deu oportunidade na escola foi o ex-diretor Ivaldir e tal... Quando ele assumiu a direção ele tinha uma visão cultural totalmente diferente...*

A fala reflete uma repressão vivenciada pelo artista grafiteiro na família, cujo pai, devido às limitações de uma cultura machista, compreendia a arte de desenhar como uma habilidade própria de mulheres, provavelmente por se expressar como uma habilidade manual.

Além disso, o trecho da entrevista evidencia uma oposição entre a prática da pichação e da grafiteagem. Enquanto a primeira é associada à depredação da comunidade, a segunda é vista como uma arte que colore o cenário urbano e valoriza a comunidade. A partir do diálogo com o interlocutor, considero válida a reflexão sobre o fato do grafite ter sido incentivado no espaço escolar, o que provavelmente pode ter facilitado a aceitação desta prática na comunidade e ter garantido a ela o status de arte.

Neste sentido, a institucionalização da grafiteagem possibilitou uma reformulação da ideia que se tinha sobre a arte do grafite na comunidade, o que se vê nas palavras do pai de Pinóquio:

ele (o pai) acabou me explicando uma coisa... ele me explicou o seguinte: “meu filho”, depois que ele percebeu a importância do meu trabalho assim,

me pediu desculpa e não sei o quê e pá... aí, ele disse a mim “o que você faz, você vai morrer e seu trabalho de arte vai ficar”... Pronto, isso daí pra mim foi o ponta pé inicial... então eu vi a importância até pra comunidade, porque ela era muito depredada, pichada, aqueles meninos que grafitam ali não queriam nada com nada. (Pinóquio)

Este trecho da fala de Pinóquio evidencia que a aceitação do grafite por parte do pai e a importância que o artista atribuía a arte para o bairro foram fatores determinantes para que ele permanecesse com o grafite. Além destes, a visibilidade também se constitui em um importante incentivo para ele.

Aí, foi quando depois da escola eu acabei me destacando, né? A gente fez matéria pra galera da época né, da Globo [...] Record, Jornal do Comércio. Acho que o mais completo foi o Diário de Pernambuco. (Pinóquio)

O projeto Amigos do Morro se constituiu em uma oportunidade significativa para a vida artística de Pinóquio. Durante entrevista, demonstra o reconhecimento, muita estima e admiração ao idealizador do Projeto, professor Roberto Soares, e ao antigo diretor Ivaldir, que permitiu que Pinóquio fosse o coordenador oficinas do Programa Escola Aberta³⁰, também desenvolvido na Escola Jornalista Caio Pereira, no Alto José Bonifácio.

Então Beto (refrindo-se ao professor Roberto Soares) pra mim, assim, [...] ele foi o primeiro cara, assim, que eu vi querer de fazer o projeto, reunir os alunos, subir (o morro) mesmo todo domingo, quase todo domingo ele vinha aqui... (Pinóquio)
em relação a isso (o Projeto Amigos do Morro)... ainda digo mais, sem puxar sardinha pra Roberto. Ele foi o primeiro, único e melhor projeto que já houve, pra mim, no estado de Pernambuco. Não foi só no Recife não, foi no estado de Pernambuco. Tanto é que esse projeto de prefeitura, projeto Guarda-chuva, foi filado (copiado) do Amigos do Morro. Tinha uma parceria com a CODECIR³¹, e tudo mais. Em relação a isso aí foi o projeto. E a gente ia para as barreiras falar com o morador pra prevenir da queda de barreira e ensinar a ele como tratar a barreira, o que plantar, vegetação de pequeno porte, cortar, se for cortar a barreira cortar a 60° graus, então a gente aprendeu,

³⁰ De acordo com informações do site institucional, a Escola Aberta consiste em um Programa do Ministério da Educação que buscava incentivar e apoiar a abertura das escolas públicas durante os finais de semana, em territórios considerados de vulnerabilidade social. As escolas em que funcionava o Programa Escola Aberta, aos sábados e/ou domingos ofertava aos estudantes e à população do entorno atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16739-programa-escola-aberta> > acessado em 24/12/17 às 17:30.

³¹ CODECIR corresponde a antiga Coordenadoria de Defesa Civil do Recife, que hoje é Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC). Como visto anteriormente, com a mesma função da SEDEC, a CODECIR era o órgão responsável pelas ações tais como prevenção, monitoramento das áreas de morros e alagados da cidade suscetíveis a desastres.

teve curso da CODECIR, tudo que professor Roberto conseguiu pra gente, independente de política, de tudo, ele foi o cara em relação isso aí, pra mim.

Na entrevista com Pinóquio, a visibilidade da comunidade mais uma vez é evidenciada como um elemento relevante e é apontada como uma contribuição do Projeto Amigos do Morro para o Alto José Bonifácio. Para Pinóquio, a repercussão do projeto nos meios de comunicação, dado que evidenciava tanto uma problemática do risco de desastres para as moradias no morro, quanto o talento artístico das pessoas do bairro, chamou atenção do poder público.

depois do projeto de Beto, Amigos do Morro, a imprensa veio fazer entrevista com a gente, então acabou virando foco também dessa questão política tipo assim, a gente vai ter que ajudar porque também tá demais, né? ... passando na televisão a denúncia e tal e esses alunos tão indo de graça e tal ... Beto que fazia os panfletos, o secretário de Educação da época ainda fez panfleto pra Beto. Umas camisa porque, Beto nunca quis dinheiro né, eu acho que daí foi grande importância da gente admirar tanto ele, ele nunca quis dinheiro assim.

Para Pinóquio, o fato de ser voluntária a atitude do professor e dos estudantes participantes, o Projeto expunha à sociedade a inércia do poder público para com a questão das moradias nas áreas de morro e o risco de desastre. Para este artista, o Projeto realizava ações viáveis positivas para a comunidade, apesar das dificuldades em se manter com relação a orçamento.

No Programa Escola Aberta, atuou como coordenador das oficinas durante dez anos. Neste, o trabalho era desenvolvido durante os fins de semana e esta foi uma oportunidade que proporcionou a Pinóquio o conhecimento e a interação com outros artistas do bairro, que são mencionados em um tom de muito entusiasmo.

passei dez anos como coordenador do Escola Aberta. Ai eu terminei os estudos, já era coordenador, já era voluntário, já era porra toda. Aí pronto, aí rolou esse baguio aí, pra mim foi massa. Porque assim, eu perdia todo sábado e domingo praticamente da minha vida, durante dez anos naquela escola ali se dedicando a essa questão cultural, mas foi ali onde fomentou tudo, né?. Foi dali onde eu tive mais amizade, que eu fiz cinco anos de capoeira, então eu não tive mais tempo de treinar capoeira pra ser lutador, mas eu conhecia a galera... que até hoje eu conheço, a galera de dança popular...

então eu ter feito amizade com Limão, porra que já viajou pra Europa e tal ... então assim foi massa, enriqueceu meu trabalho. Assim o que eu faço é bacana, mas tem gente que faz um trabalho ainda mais bacana que eu. Ai me tornei fã. Lula, finado Lula do Pilão a gente fez uma matéria dele... ele morreu acho que ano retrasado... a gente fez uma matéria pro blog de um amigo meu, o Jesuel... que depois se tu quiser a gente leva lá, que tá com um trabalho de

artesanato e ele é fotógrafo, porra massa. Então assim, foi massa porra, mas eu ainda sinto falta de mais, tá ligado? (Pinóquio).

O entusiasmo com que fala do trabalho de outros artistas próximos a ele, demonstra que para Pinóquio, a existência e o reconhecimento dos artistas agrega valor ao seu bairro. É possível ver ainda que, para ele, o Projeto Amigos do Morro, resultou em um desdobramento positivo para a sua comunidade mediante a visibilidade que o bairro recebeu através dos meios de comunicação e para a sociedade que pode conhecer o Alto José Bonifácio a partir de uma iniciativa de um projeto escolar voltada para uma problemática local que é de responsabilidade do poder público, além de proporcionar a revelação para a cidade e até para o estado de Pernambuco os jovens moradores do Alto José Bonifácio com talentos artísticos.

3.2.6.2 Jesuel Santana: o multiartista

Jesuel Santana tem 40 anos de idade, é morador do bairro do Alto José Bonifácio, se autoidentifica como um multiartista, devido as várias habilidades e o seu trabalho a com diversas expressões artísticas: pintura, fotografia, escultura, marcenaria e também escritor de um blog. Conheci Jesuel Santana depois do trabalho de campo da pesquisa, em meio as buscas de notícias sobre o Alto José Bonifácio na mídia local pela internet, onde encontrei o seu Blog *O espelho da comunidade no reflexo do cotidiano*³², apontado na pesquisa do google pelas matérias sobre algumas personalidades conhecidas do Alto José Bonifácio, como as matérias: *Seu Danda, o vendedor de doces do Alto José Bonifácio* e *Lula Pilão*. Logo me encantei pelas matérias, pelas fotografias, sempre ressaltando muitas cores ou até mesmo em preto e branco, que retratam cenas comuns do cotidiano da comunidade de forma crítica, mas também poética. A partir das informações no Blog, no dia seguinte entrei em contato com Jesuel pelo Facebook e pelo Whatsapp, meios onde conversamos por horas e por onde realizei entrevista com o multiartista via áudio.

Nas primeiras conversas, ele me explicou sobre o seu trabalho no blog, como fazia as matérias e o processo de manter o mesmo. Explicou que devido a falta de recursos financeiros ou patrocínios não teve condições de continuar trabalhando para o Blog. Para realizar as matérias, Jesuel custeava a própria passagem de ônibus ou ia aos lugares de bicicleta. Vale ressaltar que produzia matérias próximo a sua casa, mas algumas vezes, em outros municípios, como a matéria sobre a feira na cidade de Moreno (a aproximadamente 33km de Recife). Além

³² < <http://jesuelsantana.blogspot.com.br/> > descoberto e acessado por mim em: 14 de setembro de 2017, às 14:15.

disso, ficava exposto aos diversos riscos urbanos com os equipamentos fotográficos, inviabilizando-o de continuar a escrever para o Blog.

As perguntas da entrevista foram enviadas para Jesuel via Whatssap, de forma escrita. E ele respondia via áudio como uma forma de dar mais fluidez ao diálogo e atribuir a um perfil de entrevista semiestruturada, aberta. Tendo em vista que Jesuel trabalha como autônomo e passa muitas horas do dia dedicado ao seu trabalho e considerando que se tratava de uma entrevista à distância, o que permitia certa flexibilidade, deixamos acordado que ele respondesse às questões no tempo que fosse mais conveniente para ele. Assim, as informações adquiridas neste formato de entrevista foram produzidas no intervalo de tempo entre os dias 17 e 29 de setembro de 2017. Durante estes dias, mantemos contato quase que frequente, de maneira a aprofundar as informações que Jesuel cedia via áudios.

É verdade que a entrevista realizada nestas circunstâncias, deixa de ter os elementos clássicos que produzem os dados de uma entrevista presencial, como o contato com o interlocutor, que face a face proporciona relações como empatia, apatia, constrangimentos, embaraços do interlocutor ou do pesquisador/a, além de reações e estratégias. Dessa forma, a entrevista à distância não possibilita a leitura dos elementos presentes na ocasião em que o interlocutor produz ou elabora suas respostas, impossibilitando assim, a leitura das informações não verbais que compõem uma entrevista.

Apesar de produzidas em circunstâncias escolhidas pelo interlocutor, nas quais acredito que o mesmo buscava menos interferência possível ao seu ambiente para responder as minhas perguntas, durante os dias que mantemos contato mais intenso, foi possível perceber que Jesuel manteve-se atencioso, respondendo todas as perguntas, e mostrou entusiasmo ao falar da sua vida profissional e todo o seu esforço para aperfeiçoar suas habilidades.

Percebi que, geralmente, Jesuel respondia às questões no horário da noite, por volta das 21h, após o horário de trabalho. Alguns contatos que tentei fazer no horário habitual de expediente, Jesuel explicava que não podia naquele momento, pois estava realizando algum trabalho, geralmente peças de marcenaria. Ao retornar meu contato com as respostas, demonstrava-se cansado com o dia de trabalho, mas, mantinha-se disponível e atento às minhas perguntas. Em dias de final de semana, relatava que estava respondendo no quintal da sua casa como um lugar mais tranquilo, devido ao barulho de som alto: *“como a comunidade, final de semana ou começo de semana, pega fogo aqui. Como no domingo é muita zuada, aí eu tô esperando... isso... como é que posso dizer, o fogo abaixar mais um pouco, né, da comunidade pra te responder visse!?”* (JESUEL SANTANA, conversa via Whatssap). Neste e em outros

momentos, nota-se o interesse do artista em responder e priorizar o melhor momento para seguir com a entrevista.

Atualmente, Jesuel Santana não conta com um espaço apropriado como seu atelier, mas improvisa uma oficina de trabalho na área de serviço da sua casa. Ele também não dispõe de loja física para expor seus trabalhos, apenas de uma loja virtual, as redes sociais, um blog e um canal do Youtube para divulgar os seus trabalhos e compartilhar ideias criativas.

A trajetória de sua vida artística foi marcada pelo seu esforço no aperfeiçoamento de suas habilidades artísticas, que sem muitas condições financeiras buscou se inserir em cursos gratuitos na cidade até se consolidar enquanto um multiartista. Enquanto estudante da escola Caio Pereira, onde estudou durante dez anos, já era reconhecido por suas habilidades artísticas a partir das quais adquiria destaque. Assim como Pinóquio, Jesuel também participou do Projeto Amigos do Morro.

Eu participei de um projeto acho que foi na... no oitavo ano por aí não recordo direito, né!? A gente tinha um grupo se chamava amigos do morro, projeto realizado pelo professor Roberto Soares, de geografia, e a gente como alunos participava do projeto levando informações, né, para dentro da comunidade. Também palestras para outras escolas da rede estadual. E... o nome do projeto era amigos do morro, né!? E a gente como aluno a gente levava orientação para dentro da comunidade, principalmente para aquelas pessoas que moravam em área de risco. Então, a gente colhia... a gente levava informações e também colhia as informações dele do que ele estavam precisando, né!? Pra... por exemplo pra uma barreira que tava deslizando, a casa que tava rachando, problema também de esgoto, água sendo jogado em barreiras, plantação feita indevida, corte de barreira também sendo cortado errada, construção de muro de arrimo feito pelo próprio morador, construindo de maneira errada. Então a gente levava essas orientações para dentro da comunidade e eu fazia função, além de também das informações, eu fazia função de tipo um repórter fotográfico onde eu fotografava eu tinha uma câmera e eu fotografava as ações que aconteciam através da gente, né? Com a comunidade registrava isso em foto. Também a gente tinha orientação da Codecir aqui de Recife a gente assistia a palestras, né? Tendo a orientação da, da, da, do líder [...] desse órgão. E aí e a gente colhia essas informações trazia pra dentro da sala de aula passava também para outros alunos, né, e levava para a comunidade, levava para outras escolas como eu havia falado. (Jesuel Santana)

Assim como na fala de Pinóquio, a fala de Jesuel, demonstra o Amigos do Morro era um Projeto de caráter interdisciplinar e que envolvia parceria com órgão da defesa civil municipal, sendo desta forma, um projeto de perfil provocador do poder público.

Participei, né, desse que eu acabei de falar sobre o Projeto Amigos do Morro, participei de um outro também que foi... era Brasil em Linhas e Formas...

onde também idealizado pelo professor de geografia Roberto Soares, onde eu, né, Jesuel Santana mais um outro colega chamado Klebe e mais um outro colega chamado Renê. Esses três tinha habilidade e tem habilidade artística ainda hoje e naquele, naquele período né!? Naquele ano, acho que a época era o ano 2000, se não me falha a memória é... a gente desenhava né? Muito antes desse, dessa data a gente desenhava e aí o professor ficou conhecendo sobre a nossa, nossa habilidade artística e chamou a gente para participar desse projeto (Brasil em Linhas e Formas). Então, a gente como, a gente tinha habilidade para o desenho artístico, né!? De natureza morta, a gente se uniu a esse projeto sem nenhum patrocínio, tudo que acontecia era custado pelo professor de geografia, né, o Roberto Soares e aí viagem e almoço era tudo... quem pagava era ele, né, porque ele tinha fé que o projeto ia chegar até a Bahia, porque a ideia era que quando o Brasil completasse 500 anos de descobrimento a gente ter rodado algumas cidades do Estado de Pernambuco, no caso desenhando igrejas, monumentos antigos, né, e a gente... a intenção era chegar na Bahia, né!? Mas aí não tivemos patrocínio e o projeto foi abortado. Foi esse... esses dois projetos que eu participei como aluno. (Jesuel Santana)

Devo aqui notar uma vez que a professor Roberto Soares aparece mais uma vez enquanto uma personalidade de muita influência na vida artística dos interlocutores, a partir de sua iniciativa, enquanto professor do Colégio Estadual Caio Pereira, que reconhecia o talento dos alunos do Alto José Bonifácio. Desta forma, é possível apreender o sentido que tem o professor, o Projeto Amigos do Morro e a Escola Caio Pereira para os artistas do Alto José Bonifácio que foram seus alunos.

Na entrevista com Jesuel, é marcante o seu esforço na busca pelo aperfeiçoamento de suas habilidades artísticas na pintura e na fotografia, principalmente, o que revela aspectos próprios dos processos domésticos e espaciais na aquisição de habilidades e conhecimentos dos jovens das camadas pobres do Recife (Scott e Franch, 2011).

[...] a gente já tinha habilidade artística, né!? A questão da contribuição pra se fazer um curso... Até, na, verdade foi oferecido o curso pelo próprio Professor Roberto Soares, mas como eu fazia um curso de pintura em tecido numa galeria de arte e o curso que ele tinha até... até... [...] adquirido dentro da Federal de Pernambuco (referindo-se ao curso de extensão na Universidade Federal de Pernambuco) eram três bolsas, né!? Pra mim e pra os outros dois colegas. [...] Dessa bolsa eu não pude participar porque eu estudava pela manhã e o curso na Federal era pela manhã. Mas teve, acho, que dois colegas que participaram e terminaram também não concluindo. Não sei também porquê. acredito que era as dificuldades que era muito é... porque a gente muitas vezes não tinha dinheiro, não é, pra fazer o curso, digo na questão de passagem pra se locomover até determinada instituição pra estudar e era muito difícil. Então assim é... pra dizer que o Caio Pereira deu apoio, não deu, artisticamente não deu. Até porque a gente não tinha nem matéria suficiente de arte na verdade a gente só tinha a matéria de arte aonde só havia uma hora de aula durante a semana, né!? E depois eu acho que só... acredito que da matéria que teve de arte acho que não passou nem um mês, porque era sempre assim não sei o que é que havia no sistema, né, do colégio

que o professor vinha dava uma aula, duas e depois ninguém sabia o que acontecia que não aparecia mais.” (Jesuel Santana)

Observa-se que o talento de Jesuel era notório na escola, e muito considerado, mais uma vez, pelo professor Roberto Soares. Diante da fala exposta acima, fica evidente as limitações de ordem sócio econômicas na vida dos jovens moradores dos bairros pobres, que mesmo diante de uma oportunidade de estudo gratuito para um curso ofertado, encontra a dificuldade no traslado de casa para o local do curso. Neste caso, ainda, conta-se como uma limitação o horário de turno da escola (do ensino formal), que, a partir de um jogo de negociações de perdas e ganhos, desejos e condições materiais, o interlocutor “optou” por continuar em um curso mais próximo a sua casa, que ele compreendia como mais viável para as suas circunstâncias, e manteve a sua vaga na escola pública.

Jesuel traçou um longo caminho, do qual apresento apenas pequenos fatos com a função de ilustrar a vida e carreira de artistas moradores das áreas mais pobres da cidade. Além das oportunidades ofertadas, vale ressaltar que Jesuel também buscava oportunidades para expandir suas habilidades, como se vê a seguir com relação ao curso de fotografia.

Como eu falei agora há pouco eu fiz um curso de pintura em tecido na galeria de arte e quando curso tava pra acabar, faltava uma semana... Acho que era uma semana, o meu curso. Aí eu fiquei sabendo por um outro colega que à tarde nessa mesma galeria de arte, tinha um curso de fotografia na lata, que era a "PinHole". E aí eu falei com a diretora de arte, a diretora da galeria, pra participar até mesmo como ouvinte. Ela deixou dizendo que só não poderia usar o material, porque já estava contado para os outros alunos, a questão de passagem também, de lanche, mas eu disse a ela que o meu interesse ali era só tá como ouvinte e na verdade eu deixei de ser ouvinte para ser na verdade aluno já desse curso, né, de "PinHole". Aí, eu terminei o curso de pintura e fui fazer o curso de PinHole, como ouvinte, só que deixei de ser ouvinte pra participar como aluno mesmo, né!? Porque? A turma era de 30 alunos do curso e alguns alunos estavam na verdade brincando muito, não tava tendo interesse e papel fotográfico, e químicos fotográfico, pra o processo analógico, né? em preto e branco, era muito caro na época. E aí o professor me deu umas duas câmeras artesanais que tinha lá e depois eu fiz algumas e comecei a fazer fotos, ele me deu as instruções como deveria ser feita. Comecei a fazer fotos dentro da comunidade chamado comunidade Pilar aqui na... aqui no Recife. E aí, duas fotos que eu fiz terminou parando na mesa da diretora de arte, né!? Que é uma curadora também. E aí ela me chamou perguntando, eu até pensei que ela ia me cortar do curso, chega fiquei com medo, né!? Perguntando se eu... Se aquelas foto era minha, eu disse que sim e naquele momento ela disse: Olhe, você... já falei com seu professor, seu professor vai dar material você, pra você fotografar porque tem alunos aqui que eu já estou cortando e que não está tendo interesse, tá estragando muito material. Então foi assim que aconteceu, né!? meu currículo vamos dizer assim artístico. Depois eu passei a trabalhar dentro dessa galeria de arte montando exposições de fotógrafos de nomes nacionais e internacionais, como por exemplo, eu posso dizer aqui alguns nacionais: Claudia Andujar,

Carolina Pires, Chirumba, Daniel Berissom, Sebastião Salgado e vou falar internacional: Luís Bailon, da Espanha. O outro era Pierre de Van, da França, o outro era Luiz Cloudê, CloudêDetivan. Alguma coisa assim não tô lembrado agora, e o outro era... tem um outro aí que era francês e não tô lembrado agora o nome dele. Então foi essas pessoas que eu trabalhei nas exposições desses fotógrafos, né!?E depois na mesma galeria de arte eu trabalhei como assistente, com uma francesa, apoiando,né !? Auxiliando ela na atividade da fotografia PinHole, que depois, ano depois eu já participei como arte-educador e trabalhei 4 anos dentro da galeria como arte-educador ensinando a fotografia na lata e montando exposição, depois eu fui trabalhar numa ONG, chamada Movimento Pró-Criança aqui no Recife, aonde também fiz um curso profissionalizante por essa instituição, escola de fotografia dessa instituição e... é...e a diretora dessa escola de fotografia ficou sabendo do meu talento e me ofereceu também é... um curso profissionalizante.

[...]

Então assim, a minha, a minha vivência artística foi essa de buscar, de saber onde é que tinha de graça, né!?E fazer o curso realmente que eu gostava, porque eu nunca procurei...Às vezes eu era até direcionado pra fazer cursos que não eu não tinha identificação com eles e muitas vezes eu até fiz pra compreender, pra entender. Mas meu interesse mesmo é o lado artístico. (Jesuel Santana).

4 RISCO, DESASTRE E DINÂMICAS TERRITORIAS NO MORRO

Este terceiro capítulo trata do estado da arte dos estudos sobre risco e desastres no âmbito das ciências sociais. Seguindo uma perspectiva de se buscar uma paridade epistemológica entre diferentes racionalidades, também apresentarei outra noção sobre o assunto advinda de outras bases que não a científica, tal como o senso comum. Assim, busco somar esforços junto aos trabalhos que evidenciam as noções e práticas lançadas pelos grupos ou populações diretamente expostos ou afetados por desastres, tal como o estudo de Paulo Granjo (2006). Desta forma, tentarei mostrar que o risco e os paradigmas dos desastres se constituem em uma arena de epistemologias em disputa por hegemonia, da qual não se pode ignorar os conhecimentos produzidos pelas experiências empíricas, sob o risco de acirrar ainda mais o fosso de injustiça contra estas populações.

A partir dos estudos existentes sobre desastre e risco, é possível apreender que o primeiro, apesar de suas variadas definições, corresponde a um fenômeno material, concreto, objetivo; enquanto o risco se constitui em matéria subjetiva, na qual se pode especular e existir enquanto discursos, sem desprezar a sua dimensão objetiva.

Os desastres e os riscos receberam tipologias e classificações, contudo, de acordo com José Manuel Mendes (2016), “como na definição de risco está presente a noção de que há pessoas e comunidades que são afetadas pelos perigos existentes na verdadeira acepção do termo, todos os riscos são sociais” (MENDES, 2016, p. 43). Cabe ainda ressaltar que as pessoas são atingidas desigualmente pelos desastres ou catástrofes, de acordo com as estruturas, as condições sociais, as dinâmicas de poder e das desigualdades decorrentes das diferenças sexuais, étnicas ou de classe social, por exemplo.

Com base em Mendes (2016), a divisão clássica dos tipos de desastre são: 1) Desastres naturais e 2) Desastres antrópicos. Os desastres antrópicos se dividem em: 2.1) desastres tecnológicos, 2.2) desastres sociais e 2.3) o misto dos dois.

Em geral, o desastre natural é compreendido como um evento geofísico que tem impacto sobre os seres humanos e seu ambiente. Segundo Mendes (2016), na sociologia, durante muito tempo se alimentou uma noção de que as consequências psicossociais e os impactos nas comunidades dos desastres tecnológicos eram maiores do que aos associados desastres naturais. Até que autores como Krow-Smith e Stephen Couch (1991 apud Mendes, 2016, 45) romperam com esta visão essencialista, propondo um quadro analítico “ecológico-simbólico”, a partir do qual, estabeleceu-se nas ciências sociais que a verdadeira questão não é a qualidade do agente

do desastre, mas sim se este altera de forma significativa a relação entre a comunidade e os seus ambientes biofísico e construído, e a forma como as pessoas interpretam as mudanças ocorridas nesses ambientes (MENDES, 2016, p. 45).

De acordo com Mendes, desde cedo, a sociologia se interessou pelo estudo dos riscos tecnológicos. Contudo, foi depois das grandes catástrofes de caráter global e de consequências incalculáveis, como acidente nuclear de Chernobyl³³, que os estudos dos aspectos sociológicos do risco ganharam grande repercussão nos meios acadêmicos e nas pautas dos movimentos sociais. Uma das teorias sociológicas que mais ganharam destaque foi a teoria da sociedade do risco de Ulrich Beck, que se tornou uma possibilidade para compreender outros acidentes nucleares, tais como: Three Mile Island (1979, na Pensilvânia, Estados Unidos), o desastres de Bhopal (1984, Índia) e, no caso do Brasil, o acidente radioativo com Césio-137, ocorrido em Goiânia, em 1987³⁴. Em uma perspectiva clássica, os desastres tecnológicos envolvem substâncias tóxicas, genotóxicas ou cancerígenas e poluentes ambientais (MENDES, 2016).

Para Mendes (2016), muitos dos estudos desenvolvidos concentraram-se nos efeitos destruidores dos desastres tecnológicos sobre os recursos naturais e de subsistência das comunidades afetadas, induzindo a uma desestruturação do sentimento de identidade e da coesão dessas comunidades. Cabe ressaltar que resultados diferentes destes foram observados e registrado nas ciências sociais, como o estudo de Kai Erikson, sobre a rotina de uma comunidade atingida pela ruptura de um dique de contenção de águas residuais de uma mina de carvão em Buffalo Creek, em 1976. Em seu estudo, Kai Erikson identificou que o desastre é um fator de coesão das pessoas da comunidade atingida. O acontecimento marca a história dos indivíduos, se torna um elemento comum a ser compartilhado e consolida um sentimento de pertença, o que, por sua vez, marca a identidade dos sujeitos e da comunidade. O trauma, neste estudo, é o que confere sentido para a reunião dos afetados (KAI ERIKSON, 1976 apud MENDES, 2016).

³³ O acidente na usina nuclear de Chernobyl (Rússia) ocorreu em 26 de abril de 1986 é considerado o pior desastre tecnológico da história em termos de custos e mortes resultantes, além de ser um dos dois únicos classificados como um evento de nível 7 (classificação máxima) na Escala Internacional de Acidentes Nucleares. O outro acidente nuclear considerado nesta mesma escala foi o desastre de Fukushima I, no Japão, em 2011.

³⁴ Foi um grave episódio de contaminação por radioatividade ocorrido no Brasil. A contaminação teve início em 13 de setembro de 1987, quando um aparelho utilizado em radioterapias foi encontrado dentro de uma clínica abandonada, no centro de Goiânia, em Goiás. Foi classificado como nível 5. O instrumento foi encontrado por catadores de um ferro velho do local, que entenderam tratar-se de sucata. Foi desmontado e repassado para terceiros, gerando um rastro de contaminação, o qual afetou seriamente a saúde de centenas de pessoas. O acidente com Césio-137 foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares. Disponível em: < <http://www.portalvideo.blog.br/2017/02/acidentes-nucleares.html> >

Nos estudos dos desastres antrópicos sociais, é possível se ver diferentes definições, chegando em alguns casos a se constituir em uma lista desconexa e arbitrária, sem qualquer critério adequado para uma análise sociológica, quando se vê listados como exemplos de desastres antrópicos sociais: terrorismo e sabotagem, violência humana e crimes, a humilhação, os comportamentos das multidões e de estigmatizações, as experiências como seres humanos, a histeria de massa e os sintomas psicossomáticos (MENDES 2016, p. 47).

Nos estudos reunidos por Mendes, destaca-se a abordagem de Dean Curran (2013), que relaciona os desastres de caráter social à crescente produção e distribuição de “males”, dando ênfase as desigualdades de recursos econômicos. Para este autor, “são as diferenças em recursos econômicos que permitem aos que estão em vantagem minimizarem a sua exposição aos riscos. Essas diferenças impõem aos desfavorecidos a necessidade de se confrontarem com os riscos criados pela sociedade do risco” (CURRAN, 2013, p. 44 apud MENDES, 2016, p. 48)

Para uma leitura sociológica dos chamados desastres antrópicos sociais, deve-se considerar a crise do Estado-Providência ou Estado de Bem-Estar Social e a hegemonia do neoliberalismo (MENDES, 2016, 49), os quais são responsáveis por produzir os “novos riscos”. De acordo com Mendes (2016), os novos riscos são decorrentes das perdas das pessoas e dos grupos sociais de direitos básicos associados à reestruturação e flexibilização do capitalismo, como a desindustrialização, à terceirização, à entrada massiva das mulheres na força de trabalho e outros.

Cabe ainda considerar que a globalização inscreve o caráter interativo dos desastres, uma vez que os eventos extremos advindos de mudanças climáticas se constituem em um fenômeno global. Tendo em vista que os países participam desigualmente da divisão internacional do trabalho, acarretando em diferentes padrões de urbanização e industrialização difusas, os países ficam expostos a diferentes níveis de vulnerabilidade social. Neste sentido, as sociedades e segmentos mais pobres detêm menor capacidade de resistência ou de negociação face aos efeitos globalizadores e, por isso, sofrem os efeitos mais destrutivos.

A tipificação dos desastres exposta acima foi apresenta aqui apenas para fins didáticos, considerando também as contribuições de alguns estudos desenvolvidos na perspectiva de tal divisão. Contudo, ao que cabe a esta pesquisa, o desastre que circunda este estudo se manifesta em forma extrema através de deslizamentos de barreiras nas áreas de morro, comprometendo a sobrevivência de moradores e moradoras e toda a sua vida social na comunidade e sua relação com a territorialidade. Porém, o deslizamento de terra ou as chuvas, vistas em geral como agente externo provocador do primeiro, não são considerados aqui o desastre em si, deslocado

de importantes aspectos sócio antropológicos que incidem sobre a manifestação dos desastres na realidade das condições de moradia nos morros do Recife.

Desta forma, os deslizamentos de terra que ocorrem sazonalmente nas grandes cidades brasileiras, como Recife, são compreendidos como desastres socioambientais decorrentes da injustiça historicamente cometidas contra a maioria mais pobre dos moradores urbanos. A concentração de poder tem se revelado a principal responsável pelo o que os movimentos sociais vêm chamando de injustiça ambiental. Segundo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental³⁵, a injustiça ambiental é compreendida como

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Trecho do Manifesto de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Niterói-RJ, setembro de 2001).

Para a RBJA, as dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva à periferização de grande massa de trabalhadores e, no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos.

A injustiça ambiental é a principal característica do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gaseodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária (RBJA, 2001).

³⁵ A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) foi formada por representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários, do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai. Fundada em 2001, na ocasião do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os dias 24 e 27 de setembro daquele ano, tendo como um de seus objetivos a produção de conhecimentos, o levantamento de dados e a realização de denúncias de injustiças. Não foi possível descobrir se a RBJA ainda está ativa nos dias de hoje. Informações disponíveis em textos de Tânia Pacheco e em: < <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/marede.htm> > acesso em 08 de dez de 2017, às 12:56.

O conceito de justiça ambiental contempla questões relativas à saúde, ao saneamento, ao uso do solo, à segurança no trabalho, ao transporte, às moradias, e, finalmente, à participação da comunidade nas decisões referentes às políticas públicas. Além disso, tem uma relação direta com o conceito de racismo ambiental.

“O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem” (HERCULANO, 2008, p. 16). De acordo com Selene Herculano (2008), o racismo é uma forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não-semelhante por meio de mecanismos e processos que naturalizam as hierarquias sociais que inferiorizam etnias. Para a autora,

nosso racismo nos faz aceitar a pobreza e a vulnerabilidade de enorme parcela da população brasileira, com pouca escolaridade, sem renda, sem políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque naturalizamos tais diferenças, imputando-as a ‘raças’. Colocando o outro como inerentemente inferior, culpado biologicamente pela própria situação, nos eximimos de efetivar políticas de resgate, porque o desumanizamos (HERCULANO, 2008, p. 17).

Cabe ainda considerar que a responsabilização do indivíduo como manifestação do individualismo na nossa cultura escamoteia o racismo presente em nós, na nossa sociedade e como prática institucionalmente, conhecido como racismo institucional. Em um comentário sobre as favelas brasileiras, com suas casas frágeis sujeitas a deslizamentos, o sociólogo Robert Bullard afirma que “o racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico; influencia o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infraestrutura”.³⁶

A complexidades dos desastres socioambientais em áreas urbanas exige a escolha de conceitos que contemplem os diversos pilares que o fundamentam, baseados de uma perspectiva crítica e dialógica que considere os conflitos, as relações de poder imbricados no fenômeno dos desastres, as perspectivas dos movimentos sociais e outras fontes de conhecimento. Não se pode perder de vista, que no caso de desastres ocorridos nos morros, eles decorrem de um processo de histórica omissão e descaso do poder público para com as questões habitacionais, de moradia, ambientais, de infraestrutura urbana, de saúde coletiva e outras, que cotidianamente anunciam uma tragédia iminente.

³⁶ Comentário de Bullard registrado por Tânia Pacheco em seu texto Justiça Ambiental e Racismo (sem data).

Dessa forma, deslizamentos de terra, alagamentos, inundações e outros, apesar de sua dimensão geofísica, não podem ser entendidos como desastres naturais, mas sim socioambientais, inerentemente político, que refletem a injustiça e o racismo ambiental. Neste sentido, os desastres socioambientais urbanos são compreendidos aqui, a partir da perspectiva construtivista, como produtos de fatores estruturantes da lógica desenvolvimentista imposta pelo Estado.

Mediante a conceituação do desastre, objeto transversal desta pesquisa, cabe agora uma explanação das principais teorias sociológicas desenvolvidas sobre risco, visto que na antropologia, a inserção deste tema é recente. A primeira parte do presente capítulo é dedicada a quatro teorias que se destacam nos estudos sobre risco. Em um segundo momento, apresentarei alguns paradigmas, desenvolvidos durante o século XX e nos dias atuais, a partir de diferentes bases epistemológicas acerca do risco e de desastres surgidos. Por fim, na terceira e última parte, nomeado Desastres e Territorialidades no Morro, discutirei, com base em estudiosos brasileiros, sobre desastres nas áreas de morro e a interferência destes sobre dinâmicas territoriais para os moradores do lugar.

4.1 ALGUMAS DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DO RISCO

Especialistas no assunto do risco não têm definida com precisão a procedência da palavra risco, provavelmente de origem árabe, contudo, sabe-se que seus primeiros registros constam em documentos medievais e em registros do século XV e XVI, associada a chegada da imprensa na Itália e na Espanha (LUHMANN, 1996 apud ACOSTA, 2005, p. 12). Segundo Mary Douglas, em seu estudo sobre a percepção do risco, este enquanto um conceito surgiu na teoria das probabilidades, um sistema axiomático da teoria de jogos que nasceu na França, no século XVII (DOUGLAS, 1987 apud ACOSTA, 2005).

Geralmente, este termo é associado a acontecimentos que ainda não aconteceram e que podem vir a acontecer. Comumente, é usado quando estamos perante um cenário de incertezas. Neste sentido, a incerteza é dos pressupostos mais importantes do risco (AEROSA, 2010, p. 13).

As abordagens dos estudos sobre riscos têm se dado em duas dimensões: *a)* quantificável, baseada em cálculos probabilísticos sobre a ocorrência de um determinado evento futuro, na maioria das vezes, empreendido pelas ciências exatas; e *b)* não quantificável, fundada em um elevado nível de incerteza sobre a eventual ocorrência de um evento futuro,

desenvolvidas nas ciências sociais e humanas. Para João Aersa (2010), estas últimas são responsáveis pelo surgimento de paradigmas emergentes.

A partir de cada uma dessas duas dimensões do risco, se desenvolvem paradigmas diferentes, que estabelecem uma relação de oposição ou de complementariedade, não chegando a um consenso acerca do conceito de risco, como será mostrado a seguir. Contudo, em Aersa, vemos que “o risco em si mesmo é uma entidade neutra e abstrata, que necessita de estar ligada a uma situação concreta para ganhar sentido” (EWALD, 1991 apud AEROSA, 2010, p. 13). Com base em Jonh Adams, “o risco é, em parte, fruto da nossa mente, dado que traduz essencialmente uma projeção incerta de acontecimentos vindouros” (ADAMS, 2005 apud AEROSA, 2010, p. 13). Numa linha de pensamento similar, Aersa ainda nos apresenta o pensamento de Paul Slovic, para o qual, “os perigos são reais, enquanto os riscos são construções sociais” (SLOVIC, 2001, p. 23 apud AEROSA, 2010).

No que diz respeito à eficácia em lidar com agentes de ameaças, esta última colocação de autoria do Slovic, em particular, corrobora com Paulo Granjo (2006) e com o presente estudo, que defende que o paradigma do perigo se mostra muito mais eficiente na prevenção de ocorrências indesejadas ou desastrosas do que o paradigma do risco, como será discutida no item 3.2.2 deste capítulo.

Ainda com base em João Aersa (2010) e José Manuel Mendes (2016), apresentarei algumas das principais teorias sociológicas do risco. Estes autores identificam quatro teorias como principais, a saber: 1) teoria culturalista do risco; 2) teoria da sociedade de risco; 3) teoria ou abordagem sistêmica do risco; e 4) teoria da governamentalização.

4.4.1 Teoria Culturalista

Esta teoria é definida por alguns estudiosos como teoria da percepção do risco ou ainda da construção subjetiva do risco. Com base em Mendes (2016), é possível compreender que esta teoria se conforma em uma abordagem sociocultural do risco que envolve, além dos estudos técnico científicos, uma observação subjetiva, pessoal, estrutural dos diferentes aspectos do risco. Nesta abordagem, o ambiente e a cultura constituem o modelador da percepção e da valoração do risco (MENDES, 2016).

A teoria culturalista se fundamentou nas ideias de Mary Douglas e Aaron Wildavsky, presente no livro *Risco e Cultura*, de 1982. O livro é voltado à seguinte questão: “Poderemos nós conhecer todos os riscos com que nos deparamos, no presente ou no futuro?” Para estes

autores, a resposta é negativa, tendo em vista que mundo é repleto de riscos insuspeitos. Assim, Douglas e Wildavsky voltam a atenção à decisão dos indivíduos sobre quais os riscos que pretendem enfrentar e quais os que pretendem ignorar ou rejeitar. A resposta a esta questão, segundo a teoria culturalista, está relacionada com aspectos de natureza cultural. De acordo com Aersa, nesta corrente, o risco é entendido como algo carregado de significado, influenciado por valores e crenças sociais, assim, o risco é culturalmente construído (Aersa, 2010, 14).

Segundo Aersa, na perspectiva culturalista, a avaliação dos riscos e o fato de aceitar determinados riscos são condicionados tanto por fatores psicológicos, quanto por questões (“problemas”) sociais. Este último fator incide sobre as decisões dos indivíduos em determinadas circunstâncias em enfrentar alguns riscos em detrimento de acesso a alguns recursos ou direitos. Douglas e Wildavsky consideravam que a distribuição desigual do risco levava as pessoas a se submeterem a riscos involuntariamente.

A abordagem culturalista do risco tem como foco a observação das diferenças, da competição e, por vezes, das contradições existentes nas sociedades, isto é, a partir da análise das diferentes situações da vida cotidiana (AEROSA, 2010, p. 14).

Os autores de *Risco e Cultura* destacam a inexistência de consensos nas sociedades ocidentais sobre os problemas de como conhecer, analisar e atuar nas situações de risco. E também que indivíduos diferentes podem demonstrar preocupações diferentes sobre um mesmo risco.

Douglas e Wildavsky discutem a relação do risco tecnológico articulado ao meio ambiente indicando um nível de tolerância em aceitar os riscos, em geral até quando estes últimos não apresentam seus efeitos nocivos. Quando os riscos se confirmam, passam a ser avaliados a partir da relação custo-benefício. Até que, depois de determinado nível, as pessoas passem a não aceitarem mais os riscos.

De acordo com Vigínia García Acosta (2005), a antropóloga Mary Douglas foi das estudiosas que mais contribuiu para a definição e compreensão do conceito de construção social do risco, a partir de seu interesse específico pela percepção do risco como um constructo cultural (ACOSTA, 2005). Contudo, com base em Aersa, vemos que alguns autores afirmam que a compreensão do risco acaba por ser mais complexa do que as categorias utilizadas no modelo culturalista, visto que o risco não é redutível apenas a aspectos de natureza cultural.

Cabe registrar, aqui, que a teoria culturalista é compreendida enquanto uma abordagem construcionista do risco. o risco na perspectiva construcionista é definido em duas dimensões:

a) subjetiva ou imaterial, na qual a ideia de risco é compreendida enquanto um constructo cognitivo cultural; e b) dimensão objetiva ou material, cuja noção de risco está associada à construção material do risco, como a vulnerabilidade e a desigualdade, ou a vulnerabilidade acumulada e diferencial, que corresponde a produção e reprodução da vulnerabilidade, a qual acirra os efeitos negativos frente a presença de uma ameaça (ACOSTA, 2005, p. 22). Esta última perspectiva da abordagem construcionista do risco é inspirada na teoria da sociedade do risco, que será discutida a seguir.

4.1.2 Teoria da sociedade de risco

Esta teoria surge em oposição à teoria culturalista e foi inspirada nas ideias do sociólogo Uric Beck sobre sociedade de risco e modernidade reflexiva, na década de 1980, difundida com a publicação do livro *Modernização Reflexiva*, de Uric Beck, Antony Giddens e Scott Lash. A grande repercussão que esta teoria teve na época, deve-se ao fato do livro ter sido publicado meses antes do acidente nuclear de Chernobyl.

O ponto de partida da teoria de Beck é o conceito da modernização reflexiva, que advém da continuidade dos processos da modernização autonomizada, surgida de forma autônoma, indesejada e imperceptível. Beck aplica o termo “reflexividade” como correspondente a autofrontação com os efeitos do avanço da modernidade, os quais impõe a atual fase da modernidade riscos que comprometem a sobrevivência da própria sociedade.

A Sociedade de risco é compreendida como a modernidade na *idade dos efeitos secundários*, isto é, habitamos um mundo fora de controle, onde nada é certo além da incerteza. Para Beck, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiu o progresso econômico das sociedades ocidentais; porém, o fruto desse desenvolvimento contribuiu para a emergência de novos riscos. Na perspectiva deste teórico, o risco define as sociedades modernas. Foi por este motivo que o autor as designou por *sociedades de risco*.

Os riscos aos quais Beck se volta para caracterizar a sociedade de risco são os riscos ecológicos e a precarização da existência. Na modernidade reflexiva, o risco é compreendido como um estado intermediário entre a segurança e a destruição (MENDES, 2016, 24). Na sociedade do risco, a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. Nesta teoria, o presente não é determinado pelo passado. É o futuro, algo que é construído, um tempo não existente que constrói o presente. Os riscos têm uma dimensão transescalar, sendo sempre locais e globais.

De acordo com Aersa (2010), a expressão *sociedade de risco* designa essencialmente uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e econômicos tendem, de forma crescente, a escapar à proteção, ao controle e à monitorização da sociedade industrial. Assim, a sociedade de risco se institui mediante a obsolescência da sociedade industrial e se estabelece com base na incerteza e na contingência, as quais ratificam a importância dos saberes científicos e tecnológicos na sociedade de risco.

Para Beck e Giddens, na sociedade de risco não existe nada certo além da incerteza. Para estes teóricos, a atmosfera de imprecisão quanto os acontecimentos futuros decorrem das incertezas fabricadas. A teoria da sociedade de risco compreende uma perspectiva construcionista sobre o risco, uma vez que o risco é compreendido como produto construído socialmente.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento técnico e científico é empreendido como um mecanismo de controle de alguns riscos, contudo, temos outros riscos de consequências devastadoras, com proporção do dano desconhecida, tais como: a proliferação de arsenal bélico sofisticado e de centrais nucleares, a diminuição da camada de ozônio, a poluição ambiental, a modificação genética dos alimentos (transgênicos), os atentados terroristas e o crime organizado seriam são bons. Para os teóricos da sociedade de risco, são as novas formas de ameaça, associadas à contingência, que desafiam a capacidade dos peritos em tentar compreender os novos cenários de risco e de incerteza, bem como as suas causas, probabilidades e consequências.

Uma das características da sociedade de risco é a democratização dos riscos e os novos riscos mediante a globalização. Para Beck, a ameaça nuclear é um dos exemplos paradigmáticos desta situação, visto que atinge todas as regiões do globo. Paradoxalmente a tendência da democratização do risco, a distribuição social de alguns riscos permanece desigual.

A partir da perspectiva da ecologia política, Beck recusa a separação entre a visão do perito (científica) e a visão do senso comum, afirmando que a consciência dos riscos tem que ser analisada como uma luta entre afirmações concorrentes e sobrepostas de racionalidade. Para Beck, as percepções dos cidadãos comuns quanto aos riscos não são irracionais ou puros problemas de informação, mas sim produtos de processos complexos que definem o que é aceitável, o que é digno, o que está de acordo com as suas maneiras de ser, pensar e agir, ou seja, com as suas identidades (BECK, 1992, 57 apud MENDES, 2016, p. 24).

Esta teoria é considerada por alguns estudiosos, principalmente da abordagem sistêmica, como uma visão fatalista e de pouca contribuição no que diz respeito à aplicação às políticas

públicas. Já pelos estudiosos da teoria da governmentabilidade,, a teoria da sociedade de risco é criticada pela forma quase evolutiva em que define as fases da modernidade para a sociedade reflexiva.

4.1.3 Teoria ou abordagem sistêmica do risco

Niklas Luhmann foi o autor que mais influenciou a teoria dos sistemas. Esta teoria parte da distinção dos conceitos de risco e perigo e de risco e segurança. O risco e o perigo são conceitos interligados e ambos estão associados à ideia de potencial perda futura. No entanto, a aplicação do conceito de risco implica em considerar a ocorrência de acontecimentos indesejados, sendo estes resultados das ações ou decisões dos indivíduos. Já o termo perigo deve ser aplicado se as consequências ou prejuízos de um determinado acontecimento dependerem da nossa vontade, ou seja, se a origem do evento provier de fontes externas (Aerosa, 2010). Com base em Aerosa, na perspectiva da teoria dos sistemas, a concretização de um risco será sempre expressa através de uma disfunção do sistema.

Nesta teoria, o cerne do conceito de risco não é tanto visto como um cálculo matemático, mas antes como a vulnerabilidade na exposição a qualquer coisa, considerando a obtenção de alguns ganhos ou perdas. O risco depende de valorações, de observações e do contexto temporal onde é produzido. Para Neil Weinstein (1980 apud Aerosa, 2010), a aproximação ao conceito de risco é em si mesmo algo arriscado, ou seja, podemos afirmar que a noção de risco não está isenta de risco. Assim, os aspectos contingentes da modernidade estão atrelados a dimensões psicossociais, isto porque tendemos a confiar mais em que nada de negativo nos irá acontecer. Esta crença subjetiva numa certa invulnerabilidade individual, perante acontecimentos futuros negativos, tem sido designada como “optimismo irrealista” (AEROSA, 2010, p. 22).

Com base em Aerosa, na abordagem sistêmica, o tema do risco envolve um processo evolutivo onde os grupos e instituições organizam o seu conhecimento e este conhecimento é partilhado com outros sistemas sociais, através da comunicação.

A diferença entre a abordagem sistêmica e a teoria da sociedade de risco está na ideia em relação ao poder de ação. Para Luhmann, “se nos abstermos de agir, não correremos risco”. Para Beck e Giddens, a inação é um fator de risco.

De acordo com Mendes (2016), Luhmann apresenta-nos o mundo social como um sistema complexo e não gerível (Mendes, 2016, 27). Na interpretação de Aerosa (2010), o mundo, segundo Luhmann, é visto como um espaço de contingência que necessita de ser organizado e transformado em algo passível de ser gerido (Aerosa, 2010, 22).

Segundo Mendes (2016), a teoria de Luhmman não questiona a separação entre peritos e leigos. Luhmman propoe como solução a melhoria dos canais de comunicação entre as pessoas afetadas pelas decisões e pelas intervenções. Para este teórico, só os decisores e os técnicos têm o poder de decidir quais são os problemas e os riscos, quais as melhores estratégias de prevenção, quais as melhores técnicas de intervenção; e detêm o poder exclusivo para definir quem está em risco, quem pode e quem deve ser intervencionado (Mendes, 2016, 28).

Para Mendes, “neste processo assimétrico da definição dos riscos e das escolhas das intervenções, reforça-se o biopoder dos peritos, e não se atende às identidades emergentes e as possibilidades alternativas sempre existentes em qualquer mundo social” (Mendes, 2016, 28).

4.1.4 Teoria da governamentalização

Para alguns estudiosos, a teoria da governamentalização se enquadra na perspectiva construtivista, que compreende o risco como um produto contingente de forma histórica, social, cultural e política. Desta forma, autores como Mendes (2016) trataram de considerar como uma das leituras da teoria da sociedade de risco. Apesar de também considerar o risco enquanto um produto social, os seguidores da teoria da governamentabilidade tem como o foco de seus estudos as formas de governar, a posição de poder que deriva da gestão do risco e do consequente governar pessoas e “coisas”.

Mesmo que não tenha se dedicado diretamente às questões de noções de risco, a teoria da governamentabilidade se inspirara nos conceitos de Foucault, analisando as formas de conhecimento e de produção da verdade, os dispositivos e as tecnologias, com as definições institucionais do risco (Mendes, 2016). A ideia de controle social é central nesta teoria. Os estudiosos desta corrente estabelecem uma relação entre a governamentalização e o risco buscando explorar o risco no contexto da vigilância, da disciplina e da regulação das populações. É um conceito do campo político e está relacionado às diversas formas de governação dentro das sociedades.

Inicialmente, a governamentalização do risco tinha como foco a prevenção baseada na ideia de promover a segurança a partir da observação de dados epidemiológicos e estatísticos, pois esta informação permite verificar regularidades e planejar políticas de controle.

A governação é entendida como a “arte de governar”, governar “homens e coisas”. Coisas são compreendidas neste caso como a riqueza, os recursos, os meios de subsistência, o clima, a cultura e os estilos de pensamento, os hábitos e as ações, a morte, os acidentes, desastres

ou catástrofes, e ainda, a fome e epidemias. Para Foucault é disto que deve tratar a governação, isto é, a imbricação do Homem com estas “coisas” (Foucault 1979 apud Aersa, 2010, 25).

A governamentalização corresponde a uma forma específica de racionalidade. Cada forma de governar estabelece padrões de comportamentos e procedimentos normativos para se fortalecer e evitar eventos, fatos, comportamentos indesejados (ou até recriminados pela parcela que detém poder social). O desvio a estas normas pode, por vezes, significar “estar em risco”. O modelo social dominante em alguns segmentos sociais está baseado na vigilância, no controle e na punição (Aersa, 2010).

Em Aersa (2010), vê-se que nesta teoria, a partir do risco é visto como um conjunto de diferentes caminhos que pretendem ordenar o futuro de forma calculável, recorrendo a técnicas particulares e visando objetivos específicos (a governação ou gestão dos riscos). Aersa explica, enquanto na perspectiva da governamentalização, os discursos sobre os riscos normalmente inspiram segurança e confiança (com vista a evitar alarmismo social), teoria da sociedade de risco de Beck tornou-se, por natureza, insegurável. Esta é uma das grandes diferenças entre as duas (Aersa, 2010, 28).

Compete aqui afirmar que a atual concepção de risco resulta das diferentes abordagens disciplinares. Os seus discursos, sentidos e significados não se restringir às quatro perspectivas apresentadas acima. Dentro de uma teoria podem existir várias abordagens diferentes.

No próximo subcapítulo, poderemos conferir a importância das ciências sociais nos estudos e discussão acerca do risco, revelando que a complexidade deste não pode ser reduzida a uma realidade científica objetiva, identificada e definida por peritos. Os estudos do risco assumidos pelas ciências sociais passaram a considerar dimensões subjetivas de ordem ideológica, cultural, valorativa, simbólica e outras. Assim, o risco passou a ser tratado como um fenómeno socialmente construído e representado, passível de ser enviesado e moldado através de múltiplas formas de transmissão de informação na sociedade, bem como por diferentes fontes de poderes e de saberes em interação no mundo social (Aersa, 2010).

Cabe ainda aqui registar que o que se convencionou como risco, ou até a sub ou a sobrevalorização de alguns riscos podem ser resultado dos valores de

“segmentos do conhecimento científico ou do saber leigo, de interesses adquiridos ou a conquistar, de questões económicas ou políticas, de distintas valorizações sociais (influenciadas, por exemplo, através do grupo social de pertença), de lutas pelo controlo de determinado tipo de recursos, de estratégias organizacionais ou institucionais, etc. Deste modo, começamos agora a perceber que a definição daquilo que se pode considerar como um

risco no mundo social é um objecto cada vez menos objectivo e cada vez mais um fenómeno vulnerável a múltiplas interpretações, interesses e subjectividades.” (AEROSA, 2010, 29)

4.2 RISCO: UMA ARENA DE EPISTEMOLOGIAS

No âmbito dos estudos sobre desastre, as diversas noções de risco constituem abstrações desenvolvidas a partir da compreensão que se tenha sobre ameaça ou que se considere como um fator de ameaça. Ameaça é aqui aplicada nos termos de Paulo Granjo (2006), que a define enquanto

qualquer factor passível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que a sua existência seja percepcionada, ainda que de forma vaga. Por outras palavras, [...] próprios factores potencialmente agressivos, na sua existência objectiva, independentemente dos quadros cognitivos que sejam utilizados para os classificar, interpretar ou submeter a uma determinada ordem. (GRANJO, 2006, 1168)

A partir de diferentes bases de conhecimentos, dominadas por diferentes sujeitos sociais e seus respectivos ethos, são desenvolvidas diferentes perspectivas acerca do risco e do desastre. Isto implica considerar o risco enquanto uma arena de epistemologias construídas em bases científicas ou não, que coexistem e estão envolvidas em relações de poder, cuja posição é definida a partir do seu status na sociedade ocidental moderna. As diferentes epistemologias entorno do risco estabelecem uma relação, ora de disputa, ora de complementariedade; mas, em geral, buscam pela hegemonia de seus paradigmas na visão sobre desastre e disputam vez e voz na construção de políticas públicas.

Na literatura dos estudos do desastre é muito comum se ver uma vasta abordagem dos paradigmas criados em bases científicas e raramente encontramos abordagens sobre outros paradigmas construídos em bases diferentes daqueles. A partir do conceito de construção social do risco, desenvolvido por Mary Douglas, foi possível compreender que as percepções de risco são dadas a partir das variações culturais; contudo parece não ter sido suficiente para admitir que as perspectivas não científicas conformam-se em epistemologias que também estão envolvidas na disputa por hegemonia e que se constituem em formas legítimas de enfrentamento dos fatores de ameaças e se conformam em resistência. Eis, aqui, a contribuição da antropologia, visto que tem como chave para compreender categorias êmicas dos grupos sociais com os quais está se trabalhando.

A invisibilidade das noções não científicas, fundadas a partir das experiências empíricas, exclui as mesmas da arena de disputa e ignora o caráter racional do conhecimento empírico, como se vê no senso comum. No entanto, elas se apresentam como eficazes no combate a ocorrência de desastres e oferecem propostas viáveis na prevenção dos danos decorrentes dos mesmos.

A seguir, apresentarei os principais paradigmas dos estudos sobre desastre, desenvolvidos ao longo do século XX até os dias atuais, focando em seus pressupostos e seus fundamentos; e os pressupostos do paradigma não científico, que chamo de paradigma da prevenção, desenvolvidos pelos indivíduos diretamente atingidos pelo desastre ou que se consideram expostos a fatores que ameaçam a sua integridade física ou psíquica, bem como os bens materiais, simbólicos ou naturais. Tais paradigmas são utilizados e defendidos por diferentes áreas do conhecimento, por diferentes sujeitos e o espaço político que eles desfrutam, bem como a sua relação com o Estado, refletem o status e o prestígio social de suas respectivas epistemologias.

4.2.1 O Paradigma do Risco e o Paradigma da Vulnerabilidade

A partir do século XX, a investigação sociológica dos desastres teve início com o estudo de Samuel Henry Prince, em 1920, após o choque entre dois navios que acarretou em uma explosão de um suprimento de munição, ocorrido na cidade de Halifax, no Canadá, em 1917. A explosão ocasionou mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados.

Em seu livro *Catastrophe and Social Change*, Prince analisa os comportamentos emergentes dos indivíduos atingidos pelo desastre, a partir dos primeiros relatos da recuperação de uma comunidade. É considerado o primeiro estudo a abordar questões do comportamento coletivo em situações extremas (Mendes, 2016).

De acordo com Mariza López (1999), os estudos iniciais sobre desastres tinham como foco os agentes físicos da catástrofe “natural” e tecnológica, voltavam-se à investigação das possibilidades de combatê-los e à gestão da população afetada. Os desastres eram considerados como acontecimentos decorrentes de imprevistos que rompiam a “normalidade cotidiana”, e com base nesta visão, a recuperação após um desastre era concebido como a volta ao *status quo* existente antes de uma catástrofe, com ênfase na reparação dos danos materiais visíveis (López, 1999, 6). Esta perspectiva acerca do desastre, que tinha supostas causas os eventos geográficos extremos, as enfermidades e as falhas tecnológicas, conformou-se em um paradigma, o qual conhecemos como paradigma do risco.

Em geral, o paradigma do risco vale-se da racionalidade instrumental³⁷. No contexto da complexidade tecnológica da sociedade industrial contemporânea, este paradigma se expressa através do que Paulo Granjo (2006) chama de “noção probabilística do risco”. Nela a ameaça é considerada como algo mensurável, a qual se pode prever e calcular a probabilidade de ocorrência de um acontecimento desastroso. O uso desta noção tem como objetivos: *a*) uma manipulação quantitativa que a pretende tornar cognoscível; *b*) uma tentativa da sua previsão probabilística; *c*) uma presunção de controle sobre o aleatório (GRANJO, 2006, 1169).

Este paradigma é definido por alguns autores como um paradigma de caráter quantitativo e objetivo, fundado em uma abordagem quantificada do tema (Siena, 2009; Cardoso, 2006, Marchezini, 2009). O paradigma do risco perdurou como uma visão absoluta sobre os desastres durante a primeira metade do século XX e, na contemporaneidade, se constitui como o paradigma hegemônico.

De acordo com Mariza Lopez, de 1950 aos anos 70, os desastres passaram a ser objeto de interesse das ciências sociais. Nestes primeiros estudos, os cientistas sociais se centravam no comportamento dos indivíduos e nas organizações envolvidas nas diferentes fases de um desastre. Estes estudos foram desenvolvidos nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, a partir do financiamento das instituições governamentais que buscavam analisar como as pessoas reagem frente a ataques aéreos repentinos (GILBERTO, 1998 apud MARCHEZINI, 2009).

De acordo com López (1999), embora as ações antrópicas passassem a ser consideradas, os padrões culturais e o contexto histórico das sociedades em questão raramente constituíam parte da análise dos primeiros estudos sociais sobre os desastres.

Foi somente na década de 1970 que o paradigma do risco sofre uma confrontação e em torno do tema desastre emergem modelos alternativos de abordagem. O sociólogo Enrico Quarantelli é considerado o pioneiro nos estudos dos desastres a basear sua análise nos agentes humanos e não nos agentes destrutivos, tornando, desta forma, o desastre objeto legítimo das ciências sociais (MARCHEZINI, 2009).

³⁷ Aqui a racionalidade instrumental é aplicada nos termos de Boaventura de Souza Santos, que explica que a ciência, tal como a conhecemos hoje, foi fundada no racionalismo do método cartesiano, do empirismo baconiano e se consolidou com o positivismo oitocentista. Esta ciência, enquanto um conhecimento específico ancorado na racionalidade moderna, constituiu-se a partir da ruptura com o senso comum. A racionalidade moderna é condicionada a um rigor, ao uso método, à comprovação, embasamento teórico, causa formal, racionalidade instrumental. (Santos, 1988)

De acordo com Gilbert (1998 apud Marchezini, 2009), Quarantelli empreendeu uma crítica explícita à vinculação mecânica entre um fator destrutivo e a ideia de pânico, demonstrando que há autonomia nas reações das pessoas frente aos problemas que enfrentam. A partir dele, “os agentes destrutivos passam a ser compreendidos não como uma causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social” (MARCHEZINI, 2009, 49).

Nos primeiros anos de 1980, emerge uma diferente abordagem a partir de uma perspectiva culturalista, que fundamentou o chamado paradigma da vulnerabilidade. O surgimento deste novo paradigma decorre de fatores, tais como: o desenvolvimento de novas perspectivas científicas, por exemplo: a Ecologia Cultural e a Geografia Cultural (López, 1999); e as mudanças iniciadas nos anos 1970, sobretudo, ensejadas a partir da teoria da *sociedade de risco*, de Ulric Beck, a qual deslocou a ideia de perigo e de risco como eventos excepcionais para a própria estrutura social, sendo compreendidos como produtos da sociedade industrial moderna (MARCHEZINI, 2009).

Com base em Gilbert 1998, apud Marchezini, 2009, esta nova abordagem foi engendrada por cientistas sociais europeus. O paradigma da vulnerabilidade compreende os desastres como expressão da vulnerabilidade socialmente produzida. Os estudos realizados a partir desta abordagem, compreendem os desastres como elementos básicos e frequentemente crônicos, do contexto natural e social, de cuja produção participam forças sociais, políticas, econômicas e, em certa medida, as pessoas (LÓPEZ, 1999).

Durante a década de 1990, os estudos acerca dos desastres, desenvolvidos principalmente pelas ciências sociais, estiveram voltados a consolidação e a difusão do conceito de construção social do risco.

Para Virgínia Garcia Acosta, a noção de construção social do risco é dotada de duas dimensões: *a)* relacionada a percepção social do risco e *b)* relacionada a produção de vulnerabilidade. A primeira dimensão decorre da relação sinonímica que os estudiosos estabeleceram com a *percepção de risco*, conceito criado por Mary Douglas. Para esta última autora, a percepção de risco constitui um pensamento eminentemente social, no qual os indivíduos estão dispostos a aceitar as noções de risco a partir de sua adesão a uma determinada sociedade. Tal “adesão” trata-se de um viés cultural que ordena a forma de perceber o risco (DOUGLAS, 1987 apud ACOSTA, 2005).

Assim, Douglas inaugura uma ideia de risco enquanto uma construção coletiva e cultural, uma perspectiva construcionista, da antropologia cultural britânica. Esta autora defende que é necessário considerar os processos sociais implicados na formação dos conceitos.

Relacionada à ideia da percepção social, o risco é compreendido no âmbito cognitivo e cultural, já o conceito de construção social relacionado a vulnerabilidade, o risco é compreendido enquanto um produto da sociedade. Em geral, os estudos baseados no conceito de vulnerabilidade, compreendem que o risco é produzido por direcionamentos social, político e econômico que influenciam a produção das condições de vulnerabilidade que permitem que uma determinada população fique exposta a fatores de ameaças.

A realização dos trabalhos desenvolvidos em fins dos anos 1990, como a criação do Decênio Internacional para a Redução dos Desastres Naturais, definida pela Organização das Nações Unidas - ONU (Acosta, 2005); e dos vários estudos de caso em cidades latino americanas atingidas por furacões, terremotos, secas, inundações e outros (ACOSTA, 2005; LÓPEZ, 1999), consolidaram o enfoque na vulnerabilidade sobre os estudos dos desastres.

Enquanto uma abordagem alternativa sobre os desastres, o paradigma da vulnerabilidade centra-se nas *dimensões socioeconômicas e políticas* envolvidas na produção da vulnerabilidade de uma população. Este paradigma se fundamenta em evidência empírica demonstrada pela perspectiva histórica de que o risco e o desastre constituem processos multidimensionais e multifatoriais resultante da associação entre as ameaças e determinadas condições de vulnerabilidade que se constroem e reconstroem com o passar do tempo (OLIVER-SMITH, 2002 apud ACOSTA, 2005).

De acordo com Cardoso (2006), a perspectiva construcionista incorporou um conjunto de abordagens diferenciadas, tendo em comum o pressuposto de que todas as possíveis leituras a respeito dos fenômenos (incluindo-se as produzidas pela ciência ou pelas disciplinas técnicas) são frutos de um processo de construção social e se associam a visões de mundo parciais e assentadas em contextos históricos, sociais e políticos. Contudo, nessas abordagens conta-se com o dissenso no que se refere ao papel estruturador das relações de poder na produção de sentidos de risco (CARDOSO, 2006).

O paradigma da vulnerabilidade constitui uma importante frente de oposição aos fundamentos do paradigma do risco, hegemônico na contemporaneidade. Apesar de ambos os paradigmas serem construídos com base no conhecimento científico, eles desfrutam de status social diferente e disputam espaços políticos.

O conceito de risco, fundado no paradigma do risco, associado a uma noção probabilística, quantitativa, objetiva; corresponde a uma perspectiva institucionalizada a qual se constitui em uma convenção cognitiva, legitimada socialmente, conforme Douglas (2007); ou ainda, em um “conceito interiorizado”, nos termos de Granjo (2006). A sua hegemonia (LÓPEZ, 1999; GRANJO, 2006; CARDOSO, 2006; MACHEZINI, 2009) é fortalecida a partir da racionalidade instrumental da modernidade.

De acordo com Granjo,

essa hegemonia começou a ser construída pelas tecnociências a par do projeto positivista e da visão do mundo por ele expressa, e que é hoje muito útil para camuflar a incapacidade tecnológica para controlar os perigos que a própria tecnologia engendra (GRANJO, 2006, p. 1178).

Enquanto *noção probabilística*, o paradigma do risco é adotado e defendido por alguns seguimentos da sociedade, se manifesta em muitos direcionamentos do Estado e se mostra muito funcional à lógica produtivista do modo de produção capitalista da nossa sociedade.

Para Adalton Lúcio Cardoso, a centralidade que a temática do risco vem ganhando nos estudos nos últimos vinte anos é decorrente das mudanças sociais, políticas e econômicas recentes, sobretudo a partir do enfraquecimento do Estado de bem-estar, das mudanças na estrutura de seguridade social implantadas a partir da Segunda guerra mundial e da reestruturação do capitalismo, com a globalização da economia e a ampliação da competição em vários setores (CARDOSO, 2006).

Com base no conceito anteriormente citado de sociedade do risco, de Ulric Beck e Antony Giddens, na qual o risco é compreendido como um elemento estruturador das relações sociais contemporânea, e não mais como algo eventual, Cardoso explica que isto tem provocado o aprofundamento dos processos de individuação, fazendo com que as inseguranças e as ameaças presentes na vida social deixem de ser tratadas e asseguradas pelas instituições e passem a ser admitidas como responsabilidades individuais (GIDDENS, 1991, apud CARDOSO, 2006, p. 27)

De acordo com Beck, a sociedade do risco surge na continuidade dos processos de modernização autonomizada. Ela constitui a “fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais políticos, econômicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar às instituições de monitoramento e proteção da sociedade industrial” (BECK, 2000, p. 5). Esta fase tem como um dos seus aspectos o fato das ameaças produzidas se tonarem assuntos públicos, não sendo mais considerados como “riscos residuais” e nela as instituições da

sociedade industrial são consideradas produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar. Somada a estas características, existe a problemática ambiental, ou “crise ecológica”, que se constitui no emblema da profunda crise institucional da própria sociedade industrial (BECK, GIDDENS, LASH, 2000).

Neste contexto, Cardoso (2006) afirma que, diferente da noção de perigo ou ameaça, o risco refere-se à previsibilidade de exposição a um perigo incerto, que pode ocorrer mas que não pode ser evitado. Para este autor,

previsibilidade e incerteza induzem à adoção de técnicas estatísticas ligadas ao cálculo de probabilidades que permite, por meio da quantificação da probabilidade da ocorrência de perigos futuros, estimar, por um lado, as possibilidades de que o risco possa ser coberto por alguma forma de seguro, ou seja, por compensações financeiras (CARDOSO, 2006, p. 29).

Isto acarreta na ideia de seguro como um negócio lucrativo, abrindo um novo campo de processo de acumulação, com a forte tendência em transformar em valores monetários as perdas materiais (e imateriais) decorrentes de um evento (CARDOSO, 2006). Além disso, as alternativas provenientes da lógica deste paradigma do risco, atendem aos interesses individuais, “solucionados” por meio da iniciativa privada, não provocando a responsabilização do Estado para com os direitos sociais, de interesse da coletividade.

Sobre a diversidade de compreensões em torno do risco, Cardoso (2006) aprofunda na questão afirmando que “a construção das noções de risco por diferentes grupos sociais será mediada, do ponto de vista da estrutura social, pelas diferenças de capital (material e simbólico) que caracterizam esses grupos” (CARDOSO, 2006, 31). Considerando o conceito de risco enquanto uma “luta pelas classificações” que disputam o conteúdo e qual direção das representações do mundo social (Bourdieu, 1989 apud Cardoso 2006); Cardoso afirma que, no âmbito das práticas sociais,

defrontam-se as construções simbólicas dos intelectuais, das práticas e representações dos grupos sociais “sofredores” das situações de risco, que as enunciam de acordo com outros projetos de construção da ordem social. Nesse sentido, também nesse caso existe uma luta pela classificação que envolve diferentes projetos (explícitos ou implícitos) de construção e representação do mundo social. (CARDOSO, 2006, p. 32)

Nos estudos urbanos, no que diz respeito ao risco de desastres, observa-se o uso de leituras técnicas como uma tendência dominante na condução das práticas institucionais, cujas matrizes cognitivas das interpretações estão mais ligadas às concepções políticas subjacentes

do que a dita objetividade do fenômeno (CARDOSO, 2006). As diferentes interpretações técnicas conduzem a soluções que vão desde a remoção total da população que ocupa áreas consideradas de risco, bem como o controle do Estado sobre estas áreas para cobrir novas ocupações; até propostas “progressistas”, que reconhecem a necessidade de permanência e propõem remoções parciais com realocação no mesmo assentamento e também a realização de obras para prevenir ou mitigar as possibilidades de acidentes (CARDOSO, 2006, p. 31)

Cardoso (2006) defende que, na discussão sobre riscos urbanos, uma primeira questão deve ser considerada antes de se buscar entender a construção social do risco pela população, trata-se do “processo de estruturação da cidade” (CARDOSO, 2006), ou seja, o processo de como a cidade é produzida material e simbolicamente, sobretudo de como os seus diversos espaços são ocupados e utilizados pelos sujeitos, grupos e seguimentos sociais.

Vale ressaltar que o acesso à cidade é mediado pelo acesso à moradia, e este último, pelo acesso à terra. Conduzida pela lógica especulativa, estas últimas são mediadas pelo mercado imobiliário (mercado de moradia e mercado de terra), deixando excluída grande parcela da população que não tem condições de adquirir a moradia pela via formal.

Isto leva a esta parcela da população a ocuparem terrenos urbanos que lhes restam do rateio especulativo. Em geral, as terras ocupadas são terras ociosas, sem utilidade pública, que não estão exercendo uma função social no momento. Assim, a população mais pobre, para terem acesso ao direito à moradia, lançam mão da *autoconstrução*, ou nos termos de Cardoso (2006), à “autoprodução de edificação e da infraestrutura local”. Desta forma, a produção da moradia urbana e o consequente acesso à cidade, depende da intervenção do Estado para que o processo de estruturação da cidade de forma a garantir a equidade territorial. A habitação,

embora não seja considerada *stricto sensu* um bem público depende, para ser viabilizada para uma parcela maior da população, da intervenção pública, seja na regulação do mercado, seja na provisão de financiamento, seja no combate aos processos de especulação fundiária (CARDOSO, 2006, p. 33).

4.2.2 O paradigma da prevenção: uma epistemologia a partir de uma racionalidade não científica

O que tratarei aqui de paradigma da prevenção consiste em um padrão de pensamento (racionalidade) e, suas consequentes condutas que têm como pressuposto evitar as condições que possibilitam acontecimentos ou eventos considerados indesejáveis. Terei como base para presente argumento o estudo de Paulo Granjo na refinaria de Sines, em Portugal, que, observando duas diferentes categorias de profissionais, os engenheiros e os operários das

máquinas, percebeu que ambos atuam no mesmo espaço a partir de dois distintos “quadros cognitivos” criados a partir do que cada um compreendia como ameaça. Naquele contexto, as ameaças tratavam-se da ocorrência de acidentes de trabalho.

A visão dos operários acerca do risco, perigo e ameaça expressa um conhecimento que compreendo aqui como senso comum, construído a partir da vivência empírica dos operários na refinaria. O senso comum se constitui em uma sabedoria coloquial, preferencialmente inclinada para a comunidade, a arte, o estético, o sagrado, o bom-senso (PEREIRA, 2008, p.141). O senso comum traduz-se em conhecimento prático que é adquirido na vivência espontânea entre os indivíduos, se explica sem sistematicidade e sem o rigor.

O conhecimento do senso comum é compreendido por Geertz enquanto um saber local, e conforma-se em um sistema cultural, que pode ser compreendido a partir do seguinte parágrafo:

Se o bom-senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade [...], então (como em outras áreas) será construído historicamente e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, desenvolvido, formalizado, observado até ensinado e pode variar dramaticamente de uma pessoa para outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem tem total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas tem o significado que lhes queremos dar” (GEERTZ, 2012, p. 80).

Contrário à noção do risco apresentada anteriormente, está a noção de perigo. Granjo, em seu estudo de campo, observa duas diferentes visões sobre ameaça por parte dos profissionais de engenharia e pelos operários das máquinas e identifica que

embora lhes seja familiar a noção de probabilidade e a possam mesmo usar frequentemente na sua vida corrente fora da fábrica, os operários encaram as ameaças existentes na fábrica não apenas como algo que é inquantificável, mas também como *perigos* totalmente inesperados, imprevisíveis e permanentes (GRANJO, 2006, p. 1170).

A ameaça vista como algo totalmente **imprevisível, incerto, arbitrário e permanente** torna a prevenção uma coisa desejável, ainda que apenas seja capaz de evitar uma pequena parte dos possíveis acidentes, para além dos que poderão prever e prevenir.

um acidente poderá ocorrer em qualquer sítio, a qualquer momento, quando tudo parece estar bem e devido a combinações de causas insuspeitadas, tal como poderá nunca se repetir, mesmo que as circunstâncias pareçam ser as

mesmas. Como tal, praticar qualquer ação que seja passível de induzir novos perigos e instabilidade no processo produtivo é encarado como atrair o acidente, correspondendo a atitude dominante a uma lógica de precaução (GRANJO, 2006, p. 1170).

Para o autor, neste contexto, a noção probabilística de risco é, empiricamente inadequada e perigosa, enquanto a noção não probabilística de perigo é mais adequada e se torna um fator de segurança (GRANJO, 2006, p. 1175).

A formação e subjetivação do paradigma da prevenção entre os operários do estudo de Granjo se dá a partir do que ele chamou de um “poderoso processo de manipulação cognitiva e identitária”, que ocorre no processo de ensino e aprendizagem entre operários mais experientes que controlavam de perto os novatos e ensinavam-lhes tanto os conhecimentos técnicos, quanto o conjunto de atitudes que deveriam manter para com o trabalho, a segurança e os seus colegas. Para os operários, os acidentes acontecem em condições e locais inesperados, muitas vezes devido a combinações de causas que não podem ser compreendidas ou concebidas *a priori*. Segundo Granjo, o fato da experiência empírica que o trabalhador adquire acerca da dinâmica dos acidentes reforça a noção do perigo entre os operários (GRANJO, 2006, p. 1171).

Só mediante o acompanhamento, é que os operários mais experientes iriam permitindo que os novatos desempenhassem suas tarefas, dependendo do grau de conhecimento e adequação às atitudes desejadas (GRANJO, 2006).

Outra característica deste paradigma desenvolvido entre os operários do estudo de Granjo, ainda que em diferentes cargos e posições hierárquicas (do superior ao subordinado: *chefes de turno*, os *operadores de consola* e os *operadores de exterior*) é o fato de serem compartilhados por todos e permanecer sendo uma conduta adotada mesmo quando um operário ascende de cargo. Para Granjo (2006), isto se deve ao fato de todos eles terem passado por uma origem em comum da carreira na refinaria, sendo submetidos a um processo similar de aprendizagem e integração profissional.

De acordo com Granjo,

conceber a ameaça como um *perigo* imprevisível e permanente é não só racional e adequado a este contexto de hipercomplexidade tecnológica, como é coerente com os dados empíricos disponíveis, o que já não se poderá dizer do *risco* probabilístico (GRANJO, 2006, p. 1173).

O estudo de Granjo observando as diferentes noções sobre fatores de ameaça e a construção da noção probabilística do risco e noção de perigo (noção não probabilística do risco), entre os engenheiros e os operários da refinaria de Sines, nos ilustra a construção de uma

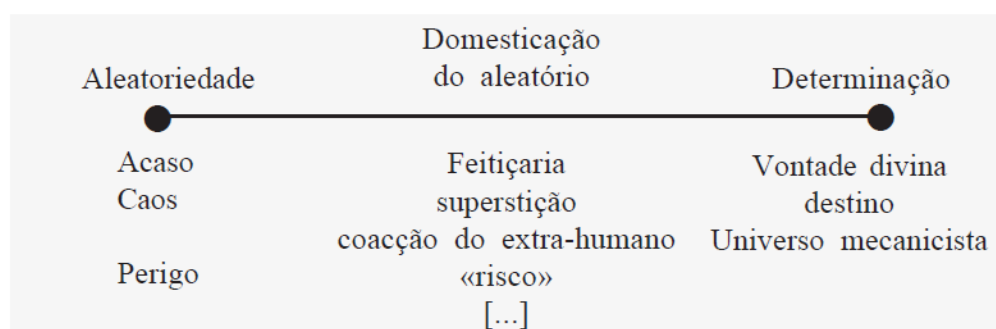
epistemologia e a consequente formação de padrão de comportamento dos sujeitos frente ao risco de acidentes.

No caso de risco de desastres socioambientais, sejam estes provocados por empreendimentos ancorados no discurso desenvolvimentista do Estado, seja pela omissão e descaso deste para com as populações que vivem em precárias condições de moradia e que se veem expostas a serem atingidas por um desastre, também se desenvolve uma epistemologia definida a partir do paradigma da prevenção.

Este paradigma também se manifesta como interesse de moradores das áreas de morro de muitas cidades, em que estão sujeitas a deslizamento de barreiras que afetam diretamente sua moradia, causando danos materiais e simbólicos, além de atingir toda uma construção de realidade social dada no espaço da casa, na família. No caso do paradigma da prevenção entre os moradores de morros se faz presente menos em suas práticas, o que é diferente dos operários, mas mais nos seus entendimentos e significações da sua realidade em relação à responsabilidade do poder público, o que será melhor explorado no último capítulo.

Granjo explica o surgimento das formas de explicações e as maneiras de enfrentamento dos acontecimentos indesejados, a partir de um sucinto quadro, onde a *aleatoriedade* e a *determinação* formam os extremos de uma linha, e entre um e outro estão as várias formas de domesticação do aleatório. O aleatório representa o acaso, o caos e é esfera onde se situa a noção de perigo. Contrapondo-se a aleatoriedade e ao perigo está a *determinação*, que representa o controle, seja este estabelecido por uma vontade divina, pelo destino ou pelo universo mecanicista. Já a *domesticação do aleatório*, o meio, consiste nas diversas concepções e práticas que tentam atribuir ao aleatório uma ordem compreensível e controlá-lo através da ação humana.

Figura 24 – Contínuo de alternativas para conceber a incerteza e a ameaça



Fonte: adaptado de Granjo, 2006

Com base neste quadro, temos que a grande contribuição de Granjo no questionamento do paradigma do risco foi colocá-lo no mesmo patamar de outros paradigmas, mostrando que este é uma das formas de domesticação do aleatório e que ela coexiste com outras, como a superstição, conforme a interpretação que Evans-Pritchard fez da bruxaria azande, ou a coação exercida sobre entidades extra-humanas a fim de se obter o que se deseja; o senso comum, conforme mostra o próprio Granjo em seu estudo na refinaria de Sines (Portugal), observando a relação que os engenheiros e os operários das máquinas tinham com os recursos tecnológicos.

O paradigma do risco é conduzido pela noção de probabilidade. Contudo, Granjo explica que a probabilidade enquanto uma prática de cálculo não é exercida literalmente. Ela existe enquanto um princípio, o princípio probabilístico, o qual também está presente no senso comum e é utilizado no cotidiano dos indivíduos. Assim, podemos “pensar, decidir e agir de acordo com este princípio probabilístico sem nunca chegar a calcular a probabilidade de um acontecimento, ou sequer aprender a fazê-lo” (GRANJO, 2006, p. 1168). Ao adotar a noção do risco probabilístico de forma interiorizada, subjetivada e, segundo Granjo, quase “selvagem”, nos termos de Levi-Strauss, na nossa experiência pessoal do dia-a-dia, o autor nos mostra a posição de hegemonia que o conceito de risco probabilístico assume nos contextos tecnológicos e nosso cotidiano; e não apenas nas atividades técnicas dos especialistas de risco. Estes últimos não quantificam probabilidades, mas pensam e decidem de forma probabilística acerca de ações técnicas que estão sob sua responsabilidade.

Contudo, Granjo contesta a hegemonia da noção probabilística do risco. Para o autor, mesmo em contexto de tecnologia complexa, ela não é a única noção racional e pode ser fonte de perigo.

Assim como Cardoso (2006) problematizou a hegemonia do paradigma do risco na sociedade fundada na lógica produtivista do sistema capitalista, Granjo, em seu estudo, também o fez mostrando que os engenheiros trabalham sob fortes pressões para que os planos de produção sejam cumpridos, sendo isto considerado na avaliação da competência destes profissionais por parte de instâncias superiores. Quando confrontados com situações em que as regras ou a sensatez aconselhariam a parar a maquinaria, abrandá-la ou repô-la em funcionamento de forma progressiva e pausada, os engenheiros da refinaria tendem frequentemente a pressionar os trabalhadores operários para que estes adotem procedimentos irregulares que possam evitar paragens e atrasos, especialmente se esses “truques” foram inventados numa anterior situação de emergência e, na altura, se revelaram eficazes.

Normalmente não conhecem esses procedimentos de forma muito precisa; mas sabem que eles existem, que funcionaram e que os trabalhadores os conhecem (GRANJO, 2006, p. 1175).

Desta forma, a noção probabilística adotada pelos engenheiros na refinaria, estimulam atitudes perigosas e novos perigos ao ambiente de trabalho por negligenciarem uma quantidade significativa de ameaças, por impressivamente as considerarem de muito baixa probabilidade, tal como poderá induzir a tendência para arriscar e para prolongar no tempo procedimentos paliativos que pareçam eficazes, mesmo que sejam potencialmente perigosos (GRANJO, 2006).

Diante do exposto, temos que o estudo de Granjo nos ilustra o confronto entre dois campos epistemológicos, o científico (com a noção probabilística, assentada na noção de risco) e o senso comum (noção não probabilística, assentada na noção de perigo). Estas duas epistemologias estão envolvidas em relações de poder, cuja influência é determinada por posições hierárquicas que respectivamente ambas ocupam na sociedade moderna de matriz ocidental.

4.3 DESASTRE E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MORRO

Neste subcapítulo, tratarei de apresentar alguns aspectos da relação entre moradores das áreas de morro e a território urbano, a partir de estudos já realizados no Brasil.

Com base em Rogério Haesbaert (2007), território é dotado de uma conotação material e uma conotação simbólica, relacionado ao poder, tanto no sentido mais concreto (em termos jurídico-legais) correspondendo à dominação; quando o poder em seu sentido simbólico, que compreende a apropriação a partir de uma identificação (HAESBAERT, 2007). Para o autor, todo território é simultaneamente funcional e simbólico.

Territorialidade compreende o processo de ações e dinâmicas envolvidos na ocupação e vivência do território. Conforme Haesbaert (2007), a territorialidade está envolvida por três dimensões: política, econômica e cultural; e se manifesta mediante a forma como os grupos exercem poder sobre o território, fazem uso da terra, se organizam e dão sentido ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Como já apresentado brevemente no capítulo anterior, a população moradora das áreas de morro, mais propriamente, os moradores das áreas de barreira ou interstício dos morros, estão sujeitas a um intenso processo de dinâmicas territoriais. O histórico das ocupações e expansão das moradias nos morros, que tem início com as políticas de urbanização conduzidas pela lógica desenvolvimentista do Estado, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, é

marcado pela perseguição aos mocambos, fazendo com que os moradores mais pobres se deslocassem para outras áreas da cidade. Muitos destes moradores se dispersaram para as regiões de morros, chamados sítios. De forma mais afastada do centro, passaram a viver à margem do poder público, permanecendo completamente desassistidos de políticas sociais durante muitos anos. As políticas públicas só foram destinadas aos morros depois de pressões populares e de uma forte organização dos movimentos de bairros e de outras organizações da sociedade civil nas últimas décadas do século XX, como vimos no capítulo anterior.

Hoje em dia, o morro se constitui enquanto um espaço de moradia do meio urbano e conta com a presença de política de infraestrutura e demais políticas sociais. Contudo, o funcionamento destas últimas não é suficiente para assegurar as condições de salubridade e de segurança às moradias nestas localidades, deixando os moradores constantemente vulneráveis aos desastres socioambientais. Nesta pesquisa, estou voltada aos desastres socioambientais relacionados às condições de habitabilidade, cujo o evento extremo resulta em deslizamento de terras e as consequentes perdas materiais e simbólicas para os moradores atingidos. Contudo não devemos ignorar as outras naturezas de desastre socioambiental a que esta população está cotidianamente sujeita, como alvo da injustiça e do racismo ambiental. Estes últimos se constituem no principal motivo para que a população mais pobre seja atingida desproporcionalmente por doenças presente em todas as classes sociais, como vimos o caso do surto do zika vírus³⁸, ocorrido no ano de 2015, o que pode ser considerado um desastre dado a forma como afetou a população mais pobre no estado de Pernambuco.

Questões como o saneamento básico, o desordenamento urbano, a densidade populacional em áreas urbanas, as irregularidades no abastecimento de água e o lixo doméstico já são reconhecidas pelo como responsáveis por 80% dos focos de mosquitos transmissores da dengue. Para a Human Rights Watch³⁹, anos de surtos de dengue deveriam ter deixado mais do que claro que as condições de água e saneamento são perigosas e requerem atenção e investimento, mesmo considerando outras prioridades concorrentes. Contudo o Estado brasileiro não solucionou antigos problemas de direitos humanos, o que permitiu que a epidemia de Zika se intensificasse se alastrasse como um fenômeno localizado, tendo em vista que apesar

³⁸ Zika é um dos vírus transmitidos pelo mosquito *aedes aegypti*, o mesmo causador da dengue e da chikungunha. No ano de 2015, o Brasil viveu o surto do Vírus da Zika. Entre muitos sintomas que o Zika pode causar, estudos comprovaram que o mesmo pode ser responsável pelos muitos casos de nascimentos de crianças com microcefalia, cujas mães foram picadas pelo mosquito infectado. Pernambuco e Paraíba foram os estados que mais registraram casos de *Vírus Zika*. Informações acessadas em: < <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/8-noticias/2017-viruszika2> > em 18 de dez de 2017, às 16:38.

³⁹ Informações disponíveis em: < <https://www.hrw.org/pt/news/2017/07/25/307153> > acessado em 18 de dez de 2017, 16:56.

de presente em diversas classes sociais, 70% dos casos de crianças nascidas com microcefalia são de mães mulheres das camadas mais pobres⁴⁰.

O descaso para com a salubridade, saúde coletiva, o saneamento básico, infraestrutura, regularização fundiária e outras demandas sociais é o principal fator desencadear de acontecimentos desastrosos para as camadas mais pobres da população.

Neste sentido, estudos realizados⁴¹ mostram que o que aparece pontualmente como um desastre, é, na verdade, resultado de uma soma de descasos do poder público que provoca desastres socioambientais em pequenas escalas no dia a dia de mulheres, homens, idosos, jovens, crianças, que a partir de suas especificidades resistem, buscando superar os desafios postos por uma política ausente ou insuficiente e exercer a territorialidade neste meio urbano.

De acordo com Norma Valêncio,

A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “*área de risco*”, de molde que a remoção das moradias é tratada como uma discussão meramente paisagística muito embora subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades especializadas (VALÊNCIO, 2009, p. 7).

Para Valêncio (2009), esta população sempre reluta com as diversas formas de contestação de seu território, vindas do Estado a partir de discursos fundados na noção de: *área carente* ou “*áreas de risco*”. O discurso de “*área carente*” corresponde à ideia de ameaça a concepção de normalidade social do meio urbano. Já a noção de “*área de risco*” surge diante da persistência dos pobres no fazimento do lugar, eliminando-se da paisagem urbana a vizinhança indesejada” (VALÊNCIO, 2009).

O discurso de “*área de risco*”, muitas vezes, tem por base a cartografização da cidade para contestar o território a partir de argumentos técnicos. Geralmente desenvolvida por ações do Sistema Nacional de Defesa Civil (SNDC) como mapas de risco das cidades brasileiras.

A cartografização do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações. Ao simplificar a realidade sócio-espacial, suprime as correspondências de sentido entre o aqui e o lá e a tessitura associada da afluência e da miséria no território. Como toda a fala técnica, trata-se de uma linguagem silenciadora dos *topoi* leigos, sobretudo os

⁴⁰ Dado percentual publicado em matéria do jornal *Le Monde*, publicado em 07/02/2016, com o título da Manchete: Zika: a epidemia abre o debate sobre o aborto na América Latina.

⁴¹ Aqui destaco o Grupo de Estudos e Pesquisa em Desastres (GEPED), da Universidade Federal de São Carlos (USFscar), coordenado pela professora Norma Valêncio, que desde 2003 reúne estudos de diversas áreas ressaltando o caráter multifatorial dos desastres, a partir de várias perspectivas, da área das ciências sociais e de outras áreas do conhecimento.

que transgridem a situação de classe. Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade (VALÊNCIO, 2009, p.36).

Ao passo que são criadas tais estratégias de contestação do território com base na visão tecnicista do risco, os moradores criam formas de resistência mediante trajetórias tecidas a partir de ações, emoções, valores e representações ensejando a proclamação de um lugar social e de uma forma de pertencimento à sociedade. Neste sentido, o estudo de Maria Auxiliadora Vargas (2006, 2009), junto às famílias removidas de áreas urbanas em Juiz de Fora, Minas Gerais, evidencia alguns argumentos e estratégias contra-contestatórias a partir da perspectiva da construção social do risco, no âmbito da percepção do risco. Em sua pesquisa, a autora sustenta que o risco não pode ser tratado com base em uma visão técnica e objetiva, mas é uma categoria, objeto de construção por grupos sociais diferenciados pelo conhecimento técnico e saber leigo.

Para os moradores das chamadas “áreas de risco” de Juiz de Fora, vemos que a noção de risco é construída a partir de “reinterpretação e reelaboração” do risco que conformam em estratégias discursivas e práticas sociais específicas com vistas a permanência no lugar, para a garantia da posse e da manutenção de vínculos e redes sociais previamente construídos, se constituindo em resistência à noção técnica de risco que justifica a remoção.

Em Vargas (2006, 2009), muitas estratégias discursivas de resistência e luta pela permanência estão ancoradas na religiosidade e na noção de um lugar identitário. Nas narrativas presentes em Vargas (2009), é possível observar que os moradores elegem prioridades e estabelecem critérios relativos a suas demandas mais imediatas formando uma escala de prioridades que coloca o *risco* das moradias em segundo plano. Vale ainda destacar que, frente às dinâmicas de vulnerabilização decorrente do desigual poder entre os diferentes grupos sociais na cidade, os moradores de áreas vulneráveis a desastres lançam mão do que Vargas chama de “um processo de reelaboração moral do risco”, a partir do qual associam a sua experiência a uma oportunidade de moradia no contexto de despossessão e dificuldade de acesso a recursos públicos (VARGAS, 2009).

Não bastando a constante luta para se manter nas áreas consideradas pelo poder público e definidas tecnicamente como áreas de risco, o desafio em defender ou manter as suas referências sociais construídas com base no território se acirra ainda mais para as famílias que são diretamente atingidas com a ocorrência de um deslizamento de terras.

Para Victor Marchezini (2009), a desterritorialização decorrente dos efeitos de um evento extremo acarreta em algumas mudanças de referências para as pessoas atingidas, que

socialmente passam a não se constituir mais por categorias como família, cidadãos, mas sim por “desabrigados”.

desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis a ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado (MARCHEZINI, 2009, p.54).

As famílias desabrigadas, além de perder bens materiais, a própria casa e até entes queridos; também perdem seus marcos referenciais do espaço de realização da rotina, no qual a identidade se afirma e, assim, o exercício dos papéis de cada sujeito torna-se impraticável no plano da realidade concreta, conforme indica Mariana Siena (2009) no seu estudo com as famílias em abrigos em Nova Friburgo e no município de Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro, após os danos causados com as chuvas e enxurradas no ano de 2007 nestas cidades.

Em seu estudo de pesquisa, Siena (2009) apresenta uma abordagem do desastre a partir dimensão de gênero nos casos das famílias desabrigadas, mostrando como o desastre e a consequente desterritorialização afetam de formas diferentes homens e mulheres. Tendo em vista que histórico e culturalmente estas últimas são vistas como as responsáveis por “produzir” o núcleo familiar, recaem sobre elas a “responsabilidade sobre a reprodução e manutenção do sistema de valores e crenças para os demais membros bem como o de zelar pelo território onde se realiza a sociabilidade deste grupo, ou seja, a moradia” (SIENA, 2009, p. 62).

No abrigo, as mulheres buscam reproduzir o ambiente privado no espaço público, mesmo com todas as dificuldades, “pois como mantenedora da unidade do lar, tenta reestabelecer o cenário de afirmação de sua identidade e, por consequência, da identidade dos membros da família, o mais rápido possível como forma de aliviar o sofrimento do grupo” (SIENA, 2009, P. 63). Outro aspecto sociológico relevante apontado por Siena (2009) são as práticas tensionantes entre os grupos em obrigatória interação: “a identidade da mulher como mãe, por exemplo, passa a ser influenciada por um agente externo que a faz sair de casa, que são os agentes da defesa civil, bombeiros etc”, e depois, quando abrigadas, com as gestoras e gestores dos abrigos.

Além da dimensão de gênero, vale ressaltar também que o desastre traz implicações de dimensões geracional, étnico-racial e as demais condições próprias da diversidade humana, que

são acirrados quando os indivíduos estão na condição de abrigados, desterritorializados. Neste sentido, Norma Valêncio destaca um aspecto complementar das injustiças ambientais, revelados com os desastres, a saber:

a compaixão e a solidariedade macroenvolventes com o sofrimento dos grupos étnicos de ascendência européia e a indiferença frente ao sofrimento social de negros, nordestinos, caboclos, indígenas, migrantes precarizados que, no país adentro, vivenciam inundações, enxurradas, deslizamentos, secas prolongadas, sem causar comoção social (Valêncio, 2009, p. 7).

Esta dificuldade ainda perdura para as famílias atingidas mesmo com o fim do período das chuvas. Mediante o acontecimento de desastres em decorrência das chuvas, estas famílias, a depender do nível do desastre, recebem, ainda que precariamente, o apoio dos órgãos públicos e a atenção dos meios de comunicação de massa. Depois de instaurada a desterritorialização e todas as suas consequências para as famílias desabrigadas, com o passar do período chuvoso, os espaços que serviam de abrigo provisório, geralmente escolas, quadras comunitárias, tendem voltar a suas atividades ordinárias, forçando as famílias abrigadas bem como os órgãos administradores dos abrigos a buscar outros destinos.

Em geral, quando o período chuvoso passa, os órgãos se envolvem em outras prioridades e a mídia não realiza mais a cobertura, deixando aquelas famílias abrigadas à própria sorte, permanecendo na sua condição de desabrigadas e ratificando a sua condição de esquecidas pela sociedade, permanecendo a mesma relação estabelecida pelo histórico descaso do poder público.

Vale ainda ressaltar aqui, que dada as dificuldades de (auto)gestão dos abrigos ao longo do tempo, estes passam a ser considerados como locais de riscos associados a epidemias, contaminação, violência, desordem (Marchezini, 2009, 54). Esta soma dos descasos é responsável pelo prolongamento do desastre e vai provocando o que Victor Marchezini (2009) trata como a “catastrofização” dos desastres, dado os efeitos do desastre por longo prazo, prolongando a desterritorialização. Para Marchezini,

uma desterritorialização extrema que perdura no tempo pode tornar o desabrigo não mais uma condição, mas uma nova situação, significando, desse modo, uma catastrofização, isto é, a transição paulatina do que inicialmente era tido como um desastre para uma catástrofe, presidindo de qualquer ameaça natural, ou, de qualquer agente externo ameaçador, sendo fruto sobretudo do abandono do Estado. (MARCHEZINI, 2009, p. 56)

5 O RISCO DE DESASTRES E SUA INTERFERÊNCIA NA DINÂMICA DOS MORADORES DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO

Tendo como o objetivo desta pesquisa compreender como o risco de desastre interfere nas relações entre as pessoas cujas moradias estão assentadas em áreas suscetíveis a deslizamentos de barreira no Alto José Bonifácio, neste último capítulo tratarei das informações produzidas durante as entrevistas realizadas com quatro moradoras e um morador, cada um/a de uma sub-região do bairro. O interlocutor e as interlocutoras são identificados aqui por nomes fictícios: Rosa (moradora do Alto do Brasil), Amarílis (Alto do Tiro), Dália (Alto da Serrinha), Seu Lírio, (morador do Alto da Saudade) e Edelvais (Alto José Bonifácio).

Apesar de serem moradores antigos do bairro e morarem em casas próprias, as interlocutoras das entrevistas têm vivências diferenciadas com relação a desastre. Das cinco pessoas entrevistadas, apenas um morador vivenciou a experiência de ter a sua casa atingida por um deslizamento de terra. Além disso, as condições infraestruturais da casa e do entorno local são diferentes.

Ao analisar as entrevistas, busquei identificar de que forma as principais categorias da pesquisa - 1) **risco**, 2) **desastre**, 3) **fator-ameaça**, 4) **dinâmica familiar/comunitária**, 5) **mobilização política** - são apresentadas nas concepções e compreensões dos moradores ou até mesmo como se manifestam nas memórias de suas vivências do lugar de moradia.

Vale lembrar aqui a que corresponde as categorias. A categoria risco compreende a expectativa cultivada em torno de um evento extremo indesejado pelos moradores, podendo esta expectativa ser definida por profissionais peritos da prefeitura do Recife, a partir do conhecimento técnico; ou pelos moradores, a partir de seu conhecimento empírico. Por envolver estimativas ou impressões, considere em torno da categoria risco, as falas que os moradores remetessem a suas expectativas de caráter permanente em torno do imprevisível, do incerto, do arbitrário que possam acontecer com sua moradia.

Já a categoria desastre se refere a desastre socioambiental que atinja direta ou indiretamente moradias nas áreas de morro. Enquanto categoria, compreende o acontecimento, um fato que provoca a ruptura da rotina dos indivíduos e suas famílias e implica em perdas materiais e simbólicas para os moradores afetados.

A categoria fator-ameaça compreende os elementos materiais ou não relacionados diretamente a desastres. Geralmente o fator-ameaça é compreendido como produtor do risco ou elemento provocador do desastre, por exemplo: chuva, barreira, muro de contenção, ausência de infraestrutura etc.

Por dinâmica familiar e comunitária compreendo as práticas e arranjos sociais com o caráter de autoproteção individual ou comunitária com vistas a se evitar um desastre ou amenizar as consequências deste. Também são consideradas nesta pesquisa ações ou rotinas desenvolvidas pelas famílias que já foram atingidas por um desastre relacionado a moradia na barreira, ou aquelas ações geradas em torno do risco do desastre (da possibilidade da ocorrência de um evento desastroso). Nesta pesquisa, foram consideradas ações baseadas na solidariedade, na consciência coletiva, de responsabilidade individual, política ou outra.

Com a categoria mobilização política, busquei reunir as iniciativas individuais ou coletivas, por parte dos moradores, que estejam ligadas a sua inserção em instâncias de decisões políticas para decidir ou influenciar mudanças que lhes tragam benefícios. São consideradas ações de mobilização política, individual ou coletiva, a participação em associação dos moradores, clubes e outras entidades da comunidade; participação em conselhos e conferências (municipais, estaduais ou nacionais) de políticas setoriais, tais como conferência das cidades, conferência municipal de defesa civil; da política de habitação e outras; também são consideradas as idas das pessoas, organizadamente ou não, às secretarias ou órgãos públicos responsáveis pela execução de políticas, programas ou projetos que os moradores sejam usuários ou que tenham direitos.

As informações produzidas nas entrevistas foram agrupadas em um quadro analítico das entrevistas (quadro 2 do apêndice B), a partir do qual lancei mão de interpretações que me aproximasse da compreensão ou interpretação dos moradores acerca dos assuntos tratados na entrevista. No quadro também agrupei outros assuntos não relacionados diretamente ao tema da pesquisa, mas que se constituíram como fundamentais para compreender os contextos das falas, as circunstâncias pessoais e familiares e também os aspectos peculiares de cada localidade do bairro (as micro-regiões do Alto José Bonifácio, Alto da Serrinha, Alto da Saudade, Alto do Tiro e Alto do Brasil).

5.1 DONA ROSA, A RESPONSABILIZAÇÃO DA VIZINHA E OUTRAS QUESTÕES DA SUA MORADIA NO ALTO DO BRASIL

Dona Rosa tem 52 anos de idade, se declara como de cor “morena” e de religião católica. Estudou até a 5ª série (atual 6º ano do ensino fundamental). Na maior parte do tempo cuida da casa. Não desenvolve trabalho remunerado regular. Esporadicamente, trabalha para uma vizinha sua, levando e buscando o filho desta à escola. Esta atividade só é possível para dona Rosa quando a vizinha está trabalhando (com contrato temporário); neste período, a vizinha

paga a Rosa o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês pelo serviço. Dona Rosa relata que não recebe mais o benefício da Bolsa Família (R\$ 70,00). Fala com indignação que foi excluída do benefício, na atualização dos cadastros mais recente do Programa, pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

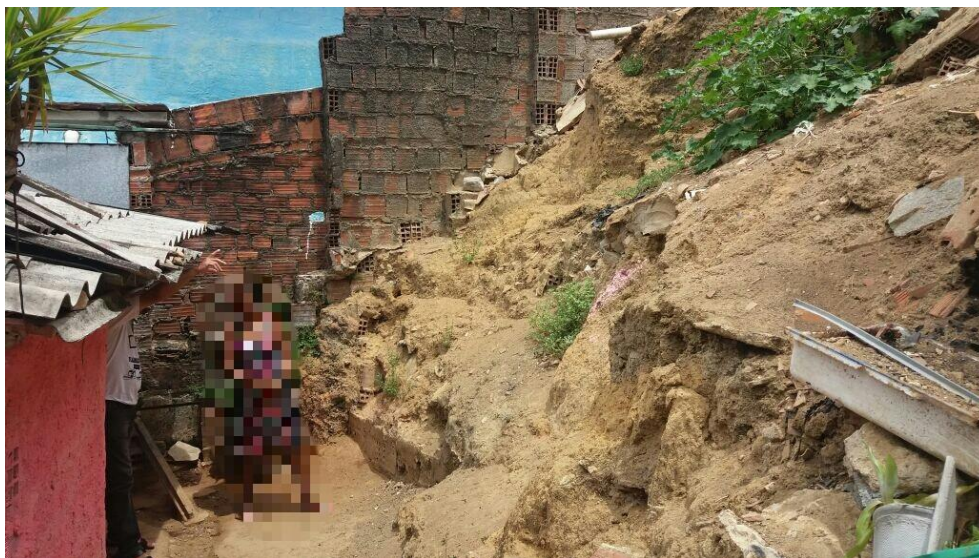
A família de d. Rosa é composta por quatro pessoas: d. Rosa (52), o esposo (49 anos), filho mais velho (23 anos) e o filho caçula (22 anos). O acesso à casa se dá pela escadaria (calçada) da rua Amoreira na região do Alto do Brasil. Sua casa foi construída pelo seu marido com material de alvenaria em terreno de herdeiro. A casa de d. Rosa conta com dois cômodos (um quarto e uma sala-cozinha). O banheiro fica na parte externa da casa. Antes, era só um cômodo. Teve a casa aumentada depois que a sua sogra faleceu, quando a família do marido cedeu mais um cômodo para a sua família, sendo possível porque as casas são conjugadas. As quatro pessoas (d. Rosa, o marido e os dois filhos) dormem no mesmo quarto. No mesmo terreno, moram familiares do marido.

D. Rosa mora no Alto José Bonifácio há 23 anos e seu marido, há 50 anos. A moradora é oriunda do bairro Morro da Conceição, onde mora a sua família de origem, como a sua irmã, e a sua antiga casa neste bairro também ficava em área de barreira.

A interlocutora não sabe informar a renda total da família. Explica que o seu marido trabalha como biscateiro e recebe por serviço realizado no dia. Um dos filhos trabalha na McDonald, mas, d. Rosa não sabe quanto ele recebe como salário. Afirma que este último repassa para a mãe uma quantia de R\$100,00 e ajuda em casa comprando o gás, pagando uma conta de luz.

O caso de d. Rosa trata-se de uma casa que já foi atingida por um deslizamento da barreira que fica atrás da sua casa, fato que provocou a saída da família que morava na casa acima desta barreira e, até o momento, não recebeu nenhuma intervenção para evitar outros deslizamentos.

Figura 25 - Barreira na parte de trás da casa da moradora, Alto do Brasil



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Flora: a senhora acha que a sua casa tem risco de ser atingida por deslizamento?

Rosa: *acho que não...*

Flora: então a senhora se sente segura nela?

Rosa: *às vezes não, no tempo de chover se essa barreira cair eu tenho medo, né?...*

Flora: ela já deslizou?

Rosa: *já, eu **tenho medo de novo**, uma vez deslizou que caiu aqui na frente os tijolo...a dona daí disse que ia resolver, mas até agora não resolveu nada... tem que ir atrás de Almir, porque Almir só faz coisa aí pra cima, meu marido até é contra isso...*

A contradição parcial encontrada na fala de dona Rosa, ao responder que acha que a casa não está em risco de ser atingida por um deslizamento da barreira e, em seguida, afirma que às vezes não se sente segura nela durante o período da chuva, demonstra uma insegurança que a moradora sente com a chegada da chuva. A barreira da parte de trás da casa da senhora Rosa já cedeu provocando o desabamento parcial de uma casa que ficava em cima da barreira, caiu sobre a casa da nossa interlocutora. Neste trecho, a categoria **risco** aparece de forma explícita mediante o medo da moradora de que a barreira caia sobre a sua casa. Cumpre notar que, o fato **da barreira já ter deslizado anteriormente e a falta de intervenção do poder**

público leva d. Rosa se sentir vulnerável e fomentam na moradora a expectativa que o desastre possa acontecer com sua casa.

Percebe-se também que os próprios moradores são os principais agentes construtores da infraestrutura no morro. A busca pelo Vereador Almir aparece em segundo plano em sua fala. A parte de “cima”, a que a moradora se refere, corresponde a parte alta da região do bairro Alto José Bonifácio. Em relação a esta parte de cima, a casa da senhora Rosa está situada na região de interstício da barreira (entre as partes alta e baixa/córrego). As regiões de interstícios são mais precárias em termos de infraestrutura e serviços urbanos. As partes altas apresentam mais estabilidade e a presença visível de serviços, como ruas asfaltadas, presença de escolas, posto de saúde, paradas e terminal de ônibus e outros.

Mesmo não aprofundando propriamente a que o marido de d. Rosa é contra, existe a possibilidade de interpretação do mesmo ser contra o fato dos serviços realizados pelo vereador serem mais voltados para a região de cima, de acordo com a fala da moradora.

Em outra fala da senhora Rosa, os moradores também aparecem como os construtores de obras de prevenção contra os deslizamentos de terras, como se vê a seguir.

Flora: aqui existe obra de contenção de barreira?

Rosa: *que eu saiba nenhum. O que eu sei que foi fazer foi uma fossa.*

Flora: vocês fizeram a fossa?

Rosa: *minha cunhada mandou fazer.*

Flora: vocês fizeram alguma obra que trouxesse mais proteção no período de chuva durante esses 23 anos?

Rosa: *que eu saiba não... quem fez aí parece que foi o pessoal de cima, a mulher que mora no primeiro andar, dizem que vão fazer até a barreira...*

Flora: quando a senhora veio morar aqui tinha essa escadaria?

Rosa: *não, era barro, quando chovia era um sacrifício pra subir.*

O fato de sua casa já ter sido atingida com a queda da barreira, e de nada ter sido feito após o ocorrido, faz com que a barreira, situada na parte de trás da casa (quintal) de d. Rosa, seja vista por ela como uma ameaça nos dias de chuva. Vale ressaltar que, muitas vezes, o peso do barro que desliza da barreira provoca o desmoronamento da parede da casa atingida, ou, dependendo da quantidade de terra e do tamanho da casa, pode chegar a cobrir toda a casa, soterrando os moradores.

Figura 26 – Vista de cima do quintal da casa da senhora Rosa



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

No trecho a seguir, é possível ver na fala de d. Rosa, que, para ela, a noite é o horário em que sua família está mais vulnerável, porque, geralmente, as pessoas estão dormindo⁴².

Flora – Pra senhora, qual o perigo dessa barreira aqui de trás?

Rosa: *se arriar de uma vez, né? ... feita a casa da mulher ... caiu a metade da casa, só ficou uma metadinha e os lixo que tem muito.*

Flora - Já caiu outras vezes?

Rosa: *eu me lembro duas vezes, uma eu morava aqui, tava aqui, a outra eu já não sei né.*

Flora: quando a barreira caiu trouxe parte da casa de cima?

Rosa: *a metade do tijolo. Caiu até aqui. (mostra a marca no chão, entre a barreira e a parede da sua casa) “BOO”. Nós se acordou com a zoada. Bateu na parede só... ela mesmo (referindo-se a vizinha) derrubou o resto (da casa), pra não cair o resto ela derrubou.*

Quando questionada sobre a causa da queda da barreira, a moradora aponta **a falta de um muro de contenção**, geralmente usado para evitar a queda da barreira.

Flora : pra senhora, o que foi que provocou a queda da barreira?

Rosa: ***acho que foi mal feita***, não sei se era de barro, arrear assim com uma chuva que deu, de repente numa chuva que deu a noite ela arrou...

Flora: ***Mal feita*** porque?

⁴² O mesmo fato aparece no relato de caso de outro morador do Alto as Saudade entrevistado, seu Lírio.

Rosa: *sem tijolo, sem contenção, né?*

Flora: A senhora considera isso como um desastre?

Rosa: *Eu acho. Ela devia ter feito direito, ela num conhece muitas pessoas?!*

Flora: A senhora acha que foi responsabilidade da vizinha?

Rosa: *É, eu acho que ela devia ter procurado saber, já que não tinha condição de fazer tivesse ido atrás do órgão público né, pra dá tijolo, areia, cimento... fazer direitinho né, ela num conhece muita gente ai em cima? Pelo menos pro Almir que ela conhece. Aí tá a casa, nem vende nem ajeita.*

A **chuva**, a (falta) **intervenção da vizinha**, **falta de um muro de contenção** e considerar que a barreira **foi mal feita**, dada a forma de execução, constituem os **fatores-ameaça** do desastre ocorrido e também fatores-ameaças promovedores do risco de que o desastre volte a acontecer.

Percebe-se, na fala da moradora, a responsabilização da vizinha de acima, que também teve a casa atingida. Na fala de dona Rosa, esta vizinha aparece como uma pessoa que conhece outras pessoas, como o vereador do bairro ou o órgão público, que poderiam facilitar o acesso a materiais para realizar a obra de contenção. Vale registrar que, neste caso, o poder público aparece como facilitador de materiais que o morador solicita e não como o responsável direto pela realização do muro de contenção na barreira.

Figura 27 – Ruína da casa da vizinha acima da casa da senhora Rosa



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Este caso reflete que a ausência do poder público para com as obras estruturadoras nas áreas de morro leva à responsabilização dos indivíduos no que diz respeito a sua iniciativa de providenciar sua moradia e a infraestrutura nestas áreas. Por outro lado, considerar o morador como o único responsável pela garantia da segurança da sua moradia e da moradia dos outros é neste caso, um fator negativo para a convivência entre vizinhos além de fragmentar potencial de organização social, fragiliza a relação de vizinhança que, em outros momentos desta pesquisa, aparece como uma importante rede social no trabalho da prevenção ou no amparo às vítimas dos desastres.

Flora – quando aconteceu esse deslizamento que a senhora presenciou, quem estava? Quem chegou para ajudar?

Rosa: *só a Codecir. Chegou e mandou a gente sair porque disse que tava perigando. Aí, as meninas “vamos lá na Codecir pra tu ganhar o Auxílio moradia” eu fui mas não ganhei nada...*

Flora: quando a senhora saiu, foi para onde? E foi seus filhos?

Rosa: *casa da minha irmã no Morro (da Conceição), fui com eles e meu marido ficou sozinho.*

Flora: quanto tempo que ele passou sozinho?

Rosa: *mais de dois meses, foi pelo São João isso, eu fiquei com pena e voltei aí ele: “ta vendo, num caiu nada”; aí voltei e fiquei aqui... aí ela me chamou de novo, eu fui, mas a gente não ganhou nada. Nem uma feira básica. Quem me deram foram as feira do Morro (da Conceição), deu duas feiras básicas que eu fui lá pedir que tava precisando.*

Após a queda da barreira, a moradora diz que, no dia seguinte, a Codecir⁴³ esteve no lugar e “orientou” que a família saísse da casa. Neste trecho, a Codecir pode ser compreendida como um agente que determina o risco, reforçando a noção da barreira e da chuva como fatores-ameaça.

O fato de dona Rosa ir sozinha com os filhos pelo medo de acontecer outro desastre, seguindo a orientação da Codecir, contrariando a opinião do marido, que permaneceu na casa, aponta a presença do fator de gênero imbricado nesta situação, em relação ao papel da mulher no cuidado e preservação da vida dos filhos. Da mesma forma, o seu retorno à casa pode representar seu papel na manutenção da unidade familiar. O caso da senhora Rosa suscita algumas outras questões próprias da sua condição de mulher atreladas ao contexto da moradia no morro, que serão aprofundadas posteriormente.

⁴³ Antiga Coordenadoria de Defesa Civil de Recife (CODECIR), o que hoje corresponde à Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC) do Recife.

Flora – e o que a senhora sente quando pensa no período de chuva chegando?

Rosa: eu fico com medo. Pode tá dormindo e de repente a barreira arreie, o resto da casa da mulher, com lixo e com tudo. Ela disse que ia limpar e não limpa. Virou depósito de lixo. E por isso eu tive Chikungunya. Mais nunca o homem da dengue veio aqui botar o pozinho. O homem do lixo não passa por aqui mais, passa na outra rua, mas aqui não passa. Até minha sogra agradava o homem do lixo. Dava cigarrinho, sacola de lixo preta. Agora a gente tem que limpar e levar lá pra baixo o lixo.

Na fala exposta acima, aparece novamente a responsabilização da vizinha sobre a limpeza dos escombros da casa que ficaram depois do deslizamento da barreira, e do lixo que se forma com o terreno desocupado, na parte de cima da barreira que fica por trás da casa da interlocutora. Para dona Rosa, o lixo foi a causa dela ter adquirido a Chikungunya. Na sua fala, esta doença aparece também como uma questão de saúde coletiva atrelada ao saneamento e limpeza, serviços que não têm sido realizados no local de sua moradia.

A precariedade do serviço de coleta do lixo, na área onde a dona Rosa mora, fazia com que sua sogra agradasse os funcionários da coleta de lixo (com cigarros e até sacola apropriada para o lixo, certamente para facilitar o trabalho do gari) como uma forma para garantir que a coleta fosse realizada no local. Vale notar que assim como a **responsabilização da vizinha, o agrado da sogra aos garis** também constitui em prática desenvolvida pelos moradores a partir da ausência de serviços ou da presença de serviços precários. Podendo ser compreendidas, como expressões da transferência da responsabilidade do Estado para os indivíduos.

Para a moradora, o período chuvoso lhe provoca medo e preocupação, sobretudo com os filhos, e impõe uma diferente dinâmica no momento de dormir para a família (acorda de instante em instante), que representa uma postura de precaução e vigia de um perigo, como se vê no trecho abaixo.

[...]fico com medo, acordo de instante e instante com medo...fico preocupada com meus filhos, né?!

Dessa forma, assim como **ir para casa de familiares**, no caso da irmã, o **medo de dormir a noite em dias de chuva** e até o **não dormir** se manifestam enquanto uma dinâmica imposta à família da senhora Rosa mediante contexto de risco. A partir do relato do deslizamento da barreira presenciado pela moradora e quando questionada diretamente na entrevista, não identifiquei nenhuma iniciativa dos moradores com o objetivo de amparar as pessoas atingidas nem para evitar outro desastre.

Flora – quando aconteceu o desastre aqui, os vizinhos fizeram alguma coisa pra ajudar ou pra evitar que acontecesse outra vez?

Rosa: *que eu saiba não. Nada. Achava isso normal. Eles dizem que vão atrás dessas coisas e não resolvem nada... meu marido até diz “eu vou lá atrás disso, ninguém vai dá nada a ninguém, eu quero é um emprego, cadê que dá um emprego?”*. [...]

Flora – a senhora liga pra algum órgão?

Rosa: *não, eu não conheço ninguém, nunca liguei, às vezes quem liga é Patinho*⁴⁴.

Na sua fala, a moradora expõe uma postura e a compreensão dos moradores fundada em uma tríade formada por: 1) considerar o tipo do desastre “normal”; 2) a inação dos moradores que mostram que até conhecem caminhos de reivindicar e exigir, mas que pelo terceiro elemento da tríade não o fazem; 3) descrédito do poder público, diante de tanto abandono e descaso para com os desastres e outras situações vivenciados no morro.

A postura de inércia de moradores como dona Rosa é provocada pela relação de causa e consequência entre os elementos da tríade. Assim, os moradores deixam de agir ou cobrar do poder público porque não acreditam que este lhes atenda. A ausência ou ineficiência do poder público em solucionar a problemática da moradia no morro, refletindo um descaso para com os moradores, leva a estes a pensar e compreender o desastre como “normal”. E, considerado “normal”, a inação/inércia passa a ser uma prática legitimada e banal entre os moradores. *Normal* posto aqui entre aspas porque na entrevista se considera a possibilidade de ações do poder público, o que leva a compreender que para os moradores do morro, os desastres não são compreendidos como um fenômeno natural, mas, sim como provocados por ações antrópicas (como ações que a vizinha poderia fazer e não fez) e pelo descaso do poder público.

Vale ainda notar que, em sua resposta, dona Rosa expõe o pensamento do seu marido quando pensa: *“eu vou lá atrás disso, ninguém vai dá nada a ninguém, eu quero é um emprego, cadê que dá um emprego”*; expondo o Trabalho como um problema transversal à problemática do risco da moradia. O surgimento deste fator, para além de expressar uma questão latente no caso específico de dona Rosa como mulher que tem o marido desempregado, pode também refletir que ela e/ou seu marido compreendam que existe uma relação entre a problemática da sua moradia com as condições de trabalho que realizam.

⁴⁴ Patinho é uma ex-liderança comunitária que ainda permanece como uma referência política no bairro. É muito conhecido entre os moradores do Alto do Brasil e tem tido uma importante atuação na fase de maior presença do Programa Parceria nos Morros no Alto José Bonifácio, no início dos anos 2000.

Quando questionada sobre a sua iniciativa, a moradora afirma que nunca ligou para nenhum órgão. Patinho se trata de uma referência na comunidade, ex-líder comunitário do bairro. O fato dele ter sido mencionado como uma pessoa que às vezes liga para os órgãos públicos, pode indicar a responsabilização sobre o papel do líder comunitário no acionamento e na cobrança dos órgãos públicos.

A moradora entrevistada não participa de nenhum grupo na comunidade e diz que não conhece nenhum espaço de organização dentro da comunidade. Ao longo da entrevista com senhora Rosa, identifiquei outras questões relevantes para um estudo voltado às condições de moradias urbanas, sobretudo, em contexto do morro.

Flora: mudou alguma coisa depois que a barreira caiu? A prefeitura voltou aqui?

Rosa: *vieram mais não, nunca mais ninguém apareceu.*

Flora: os moradores também não fizeram nada, a vizinha da casa que veio a baixo também não?

Rosa: *também não, não fui atrás mais não, não sei se ela foi, mas eu não fui mais não. Eu fiquei chateada, eu fui e não ganhei nada. O pessoal de baixo ganha auxílio moradia e eu não ganhei nada. Eu queria ganhar pra alugar uma casa pra morar né, sair da barreira.*

Flora: o que é que a senhora buscava?

Rosa: *eles não dão o dinheiro pra alugar uma casa? Eles dão quando a pessoa sai.*

Flora: era o Auxílio Moradia... ?

Rosa: *Querida, pra sair daqui né? [...] ir pruma casinha maior né ... eu morava só num vão com meus filhos, me sentia mal confortável né? Agora tenho dois vão né... mais ou menos... meu menino até queria fazer primeiro andar aqui em cima, mas tem que fazer quando construir a barreira né? Com pouco dinheiro e sem a barreira... eu digo a meu menino, bote o dinheiro no banco e compre uma casa lá fora pra sair daqui...que aqui é de herdeiro, né?*

[...]

eu queria sair daqui (...) é da família de marido, num é meu. É deles, né? que eu morei com meu pai, mas a gente morava de aluguel. Quando meu pai morreu, faleceu, a gente foi pro enterro quando cheguei a mulher botou a gente pra fora, a dona da casa. Que num era meu, era dela, né? Todo mês pagava né... aí eu disse ao meu menino e minha irmã também disse: “você trabalhando, você bote no banco pra comprar um terreninho ou uma casa pra sua mãe”. Porque aqui é de família de marido, tem sete irmão. Um dia Deus leva meu marido, num é pra mim né? tudo de herdeiro. Vão botar eu pra fora.

Vão dizer que não é meu, eu penso assim né... meu menino comprar uma casa, juntar os dois, butar um dinheirinho no banco compra uma casa né...

No fragmento exposto acima, observo que houve uma iniciativa de d. Rosa, junto a outras moradoras, na busca do Codécir por reivindicar garantias, configurando-se na existência da categoria de **mobilização política**, apesar de resultar em frustração, explicitada na fala “**eu fui, mas não ganhei nada**”. A fala reflete um sentimento de abandono e frustração da moradora para com o poder público, uma vez que o mesmo nem retornou ao local para as soluções ou mitigação possíveis, nem lhe ofereceu apoio assistencial, uma vez que a mesma, de acordo com a avaliação técnica, teve que sair da sua casa e ficar na casa de parentes com os filhos durante o período das chuvas fortes.

O não retorno da Codécir ao local demonstra o descaso do poder público para com o desastre ocorrido no nível em que atingiu a casa da dona Rosa e da sua vizinha, o qual provocou o desabamento parcial da casa desta última e ameaçou a casa da interlocutora e não houve vítimas com ferimento ou mortes.

Percebe-se que o deslizamento da barreira provocou na moradora entrevistada o desejo de alugar uma casa que não fosse em área de barreira na busca de um lugar seguro para morar. A falta de obra estruturadora e o fato do terreno ser de herdeiro constituem em motivos para a moradora querer sair do lugar e não querer fazer benfeitorias ou ampliar a sua casa.

É notória a preocupação da senhora Rosa com o fato de não ser dona da casa ou do terreno onde mora, o que representa uma ameaça de despejo para ela, caso o seu marido venha a falecer (“*Vão botar eu pra fora. Vão dizer que não é meu*”). O desejo de possuir uma casa própria se justifica também pelo fato de seu histórico em casas de aluguel, das lembranças de quando ainda era criança, que teve que sair da casa onde morou logo depois que o seu pai faleceu. Então, assim como o aluguel, o fato de ser de herdeiro da família de seu esposo, expõe a moradora a uma situação de insegurança em sua moradia.

Flora – e a senhora não gosta daqui não?

Rosa: eu gosto né, só que a gente morar com família né não é como a gente quer, né? Aí, a gente leva por levar, né? Família só na foto... Meu sonho é morar no morro de novo com minha irmã. Mas minha irmã mora em primeiro andar com família também, mas é tudo unido, mas não tem condição de fazer uma (casa) pra mim em cima.

O sonho de d. Rosa de voltar a morar no Morro da Conceição, junto à sua irmã, pode significar que a segurança com relação à posse da terra (garantia da moradia) se sobrepõe ao

fato de morar em área de barreira, ainda que convivendo com o risco do deslizamento. Além disso, fatores de ordem afetiva também influenciam no fator de proteção para a moradora, uma vez que a mesma deseja morar com a sua irmã, ainda que seja com a família desta última.

Além das vulnerabilidade a que a moradora está exposta enquanto mulher, merece destacar as formas de resistências da senhora Rosa mediante o controle do marido em relação ao valor que ela recebe trabalhando esporadicamente para uma vizinha; e o controle dos órgãos público como já exposto anteriormente com a sua saída da casa por indicação dos técnicos da defesa civil municipal, e que aparece novamente nesta sua fala com relação à visita da equipe da programa Bolsa Família, a partir da qual, a moradora se preocupa com os aparelhos de eletrodomésticos que possui e estão visíveis nos dois vãos de sua casa.

[...] Ele biscateiro, aí vai descarregar caminhão, chega lá não tem, chega pessoa com olho grande, aí bota outra pessoa e não bota ele, aí ele chega já amuado, brabo, ontem passou a tarde todinha dormindo aqui... eu digo Tadeu⁴⁵ é assim mesmo, todo canto tem isso é as família, todo canto tem gente dos olho grande. Porque ele tava lá esperando e o home conhece ele há muito tempo, botou outro, ele já chegou chateado aí bebe pra espairer, eu acho, né? Eu mesmo tô ali olhando o menino é 50 reais que a menina me paga, mas é só pra olhar ele, é pouco, mas é só pra olhar ele, só que eu levo ele pra natação terça e quinta. Ela trabalha de contrato, né, e faz coisa de doce e salgado, aí ganha um dinheirinho a mais né. Mas é boa pessoa, mora nessa escadaria aqui embaixo, é boa pessoa, me agrada...se comprar um sabonete pra família me dá, eu trato o filho dela bem. “meu marido fala que é pouco”, mas eu vou fazer o quê, a pobre não pode me pagar mais...eu vou levar o menino na escola ela vai pagar 100 real, ela não pode. Eu saio pra comprar um cremezinho, uma roupinha. Ele não me dá, eu não sei nem quanto ele ganha, ele não me dá. A irmã dele reclama que só. O bicho não me dá nem um micro-ondas, esse aí eu ganhei no meu aniversário, foi meu sobrinho que me deu, que é professor de Filosofia lá do morro, meu sobrinho. Eu que ganhei, eu não tenho dinheiro pra comprar isso não... eu disse até a mulher do bolsa família, eu não comprei não, eu ganhei...

Esta preocupação da senhora Rosa reflete o que as pessoas pobres, geralmente usuárias dos serviços da política de assistência social, são levadas a pensar diante do trato que o poder público tem reservado à população mais pobre em suas diversas demandas, transparecendo para os moradores dos bairros pobres que estes não estão em condição de pobreza o suficiente para receberem atenção e permanecerem como usuárias das políticas. Da mesma forma, os deslizamentos de terra que não são fatais, parecem não ser motivos suficientes para atenção e providências dos órgãos competentes, chegando a ser considerados como acontecimento

⁴⁵ Nome fictício para o marido de d. Rosa.

“normal” por parte dos moradores. Desprezando-se todas as demais precariedades nas condições de vida dos moradores das áreas de barreira.

A permanência de tal postura do poder público ainda nos dias atuais representa uma postura de responsabilização dos moradores pela sua condição de vida e de moradia, que no caso desta entrevista se revelou como um dos principais fatores atingidos pela presença do risco de desastre na comunidade, afetando negativamente as relações sociais entre moradores do morro. A responsabilização dos moradores individualmente escamoteia a dimensão política do desastre.

5.2 AMARÍLIS: “EU JÁ MOREI EM BARREIRA, EU SEI O QUE É ISSO”. LEMBRANÇAS E PRÁTICAS NO ALTO DO TIRO

A senhora Amarílis tem 59 anos, mora com a família na região do Alto do Tiro. Em um mesmo terreno há três casas independente formadas a partir da divisão de casa original para acomodar, além da moradora, que habita na parte de cima, a sua filha e a sua mãe, a senhora Margarida, de 82 anos. Apesar de casas independentes, percebo que há uma relação de ajuda mútua entre os familiares na busca do sustento e outras necessidades, como a busca pela formação profissional dos mais jovens, como uma expressão dos processos domésticos comuns nas famílias de camadas mais pobres (SCOTT E FRANCH, 2011).

Reunindo todos os membros da família neste endereço, vivem em condições de interdependência sete pessoas com a renda de dois salários mínimos, correspondentes a aposentadoria da senhora Amarílis e da pensão da senhora Margarida. O esposo da senhora Amarílis está desempregado e sua filha também está desempregada e está concluindo um curso superior realizado em uma faculdade particular, que é paga com renda familiar.

A família adquiriu a casa com a compra do terreno. Inicialmente, era uma casa de taipa que foi sendo reconstruída até ganhar a forma atual. A família mora há 36 anos na mesma casa. A senhora Amarílis já morou em outras casas, mas todas no Alto José Bonifácio.

A senhora Amarílis e o seu esposo moram na casa da parte superior. A parte debaixo é dividida em duas casas, uma para a família da filha da senhora Amarílis e outra parte para a senhora Margarida.

Figura 28 - Casa da família da senhora Amarílis, Alto do Tiro



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

A entrevista foi realizada na casa da moradora, na rua Alterosa, Alto do Tiro. Contamos com a presença da sua mãe, Dona Margarida, e de Fernando, agente de saúde que me acompanhou. Ao chegarmos a sua casa, a senhora Amarílis e sua mãe já nos aguardavam. A moradora tinha chegado há pouco tempo da Academia da Cidade⁴⁶, onde participa regularmente das atividades físicas e das avaliações da equipe de saúde. Vale ressaltar que depois da entrevista, a senhora Amarílis percorreu algumas ruas comigo para me apresentar algumas áreas que para ela e outros moradores representam perigo/risco para as pessoas que moram próximas ao local, como veremos a seguir

A localização da casa da moradora, em termos oficiais, pertence ao bairro Alto do Tiro⁴⁷, de acordo com mudanças recentes da prefeitura. Contudo, ela se identifica pertencendo ao Alto José Bonifácio, como moradora da região do Alto do Tiro. Durante a entrevista, a senhora Amarílis se mostrou muito disposta e muito atenta às mudanças ocorridas no seu bairro. Em relação as outras pessoas entrevistadas, a senhora Amarílis percebe que o bairro conta com

⁴⁶ A Academia da Cidade é um Programa da política de saúde do município como parte da atenção básica. Consiste na oferta de atividades físicas assistidas por uma equipe de saúde e na disponibilidade de uma academia pública no bairro.

⁴⁷ Explicando: existe o bairro recente Alto do Tiro e a região do Alto José Bonifácio também chamada de Alto do Tiro. Parte da região do Alto do Tiro está dentro do bairro Alto do Tiro, contudo casos como o da senhora Amarílis, demonstram que há moradores que resistem a identidade definida oficialmente. Mantendo toda a sua relação com o bairro do Alto José Bonifácio.

muitos serviços públicos importante e que houve melhora em relação aos deslizamentos de terra. Para ela, as melhorias ocorreram depois de alguns representantes:

As coisas melhorou para o pobre depois de Lula, depois de Miguel Arraes, Eduardo (Campos). Esses homem olharam para a nação pobre. E depois também que o nosso vereador aqui ganhou.

Percebo, nesta fala, que a moradora se identifica como pobre e que ela faz uma leitura de sua condição a partir das gestões dos representantes políticos eleitos diretamente pela população. Especificamente, em relação ao vereador Almir, nota-se, na fala da moradora, que o mesmo conta com carisma.

A gente ia para o campo torcer pelas pernas dele. Eu no meu caso, que era jovem. Eu ia torcer pelas pernas do jogador. Mas, agora não. Agora eu já dou meu voto a ele porque eu sei que ele é um líder de comunidade e ele trabalha muito bem com a nossa comunidade. Ele trabalhava antes de ser vereador, com a comunidade.

É a partir das mudanças no seu bairro que a moradora explica o impacto das gestões.

Era, porque antigamente a gente descia para o Córrego de Euclides, pra pegar o elétrico. A gente vinha da feira com a cabeça subindo a ladeira do boi com a feira na cabeça. Porque o ônibus ficava lá embaixo. Ali o dois faz aquele círculo. A gente descia ali do elétrico e vinha pra cá andando. Pra ladeira do boi⁴⁸, isso a ladeira de Barro. Que quando chovia a gente caia, e escorregava pra cá, a gente até brincava. A gente era jovem, a gente brincava. Escorregava no barro, caia. Chegava em casa toda melada de barro. Aí ia pro rio, lavar roupa. Rio da tripa, agora não tem mais o Rio da tripa.

Em outro fragmento, a moradora expressa sobre as mudanças em sua vida e a consciência de que tais mudanças tiveram influência dos gestores políticos. Para a moradora, apesar das dificuldades que ela encontra, sobretudo para assegurar a formação profissional dentro dos moldes formais, para a geração de jovens da sua família, ela ainda acredita que hoje existem mais facilidades do que antigamente, no tempo em que ela era mais nova.

Ela (referindo-se a filha) se forma esse ano, se forma esse ano. Mas tá sendo uma luta pra ela conseguir se formar. Porque ela tá desempregada, perdeu o emprego. E nós temos que pagar a faculdade dela, eu e mamãe. Paga a faculdade, paga transporte. Mas vamos conseguir chegar lá em nome de Jesus. É difícil é, não é fácil. No meu tempo não tinha isso, eu não tive tempo de fazer uma faculdade. Eu já vim terminar os meus estudos depois de veia. Por que eu tive que parar e trabalhar. Ou eu estudava, ou eu trabalhava. Eu não podia fazer duas coisas ao mesmo tempo. Aí parei de estudar. Trabalhei. Fui trabalhar. Casei, aí fui criar meus filho, não estudei, como a minha filha grande, que eu tenho uma filha que é pedagoga. É formada em pedagogia e já era elas que me ensinava. Aí eu voltei a escola. Terminei um dia desse

⁴⁸ Os moradores chamam de ladeira do Boi a avenida principal que dá nome ao Alto José Bonifácio.

depois de veia. Depois de veia. Mas minhas filhas não, minhas filha tiveram todas as chances do mundo. Então, tem uma diferença entre minha mãe e eu. E eu agora também ainda faço mais a diferença entre meu neto. Eu creio que ele vai chegar uma faculdade muito mais novo de que a minha. Ele tá no segundo ano com 16, 16 ano. Quer dizer, com uns 18 ano eu creio que ele tá numa faculdade. Mais nova de que as minha. Então, a geração muda de pai para filho. Mas para isso nós tivemos ajuda também do nossos governador, dos nosso prefeito.

Para a moradora, as melhorias nas condições de vida dos moradores representam crescimento do bairro: “o Alto cresceu”; mas afirma que também houve o crescimento da violência no lugar. A violência aparece na entrevista como um assunto latente para esta moradora que reconhece as melhoras em infraestrutura e serviços sociais para o seu bairro, mas também o aparecimento da violência como um aspecto negativo do lugar.

Mas o Alto, ele teve grande avanço em matéria de morte de barreira, diminuiu demais, agora é morte matada, de revólver.

Para a senhora Amarílis, os problemas com relação aos deslizamentos de barreira diminuíram e ficou em segundo plano em relação à violência que a amedronta no bairro e que ela assiste nos programas de televisão, como *Cardinot* e *Ronda Geral*⁴⁹, citados na entrevista.

Virou a moda agora. Os ladrão tá solto e nós tamo na gaiola. Tamos presos, que nós não tá podendo mais sair. Se eu brincasse carnaval eu não saía de casa mais, eu não ia brincar mais não. Ia brincar mais não, porque carnaval aqui é uma morte, viu!?Em todo canto. Eu ligo reporte aí, é uma morte. Cardinot, só dá morte. Ronda geral só é morte e prostituição. E agora prostituição. Agora é pai comendo filha. Agora virou epidemia. Ontem mesmo eu vi uma manchete que eu fiquei de boca aberta, chega chorei, o pai com as duas filha, desde os sete anos fazia mal as duas filhas. Uma tá com 14 ano e a outra tá com 10. Aí eu quero dizer o quê? No meu tempo não tinha isso.

Neste fragmento, a moradora demonstra que utiliza os programas policiais de televisão locais como fontes de informação, o que representa um contrassenso em relação à defesa da sua comunidade, uma vez que tais programas são reconhecidos como responsáveis por difundir um estigma negativo, sobretudo para as comunidades pobres, conforme mostra Nascimento Jr. (2008). Morte, prostituição e incesto (*fazia mal às duas filhas*) são citados em sua fala como fatos que revoltam e chocam a moradora, que vê como algo recente, que não existia em anos

⁴⁹ Cardinot e Ronda Geral são programas policiais de televisão, conhecidos por publicizar as violências nos bairros do Recife. Geralmente os bairros abordados são os bairros mais pobres. Estudos apontam que estes programas são responsáveis por criar e difundir o estigma sobre estes bairros como lugares da violência e do perigo, como por exemplo o estudo de Nascimento Jr. (2008).

anteriores. Vale ressaltar que, em muitos momentos, tive que retomar ao objetivo da entrevista tendo em vista que a interlocutora retomava com frequência e intensidade ao assunto da violência.

De acordo com a interlocutora, a violência transformou o lugar e os moradores. Percebo na fala que a moradora se investe de uma autoridade dada pelo conhecimento do passado do seu bairro, de como era e do que existe.

Vou fazer 60. Aí minha filha, o que é que eu quero chegar? Quando as pessoas que chegam agora aqui no Alto. Então o que eu quero dizer: Num fale do meu Alto que você chegou aqui agora. Você não sabe nada. Aí muita gente diz: O Alto tá do mesmo jeito. Tá não. O nome dessa rua aqui era: Rua Santa Luzia. Que todo mundo era calmo. Era o nome duma santa. Começou a bandidagem. Aí virou rua Alterosa. [...] Ficaram todo mundo alterado, por causa da bandidagem. Porque os ladrão de antigamente morreram todos, já mataram. Aí, o que foi que aconteceu? Os filhos dos ladrão de antigamente cresceram e ficaram também do caminho errado. Mas isso aí a gente não pode fazer nada. Mas eu quero saber que eu criei três filho aqui e deu tudo pra gente.

Para dona Amarílis, a sua casa atual está protegida de risco de deslizamento de barreiras. Contudo, a sua memória é preenchida de imagens e cenas dos desastres ocorridos com vizinhos, em que ela participou do socorro. Para a moradora, a presença da barreira e a determinação do olhar técnico científico (da Codecir) aparecem como elementos que enunciam a presença do risco de um desastre no lugar.

Flora: Como é, dona Amarílis, pra senhora uma área de risco? O que que uma área tem pra dizer que ela é de risco?

Amarílis: *Ô minha filha, é quando chega o inverno. Quando chega o inverno, eu tô morando aqui pronto. Tô morando aqui, graças a Deus. Eu olho aqui da minha casa e não vejo barreira, né!?*

Flora: Uhum

Amarílis: *Eu não vejo. Passa essa casa eu não vejo barreira, mas eu passo a outra casa eu chego lá, eu fico olhando, tem uma tremenda barreira. A Codecir já passou por aqui dez vezes. Toda vez quando chegava o inverno ela passa o dia aqui.*

A presença da **barreira** sem mais critérios explícitos aqui e a presença da **Codecir**, antigo órgão reconhecido como responsável pela prevenção dos desastres, reconstrução, reestruturação e assistência aos moradores do morro; se expressão como expectativas ligadas ao **risco**, uma vez que provocam na moradora expectativas com relação a acontecimento de desastres. A Codecir, representa o poder público e também o conhecimento técnico e científico. Para a moradora, a presença da Codecir configura, confirma ou ratifica a existência do risco no local. Isto demonstra a predominância do discurso técnico e científico sobre o olhar da

moradora na constatação do risco, o que se vê ainda no fragmento abaixo, em que a senhora Amarílis se remete aos moradores que se mantêm nas áreas de barreiras depois que os técnicos da Codecir indicaram que havia risco de deslizamento.

Ainda tem gente atrevida que fez casa. Tem gente atrevida que fez casa. Tá ganhando o auxílio moradia e ficam em casa.

Na entrevista com a senhora Amarílis, as ações de autoproteção desenvolvidas por ela e outros moradores tem por base a solidariedade, mediante a sua experiência em mora na barreira.

Amarílis: *“Ela fica ali, olhando se a barreira vai cair. Parece até que ela é vigia da noite”*(Amarílis reproduzindo a fala do marido a seu respeito). **Mas é porque eu fico com pena, minha filha. Porque eu sei o que é isso, que eu já morei em barreira, eu sei o que é isso. A gente não dormia, a gente não dormia,** quando a gente morou ali que a gente tinha... Acho que a gente era adolescente a parede da casa da minha mãe, por pouco a gente não morreu. Estava chovendo muito. A gente diz que não é bom lembrar o passado, né!? Mas às vezes é bom a gente lembrar. A gente tava dormindo, a minha mãe tava com buchão e a gente morava nessa travessa aqui, 2ª travessa da rua Alterosa. E ela tava grávida do meu irmão mais novo, já morreu. Aí muita chuva e a parede começou a estralar, era de Barro, a casa de taipa, aí começou a estralar. Aí ela com buchão. Meu pai na rua, lá, quengando. E ela se levantou, coitada, com buchão, ela tirou a gente dessa área aqui, todinha. Que era muito filho que ela tinha, não dava pra ter um quarto pra cada um. A gente dormia tudo acumulado. Aí ela tirou a gente desse lugar e botou a gente lá pro quarto dela, porque o papai não tava em casa ela imprensou a gente tudinho pra lá. Coitada com buchão. E ela ficou acordada. Ela subia aquela escadaria duas, três vezes pra ver se papai vinha. E tome chuva, e ela com buchão.

Flora: Já tinha escadaria?

Amarílis: Não, era barro. Tinha escadaria não. Aí ela subindo duas, três vezes, aperrada com a gente, com medo. Quando foi de manhã que meu pai chegou. Ela foi e disse: Óia Nivaldo a casa tá caindo.

Margarida: A parede cedeu, estralou e cedeu.

Amarílis: Veja, ó aí.

Margarida: Cedeu, era taipa, né!? Aí quando ele chegou eu disse: Óia Nivaldo eu tirei os menino daí, acordei tudinho peguei a cama dele, botei lá na sala e botei eles tudo lá e fiquei acordada e não dormi esperando ele chegar, de vez em quando estava, eu saia fora, subia até em cima pra ver se ele chegava. Aí quando foi a depois de muito tempo aí ele apareceu. Que que tas fazendo aí acordada? Eu disse: preocupada com a parede que cedeu e eu tive medo não fui dormir também. Aí quando ele chegou ele entrou, aí ele olhou disse: é mesmo né, cedeu né!? Aí ele só fez assim

Amarílis: quando ele botou a mão a parede caiu

Margarida: A parede caiu pra fora. Ainda bem que caiu pra fora. Né!?

A experiência de infância é retratada para explicar a sua motivação em querer ajudar seus vizinhos que estão com a sua moradia ameaçada de serem atingidas por um deslizamento de barreira, principalmente em períodos chuvosos. A partir desta sua experiência na fase da

infância, a moradora realiza atitudes e o sentimento de **solidariedade**, que nesta pesquisa, representa aspectos da **dinâmica da comunidade** frente as situações de risco.

Além de atitudes preventivas e assistenciais, a senhora Amarílis também já esteve presente em ações de socorro de família vítima de deslizamento de terra.

Amarílis: (...) a gente foi ajudar. Que meu marido ficou reclamando. A barreira caiu na casa. Aí era muito difícil a gente chamar bombeiro. Aí os morador mais antigo da minha época, a gente se reuniu e a gente entrava dentro da casa pra pegar as pessoas, arrastando, trazendo, pra tirar a roupa, pra dar banho.

Flora: Conseguiram salvar as pessoas?

Amarílis: Não. Faleceu, realmente faleceu todo mundo. Foi que morreu 5 pessoa.

Flora: Nesse desastre, não chegou ninguém, nenhum órgão público, Defesa Civil, Bombeiro, SAMU?

Amarílis: Muito tarde, muito tarde mesmo. Já não tinha mais graça não. E a gente era muito difícil a gente ligar o telefone. A gente não era... Agora a gente tem telefone a torto e a direita, o celular tudinho. Até vai dormir, leva o celular. Vai pro banheiro, leva o celular. Mas antigamente a gente não tinha esse excesso não.

Flora: Depois da ocorrência do desastre, lá naquele lugar, mudou alguma coisa?

Amarílis: Mudou, mudou. Foi quando foi melhorar. Foi depois disso aí veio melhorar. Aí fizeram as barreira, entendeu? Fizeram algumas barreira, né?!

Neste trecho da fala da moradora, a vizinha aparece como o principal agente de socorro. O presenciar ou vivenciar desastres desenvolvem nas pessoas o sentimento de pertencimento e de comunidade, motivando-os a ajudarem no socorro às vítimas de desastres, que não contaram com a presença de órgãos públicos neste momento. Apesar de não informar o período quando aconteceu este desastre, a moradora identifica o contato telefônico como uma das dificuldades dos moradores antigamente. O acesso a telefones celulares, como se vê atualmente é um dos fatores apontados pela moradora como facilidades para os moradores solicitarem o socorro dos órgãos públicos atualmente.

Para a moradora, a pobreza aparece como uma espécie de desastre. Ao detalhar um pouco sobre o *desastre da pobreza*, a moradora atribui aos moradores a responsabilidade de sua condição uma vez que não busca informação, que pode ser compreendido aqui como o conhecimento relativo às melhores condições de vida no morro para evitar desastres, e também porque não participam, por meio das instâncias de organização e participação comunitária.

Flora: A senhora considera desastre esses acidentes que a senhora já presenciou?

J: *Eu considero como um desastre da pobreza.*

F: o que quer dizer o desastre da pobreza?

J: *A pobreza, mal formação, ninguém quer aprender nada. A juventude não quer aprender as coisa. A gente tá ensinando, tá dizendo: Olha esse caminho não é bom. Mas eles não quer seguir um caminho bom. Não é falta de informação. Que muita gente diz. Olhe, muita gente aqui é informado. Nós temos uma comunidade ali que dá palestra também. Agora o povo não quer ir. Nós temos uma comunidade aqui, o conselho dos moradores.*

A **chuva**, o **inverno**, para os moradores das áreas de barreira representam um transtorno, gerando ansiedades, pavor e medo, estando desta forma atrelados a elementos determinantes para **risco** de deslizamento de barreira. A chegada das **obras públicas** trouxe melhora para a comunidade, à medida que diminuíram os deslizamentos de barreira. Desta forma, **obras públicas** nas áreas de morro representam fatores que anulam o risco evitando o desastre.

Flora: E como é que a senhora se sente hoje com a chegada da chuva?
Amarílis: *Não, eu me sinto bem. Eu me sinto bem porque nunca mais ouvi uns gritos, nem nada, entendeu!? Porque a gente escutava os grito: “Socorro, a barreira tá caindo”. Só escutava os grito e agora a gente não escuta mais, a gente não escuta mais, entendeu? Então, na minha opinião melhorou. Tá melhorando.*

Durante a entrevista, a interlocutora demonstra a consciência das melhoras na condição de vida das pessoas à medida que os serviços chegam e se ampliam no bairro, contudo, é importante notar que, ora aparece como algo que está em continuação (acontecendo), ora como um processo que parou, como se vê no fragmento abaixo.

Então, tá faltando isso. Esse cuidado com a vida, com o ser humano. Que deixaram de ter agora. Deram uma parada, porque, não sei se foi porque o Alto melhorou, aí deram uma parada. Agora realmente de uns anos pra cá eu não vejo mais falar: caiu barreira na Rua Alterosa, caiu barreira no Córrego do Sargento.

A senhora Amarílis participa da **Associação dos Moradores** do Alto José Bonifácio, da Academia da Cidade e de outros espaços, o que possibilita à moradora o conhecimento da realidade dos serviços existentes em seu bairro. Apesar de ter o passado como um parâmetro para olhar o seu bairro e reconhecer que o mesmo cresceu, dona Amarílis reconhece também que ainda há muito por fazer e que isso depende do interesse dos gestores.

[...] nós tamos Globalizado. Nós tamos globalizado. Então, é importante que os prefeito, os governador, os deputado, os vereador, deixe que deixe nossa academia. É importante que melhora mais a nossa academia e traga mais médico pro posto. Que bote mais gente pra trabalhar. Agente de saúde melhorou demais. Essa agente de saúde melhoraram. Esses menino novo que seguiram essa carreira da saúde, eles melhoraram muito a nossa saúde. Ai você pode perguntar: Mas irmã, como foi que ele melhorou sua saúde? Só em

*essa academia chegar. Hoje mermo eu cheguei de lá. Tinha lá: Uma doutora, tinha uma agente de saúde, tava ele e uma doutora. Aquela que cuida da comida, Nutricionista, né? [...] **Aí eu digo, qual a importância pro povo saber? É pra não tirar nossa academia, pra não tirar nosso posto, pra melhorar cada dia mais, trazer médico pra nós, que nós precisamos. Reforçar mais a nossa comunidade, porque ela cresceu demais estão descoberta. Tem doutora fazendo a tarefa que não é dela, entendeu? Então nós precisamos ampliar mais, crescer mais. Crescemos? Crescemos. Mas cada dia, vamos aumentar. Teve uma época aqui no alto que o negócio tava tão feio, minha filha. O SAMU todo dia tava aqui no alto.***

Aqui, considero a **participação da senhora Amarílis** na associação dos moradores e demais espaços da comunidade como um fator relevante que representa aqui a manifestação da categoria **mobilização política** nesta entrevista.

Após a entrevista, a senhora Amarílis me apresentou o **vulcão**, que, para ela, é uma das áreas mais perigosas para os moradores que moram próximos ao local. O que a moradora chama de vulcão trata-se de um grande buraco na barreira que se formou após sucessivos deslizamentos de terra, que provocou a morte de famílias. O **vulcão** fica localizado na travessa da Rua Alterosa e compreende um grande fosso com casas a sua margem.

Figura 29 – Vulcão na Travessa da rua Alterosa, região Alto do Tiro



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 30 – Casa próximo ao local onde ocorreu desastre



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 31 – Moradora sobre obra paralisada na Travessa da rua Alterosa



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 32 – Obra paralisada, continuação da travessa da rua Alterosa



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

5.3 DONA DÁLIA: A *VIDA-LUTA* E A REDE DE VIZINHOS E PARENTES NO ALTO DA SERRINHA

A entrevista com senhora Dália foi realizada em sua casa, na rua Tejipió, na região do Alto da Serrinha. A interlocutora se mostrou muito receptiva e disposta a me receber. A entrevista foi realizada com a presença do seu amigo Narciso, fato que contribuiu para a qualidade das informações desta entrevista, uma vez que o diálogo entre as pessoas conhecidas e amigas favoreceu a um despojamento do momento para a senhora Dália, que pode se sentir mais a vontade diante de uma pessoa desconhecida. Para além do ambiente a minha volta, eu também observava de forma participativa o diálogo entre Dália e Narciso, o que me permitiu o acesso a forma de pensar, os valores daquelas pessoas e também a compreender suas respostas às circunstâncias extremas postas pelas condições socioambientais e políticas em que os moradores do morro se encontram. A entrevista suscitou respostas e ideias de dona Dália e também buscou conduzir e aprofundar memórias relativas a vivência da moradora no seu lugar de residência.

A rua Tejiptió é conhecida no Alto da Serrinha pelos deslizamentos de terras ou quedas de barreiras já ocorridos, provocando mortes e soterramento de pessoas, perdas de casas, cujas famílias recebem o benefício do auxílio moradia.

Parte da rua é formada por uma parte plana cimentada e outra grande parte é de escadaria. No início dos anos dois mil, a rua Tejiptió cedeu após a queda da barreira onde a rua está fundada, atingindo algumas casas que estavam assentadas nela. Até hoje a parte da rua que cedeu com o deslizamento da barreira permanece sem nenhuma intervenção no sentido de reparação e reestruturação do local.

A partir da minha passagem por algumas ruas do Alto José Bonifácio, considero a rua Tejiptió uma das mais desafiadoras para uma pessoa não acostumada com altura, tanto em sua parte plana cimentada, quanto a sua escada. Esta última além de muito alta e íngreme, não conta com corrimão. Na parte de cima da escada, temos uma visão panorâmica para outros bairros. Contudo, a minha limitação em relação a altura me dificultou com os registros fotográficos no local, não me sentindo suficientemente equilibrada para fotografar priorizando melhores ângulos.

Figura 33 – Parte da rua Tejiptió que cedeu com o desastre se tornando depósito de lixo para os moradores.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 34 - Passagem pela rua Tejipló - região Alto da Serrinha



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Abaixo, segue imagem da rua Tejipló, a partir do recurso 3D do Google Earth, com marcação feita por mim na cor laranja claro apontado a rua Tejipló e sua continuação com a escadaria.

Figura 35 – Imagem da rua Tejipló - Alto da Serrinha



Fonte: Google Earth, captada em 02/01/2018. Imagem editada pela pesquisadora.

A senhora Dália é uma idosa de 71 anos de idade e sempre morou no Alto José Bonifácio. Ao total, morou em três casas diferentes até chegar a sua atual, onde mora há mais de cinquenta anos e foi adquirida porque uma ex-patroa sua comprou a casa para ela. A interlocutora não detalhou se foi como uma forma de pagamento, um “agrado” ou qualquer outro motivo para a compra da casa. Disse que, inicialmente, a sua casa era de taipa e só aos poucos foi sendo reconstruída em material de alvenaria, chegando a estrutura atual.

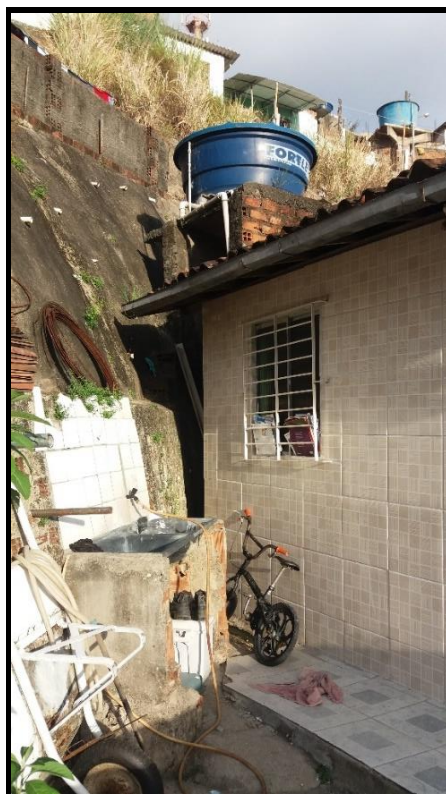
A interlocutora é aposentada, recebe um salário mínimo e sempre trabalhou como empregada doméstica. No mesmo terreno onde está sua casa, moram duas filhas que formam mais dois núcleos familiares. Ao total, são sete as pessoas da família que moram no mesmo terreno, em três casas independentes. As casas de suas filhas foram constituídas e são ampliadas a partir do desmembramento de cômodos da estrutura da casa original, que foram cedidos por d. Dália.

Figura 36 – Frente da casa de dona Dália e muro de contenção de barreira



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Figura 37 – Parte de traz da casa da senhora Dália e muro de contenção



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2017.

Na entrevista, ceder parte da casa e ceder terrenos para familiares e parentes que estão ***precisando mais*** é um dos aspectos que se destaca na relação de dona Dália com a moradia e nas suas relações familiares, onde se sobressai o valor de uso sobre o valor de troca (valor financeiro) contido em um imóvel. Assim, no caso da senhora Dália, o domínio de propriedade é exercido a partir do seu valor de uso que atende direto à necessidade de moradia e não no seu valor de troca, uma vez que não observei, por parte da moradora, o sentido de investimento sobre seus imóveis, como se vê no fragmento abaixo, quando a senhora Dália explica que cedeu para o seu sobrinho a sua parte da casa que morava com a sua irmã, tendo em vista que ela havia adquirido a sua casa atual. Na sua antiga casa, dona Dália morava com a sua irmã, e depois que recebeu a sua própria casa, cedeu a sua parte para o sobrinho.

Que família é assim, né!? Quando um tá precisando, tem que ajudar. Né isso!? [...] Foi, deixei pra Beto, meu sobrinho. [...] Pronto! Como era amiga da minha irmã, minha parte eu dei pra ele, né? Que eu já tinha essa. Aí eu dei pra ele. Ele vendeu. (Dália, moradora do Alto da Serrinha)

Apesar de não saber exatamente, dona Dália diz que a escadaria da rua Tejipió foi construída há aproximadamente quarenta anos. O acesso à casa da senhora Dália se dá por esta

escadaria e se trata de um local que recebeu obras de contenção por volta do início dos anos 2000. Segundo a moradora, as obras foram realizadas pelo programa Parceria nos Morros⁵⁰.

Em torno da casa de dona Dália, existem obras de contenção de encosta, como muros de arrimo, tela argamassada e Rip-Rap⁵¹. A partir das lembranças da moradora em relação a suas vivências no lugar, é possível perceber que, para a senhora Dália, a presença das obras de contenção de queda de barreira possibilitou a tranquilidade para ela e sua família, mediante a “certeza” de não acontecer mais nenhum desastre. **Antes das obras**, observa-se que o estar em casa em dias de chuva era estar em um **estado de prontidão e alerta** com vistas a se salvar caso houvesse algum desastre como mostra o fragmento da fala abaixo.

*Oxe, aqui eu durmo tranquila. Acredita? Pode até acontecer, que não vai... eu tenho certeza que não vai acontecer, na verdade. Vai nada. Aqui a gente dorme tranquila, menina. A gente não botava nem mais... Na época de minha mãe viva. Velhinha. Velha, 90 ano e pouco. Aí então eu não botava mais cadeado aí, por que qualquer coisa era só pegar ela. Sabe? Num tinha de tá procurando cadeado não. [...] Porque **a gente só pensava o pior**. [...] Antes das obra. Antes das obra. **Agora a gente tá no céu**. A gente tá no céu. A gente tá no céu. [...]*

Neste trecho, **se manter acordada, não fechar a portar, não usar cadeados** consistem em estratégias da família para facilitar a saída de dentro da casa com uma idosa, mãe da senhora Dália, configurando-se assim na dinâmica gerada diante o contexto do risco. A fala da dona Dália apresenta dois tempos de vivência no lugar da moradia, um anterior à construção das obras, que pode ser ver compreendido a partir do trecho **a gente só pensava o pior**; e outro em que a moradora diz que se sente tranquila, o que se pode ver em **agora a gente tá no céu**.

[...] Chovendo aqui a gente ficava prestando atenção, tudo. A gente fica prestando, olhando... Meu deus do céu! Aquela ali tá muito molhada... Ficava agoniada. Eu sabia também, que tinha gente também olhando a minha. Entendesse? É... Ruim, minha filha, de descer barro mermo.

As obras de contenção que envolvem a casa da senhora Dália e a maioria das casas vizinhas foram construídas pelo Programa Parceira nos Morros. No caso de dona Dália, o muro de contenção que envolve a sua casa foi feito por seus filhos e amigos dos filhos. O material

⁵⁰ Programa da Prefeitura do Recife que tinha como objetivo a construção de obras de pequeno porte ou reparos voltadas a beneficiar um conjunto de moradores. Este programa, conforme o próprio nome, funcionava a partir da ideia de parceria entre a prefeitura e os moradores, onde à prefeitura cabia o repasse do material de construção e as orientações técnicas, e aos últimos cabia a responsabilidade da mão de obra.

⁵¹ **Muro de arrimo e tela argamassada** são estruturas de segurança que se faz para conter deslizamentos em terrenos muito inclinados. Eles têm a tarefa de segurar a terra de cortes e encostas de morros, dando estabilidade ao lote. O **rip-rap** é uma técnica alternativa para contenção de encostas que utiliza sacos de solo estabilizado com cimento. Esse tipo de muro apresenta como vantagens o seu baixo custo e o fato de não requerer mão-de-obra ou equipamentos especializados.

para a construção provinha da prefeitura do Recife, que também atuava no Programa com os seus profissionais responsáveis pelas orientações técnicas aos moradores. Abaixo, segue a imagem do Google Earth, a partir da qual é possível ver as obras realizadas em torno da casa da senhora Dália. A casa de cor azul mais abaixo é a casa da moradora entrevistada.

Figura 38- Imagem da escada da rua Tejipió e das obras de contenção da casa de Dália e entorno



Fonte: Google Earth, captada em 02/01/2018. Imagem editada pela pesquisadora.

Das memórias da moradora antes da construção da escada da rua Tejipió, que dá acesso a sua casa, dona Dália lembra:

*Era buraco mermo. Botava o pé aqui, vinha com uma lata d'água na cabeça. Botava um pé aqui, outro ali. Oh, meu Deus do céu! Você nem imaginava como era essa ladeira, visse!? Era buraco mermo. Quando vinha da maternidade, (...)as mulher vinha da maternidade, inclusive eu, [...] os vizinho pegavam e ajeitava os degrauzinho pra subir com bebê no braço. Era **vida-luta**. Na casa de mãe mermo, a parede de taipa. Taipa mermo, aparecendo as vara. Aí torava, aí pai vinha (pai morava pra lá, com a outra). Aí pai vinha, entrou no mato, tirando aquelas vara pra botar, que tava se quebrando, a da parede. Pegava o barro, botava. Era assim a casa de mãe, essa casa daí de cima.*

Neste trecho, a partir da expressão **vida-luta**, a moradora explicita algumas das dificuldades dos moradores das áreas de morro, a qual só pode ser compreendida se levarmos em consideração a intersecção das condições da infraestrutura local com fatores como classe, gênero, geração e outros, o que também aparece no trecho seguinte:

Bastava ali, meu Deus do céu! olhar assim e ver a nuvem escurecer, vento. É hoje que a gente vai dormir na sala. Aí dava um jeito pra cá, ficava aqui no terraço. Qualquer coisa mãe, eu to aqui. Minha mãe tinha 90 ano, morreu com 96. Aí tinha que descer no braço. Carregar ela que ela não andava, e ela

aconteceu esse negócio de tempo mermo com ela. Faltava energia. Era maço de fósforo, vela, tudo aqui. Era, que qualquer coisa... Faltava energia, na escuridão, chovendo, já pensou? Chovendo, numa barreira de risco e a gente no escuro... Meu Deus do céu! Me apavorava toda. Assim... Se eu não tivesse já... Como é que se diz? Essa prioridade... Essa... minhas barreira tá tudo feita, do jeito que eu já vinha doente eu acho que... Dessa vez eu saía, me mudava daqui. Que eu num ia aguentar o sufoco não. Porque, eu mais nova ficava tremendo por que... Já pensou? Sei não, minha filha. Só você mermo vendo a situação.

Neste fragmento, é possível identificar que para a moradora, a construção das obras no local favoreceu uma qualidade de vida que a fez não querer sair da sua casa. Acreditar que algumas cenas das suas memórias não voltarão a acontecer novamente faz a moradora acreditar que, em relação ao passado, ela “**está no céu**”. Esta expressão sintetiza como a categoria risco se expressa na entrevista com d. Dália, em relação a sua comunidade no tempo presente. Durante a entrevista, a moradora se mostrou confiante de que não há mais possibilidade de haver desastres relativos a quedas de barreiras no entorno da sua casa, que conta com obras estruturais. O sentimento presente na moradora contrasta com os sentimentos em suas memórias, no tempo anterior a chegada das obras.

Em uma de suas lembranças, a moradora relata um episódio que ocorreu em uma noite de chuva que a sua família, se sentindo ameaçada com barreira, buscou refúgio na casa de vizinhos.

*É muito ruim... É muito ruim, é muito ruim. É você velar uma pessoa dormindo, você fica acordada. Porque qualquer coisa gritava. Qualquer coisa gritava. (...) Era... Grito: acorda, acorda, vamo simhora. Como... essa parte da frente, aí não teve nem... Tava caindo tudo. E agora? Pra passar com menino no braço? ...aí não tava feita. Aí os menino desceu com mãe no braço pra casa de Reginaldo (vizinho). A gente amanheceu o dia aí na casa da vizinha, pra depois ir tirar os barro e começar tudo de novo. É... É luta, era luta mermo. Não era brincadeira não. Aí dizer assim: Ah, ela tá conversando... não. É a realidade. Você vê assim aquele **barro molhado**, aquilo **deslizando** assim. Oxe...*

Dona Dália afirma já ter assistido a muitos desastres de deslizamento de terra com seus vizinhos e relata o caso com a sua vizinha e amiga Vera que sobreviveu depois de ficar soterrada quando o deslizamento da barreira atingiu a sua casa⁵². Dona Dália e Narciso contaram um pouco do que viram e do resgate:

Narciso: *Dona Vera ficou soterrada...*

Dália: *Ficou. E eu gritando, quando eu vi... quando eu vi descer eu num vi nem a mãe dela. quando eu vi a coisa (o barro) descer eu comecei a gritar, aí*

⁵² Durante o trabalho de campo, busquei contato com a senhora Vera, mas não obtive sucesso. De acordo com seus vizinhos, ela trabalha e só está em casa no horário da noite.

Afonso viu. Quem fez o socorro dela foi um menino, até já se mudou. Subiu, meteu logo o pé na porta. Botou logo a parte da cozinha dentro. O marido dela num tava em casa. Botou a cozinha e a gente foi lá, ver se conseguia tirar ela. E eu pensando: Os menino dentro do quarto se viesse o resto (da barreira)? Ia morrer tudinho, né? Mas vamo orar assim... E a gente agoniado. E eu tremendo, eu chorando, nessa época eu tava mais nervosa do que sou agora. E eu gritando e... Graças a deus que tiraram ela com vida. Que socorreram. Não quebrou nada, não teve... Sabe? Agora, só não aconteceu pior porque tava em pé, porque ela tava se arrumando pra trabalhar. Era num tempo que ela tava trabalhando de manhã. Se ela tivesse deitada, tinha morrido. O barro tinha coberto ela.

Narciso: *Acho que isso foi 2000.*

Dália: *Foi... mais o menos isso, aquele tempo Adalberto tava morando aqui com Severina.*

Flora: *Ela perdeu a casa toda?*

Dália: *Não. Só perdeu o quarto. No caso, só foi no quarto lá onde ela tava. [...] ela só não morreu porque Deus segurou ali. Ali viu, foi Deus mermo! tudinho em cima dela. Da cintura pra baixo. Rapaz... Foi. [...]*

Flora: *Além dos vizinhos, alguma instituição estava presente na hora do socorro?*

Dália: *Então, não tinha ninguém presente, né!? De tudo a gente gritando, gritando. Os vizinho debaixo, uns três menino subiu correndo e forte. Como eu disse, meteu o pé na porta da cozinha que era de tauba, botou pra dentro e foi lá. Aí os três... Aí saiu tirando ela, aí tirando mais alguma coisa. Alguma coisa pra aproveitar, né!? As coisa foi todinha na casa... Depois carregaram a mudança todinha pra casa de seu Abel (vizinho), aí ficou fechada porque a casa ficou rachada, ficou... Abalou.*

Flora: *Quem é Abel, vizinho?*

Dália: *É. Vizinho de frente assim. Aí carregou as coisa dela pra lá... Ela se recuperou na casa da irmã e voltou pra casa.*

[...]

Flora: *Não chegou nenhum órgão público?*

Dália: *Não.*

Flora: *Nenhum? Bombeiro, Defesa Civil, Samu...*

Dália: *Não, que eu saiba não.*

Narciso: *Só veio no outro dia.*

Neste trecho, o **pior** para dona Dália pode significar a morte da sua vizinha que conseguiu ser salva. Na sua fala, percebe-se a importância dos vizinhos na prestação do socorro, na assistência, e depois, como veremos a seguir, na reconstrução da casa da vizinha Vera. Além dos vizinhos, a família (a *irmã*) também aparece no fragmento acima como uma agência envolvida na assistência à moradora. De acordo com a interlocutora e o seu amigo Narciso, presente na entrevista, o resgate da senhora Vera não contou com a presença de nenhum órgão público, que só compareceu no local no dia seguinte e providenciou a inserção da moradora no programa Parceria nos Morros, a partir do qual, a moradora, senhora Vera, conseguiu construir um muro de arrimo na barreira e, assim, voltar a sua casa.

De acordo, com a dona Dália e Narciso, os **vizinhos, familiares** e outros **amigos** ajudaram na construção do muro de arrimo da senhora Vera e de dona Dália.

Narciso: *E no caso dela (Vera) foi mermo, porque a própria Defesa Civil tinha condenado aquela parte da casa dela. Mas ela ficou lá e terminou fazendo aos poucos. Muito esforço, muita gente ajudou ela. O pessoal trabalhando, ela trabalhava tudinho. Ela é uma guerreira também... (...)*

Dália: *Era, meus menino meteu a cara mermo. Fez tudinho. Primeiro fez a de baixo. Quer dizer, depois que fez essa, né!? Fez uma parte de baixo, que pra sustentar essa aqui, tinha que fazer logo a de baixo. E a de baixo também tava na continha já encostando na minha (casa). Na de cima. Tava uma só já. Faltava uma, eu digo, essa... Eu olhava assim, eu digo, meu Deus! A prefeitura acho que... Num vai aceitar fazer essa barreira não. Aí tinha muita gente lá na Associação. Pa, pa, pa, na guerra. Que... é uma guerra medonha. Pra fazer. Por que era comprida demais. Disse assim: não... esse povo... os funcionário num vai dar pra isso tudo de cimento não.*

Vizinhos, amigos e parentes constituem uma **rede social** fundamental para pessoas que moram em áreas suscetíveis a desastres e precisam sair de sua casa como uma medida de precaução ou quando perdem sua casa ou parte dela e precisam de abrigo, apoio material e afetivo.

Além do momento do socorro e assistência, vale observar que esta rede social também é recrutada na construção obras preventivas e de reconstrução do espaço que foi afetado. No fragmento acima, a senhora Dália expõe o seu receio de que a prefeitura não quisesse realizar o muro de contenção da barreira atrás da sua casa, que a preocupava por estar muito próxima a esta. Em sua fala, a moradora demonstra que o seu receio era com relação à barreira ser muito grande, o que exigia um gasto maior por parte da prefeitura em relação a outras obras, e para ela, isto poderia ser um motivo da prefeitura não priorizar o seu caso para construir o muro de arrimo pelo Programa Parceria. Para ela, a Associação dos moradores também teve um papel importante para que a obra fosse realizada no entorno da sua casa.

Para a senhora Dália, a **chuva** e a **construção** de um **muro** de tijolo que estava sendo construído no local foram responsáveis pelo desastre do relato, que atingiu a casa da sua vizinha. No trecho seguinte, é possível perceber como as intervenções particulares no ambiente comum no morro podem afetar a relação entre vizinhos.

Flora: Pra senhora, o que é que foi responsável pela queda da barreira?

Dália: *A queda da barreira é muita água, visse!? Foi muita água. E outra coisa, que... pra falar a verdade, tinha um muro em cima da barreira... Um muro alto. Um muro de tijolo...*

Flora: Ah, um muro de arrimo?

Dália: *Não, um muro de tijolo. Que ele (apontando em direção a casa do vizinho responsável pelo muro) queria fazer todo, né!? Até eu disse a ele Não,*

se você fazer, é daí pra lá, pra cá não, pra cá é em cima da minha casa. Eu disse até isso a ele.

No fragmento acima, a expressão “pra falar a verdade” indica uma confidência de dona Dália que, aqui, significa o reconhecimento da moradora de que a intervenção dos moradores pode provocar ou acentuar um desastre. No caso em tela, o vizinho que era responsável pela construção do muro de tijolos, provavelmente, tinha a intenção de proteger a barreira. Este caso ilustra o fato de muitas vezes, o morador do morro ser responsabilizado pelo desastre em sua tentativa de proteger a sua moradia, muitas vezes tentando suprir a precária atuação do poder público no serviço de infraestrutura urbana no local.

No morro, é difícil definir até onde vai o espaço privado e espaço comum, em relação aos muros ou mesmo a barreira exposta que interligam as casas. Dependendo da disposição destas, o muro e a barreira servem de base para uma casa e de proteção para outra. Isto implica na necessidade de acordos entre vizinhos para que algum morador possa realizar uma intervenção no lugar. Em outro momento da entrevista, dona Dália falou da responsabilidade dos vizinhos com a manutenção das obras que já existem e com as intervenções coletivas.

Aí a canaleta. Passava o lixo ali, entupia a canaleta. A água não passou pela canaleta. [...] Em tudo que a canaleta tampou a água não passava, né!? Aí a água foi com o pé no mundo. Aí arriou. Tem que tá olhando... Aqui eu tenho que tá olhando meu quintal. Onde é que tem um burquinho pra botar um coisa (referindo-se a buracos que se abrem no muro de arrimo da sua casa)... Porque num tá feito? Tá feito, mas a gente tem que tá olhando, porque se alguma coisa aí, quando dá fé, arreia. Entendeu? Tá feito a barreira, mas a gente tem que tá...

Em outro momento da entrevista, é possível identificar os conflitos e os desafios postos na relação entre os vizinhos no momento de negociação que envolvem desde obras a plantas de estimação, como se vê na fala abaixo de dona Dália.

E era muito boa (a árvore)... Carambola. Enorme. Aí isso assim, fazer essa barreira. Eu digo, é bom negão (vizinho). Vamo fazer a barreira. Aí cê vê que aqui é tudo pertinho, né? Aí esse pé de coisa teu... Tem que tirar! Tem que tirar tudo. Teu pé de carambola... eu digo, arranca tudo, Ronaldo⁵³. Vamo fazer. É bichin ruim mermo... “Ah, não, vou tirar meu pé de coisa não. Então, eu vou deixar aqui meu pezinho de abacate”. (...) O que é benefício pra ele é benefício pra mim. Beneficiou eu e ele, né isso? E acontece, muita gente cansa. Um vizinho quer o outro não quer. Um vizinho quer o outro não quer. Num acontece uma coisa? Num pode, né? Tem que se unir.

⁵³ Nome fictício para o vizinho de Dona Dália.

Para a senhora Dália, o poder público e os moradores são corresponsáveis pela manutenção das obras construídas nos morros e pelos desastres ocorridos no local. De acordo com os trechos expostos acima, a prevenção aos desastres no morro depende que os moradores estejam atentos aos fatores que provoquem o desastre, tais como, o entupimento da canaleta que junta água e faz pesar a barreira, as fissuras nos muros de arrimo que permitem a infiltração da água, o lixo que provoca o peso na barreira, a retirada de árvores de grande porte e outros.

Na entrevista com a senhora Dália, a experiência e a idade dos moradores do local são apontados como fatores que influenciam a relação entre os vizinhos, principalmente nas negociações com cuidado com o lugar, sobretudo, na busca da prevenção dos desastres. Para a moradora, os vizinhos antigos são mais fáceis de se relacionar por entenderem que os problemas da casa de um é ou pode se tornar um problema coletivo, enquanto que com os vizinhos novatos, o diálogo fica mais difícil.

Dália: Eu mermo quando vejo uma coisa assim que eu já vi que eu passei, eu digo: Rapaz, (...) essa água aí... Isso vai cair. Bota um, bota um, faz um desvio aqui assim... Quando acontece, né!? Pode fazer nada, tô avisando que eu já passei por isso. Já passei por isso.

[...]Reginaldo mermo aí... Tinha o maior cuidado, limpava tudo, botava um tijolinho pra água num passar pra lá. É tudo organizadinho o quintal dele.

Flora: Seu vizinho?

Dália: É. Reginaldo é muito organizado o quintal dele. Muito organizado mermo. E ele dizia, quando via qualquer coisa, ele dizia assim: Mas, Dália, essa barreira tá é molhada, não tá!? Eu tô com medo dela. Já ficava de olho, eu e ele.

O cuidado e a responsabilidade dos moradores na execução direta da infraestrutura do lugar onde vivem é conciliada com outras responsabilidades, tais como o emprego ou responsabilidades com crianças e idosos da família, como se vê na fala da senhora Dália que combina com os filhos de uma vizinha idosa, que mora na casa acima da sua para tratar o muro de arrimo que interliga ambas as casas. O tratamento que ela se refere na entrevista consiste na retirada (extração) dos matos que nascem nas aberturas (*buracos*) do concreto do muro.

Pronto, aí ele... Ele... A gente já tá combinando... A gente já tá combinando... Que é três (filhos da vizinha), né? O dia que vão folgar os três. Porque eles trabalha. Ele trabalha de noite e mais outro trabalha de dia, dia sim, dia não. Entendeu? Aí vamo ver assim um dia que tá os três. Chama mais pra ajudar porque a barreira tá cheia de mato. Não pode ficar assim. Esses dia todinho, esperando ele (um dos filhos da vizinha) melhorar pra reunir os... Ontem mermo (ele) teve aqui. Tá lá em cima aqui, o outro menino. Aí vão se reunir tudinho pra limpar a barreira. Limpar, arrancar mermo. Aonde tem uns buraquinho faz aquele cimento, bota. Porque não pode. Quê se vim o inverno agora, fica entrando água.

[...]

Dália: *Já aqui embaixo não teve* (apontando a obra de rip-rap que fica abaixo da sua casa). *Nunca teve aqui, num teve mato alto não. Aí* (aponta a obra de cima) *tem muita raiz. Onde tiver, tem que fazer. Por que, se não, minha fia...*

Narciso: *Se não fica que nem tá lá naquele boqueirão⁵⁴. Ela vai tomando conta de toda a barreira (...).*

Dália: *Aí é trabalho perdido.*

Narciso: *É. Exatamente. Porque a natureza toma conta daquilo que é dela.*

Dália: *É. Aí já falaram: vamo cuidar, vamo cuidar que... enquanto o sol tá quente. Porque quando chega o inverno não pode mexer. Sabe? Agora, pra variar, tirar o mato todinho e encimentar. Tem que tá cuidando.*

A **conscientização da responsabilidade** do cuidado na manutenção das obras de contenção de encosta por parte dos moradores e **a participação no trabalho conjunto dos vizinhos** aparece mais uma vez na fala da senhora Dália como ações necessárias à manutenção das obras que já existem no lugar e assim à prevenção dos desastres. Esta responsabilidade e participação dos moradores sobre as obras representam uma atribuição a mais na vida destes moradores, o que nem sempre é compatível com disponibilidade de tempo das pessoas, tendo em vista que muitos trabalham ou têm obrigações familiares que não permitem que os mesmos participem de forma direta da construção ou manutenção das obras; ou ainda não contam com as condições financeiras para pagar um pedreiro ou algum profissional que façam reparos e outras ações, como é o caso da maioria das pessoas e dos moradores idosos, que passam a contar com parentes, familiares, amigos e vizinhos. De forma indireta, a senhora Dália critica esta situação imprimida à vida dos moradores que precisam do Programa Parceria dos Morro.

Tem os meninos fazendo, né!? Mas se botasse um funcionário da prefeitura pra ajudar a gente era bom. [...] Eu dizia isso, sabe? Mas num pode, né!? Que eles (a prefeitura) já dão material, né? É, eles já dão material. Aí sempre eu dizia.

⁵⁴ O Boqueirão é uma grande área de barreira que fica localizada na região do Alto José Bonifácio. É região do bairro onde registra os últimos casos, chegando a haver morte de moradores.

Figura 39- Muro de contenção por traz da casa da senhora Dália



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017

Presenciar casos de desastre e participar da (re)construção de obras de contenção faz desenvolver o sentimento de **solidariedade** e **familiarização** entre os vizinhos da região do Alto da Serrinha, que mobiliza ações no sentido da prevenção dos desastres e da autoproteção comunitária, caracterizada aqui não pela ação de autossuficiência dos moradores em relação ao poder público, mas como ações conduzidas pela conscientização da responsabilidade conjunta dos vizinhos.

Flora: presenciar esse desastre fez mudar alguma coisa em vocês? Em vocês vizinhos? Em vocês no lugar?

Dália: *Fez... Me fez mudar muito, viu!? Fez mudar muito. Eu **acho que uniu mais**, visse!?*

Flora: *Uniu mais?*

Dália: *Uniu mais, visse!? Eu digo a você. Eu tô dizendo isso que se você visse... Como eu tô dizendo, se você ouvisse Vera dizer. Ela tava aqui chorando, ela tava aqui chorando. Ela disse assim: “Dália”. Que quando as meninas vinha da palestra com a gente lá. Ela vivia chorando. Isso aqui num é uma vizinha não. Isso aqui são a minha família.*

Narcisco: *Verdade.*

Dália: *“O que os filho dela fez por mim...” Ela só falava isso, toda vez ela falava isso as meninas chorando. Chega ficava até meia assim. E digo, num chore não que eu vou chorar também.*

A palestra que moradora se refere são os encontros na associação dos moradores com a equipe do programa Parceria nos Morros e a participação das moradoras nas reuniões na associação para decidir as áreas e os moradores que seriam priorizados pelo Programa. Para senhora Dália, a união é definida como um sentimento gerado após o acontecimento indesejado para os moradores.

A construção das obras no local favoreceu a tranquilidade da moradora, sua permanência no lugar e também a ressignificação da chuva. Antes das obras, a chuva é compreendida como um fator de ameaça a segurança da família e como a causa de desastres, como se vê na fala a seguir:

Olhe, ontem eu tava até dizendo: Só queria um negócio: o inverno. Porque o calor já tá demais. Antes eu dizia assim: Ai meu deus do céu, já tá perto do inverno, meu Deus, e a barreira que num saiu ainda. Entendesse? Eu digo, aí meu Deus, já vai começar o inverno, minha filha e nada da barreira. A gente não vai mais dormir em paz. E agora não. Agora eu quero que chova um pouquinho.

Com base no fragmento acima, vemos que o inverno, o período chuvoso, provocava na moradora o medo de que a barreira deslizesse uma vez que não havia obras de contenção para evitar a queda da encosta e fazia com que a moradora e sua família não pudessem *dormir em paz*, tendo que ficar atentos para buscar se salvar, como vimos anteriormente.

As obras que ocorreram no local foram construídas em decorrência da organização dos moradores que se organizaram junto a Associação dos Moradores do bairro para reivindicar e conseguir ser contemplados pelo Programa Parceria nos Morros.

Sim, quando eu, quando a gente aperreou pra botar barreira, a gente corria atrás de Ricardo⁵⁵ pra ir na associação, que ele trabalhava lá. Então, quando num era um era outro. Entendesse? A gente corria pra lá... (...). Pra ver o que era que eles ia decidir. E agora a gente às vezes vai lá na reunião, mas num é sobre esse assunto não. Eu mermo num vou mais não.

A partir desta fala da moradora, identifico uma ação organizada dos moradores do local junto a Associação dos Moradores na busca pela realização das obras de contenção das barreiras. A moradora demonstra um desestímulo em participar de reuniões da associação atualmente. Tendo em vista que a senhora Dália é uma moradora satisfeita com as obras que existem e que se sente segura em relação às chuvas, a sua não participação atualmente pode se dever ao fato da questão da barreira não ser mais uma problema para a sua localidade ou mesmo porque a moradora não se sinta interessada em nenhuma das questões discutidas nas reuniões atualmente.

⁵⁵ Morador e referência política na comunidade. Era o presidente da Associação dos Moradores na época.

Na entrevista com a senhora Dália, alguns aspectos da vida da moradora aparecem como transversais à discussão da moradia no morro e às dinâmicas territoriais. Alguns destes aspectos são o fator idade, tempo de moradia, relação com a vizinhança e com o bairro. Apesar de morar sozinhas, a senhora Dália sempre conta com a presença de familiares em sua casa.

Dália: *É, fico aqui sozinha. Quer dizer, sozinha no modo de falar, né!?*

Flora: Sim. Tá arrodeada de família.

Dália: *Tava tudinho (referindo-se aos netos) aqui, deitado aqui no chão. Levantaram porque eu botei pra correr, porque eu queria assistir um negócio e eles queria assistir outro. Eu digo, não. Eu quero ver a doidice aí (risos).*

A senhora Dália demonstra gostar muito de morar próximo às suas filhas, contudo, vê-se também que a idosa se interessa em preservar a sua independência em relação à família

Dália: (...) *eu vou dizer uma coisa a você, minha filha comprou um terreno lá em Dois Irmãos (...)* *E ela disse que ainda vai me levar, ó. Que vai me levar. Vai nada!*

Flora: *a senhora não quer ir não?*

Dália: *Vai nada.*

Flora: *Lá é Alto também?*

Dália: *É não, é rampa.*

Flora: *Uhum.*

Dália: *Mas tem carro, tem moto. Mas eu num tenho. É dela. É dele (do genro). Toda hora num vai ter alguém disposto, se eu quiser sair.*

Flora: *Aqui a senhora se sente mais independente é?*

Dália: *Eu sinto. Aqui devagarinho mermo eu desço, vou pra minha igreja. Aí desço, já que tá muito alto, tá doendo o joelho. Num pego ônibus aqui em cima não, pego lá embaixo. Lá embaixo eu tenho três. Três ônibus. Que é na Bomba (bairro Bomba do Hemetério). Qualquer um que passe na Bomba pra mim tá bom. Né!?*

Flora: *sei.*

Dália: *Aí pego, subo.*

Narciso: *Pra voltar, a senhora vai lá em cima e desce?*

Dália: *É. Aí vem... Pra voltar eu pego lá embaixo, lá na frente da igreja e desço aqui em cima. Aí venho devagarinho. Minha filha não quer que eu desça por causa da dor, se der e a senhora vim rebolando? Eu digo: não, diz isso não! Aí eu venho devagarinho, sabe? Devagarinho, devagarinho e pronto!*

Na fala acima, a moradora demonstra-se consciente de suas limitações físicas e das dificuldades em percorrer pelo lugar de moradia. Sente muitas dores nas pernas e nos joelhos que lhe impossibilita de subir degraus. No momento, a dona Dália não sobe mais a escada. Ao sair e voltar para casa, busca sempre as rotas em que a mesma não tenha que subir e acesse tanto a parada de ônibus quanto a sua casa apenas descendo a escada. Ainda é possível notar que dona Dália tem o domínio dos meios de transporte e das rotas que ela pode fazer de forma independente para ir a igreja evangélica que frequenta no bairro vizinho. Ao descrever sua estratégia para garantir a sua independência, demonstra o domínio do território e dos serviços

disponíveis no bairro, o que a faz preferir permanecer morando no Alto José Bonifácio a ir morar em outro bairro com a sua filha, mesmo com as supostas “facilidades” que o novo endereço poderá lhe oferecer. A propriedade sobre os bens (a casa, a moto, o carro) também aparece como um fator de limitação à liberdade e a independência da idosa. Durante a entrevista, a senhora Dália demonstrou grande valor a sua independência. A idosa é evangélica da igreja Universal, a qual exige que as mulheres adeptas da religião mantenham seus cabelos longos. A moradora, para garantir a sua independência e não “incomodar” as filhas, chegou a cortar seu cabelo adaptando as limitações que sente ao levantar o braço para pentear os cabelos longos, como se vê a seguir:

Eu cortei, porque tava com um problema muito sério no braço. Nem toda hora as menina (filhas) podia vim pentear. Tava tão enlinhado. Fui ali na menina e mandei cortar. Mas cresce. Num instante cresce.

Independência e autonomia constituem valores para a moradora idosa, contudo, as condições de acessibilidade disponível no lugar de sua moradia não favorecem que a mesma exerça sua independência e autonomia de forma plena. Isto faz com que a moradora idosa utilize o seu domínio do território para desenvolver estratégias para assegurar a sua autonomia enquanto uma pessoa idosa e com sérias limitações de locomoção.

5.4 SEU LÍRIO: “SE TIVESSE DORMINDO, TAVA MORTO”. A RECONSTRUÇÃO DA MORADIA EM OUTRAS BASES NO ALTO DA SAUDADE

A entrevista com senhor Lírio foi realizada na rua, em frente a sua casa. Inicialmente, o morador se sentiu pouco à vontade para ser entrevistado, até que depois de explicado o meu objetivo ali, cedeu informações.

Senhor Lírio mora na região do Alto da Saudade, tem quarenta e seis anos de idade, é separado e mora com duas filhas (de 19 e 10 anos). Trabalha como autônomo e afirma receber aproximadamente setecentos reais (R\$ 700,00) por mês. Seu Lírio e sua família já teve a sua casa atingida por deslizamento de barreira há aproximadamente quatorze anos. Desde que perderam a sua casa, a família recebe o benefício do Auxílio Moradia e ainda não teve resolvida a sua solução habitacional indicada pela Prefeitura, que era o que receber uma nova casa ou de ter o antigo terreno reconstruído para voltar a morar no local.

O deslizamento da barreira que atingiu a casa do senhor Lírio fez com a família deixasse a sua casa passando a morar de aluguel em mais de quatro casas durante os três primeiros anos após o desastre. Vale salientar que todas as casas foram no bairro do Alto José Bonifácio, lugar

que o morador demonstra estima e sentimento de pertencimento, mesmo convivendo com o trauma de ter perdido a sua casa com a queda da barreira.

Flora: o senhor permanece no Alto, mesmo depois do ocorrido. Por que?

Lírio: *eu nasci e me criei aqui, não vou sair. Aqui é bom.*

Flora: O que o senhor mais gosta no bairro?

Lírio: *convivência com o povo já há muito tempo. Vou sair daqui não.*

Há aproximadamente dez anos, o senhor Lírio iniciou a construção de sua casa atual que ainda está em fase de conclusão. Segundo Lírio, falta assentar cerâmicas e também pretende ampliá-la em mais um andar. Com base em como o morador descreve a sua antiga casa, percebe-se que a casa atual corresponde a noção de casa ideal que o morador formulou para si após o desastre, na região Alto da Serrinha.

De acordo com a descrição do morador, sua antiga casa era pequena e tinha na sua parte de trás uma barreira. Além disso, a rua de acesso, rua Tejipió, não garantia estabilidade e veio a ceder com queda da barreira. As figuras 34 e 35 mostram as condições atuais de acesso e passagem da rua Tejipió, na região do Alto da Serrinha⁵⁶, onde seu Lírio morava.

A casa atual é toda de alvenaria e foi construída em terreno que ele comprou e está sendo construído pelo próprio morador, que expressa honra e orgulho ao afirmar “aprendi a profissão de pedreiro, graças a Deus!”. Além desta habilidade garantir a construção da própria casa, a expressão do morador pode indicar a importância que o mesmo atribui à moradia enquanto uma necessidade a ser suprida.

Figura 40 – Casa atual do senhor Lírio ainda em construção na região do alto da saudade



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

⁵⁶ Já apresentada aqui com o caso da senhora Dália, moradora do Alto da Serrinha.

Figura 41 – Casa construída em uma das ruas principais do bairro, no Alto da Saudade



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Ao total, a sua casa atual tem sete cômodos (3 quartos, 01 sala, 01 cozinha, 01 banheiro e uma sala de serviço) e cada pessoa dorme em um quarto. A casa tem um único acesso que é a rua Alto da Saudade, parte asfaltada da rua, uma das ruas principais do bairro Alto José Bonifácio.

Como dito anteriormente, senhor Lírío já teve a experiência de sofrer por um deslizamento da barreira que ficava atrás da sua antiga casa, na rua Tejiipió, na região do Alto da Serrinha, no mesmo bairro. Na antiga casa, morava com sua ex-esposa e suas duas filhas. Apenas o senhor Lírío e a mãe das crianças estavam em casa no momento e puderam escapar ilesos por não estarem no quarto, cômodo que foi destruído com a queda da barreira, como se vê no breve relato do morador:

Lírío: tava chovendo, era umas onze horas da noite. Tava assistindo televisão. Aí, quando eu tava chegando no quarto, quando cheguei no quarto, a barreira caiu. Aí

eu corri pra área, fui pro outro lado. Aí minha esposa, minha ex-esposa, gritou “Lírio!”. Eu disse “corre!”. Mandeí ela correr também e mandei sair.

Flora: e essa barreira ficava na parte da frente ou de trás da casa?

Lírio: *na parte de trás, que dava pro quarto. Se tivesse dormindo, tava morto. A parede caiu todinha em cima da cama.*

Durante o período chuvoso, os moradores das áreas de morros que percebem que sua casa pode ser atingida pela queda de barreira, geralmente **alteram a dinâmica no uso dos cômodos**, deixando de usar aquele que primeiro pode ser atingido e mudando a funcionalidade das outras partes da casa.

Uma outra dinâmica muito comum dos moradores é se manterem acordados durante a noite, principalmente no tempo das chuvas intensas, como foi o caso de seu Lírio, que anteriormente já havia sido avisado pelos vizinhos. Manter-se acordado é uma maneira de buscar sobreviver em meio a um possível desastre, como seu Lírio mostra quando diz: “**se tivesse dormindo, tava morto**”.

Flora: só perdas materiais? Vocês perderam o que?

Lírio *só a cama. A casa rachou todinha embaixo, derrubaram lá. Invadiram e levaram o material.*

Flora: quem demoliu a casa?

Lírio: *os vizinhos lá. Levaram tudo.*

Narciso: levaram telha.

Lírio: *levaram foi tudo. Arrancaram tudo, cano de rua, tudo. Ficou nada, só o terreno que ficou lá cheio de lixo, o povo jogando.*

[...]

Flora: algum órgão público veio ao local do desastre?

Lírio: *no outro dia só. Ligou, mas não veio porque não tinha vítima. Só veio no outro dia.*

Flora: E qual foi a atuação deles?

Lírio: *mandaram a gente sair, alugar uma casa.*

Flora: Quem foi que veio?

Lírio: *Codecir*

O fato de não ter havido vítimas é apontado como a justificativa para o não comparecimento da equipe técnica da antiga Coordenadoria de Defesa Civil de Recife (Codecir), que foi ao local do desastre no dia seguinte, ratificando a necessidade da família de Lírio sair da casa e prestou assistência à família com o Auxílio Moradia. Na época o valor deste benefício era de R\$151,00, atualmente, é de R\$ 200,00.

A experiência de sobreviver a um soterramento de terra acarretou em uma depressão como um problema de saúde para seu Lírio. O morador demonstra pesar ou mesmo angústia ao lembrar o ocorrido. Além disso, provocou todo o transtorno para a família se fixar em outras

moradias. Seu Lírio não sabe com precisão em quantas casas morou até chegar na atual, mas afirma ter sido mais de quatro. Todas as casas no Alto José Bonifácio.

Segundo o morador, o lugar onde aconteceu o desastre permanece, ainda hoje, com as mesmas condições que tinha antes do desastre, sem intervenção do poder público e sem nenhuma obra pública. Para o senhor Lírio, após o desastre com a casa e sua família, as condições da antiga rua piorou, se tornando insalubre e produzindo condições para novos desastres, mediante **o lixo** que os moradores jogam no local.

Flora: seu Lírio, depois desse episódio, mudou alguma coisa no lugar?

Lírio: *lá não.*

Flora: continua do mesmo jeito?

Lírio: *pior, né? Cheio de mato. Meteram lixo pra cima lá.*

Flora: não chegou nenhuma obra?

Lírio: *nada.*

Flora: outros vizinhos saíram depois do que aconteceu com a sua casa? Assustou alguém?

Lírio: *não.*

Flora: o senhor acha que tinha outras casas que estavam em risco?

Lírio: *só a de cima e a de baixo.*

Flora: saíram?

Narciso⁵⁷: *não.*

Lírio: *a de baixo não. A de baixo mora.*

Narciso: *todos dois de cima mora.*

Flora: e não chegou nada! Nenhuma obra?

Lírio: *não*

Narciso: *chegou nada. Chegou entulho. Um bocado de lixo que os moradores botam lá e fizeram nada não.*

Lírio: *ainda fizeram duas casas em cima da barreira e deixaram. Ainda liguei pra codecir e vieram lá. E disseram que tava bem feito, tava seguro, segundo o morador disse.*

Para o senhor Lírio, a chegada de novas pessoas e novas construções na mesma barreira expressa um contrassenso do poder público, que permitiu que as casas fossem construídas e permanecessem nas proximidades do lugar onde aconteceu o desastre, completando o que para o morador soa como um abandono do lugar.

Durante a entrevista, identifico a **atitude de alerta dos vizinhos e do morador** como a atitude em relação ao cuidado em se livrar do acontecimento de um desastre que parecia estar evidente para todos. Além disso, é possível identificar que o morador e sua ex-esposa interferiram na dinâmica habitual da família, passando a **dormir na sala**, como uma forma de se evitar danos além dos materiais, como se vê no trecho da entrevista a seguir.

Flora: e no momento do desastre a vizinhança ajudou?

Lírio: *antesm ficava dizendo “ó, não dorme não, que a barreira tá caindo”. Também não dormi, fiquei dormindo na sala. Quando foi de onze e pouca, ela arriou.*

Flora: vocês, então, não estavam mais dormindo no quarto?

⁵⁷ Amigo do senhor Lírio, presente na entrevista.

Lírio: *não. Tava na sala.*

Flora: já estavam dormindo na hora a barreira caiu?

Lírio: *não. Tava acordado assistindo.*

Flora: antes desse dia, o senhor e sua família dormiam no quarto nas noites quando estava chovendo.

Lírio: *uhum. Dormia. Mas, se tivesse dormindo, não tava nem contando história.*

[...]

Flora: vizinhos ajudaram? Nesse dia vocês dormiram aonde?

Lírio: *eu fiquei acordado porque tava com um dinheiro dentro do quarto. aí, tinha que ficar lá na rua mesmo. Minha filha foi se embora dormir na casa da avó. E eu fiquei no lado de fora. Naquela época tava com dois mil conto no quarto. Fiquei esperando amanhecer o dia.*

Neste fragmento da entrevista, o senhor Lírio demonstra a consciência que o desastre poderia ter sido fatal com a sua família e tornou a **barreira um símbolo de perigo**, como se ver na sua fala abaixo.

Flora : antes de acontecer o desastre, quando o senhor percebia alguma casa em risco, o senhor fazia ou faz alguma coisa?

Lírio: *não que eu não via muito disso aí por aqui. Depois da minha casa foi que eu tomei consciência da coisa.*

Flora: e hoje em dia, depois da sua experiência, quando o senhor ver, faz alguma coisa?

Lírio: **a minha consciência é não comprar mais casa em barreira, né?**

Flora: pra o senhor, hoje, barreira é um lugar pra morar?

Lírio: *Não. De jeito nenhum*

Flora: de jeito nenhum? E se tivesse obras de contenção?

Lírio: *aí, dava pra morar, né?*

Neste fragmento, o senhor Lírio deixa explícito que passou a considerar barreiras um risco para moradias depois que aconteceu com ele. Isto demonstra que, para o morador, as casas assentadas áreas de barreiras e sem a presença de nenhuma obra pública estruturadora compunha o cenário comum do seu bairro, até a sua casa ser atingida pela barreira que deslizou. O que hoje representa um risco, antes era visto como uma situação administrável, até se mostrar incontrolável pelo morador.

É a partir deste trecho da entrevista, o fato de **não querer mais comprar casa em barreira** é identificada como uma **medida de autoproteção do morador**. Embora o senhor Lírio seja enfático quando diz que barreira não é lugar para morar, muda de opinião quando considera a presença de obras públicas estruturadoras. Isto demonstra a consciência do morador de que sua realidade poderia ter sido diferente caso o lugar de sua moradia constasse com obras de contenção.

Flora: Existe alguma organização dos moradores que estão na situação de Auxílio moradia pra pressionar a Secretaria de habitação?

Lírio: tem.

Flora: tem? Vocês se organizam ou cada um tá recebendo e esperando a solução?

Lírio: é.

Flora: não teve que ninguém que tomasse uma iniciativa?

Narciso: teve alguns já. Inclusive me procuraram. **O problema é juntar o povo, entendeu?** A maioria trabalha. Não tem como sozinho. No mínimo, no mínimo, dez pessoas. Nós aqui, temos mais de vinte pessoas que tiveram em situação de risco e depois receberam seus habitacionais. E tem pessoas que estão aqui, há dez, doze, treze, quatorze anos e nada.

Apesar de notória a insatisfação do morador que recebe o Auxílio Moradia e não tem perspectiva de quando receberá a sua solução habitacional, que é receber uma casa ou apartamento, não se percebe por parte do morador nenhuma iniciativa de cobrar e exigir, nem mesmo perspectiva de receber o que lhe é de direito. O fato da casa atual do senhor Lírio ser construída na parte asfaltada de uma das ruas principais do bairro demonstra que o morador redefiniu a sua ideia em relação ao lugar onde a casa pode ser construída com mais segurança, livre do risco de ser atingida por algum deslizamento de barreira. Além disso, percebe-se uma independência do senhor Lírio em relação ao benefício do Auxílio Moradia, e do apartamento como a solução habitacional garantidos pela prefeitura do Recife.

Flora: [...] O senhor conhece a defesa civil ?

Lírio: Conheço. Eu ia lá, né? (...) só não presta a.... tá do mesmo jeito a barreira, tá do mesmo jeito tudo.

Flora: e a secretaria de habitação que é responsável pela sua solução habitacional. Nunca foi lá?

Lírio: não.

Apesar de conhecer a Associação dos Moradores, e conhecer a defesa civil, percebe-se uma frustração e desânimo por parte do morador devido a barreira permanecer do mesmo jeito. Vale ressaltar que o caso do seu Lírio é diferente de outros moradores que recebem o Auxílio Moradia, pois o mesmo não apresenta hoje uma necessidade urgente de ter uma moradia ou de deixar a condição de casa alugada. É muito comum, se ver nos corredores da SEDEC ou da Secretaria de Habitação, pessoas que recebem o auxílio moradia em busca de informação sobre quando vai receber a casa ou mesmo exigindo agilidade desses órgãos.

5.5 EDELVAIS: O ARRUMADINHO NA ÁREA DO BOQUEIRÃO, SUB-REGIÃO DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO

A entrevista com a senhora Edelvais foi realizada na sua casa, na área chamada de Boqueirão, na região do Alto José Bonifácio. Antes de conhecer a senhora Edelvais, eu já tinha

avistado a sua casa nas minhas andanças pelo bairro, visível do Córrego do Euclides. E se destaca justamente pelas condições da barreira e da casa marcada pela precariedade de saneamento e obras públicas no lugar, e a barreira visivelmente em constante processo de erosão.

Figura 42 – Casa de dona Edelvais no Boqueirão, vista do Córrego do Euclides



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

O Boqueirão (parte indicada com o número 1 na figura abaixo) é uma das áreas com a infraestrutura mais precária no bairro do Alto José Bonifácio. Consiste em uma grande faixa moradias localizadas na barreira, sem obras de prevenção de desastres. Existindo apenas ações paliativas como a aplicação de lonas plásticas que, durante do período de trabalho de campo estavam rasgadas ou desgastadas. A área do Boqueirão pode ser avistada do Córrego do Euclides (indicada na imagem abaixo por traços em cor azul), um dos principais córregos que dão acesso a outros bairros. Foi nesta área que identifiquei o maior número de ocorrência de deslizamento de barreira durante o período chuvoso no Recife (maio a julho). Inclusive, no ano de 2016, um deslizamento provocou a morte de um morador.

Vale registrar na sub-região do Alto José Bonifácio existem pontos com grandes obras de contenção, como muros de arrimo e muros (como pode ser visto na figura abaixo indicado pelo número (2). Contudo, a área onde a interlocutora e sua família moram (parte indicada pelo número (1), no Boqueirão, a barreira não conta com obras, sendo exposta ao risco de desastres.

Figura 43– Imagem do Google Earth localizando a área do Boqueirão



Fonte: Google Earth, 2017, com marcas da pesquisadora.

A entrevista com a senhora Edelvais foi realizada na presença de familiares, como filhas, que também participaram da entrevista e contribuíram com informações para esta pesquisa. É importante registrar que conheci a moradora a partir de Fernando, agente de saúde que também me acompanhou nesta entrevista. O acesso à casa da moradora se dá pela avenida Alto José Bonifácio, também chamada de ladeira do boi (indicada a figura acima pelos traços em cor amarela). Desta avenida, chegamos a uma pequena rua ou beco onde moram familiares da senhora Edelvais, como filhas, netos, sobrinhos, irmãos e outros. Em raras casas moram pessoas que não são parentes na rua.

Figura 44 – beco com moradias de familiares, alto José Bonifácio



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

A senhora Edelvais é uma idosa de 74 anos de idade que mora com um filho de 57 anos, que é doente e depende inteiramente dela para os cuidados. Durante a entrevista, a senhora Edelvais reforça muitas vezes que também é uma pessoa doente, de saúde frágil e tem sérias limitações físicas. A interlocutora explica que, apesar de estar próxima a muitos parentes, os familiares são pobres: *“ninguém pode fazer nada, né minha filha? Uma por outro, né!? Tudo não tem também condição, né?!”*

No mês de junho de 2016, os técnicos da defesa civil recomendaram que a senhora Edelvais se retirasse da sua casa e passasse o período chuvoso na casa de parentes como uma forma de se precaver de um risco de um deslizamento da barreira, somado ao agravante de falta de um melhor destino da água da calha e da água servida despejadas na barreira formando peso. Isto fez com a senhora Edelvais e o seu filho ficassem, durante sete meses, na casa de uma de suas filhas que mora na mesma rua, mas mais afastada da ponta da barreira.

Durante a entrevista, falando sobre as condições de sua moradia, a senhora Edelvais demonstra constantemente carência e o sentimento de abandono em relação ao poder público e daqueles que, para ela, poderiam “lhe ajudar”.

Ela (a prefeitura) veio, deu uns três mês de feririnha. (...) a última ela (referindo-se a filha) foi buscar ainda, viu? E só promessa. Aquela coisa... Aquele negócio parecia verdade. Entende? As menina tudo legal, mas me desprezou. Se eu não fizesse esse arrumadinho tava nem aqui, e tava, que eu sou teimosa, né!?

A fala da moradora também demonstra uma frustração em relação a defesa civil que, para ela, inicialmente pareceu atenciosa ao seu caso, mas após dois meses, deixou de prestar a devida assistência, pelo menos ao que lhe cabia, como a feira básica para ajudar na manutenção da família que teve que sair da sua casa para a casa de outra família. A volta para sua casa estava condicionada a fazer uns **arrumadinhos**, que consistem em reparos, que no caso da senhora Edelvais, seria preciso fazer uma calha no telhado para destinar água da chuva de forma a não se voltar a barreira fazendo peso.

Figura 45 – Barreira da parte lateral da casa da senhora Edelvais



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

Em torno da necessidade do *arrumadinho* para a moradora poder voltar e permanecer em sua casa durante o período das chuvas, a dona Edelvais criou e cria expectativas com relação à solução para o seu caso. Diante do custo necessário a ser empregado para o *arrumadinho*, as suas condições materiais de sobrevivência e as várias tentativas para alcançar seu objetivo, nem mesmo a presente pesquisadora, escapou de ser um depósito de esperança para a moradora, como se vê no trecho destacado.

Minha cozinha ó, só tem o chão lá, que até eu digo Jesus no dia que eu puder, que fizerem essa calçadinha, eu vou fazer minha cozinha, pra né, dois quarto né? Vou pintar uma sala e eu num quarto e ele (o filho) em outro. Já quero um quarto (...). É muita coisa viu? Meu problema é tão difícil que Deus resolveu agora, viu? Eu tô confiando. É ou não é minha fia?

Dentre as tentativas e frustrações que a senhora Edelvais tem, uma das mais marcantes é com relação ao vereador do bairro, Almir Fernando que, para ela, poderia ajudar, tendo em vista que ela sempre votou nele.

Ele (o vereador) passou ali eu fiz: Almir, Almir. Ele fez (gesto de espera)... No outro dia tava na Bola na Rede (bairro) e eu aqui. Já votei tanto por ele, minha fia. Mas não adiantou nada. Como também eu só votei por ele, né!? Desde a idade da minha mocidade que eu tenho título, que eu tirei logo o título e votei por muitos, num foi só por ele, né!? Mas o outro era passado, né?! Eu quero saber os de agora que a gente tá convivendo.

Se em outra entrevista, notamos a carisma do vereador, com a senhora Edelvais, o vereador aparece como um político indiferente as questões da moradora, o que trouxe frustrações diante da ingratidão do vereador. No trecho abaixo, a moradora apresenta certa desesperança para o seu caso.

Num fez nada por mim, minha filha. Votei nele. Até cega eu votava, e ele diz que vem aqui e não vem. Isso deve ser também porque é vereador, não é!? Hoje eu tô aqui, agora eu posso morrer numa barreira e saio, agora se eu tiver condições de alugar uma casinha, né!? Mas pra casa de filha, que tem 3, 4, 5, 6. Num é? Não dá pra mim mais. [...] Mas a senhora acha que o dinheiro que a gente ganha hoje dá pra fazer... bem dizer uma casa, né? Uma barreira dessa que gasta dinheiro até umas hora. A situação é difícil, minha filha. Entendeu, minha filha? Pronto, é o que eu tenho a dizer assim...eu tô aqui pela misericórdia de Deus.

A moradora expõe a sua consciência das dificuldades de seus **parentes e familiares** em lhe ajudar, que apesar de todas limitações ainda acolhem a senhora Edelvais, fazem o que está ao alcance, assim como a senhora Edelvais faz o que pode para permanecer em sua casa.

*Mas ninguém pode fazer nada, né minha filha? Uma por outro, né!? **Tudo não tem também condição, né!?** Aí eu tô esperando em Deus e nos home, né, assim da terra!? Porque é quem tem que fazer alguma coisa pela a gente. Mas até aqui não chegou ninguém pra me ajudar. Nem sequer aqui. Sim, aí meu genro comprou esses material e eu tô pagando a ele três vezes de 120.*

Vale ressaltar, que ao longo dos anos, a senhora Edelvais foi perdendo parte da sua casa sempre no período das chuvas. O último cômodo que perdeu foi a cozinha, que desabou em uma das vezes que a barreira cedeu. Ainda é possível se vê o piso do antigo cômodo que a moradora havia construído no sentido de fazer uma melhoria na casa com dinheiro de um empréstimo.

Ninguém me ajudou não, viu? -Edelvais, vou dá um saco de cimento, uma areinha, (...) por certo o pedreiro não teve muito cimento bom né? ai derrubou minha cozinha ai eu fiquei sem cozinha.

Um dos últimos deslizamentos na barreira acarretou na morte de um morador, vizinho da senhora Edelvais, no ano de 2016. Apesar disso, nada foi feito no local no sentido de prevenir novos desastres ou de reconstruir o local. Para uma das filhas de Edelvais, Roberta, também moradora da rua, todas as casas localizadas na área do Boqueirão estão “condenadas”, ameaçadas de serem atingidas por deslizamento da barreira, principalmente no período das chuvas. Segundo a filha da senhora Edelvais:

Quando a barreira caiu, morreu uma pessoa. Passou em televisão, em todos os canto passou. Onde ela tá mostrando que morreu uma pessoa, aí pediram pra a gente sair pra jogar, oxe em qualquer lugar, né? A gente. Eu tenho 4 filho, marido desempregado, eu desempregada, dependendo de bolsa família. Nem o vereador aqui do Alto deu as cara pra dar nem um pêsame a família, nem aqui no beco veio pra dar uma satisfação. Acho que ele ficou pensando que eu vou pedir dinheiro de aluguel a ele, né? Porque se eu tivesse condição, tu acha que eu ia depender de dinheiro de prefeitura? E de alguém? Não, eu mermo já tinha pegado uma casa e tinha ido alugado ir me embora. Porque eu não ia botar a vida dos meus filho em risco. Porque é menino novinho, tá ali no braço da minha cunhada, é ela que tem dois ano. Um de dez e um de doze, tá entendendo? Ai disso. Outra vez a engenheira veio, disse que ia dar os material e a gente tinha a mão de obra. Nem material, nem mão de obra, nem nada. Não chegou material, num dá uma satisfação, não deu um apoio mais. Uma feira básica que tava dando três meses parou. Também não deu satisfação porque parou, deixou, porque deixou aqui ó. (Roberta, filha de Edelvais e moradora da área do Boqueirão)

Para Roberta, o deslizamento da barreira representa um desastre e explica como aconteceu:

Tava, tava chovendo muito. Então, se isso tivesse feito ou a barreira tivesse feito, tinha acontecido isso? Vidas tinha poupado. Mas não vai acontecer só aí não, porque essa barreira aqui tá prejudicada, daí você dá pra ver como ela tá inclinada. Isso vai aguentar a chuva? Peso? Porque a água que vem, ó. Lá de cima, desce aqui na frente também.

[...]

Foi um desastre, foi um desastre. Realmente, foi um desastre. Porque, não tem saneamento básico aí atrás. Água do beco em peso, quando você vê, água do beco em peso escorre, escorre, e como tinha uma árvore enorme aqui, foi forçando a raiz. A raiz, porque é água de pia, de banheiro, de tudo. E foi acumulando na raiz. Quando choveu que ela já tava com a raiz já acumulada, devido de muita água, o que é que aconteceu? Saiu embolando e matou muitos ali.

Com base no fragmento acima, **a falta de obras de contenção da barreira e do saneamento básico no local** é um dos fatores da **vulnerabilidade** dos moradores da área do Boqueirão. Na visão de Roberta, o lugar não garante a segurança aos moradores, concordando com a avaliação da Defesa Civil municipal, contudo, observo nesta moradora também um sentimento de **abandono total**, uma vez que não existe nenhuma providência no sentido reestruturar o local para a permanência dos moradores no seu lugar, nem nenhuma garantia de, em caso de remoção das

famílias, estas tenham seus direitos respeitados. Desta forma, a responsabilidade das consequências em permanecer no local ficam nas mãos das famílias, que escolhem quais danos sofrer.

*(...) porque não tinha condições da gente ficar, realmente não tinha e não tem porque você vê não tem um saneamento básico, pra água escorrer, da chuva. Você tá aí tá vendo, ó. Tá em risco mermo. Do jeito que as parede tá rachada aqui, se você for lá no meu quarto, no quarto do meu filho tá tudo rachado. Tá tudo rachado, não tem condição não. Mas ele não dá nem uma satisfação, ó. Se morrer... Eu fui lá, várias vezes. Sabe o que ela dizia? Fui lá com meu marido e ela dizia assim: “Posso fazer nada, vou mandar alguém lá, vou mandar alguém lá, vou mandar alguém lá.” Inté hoje não chegou ninguém. Ninguém aqui, **um abandono total**.*

Segundo dona Edelvais, o local não recebeu nenhuma intervenção de obras públicas nem serviço de saneamento depois do desastre que resultaram na morte de um vizinho em 2016.

Flora: Depois que aconteceu o desastre, não foi feito nada mais?
 Edelvais: Não. Não, fez não. Prefeitura só fez prometer que fazia tudo e fazia não, mas um arrumadinho.
 Flora: Só colocaram lona?
 Edelvais: Colocaram, mas foram se embora as lona. O tempo passou, né? Cabou. Mas daqui pra chubar, num vai ter, né? Vai ter de novo, eu quero que eles venha. Até eu digo **meu filho, dá teus passo pra a gente ficar por aí**. Mas pra casa de ninguém eu não vou não, fia. **Porque uma que a gente já tá de idade, né?** Tem que tá no seu canto, né? É muito menino, é muita filha, neta, tudo, uma casa pequena, tudo em cima do outro. Casa hoje tá 500 e tarara, 700, 800, né? Tudo casa cara pra duas família, eu e ele. Aí dá não, eu não posso não. Aí eu queria que deus... Eu peço a deus todo dia me ajude, porque veja essa canaleta aqui, aquele caminho ali que a senhora tá vendo e essa parte do banheiro, 360 reais. E se eu mandar compra tijolo, cimento, pedra, areia, aqui brita. Eu vou pagar com o que? Eu vou ficar sem comer é? Não posso.

No trecho acima, a senhora Edelvais diz que apela para os funcionários da prefeitura que colocam lona no local para colaborar com o seu caso, facilitando que os trâmites para que a prefeitura faça as obras necessárias para livrar a sua casa do risco de deslizamento e do risco da moradora ter que sair da sua casa para a casa de familiares. Diante das limitações desta moradora idosa, a tentativa de apelar ao profissional que coloca lonas que presta serviços à prefeitura pode ser interpretada enquanto um esforço de mobilização por parte da moradora.

Neste fragmento, assim como em outros momentos da entrevista, a moradora recorre ao fator da idade e de suas condições de saúde como fatores de prioridade em ter seu caso atendido.

*E eu tô aqui, ó. Tenho saúde, não tenho. Viu? Não tenho saúde. Só vivo no hospital, se eu me aperrear boto sangue, vomito, vou pro hospital, fico internada. Tudo isso, sou uma pessoa doente. Mas pra eles (referindo-se a prefeitura) eu acho que eu sou uma pessoa de 24 ano, né? [...] **Pra eles**.*

Pensam que eu sou uma pessoa forte ainda, que eu posso dar uma carreira, chega a barreira ir, né? Mas num posso, mas Deus tá me guardando até hoje, né? E vai me guardar, todo dia eu oro, peço a Deus, ó. Eu: toma conta da minha casa. Qualquer coisa, a senhora corra. Eu digo: Corro não. Eu, vou, tá vendo a barreira lá embaixo, eu vou pra ali pro lugar onde aquela irmã tá. Passa a noite eu e meu filho, mas num saio daqui não. Só saio se não tiver condição mermo, né? Porque, ói, um arrumadinho aqui gasta, né? Tô esperando ele terminar pra ver se ele consegue comprar as coisa. Porque a prefeitura não quer me dar, nem um arrumadinho da minha calçada.

Para as moradoras do local, o período das chuvas fortes na cidade provoca o medo e a preocupação com as moradias. Para Roberta, filha de Edelvais, ainda traz uma preocupação com a condição de sua mãe idosa e as dificuldades que pode encontrar ao tentar se salvar. Roberta demonstra também indignação diante da inércia do Estado e da frequente ameaça às famílias no local.

***Preocupação, medo, né?** Porque imagina a gente dormindo. Ela (a senhora Edelvais) dormindo, que ela é de idade. Mora aqui sozinha, ela vai dar tempo correr? Tem condição dela correr, ainda abrir porta, abrir grade, pra correr, pra se salvar? Não tem condição. Ou ele faz isso aqui, ou ele botava a gente no projeto minha casa, minha vida e tirava a gente de alto risco. Tu tá entendendo? Poupano a vida. **Agora, vai ser mais vida que tem que morrer.** Mais vida vai ser sacrificado, porque ele não quer ver isso. Não tem condição não, eles têm que ver. Olhar, ver as parte perigosa. Barreira que eles tão fazendo aí que não tem necessidade não. Vai chegar o tempo de fazer, mas eles tem que ver as perigosa, o alto risco. Que eles tem que fazer e num faz, de braço cruzado, ó. Quer um voto, quer. A gente como cidadão vota, então a gente também quer os nossos direito.*

Além da **solidariedade entre os vizinhos e parentes** diante do risco do desastre para a casa da senhora Edelvais, também identifico a **disputa pelas raras obras** que a prefeitura realiza nas localidades do bairro, como maneiras do risco afetar as relações sociais na comunidade, conforme indica a fala abaixo da senhora Roberta:

E tá aqui, ó. Eu vejo barreira que não tem necessidade. Aquela casa verde ali, ó. Tá vendo? A amarela debaixo tá fazendo. Que barreira perigosa é aquela ali? Me diz que barreira perigosa é aquela ali? Aqui gente morreu e o homi não fez a barreira.

Para a senhora Edelvais, o risco do deslizamento da barreira e o desmoronamento da casa são tragédias evidentes, visíveis para qualquer pessoa que olha a sua casa. No fragmento abaixo, a moradora idosa expõe como ela percebe as pessoas que avistam a sua casa e a sua desesperança.

Aí eu não sei como vai ser, eu sei que minha situação tá essa aqui, minha fia. Minha situação tá essa aqui, às vezes passa gente que fica olhando pra cá como quem diz: mora aí, né? Eu posso fazer nada. Sozinha, né?

Figura 46 – Moradora do Boqueirão



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2017.

A *chuva*, a *barreira* e a *falta do saneamento básico* em alguns locais aparecem nas falas como os principais fatores-ameaça para as interlocutoras, contudo cabe ressaltar que a compreensão dos moradores acerca dos desastres não está restrita a estes fenômenos. Em suas falas, os moradores explicitam a relação dos desastres com fatores propriamente políticos, tais como: a falta de interesse dos representantes eleitos pela questão da moradia no morro e a ausência de obras estruturadoras nestas áreas.

Vale notar que os moradores compreendem os desastres em uma perspectiva próxima a ideia de desastres socioambientais, enquanto o resultado da omissão do Estado e de um conjunto serviços precários atuantes no lugar, o que a senhora Amarílis definiu na entrevista de **desastre da pobreza**. Apesar disto, percebi que, em suas relações cotidianas, os moradores se veem tanto como responsáveis pela produção dos riscos e dos desastres nas localidades, ficando o Estado (poder público) como responsável em segundo plano.

A culpabilização ou responsabilização dos indivíduos pelo desastre ou pela possibilidade deste último acontecer acarreta no ofuscamento da dimensão política dos desastres ocorridos no morro. Além disso, as entrevistas nos revelam uma possibilidade interpretativa para relação entre os vizinhos que se reconhecem como diretamente responsáveis pela mitigação dos riscos.

Enquanto mitigadores, busca-se a redução ou a adequação dos riscos a uma dimensão aceitável, desejando evitar, muitas vezes, não a ocorrência do fator gerador do risco, mas as

suas consequências. Assim, vizinhos que não permitem o corte de sua árvore de grande porte, que não trata da manutenção da canaleta, que não limpa os entulhos de lixo na barreira, por exemplo, são vistos por outros moradores como irresponsáveis e provocadores de um desastre.

Ao mesmo tempo em que os vizinhos são responsáveis por administrar os riscos, eles também integram uma importante rede de apoio mediante a ocorrência ou mesmo da iminência de um desastre, atuantes na prestação de socorro, na assistência material e afetiva e até na reconstrução das moradias das pessoas atingidas por deslizamento de terra.

Pode-se dizer que esta rede formada pela vizinhança se revela nesta pesquisa como como uma principal agência que atua em caso de queda da barreira, atuando no resgate de pessoas cujas casas são atingidas, e se tornam uma referência para que, mesmo depois do trauma, as pessoas desejem permanecer no local, alimentando a relação com seus vizinhos e amigos.

Dentre as estratégias para se salvar de um provável desastre, identifiquei que as famílias moradoras do morro buscam se precaver com algumas ações, tais como: a) ficar em um estado de prontidão e alerta enquanto chove; b) não dormir durante a noite; c) não fechar portas, grades ou cadeados para facilitar a saída da casa; d) mudar o uso dos cômodos da casa deixando de usar aqueles que possam ser primeiro atingidos; e) ficar abrigado em casa de parente e vizinhos; e f) providenciar um *arrumadinho*, intervenção na casa ou pequenas obras para mitigação do risco que permita a família permanecer no imóvel por mais uma temporada de chuva.

Por buscar a sua sobrevivência e a dos familiares, tais ações/práticas aparecem como um imperativo para os moradores das áreas suscetíveis a deslizamento no morro, tendo que lançar mão destas ações sazonalmente, quando não cotidianamente. Este fato revela o caráter desastroso da noção risco, que impõe à vida dos moradores uma dinâmica conduzida pela tensão, na expectativa de que o pior pode acontecer para família e para a casa. A falta de infraestrutura nos morros faz com que as pessoas convivam todos dias com o risco, tentando driblar a possibilidade de perder a casa e bens materiais e simbólicos atrelados a vidas das pessoas em um território e em família.

A visão que os moradores têm sobre desastres ou riscos decorrem de suas vivências no local e das condições de suas moradias. Assim, vemos que as memórias e as experiências das pessoas entrevistadas são preenchidas de emoções como medo, pavor e insegurança, como é o caso da senhora Rosa, no Alto do Brasil, e d. Edelvais, na microrregião do Alto José Bonifácio; ou que reflitam segurança e satisfação, como as interlocutoras que moram no Alto da Serrinha e no Alto do Tiro.

A presença de obras públicas, nas áreas do morro, possibilita aos moradores a sensação de segurança com relação às suas casas, principalmente nos dias de chuva, como demonstra a senhora Amarílis, no Alto do Tiro, e a senhora Dália, no Alto da Serrinha. Para estas moradoras, as experiências negativas vividas no passado contrastam com o presente, tempo em que a senhora Dália define como estando no céu (“*agora a gente tá no céu*”)

O insuficiente apoio do Estado às famílias que tiveram suas casas atingidas por um desastre acarreta na total responsabilização destas na reconstrução da sua nova casa, gerando para elas o recomeço de um processo que já foi vivido antes na aquisição da casa que foi atingida, tendo que reconstruir suas histórias e referências em novas condições materiais e emocionais, desta vez mais empobrecidos e traumatizados. Diante do estado de recomeço em que as famílias se vêem pós-desastre, o valor do Auxílio Moradia não atende à demanda posta pela família: ter uma casa e que esta não esteja em áreas consideradas de risco. Cabe ressaltar que esta última é uma exigência da prefeitura como uma condição para o recebimento do benefício. O fato de não conseguir suprir a necessidade da família, faz com os moradores busquem meios próprios ou com ajuda da sua rede (família, parentes, amigos e vizinhos), quando é possível, para que possa ter onde morar.

O senhor Lírio recorreu às suas habilidades de pedreiro para construir uma nova casa para a sua família. Após o desastre, este morador passou a compreender a barreira como um fator que torna um lugar inapropriado para moradia e desejasse construir sua casa em novas bases, o que fez na região do Alto da Saudade, em uma das ruas principais do bairro.

Os apontamentos extraídos das entrevistas indicam a necessidade de compreender a visão dos moradores sobre o poder público; e representam importantes elementos antropológicos para refletir sobre as implicações da atual forma de como o Estado se faz presente (ou não) nas áreas do

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de uma postura contemplativa que nos levasse a considerar as práticas dos moradores das áreas vulneráveis a desastres enquanto um esforço para se adaptarem a condições precárias para suas moradias; esta pesquisa revelou a necessidade de se fazer uma antropologia urbana crítica que confronte um modelo de cidade fundado na desigualdade social e que nos apresente sendas para reinterpretar as dinâmicas dos cidadãos no contexto de negação de direitos na atualidade.

Para isto, é preciso resgatar uma noção de comunidade diferente de uma visão de totalidades distintas, homogêneas, estáveis e atemporais; e mais condizente com uma noção de espaço que aglutina complexidades, heterogeneidades e fluência dos processos políticos, econômicos e sociais. Da mesma forma, é preciso resgatar a ideia de cultura proposta por Eric Wolf, que defende que o conceito de cultura está atrelado ao conceito de ideologia, compreendendo a cultura como práticas e compreensões específicas que as pessoas delineiam e desenvolvem para lidar com suas circunstâncias (Wolf apud Ribeiro e Bianco, 2003). Assim, aos estudos antropológicos contemporâneos cabem apreender as heterogeneidades, variações e complexidades que envolvem as sociedades, comunidades, povos ou grupos estudados.

A existência das condições precárias ou inexistência de infraestrutura que garanta a segurança à moradia nas áreas de morro e a consequente qualidade de vida a seus moradores é reflexo do descaso histórico do Estado para com esta parcela da população, o que ratifica a existência do racismo ambiental no espaço urbano. Assim, as estratégias lançadas pelos moradores para persistirem nestas áreas é aqui compreendido enquanto práticas de resistência postas na contemporaneidade, quando o despejo e a expulsão se dão de forma não declarada. Neste caso, a omissão do poder público para com a realidade dos desastres socioambientais nas áreas de morro configura-se na perpetuação da *perseguição aos mocambos*, como prática institucionalizada desde o início do século XX em Pernambuco e no Recife.

A omissão e precarização do espaço de moradia constituem em formas de forçar a expulsão ou o despejo dos cidadãos na atual conjuntura do Estado democrático de direitos. Constituindo-se em uma forma do Estado forçar e expulsão de mãos limpas, não deixando de ser um modo de operar na lógica minimalista da política neoliberal, onde os gestores atuais se eximem da responsabilidade de estruturar as áreas de morro ancorados na postura de descaso de gestões anteriores.

A pesquisa apontou que a ausência do Estado na garantia da segurança às moradias no morro acarreta na responsabilização dos próprios indivíduos. Desta forma, observa-se a

transferência da responsabilidade institucional para os indivíduos, se efetuando os processos de individualização nos provimentos da moradia nas áreas de morro. Por sua vez, este também deve ser visto como o reflexo de processos globais sobre o local, uma vez que as nossas unidades de análise (Magnani, 2012) não são unidades autocontidas nem isoladas.

A responsabilização, culpabilização e até a competição, vistos entre os moradores do morro se constituem nas consequências mais perversa da ausência do Estado, pois a (auto)responsabilização escamoteia a dimensão política do desastre. Quando este último não acontece, percebe-se uma dinâmica familiar em torno do pior que pode acontecer, que neste caso, é ter a casa e a família atingidas por deslizamento de barreira. Neste caso, as práticas identificadas nas entrevistas com os moradores nos revelam o caráter desastroso do risco.

Cumprе ressaltar que o foco desta pesquisa decorreu da frustração durante a vivência em campo por não identificar o funcionamento da comissão de defesa civil comunitária, como constava nas leituras exploratórias ainda durante a escrita do projeto, que, inclusive, foi a informação decisiva para a escolha do Alto José Bonifácio como campo da pesquisa. Isto me levou a mudar meu foco da organização coletiva para as compreender as práticas individuais ou em rede envolvidas no desastre ou no risco deste último acontecer. Consequentemente, o trabalho etnográfico me conduziu a reinterpretações sobre tais práticas (dinâmicas), sendo fundamentais para o reconhecimento de agências e estruturas que são acionadas pelos moradores no contexto de risco de desastre.

Neste sentido, para os moradores que vivem em contexto de risco de desastre, as relações de parentesco e a vizinhança se constituem nas redes mais importantes diante de um acontecimento desastroso. A família é a principal instituição que supre as necessidades dos indivíduos atingidos por um desastre e os vizinhos conformam-se em uma rede fundamental no momento do socorro, de assistência, abrigo de curta duração e na reconstrução das moradias.

Com base nas entrevistas, o fato da atuação do poder público aparecer como nula no momento do socorro, precária ou insuficiente em ações de reconstrução e estruturação do morro, faz com as pesquisas acadêmicas permaneçam e insistam na imagem do Estado ausente.

Devo admitir que a necessidade em reinterpretar ou contextualizar as ações individuais identificadas no trabalho etnográfico, constitui em uma maneira de resistência minha em admitir a imagem de cidade fundada em relações sociais vagas, fragmentadas, inexistentes ou solitária, marcada pelo individualismo ou por um comportamento *blasé*. Encerrar a imagem de cidade, ou metrópole, nestes aspectos é ofuscar e negar as várias maneiras de redes que possibilitam a cidade existir e dos indivíduos nela viver e sobreviver. Assim, as práticas e

arranjos familiares ou de vizinhança, sejam baseadas na ideia de solidariedade ou de responsabilidade/papel social constituem em uma das principais condições para os moradores se estabelecerem e permanecerem vivendo no morro, tendo onde morar.

O fato da comunidade conseguir eleger um vereador, morador do bairro pode ser visto como um potencial de organização da comunidade, tendo em vista que, nas eleições municipais de 2016, dos 6.852 votos que elegeram Almir Fernando (vereador morador do bairro), 86,02% (5.894) do total de votos foi garantido por eleitores moradores das localidades que incluem o Alto José Bonifácio e o entorno⁵⁸, conforme consulta ao site do Tribunal Regional Eleitoral.

O esforço em tentar contextualizar a organização comunitária nas cidades contemporâneas também constitui em resistir a ideia de que na cidade as forças políticas estão fragmentadas e que as pessoas não sabem votar, sobretudo, as pessoas pobres. Considero que conseguir eleger um representante morador do bairro dos eleitores, mostra que estes compreendem e tentam usar a seu favor o funcionamento da máquina pública, mediante a escolha de candidatos que lhes representam.

Por fim, com base na ideia das situações elementares da vida urbana de Agier (2011) identifico que a complexidade da vida dos moradores de morro está no fato da eminência de uma situação desastrosa integrar a vida ordinária dos indivíduos e sua família, se constituindo em um campo onde a antropologia pode oferecer valiosas contribuições para explorar e revelar como os direcionamentos do Estado atingem diretamente a vida dos sujeitos urbanos.

⁵⁸ Alto José Bonifácio, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Passarinho, Nova Descoberta, Dois Unidos, Alto Santa Terezinha, Linha do Tiro, Beberibe e Porto da Madeira.

REFERÊNCIAS

ACOSTA. Virginia Garcia. **El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos**. Revista Desacatos. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Distrito Federal, México; núm. 19, setembro-dezembro, 2005, p. 11-24. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13901902>> Acesso em: 07 de jun. de 2017.

AEROSA. João. **O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante**. Revista Angolana de Sociologia. Núm. 5 e 6, Junho-Dezembro, 2010; Mangualde, Portugal: Edições Pedago, 2010. p. 11-33.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Tradução: Graça índias Cordeiro. São Paulo; Série Antropologia Hoje, Editora Terceiro Nome, 2011.

BAUER, Martin W; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política**. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott (Org's). Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Maria Amélia Augusta. Oeiras, Portugal, Editora Celta, 2000, p. 01-52.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF, jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF, abr. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CARDOSO, Adalton Lucio. **Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2006, p. 27-48.

CAVALCANTI, Geani Bezerra. **Trajetória de luta: as associações de bairro e conselhos de moradores da cidade do Recife (1955-1985)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA: histórias, rupturas institucionais e revoluções. Fortaleza, UECE, 2015. Disponível em: < <http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos.html>> Acessado em: 12 de out. de 2017.

_____. **Lutas e resistência dos moradores da periferia de Recife (1955 - 1988).** Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional, UFRPE, Recife, BR-PE, 2017.

COUTO, Márcia Thereza. **"Eu nem me reconheço daquela que eu era" (re)definindo espaços : mulheres, ação política e relações de gênero.** Dissertação de mestrado em Antropologia, UFPE, Recife, 1996.

_____. **Da rua à casa: Quando o pluralismo religioso encontra as famílias no Ibura.** In: In: A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife. organizadores Parry Scott e Marion Teodósio de Quadros. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 73-98.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** Tradução de Cardosos Eugênio Marcondes de Moura. 1ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Pureza e Perigo.** Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. 2ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 2012.

DURÃO, Anna Violeta; MOROSINI, Márcia Valéria; CARVALHO, Valéria. **Os agentes comunitários de saúde e o conceito de comunidade na configuração de sua qualificação.** In VIEIRA, Mônica; DURÃO, Anna Violeta, LOPES, Márcia Raposo. Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde. Rio de Janeiro: EPSVJ, 2011.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, CENTROS COMUNITÁRIOS E CONSELHO DE MORADORES DE CASA AMARELA – FEACA. **Casa Amarela. Memórias, Lutas, Sonhos...** Apresentação Iêda Ventura e Introdução Antônio Montenegro. Recife, FEACA, 1988.

FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. **Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela. Recife-PE 1964 a 1985.** ANPHU. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa.** A Interpretação das Culturas. 1ª edição, Rio de Janeiro, LTC Editora, 2017.

_____. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa.** Trad. Vera Jocelyne. 12ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2012.

GRANJO, Paulo. **Quando o conceito de risco se torna perigoso.** Revista Análise Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLI, n. 181, 2006. p.1167-1179.
Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218723740D5bIY1dm1Zi12UQ1.pdf>> Acessado em: 09 de set de 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate.** Geographia. Revista do Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Ano 9, n.17, 2007, p.19-46.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12ª edição, Petrópolis, Vozes, 2010.

HERCULANO, Selene. **O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental**. INTERFACEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. São Paulo, v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. p. 1-20

HITA, Maria Gabriela; GLEDHILL, John E. A. **Antropologia na análise de situações periféricas urbanas**. Caderno Metrôpole, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 189-209, jan/jun 2010.

JÚNIOR, Néelson S; UZZO, Karina. **A trajetória da Reforma Urbana no Brasil**. DPH, 2009. Disponível em <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html#Haut> acesso em 03 de out. de 2017.

LIMA, Zildo Marques de. **Dados biográficos do popular Zé Grande**. Recife, Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - EPAPAS, 1992

LÓPEZ, Marisa. **La contibuición de la Antropología al los estudios de los desastres: el caso del Huracán Mitch em Honduras y Nicaragua**. Revista del Instituto Hondureño de antropología e Historia, YAXKIN, v. 18, p. 5-18, 1999. Disponível em: < <http://eird.org/esp/cdcapra/pdf/spa/doc14689/doc14689-contenido.pdf> > Acessado em: 14 de out de 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro. Trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012.

MALIGHETT, Roberto. **O trabalho etnográfico: circularidade hermenêutica e dialogismo**. Revista de Políticas Públicas. v. 2. n.1. UFMA, 1996. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3681>> acesso em maio de 2015.

MARCHEZINI, Victor. **Dos desastres da natureza à natureza dos desastres**. In: VALÊNCIO, Norma *et al* (Org.). Sociologia dos Desastres vol.I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MENDES, José Manuel. **Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10316/38055> >

MENDES, Mary Alves. **Mulheres na liderança comunitária e provisão econômica da família em áreas Zeis no Recife**. In: A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife. organizadores Parry Scott e Marion Teodósio de Quadros. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 99-116.

MOTTA, Alda Brito de. **Envelhecimento e relações entre gerações**. In: Etapas da vida. Jovens e idosos na contemporaneidade. Marcia Longhi, Maria da Conceição Lafayette de Almeida. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2011. pp. 81-104.

MOURA, Alice Bezerra de Mello. **Remoções forçadas, moradias desmanteladas: uma intervenção estatal no Loteamento São Francisco**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife, UFPE, 2016.

NASCIMENTO JÚNIOR, Joaquim Izidro. **Moro no Ibura: a construção de um estigma**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) – UFPE, Recife, 2008.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: 3 ed. Vozes: PUC Minas, 2008.

PERUZZO, Cecília M. Krolhing; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças**. Revista Líbero, São Paulo. N. 24, V. 12, 2009, p. 139-152.

RECIFE. **Lei ordinária nº 16.293, de 22 de janeiro de 1997**. Define os imóveis especiais de preservação - IEP, situados no município do Recife, estabelece as condições de preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências. Recife, PE, jan. 1997. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1628/16284/lei-ordinaria-n-16284-1997-define-os-imoveis-especiais-de-preservacao-iep-situados-no-municipio-do-recife-estabelece-as-condicoes-de-preservacao-assegura-compensacoes-e-estimulos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins; DELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf**. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie341empdf.pdf> > acessado em: 11 de fevereiro de 2018.

SÁ, Werther Lima Ferraz de. **Autoconstrução na cidade informal**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano – Centro de Arte e Comunicação - CAC). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/2879/arquivo154_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 25 de maio de 2016.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Texto versão ampliada da Oração de Sapiência proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1985/86.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política de transição paradigmática. V.1. São Paulo: 8ª edição, Cortez, 2011. p.1-117

SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio (Org). **A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. **Trocando a casa e a rua: idosos e a inversão da construção de gêneros em camadas populares urbanas**. In: A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife. organizadores Parry Scott e Marion Teodósio de Quadros. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009, p.117-132.

SCOTT, Parry; FRANCH Gutierrez, Monica. **Moradia Juventude e reprodução: processos domésticos e espaciais na aquisição de habilidades e conhecimentos**. Revista Estudos de Sociologia, v. 7, n. 1-2, UFPE, 2011. p.95-125.

SIENA, Mariana. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas**. São Carlos: UFSCar/Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2009. 161p. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6704/2441.pdf?sequence=1&isAllowed=y> < y >

SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma. **Gênero e Desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema**. In: VALÊNCIO, Norma *et al* (Org.). Sociologia dos Desastres vol.I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p 58-66.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Márcia Maria da Silva; MONTENEGRO, Antônio Torres. **Movimentos de bairro: repetição, invenção**. Recife, Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social – ETAPAS, 1988.

VALÊNCIO, Norma. **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. In: VALÊNCIO, Norma *et al* (Org.). Sociologia dos Desastres vol.I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p 3-18.

_____. **Da ‘Área de Risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária**. In: VALÊNCIO, Norma *et al* (Org.). Sociologia dos Desastres vol.I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 34-47.

VARGAS, Maria Auxiliadora. **“Eu fui embora de lá, mas eu não fui”. A construção social da moradia de risco**. VALÊNCIO, Norma *et al* (Org.). Sociologia dos Desastres vol.I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p.80- 95.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Organização: Hermano Viana, Karina Kuschinir, Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUADRO 1 – Quadro de Notícias e Matérias sobre o bairro Alto José Bonifácio, Recife.

QUADRO DE NOTÍCIAS E MATÉRIAS SOBRE O BAIRRO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO – RECIFE						
	DATA	ASSUNTO	TÍTULO	SÍNTESE DO CONTEÚDO	FONTE	TEOR DO CONTEÚDO
1.	16/06/2008	Vítima de deslizamento de barreira	<i>IDOSA MORRE EM DESLIZAMENTO DE TERRA EM RECIFE</i>	O jornal o Estadão lança matéria sobre a morte da senhora Elisete Batista de Freitas (70 anos), que não resistiu depois de ter sido atingida por um deslizamento de terra. E seu neto de 06 anos ficou machucado.	http://www.estadao.com.br/noticias/geral.idosa-morre-em-deslizamento-de-terra-no-recife.190618 acesso em março de 2015	NEGATIVO
2.	15/08/2011	Trabalho da Codecir no Alto José Bonifácio	<i>CODECIR REFORÇA PROTEÇÃO EM MORROS DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	A CODECIR informa sobre a aplicação de Lona plástica nas ruas Córrego do Euclides, n rua Cacira (São Domingos de Sávio) e Rua América (Córrego José Grande)	http://www.recife.pe.gov.br/2011/08/15/codecir_reforca_protecao_em_morros_do_alto_jose_bonifacio_o_178194.php acesso em março de 2015	POSITIVO
3.	05/10/2012	Matéria sobre o bairro	<i>MEU BAIRRO, MORO AQUI... ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Apresentação do Bairro. Informações gerais	http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2012/10/meu-bairro-moro-aqui-alto-jose-bonifacio.html acesso em 2014	POSITIVO
4.	06/11/2016	Violência	<i>POLICIAL AGRIDE COBRADORES DE ONIBUS DO</i>	Matéria em vídeo sobre a agressão que um policial comete contra cobradores	https://www.youtube.com/watch?v=x1uj_txKT1E acesso em 2017	NEGATIVO

			BARREIRA ESTE ANO			
11.	17/04/2016	Deslizamento de barreira	DESLIZAMENTO NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO DEIXAM DUAS PESSOAS SOTERRADAS		http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/17/deslizamento-no-alto-jose-bonifacio-deixa-duas-pessoas-soterradas-231468.php acesso em 10/09/2017	NEGATIVO
12.	17/04/2016	Deslizamento de barreira	DESLIZAMENTO DE BARREIRA DEIXA DUAS PESSOAS SOTERRADAS NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO		http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/04/17/deslizamento-de-barreira-deixa-duas-pessoas-soterradas-no-alto-jose-bonifacio-609690.php acesso em 10/09/2016	NEGATIVO
13.	18/04/2016	Deslizamento de barreira	CHUVAS PROVOCAM DESLIZAMENTOS DE BARREIRAS E MORTE NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	Deslizamento de terra na área do boqueirão com morte e uma pessoa que sobreviveu ao soterramento. Ver entrevista.	http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2016/04/18/chuvas-provocam-deslizamentos-de-barreiras-e-morte-no-alto-jose-bonifacio--23791.php acessado em 10/09/2017	NEGATIVO
14.	18/04/2016	Deslizamento de Barreira	CHUVAS PROVOCAM DESLIZAMENTO DE BARREIRA E E MORTE NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	João Agostinho, auxiliar de serviços gerais.	https://tvuol.uol.com.br/video/chuvas-provocam-deslizamentos-de-barreira-e-morte-no-alto-jose-bonifacio-04028C983266CCC15326 acesso em 10/09/2017	NEGATIVO
15.	19/04/2016	Deslizamento de barreira	EM ALERTA, MORADORES DO MORRO	Matéria apresenta fala de moradores criticando os serviços da defesa civil e o auxílio moradia	http://www.leiaja.com/noticias/2016/04/19/em-alerta-moradores-de-morros-temem-risco-vindo-do-ceu/ Acesso em maio de 2016	NEGATIVO

			<i>TEMEM RISCO VINDO DO CÉU</i>		apresenta matéria em vídeo e fotos.	
16.	26/04/2016	Deslizamento de barreira	<i>JURANDIR LIBERAL COBBRA AÇÃO PERMANENTE EM ÁREA DE RISCO</i>	Manifestação do vereador Jurandir Liberal (PT) na tribuna do plenário da câmara criticando a prefeitura do Recife.	https://www.facebook.com/permalink.php?id=247291961970780&story_fbid=1192480630785237 junho em 2016	NEGATIVO
17.	fev/2017	Homicídio	<i>TAXISTA É ASSASSINADO NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>		http://www.tvtribunape.com.br/carnaval/video/5765	NEGATIVO
18.	14/04/2017	Homicídio na região do Alto da Saudade	<i>HOMEM É ASSASSINADO NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO, NO RECIFE</i>	Matéria curta (dois parágrafos) que divulga a morte do jovem Dayvison Gleyson (24 anos), assassinado na Rua da Saudade.	http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/07/14/NWS,34434,70,449,NOTICIAS,2190-HOMEM-ASSASSINATO-ALTO-JOSE-BONIFACIO-RECIFE.aspx acesso em 20/09/2017	NEGATIVO
19.	04/01/2014	Grupo musical da comunidade	<i>WELTON SANTOS - BAIRRO ALUCINADO (VIDEO OFICIAL) HD</i>	Clipe da música Bairro Alucinado, do grupo Gueto Psicodélico, no Youtube. Clipe com 2.561 visualizações.	https://www.youtube.com/watch?v=km1QFRNSqE c	POSITIVO
20.	12/04/2013	Matéria compartilhada por um canal de administrador particular de youtube (conhecido dos integrantes	<i>GUETO PSICODÉLICO. AÇÃO SOCIOCULTURAL NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Matéria da TV Povo sobre ação comunitária motivada pelo grupo hip-hop Gueto Psicodélico do Alto José Bonifácio (736 visualizações)	https://www.youtube.com/watch?v=G31K0Fb8yww	POSITIVO

		do grupo musical)				
21.	18/04/2013	Matéria sobre grupo de Hip-hop publicada no canal	<i>VT PERIFERIA ALTO BONIFACIO HIP HOP</i>	Mesma Matéria acima, mas em outro canal. (510 visualizações)	https://www.youtube.com/watch?v=GRSA1DEghQw	POSITIVO
22.	09/07/2013	Prisão de adolescente morador do bairro por tráfico	<i>ADOLESCENTE É APREENDIDO POR TRÁFICO NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Matéria fazendo a cobertura da prisão de um adolescente morador do bairro.	https://www.youtube.com/watch?v=d9YwM0BtuzI	NEGATIVO
23.	29/11/2013	Festa do dia das crianças, realizada pelo vereador Almir Fernando	<i>FESTA DO DIA DAS CRIANÇAS DO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Imagens e sons da festa do dia das crianças realizada pelo vereador da comunidade, no terminal de ônibus do bairro	https://www.youtube.com/watch?v=x3kyY9X8knM (canal do vereador Almir Fernando)	
24.	11/05/2011	Programa microfone aberto para as pessoas dos bairros falarem o que quiserem	<i>MICROFONE ABERTO NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Destaque para reclamações dos moradores: o calçamento incompleto da Rua padre Cícero, reclamação do sinal da Córrego do Bartolomeu, pedido para mais respeito aos motoqueiros	https://www.youtube.com/watch?v=shVp1EsJAX8	
25.	15/11/2016	Show do MC Gato, artista local, do bairro de Beberibe, Recife, na quadra do	<i>MC GATO AO VIVO NA QUADRA DO ALTO JOSE BONIFÁCIO 15/11/2016 #BREGATUBE</i>	Show de artista local na quadra de esporte do AJB. Show lotado.	https://www.youtube.com/watch?v=NbOuBtP1C6w	

		Alto José Bonifácio.				
26.	12/04/2017	Canal de Youtube publicando imagens da apresentação do grupo Samba Verde, realizado no dia 09/04/17 quadra do Alto José Bonifácio. Este grupo de samba é formado por integrantes moradores do A.J.B, Alto José do Pinho e Morro da Conceição.	<i>THE SAMBA IS VERDE NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Momentos do The SAMBA is VERDE que pela primeira vez foi realizado dia 09/04/2017 ao Alto José Bonifácio. Contou com as participações do Grupo Sambstar, Tecnopop, Samba D'Pegada e Grupo Terra.	https://www.youtube.com/watch?v=wWtWUnXFso8 acessado em 22/12/17 Às 00:20.	POSITIVO
27.	26/06/2015	Grupo Cidadania Feminina, grupo de mulheres do bairro pelo combate a violência contra a mulher.	<i>APITOS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER FAZEM SUCESSO NO RECIFE</i>	Matéria do Blog do Jornal do Comércio (JC) sobre a iniciativa de mulheres do bairro do Alto José Bonifácio para combater a violência doméstica contra as mulheres por meio do Apito.	http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnasruas/2015/06/26/apitos-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher-fazem-sucesso-no-recife/	POSITIVO

28.	04/12/2014	Obras do Programa Parceria no bairro	<i>PROGRAMA PARCERIA NOS MORROS BENEFICIA COMUNIDADE NO ALTO JOSÉ BONIFÁCIO</i>	Matéria informa que 33 obras foram concluídas na região do Alto da Saudade, do bairro do Alto José Bonifácio	http://iconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/12/04/programa-parceria-nos-morros-beneficia-comunidade-no-alto-jose-bonifacio-159296.php	POSITIVO
-----	------------	--------------------------------------	---	--	---	----------

APÊNDICE B

Quadro 2 – Modelo do Quadro de Análise das Entrevistas

ALTO DO <u>(micro região)</u>		
ENTREVISTA COM:		
APELIDO:		
NOME FICTÍCIO PARA A MORADORA ENTREVISTADA:		
IDADE:		
COR (auto identificação):		
RELIGIÃO:		
ESCOLARIDADE:		
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:		
ENDEREÇO:		
TELEFONE:		
COMPOSIÇÃO FAMILIAR:		
INFORMAÇÕES SOBRE A CASA/IMÓVEL (aquisição, material de construção, cômodos, dinâmica do uso dos cômodos, acesso principal, obras presentes):		
TEMPO DE MORADIA:		
RENDIA FAMILIAR:		
ENTREVISTA REALIZADA EM:		
CATEGORIA	FALA DO INTELOCUTOR (trecho)	OBSERVAÇÕES
RISCO		
DESASTRE		
FATOR- AMEAÇA		
DINÂMICA FAMILIAR / COMUNITÁRIA		
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA		
CATEGORIAS EMERGENTES		